

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – PPGA
CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO

**DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MENSURAÇÃO DO CAPITAL
SOCIAL EM TRÊS REGIÕES PERTENCENTES A SECRETARIAS DE
DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO EXTREMO OESTE DE SANTA
CATARINA.**

ALYNE SEHNEM

Caxias do Sul, abril de 2011.

ALYNE SEHNEM

**DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MENSURAÇÃO DO CAPITAL
SOCIAL EM TRÊS REGIÕES PERTENCENTES A SECRETARIAS DE
DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO EXTREMO OESTE DE SANTA
CATARINA.**

Dissertação de Mestrado submetida à Banca designada pelo Colegiado do Mestrado em Administração da Universidade de Caxias do Sul, como requisito necessário para a obtenção do Título de Mestre em Administração.

Orientadora: Profa. Dra. Janaina Macke.

Caxias do Sul, abril de 2011.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
UCS - BICE - Processamento Técnico

S456d Sehnem, Alyne, 1984-

Desenvolvimento regional e mensuração do capital social em
três regiões pertencentes a secretarias de desenvolvimento regional
do extremo oeste de Santa Catarina / Alyne Sehnem. - 2011.
190 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de Caxias do Sul,
Programa de Pós-Graduação em Administração, 2011.
Orientação: Prof.^a Dr.^a Janaina Macke.

1. Planejamento regional – Santa Catarina. 2. Infra-estrutura
(Economia) – Santa Catarina. 2. Desenvolvimento econômico –
Aspectos sociais. I. Título.

CDU: 338.26(816.4)

Índice para o catálogo sistemático:

- | | |
|---|---------------|
| 1. Planejamento regional – Santa Catarina | 338.26(816.4) |
| 2. Infra-estrutura (Economia) – Santa Catarina | 338.49(816.4) |
| 3. Desenvolvimento econômico – Aspectos sociais | 338.1 |

Catálogo na fonte elaborada pela bibliotecária
Márcia Carvalho Rodrigues – CRB 10/1411

ALYNE SEHNEM

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MENSURAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL EM TRÊS REGIÕES PERTENCENTES A SECRETARIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA.

Dissertação de Mestrado submetida à Banca designada pelo Colegiado do Mestrado em Administração da Universidade de Caxias do Sul, como requisito necessário para a obtenção do Título de Mestre em Administração.

Conceito Final:

Aprovado em

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Janaina Macke – Universidade de Caxias do Sul.

Profa. Dra. Ana Cristina Fachinelli – Universidade de Caxias do Sul.

Prof. Dr. Deonir de Toni – Universidade de Caxias do Sul.

Prof. Dr. Pedro Costa – Professor Convidado

AGRADECIMENTOS

A Deus, por iluminar as minhas escolhas diante de tantas oportunidades que a vida oferece a cada dia.

Ao meu noivo, **Silvio André**, pelo afeto, compreensão e paciência durante todo o período do desenvolvimento dessa dissertação. Mais uma vez, tive certeza de que poderia contar com o seu apoio.

Aos **familiares**, que acreditaram no sonho desta pesquisadora e que muito contribuíram para que ele fosse possível.

Aos **amigos**, pela energia positiva, incentivo e compressão, principalmente nos momentos de dificuldade e ausência.

Aos **colegas de mestrado**, especialmente à Beatriz Lucia Salvador Bizoto, Rosaura Nunes Ramis da Costa e Adriana Locatelli Bertolini.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (**CAPES**) pela contribuição financeira com a concessão da bolsa de estudo para a mestranda, no primeiro ano do curso.

À **professora orientadora** Janaina Macke, pelo interesse e dedicação com que orientou esta mestranda, pela parceria, confiança e experiência repassada, desde as idéias iniciais da pesquisa, até a finalização da dissertação.

Às pessoas que auxiliaram na etapa de coleta dos dados, indispensáveis para o bom andamento da pesquisa. A todos os **participantes da pesquisa** pela paciência e disponibilidade com que nos ajudaram. Sem eles não existiria pesquisa.

À **coordenação, professores e funcionários** do Programa de Pós-Graduação em Administração da UCS.

Aos professores, Ana Cristina Fachinelli, Deonir de Toni e Pedro de Almeida Costa, por aceitarem participar da **banca de qualificação e defesa** de mestrado e pelas contribuições importantes para a finalização da dissertação.

EPÍGRAFE

“...existe um tempo para melhorar, para se preparar e planejar; igualmente existe um tempo para partir para a ação.”

“Porque um dia é preciso parar de sonhar, tirar os planos das gavetas e de algum modo, começar.”

Amyr Klink

RESUMO

O conceito de capital social relacionado com o desenvolvimento econômico de regiões e países começou a ganhar importância na década de 1990 com o pesquisador Robert Putnam. O capital social é entendido como uma característica das organizações sociais, e tem como principais elementos a confiança, as normas e as redes. O conhecimento desses elementos e a sua utilização podem melhorar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas. O desenvolvimento dessa pesquisa inspirou-se inicialmente nas abordagens de Putnam e seu trabalho nas regiões da Itália. Além da abordagem do capital social foram analisados aspectos referentes aos indicadores de desenvolvimento local e econômico das regiões pesquisadas. Essa pesquisa teve como objetivo mensurar os níveis de capital social e desenvolvimento a partir de indicadores sócio-econômicos em três regiões pertencentes a Secretarias de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste de Santa Catarina. Este processo ocorreu por meio da realização de pesquisa qualitativa nos municípios pertencentes às Secretarias de Desenvolvimento Regional sediadas nos municípios de Itapiranga, São Miguel do Oeste e Dionísio Cerqueira. A escolha dessas microrregiões para a realização do estudo se deu, não só pelas particularidades do processo de colonização e desenvolvimento da região Extremo Oeste Catarinense que conferem atributos significativos e diferenciais para a região analisada, mas também por pertencerem ao mesmo agrupamento de municípios, a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina (AMEOSC). A escolha dessa região justifica-se também por ela fazer parte de um dos Programas Regionais promovidos pela Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional, o Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF). A região objeto de estudo dessa pesquisa é também compreendida pela Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul, que abrange 223 municípios do norte do Rio Grande do Sul, 131 municípios do Oeste Catarinense e 42 municípios do sudoeste do Paraná. Para atingir o objetivo da dissertação, foi desenvolvida uma pesquisa descritiva, com caráter quantitativo, utilizando o método de pesquisa do tipo *survey*. O questionário aplicado junto à população observou uma amostra proporcional ao número de habitantes de cada município. Os dados passaram por tratamento estatístico utilizando-se Análise Fatorial, Análise de Regressão e Análise de Variância. Os resultados da pesquisa demonstram que o objetivo geral foi atingido, uma vez que foi possível visualizar a relação existente entre os indicadores de desenvolvimento regional e o capital social nas regiões analisadas. O capital social é maior nas sociedades em que há menor desigualdade nos grupos e diferenças étnicas. A distribuição igualitária da renda propicia maior harmonia e coesão social. As desigualdades diminuem os estoques de capital social, afetando fortemente a economia da população. A cultura também tem forte influência na manutenção da coesão social.

Palavras-chave: Capital Social. Desenvolvimento Local. Indicadores sócio-econômicos. Secretarias de Desenvolvimento Regional de Santa Catarina. Itapiranga. São Miguel do Oeste. Dionísio Cerqueira.

ABSTRACT

The concept of social capital related to the economic development of regions and countries began to gain importance in 1990 with researcher Robert Putnam. Social capital is understood as a characteristic of social organizations, and its main elements trust, norms and networks. Knowledge of these elements and their use can improve the efficiency of society by facilitating coordinated actions. The development of this research was initially inspired by the approaches of Putnam and his work in the regions of Italy. Besides the approach of social capital were analyzed issues related to indicators of local and economic development of the areas surveyed. This study aimed to measure the levels of social capital and development from socio-economic indicators in regions belonging to three Secretaries of Regional Development of the Far West of Santa Catarina. This process occurred by conducting qualitative research in the municipalities belonging to the Regional Offices located in the municipalities of Itapiranga, Sao Miguel West and Dionisio Cerqueira. The choice of these micro-regions for the study took place, not only by the peculiarities of the process of settlement and development of the Far West region of Santa Catarina that confer significant attributes and differentials for the region under consideration, but also because they belong to the same group of municipalities, the Association Cities of the Far West of Santa Catarina (AMEOSC). The choice of this region is also justified by it being part of a regional programs sponsored by the Department of Regional Programmes of the Ministry of National Integration, the Program for Promotion of Development of Border Range (PDFF). The region object of this research study is also understood by the Greater Region of the Great Frontier of Mercosur, which covers 223 cities in the northern Rio Grande do Sul, 131 municipalities in 42 counties west of Santa Catarina and Parana Southwestern. To achieve the purpose of this study, we developed a descriptive research with quantitative character, using the method of survey research. The questionnaire administered to the population observed a sample proportional to the number of inhabitants in each municipality. The data was analyzed statistically by using Factor Analysis, Regression Analysis and Variance Analysis. The survey results show that the goal was reached, since it was possible to visualize the relationship between indicators of regional development and social capital in regions. The capital is greater in societies where there is less inequality in groups and ethnic differences. The equal distribution of income provides a greater harmony and social cohesion. Inequalities diminish the stock of capital, strongly affecting the economy of the population. Culture also has a strong influence in maintaining social cohesion.

Keywords: Social Capital. Local Development. Socioeconomic indicators. Departments of Regional Development of Santa Catarina. Itapiranga. São Miguel do Oeste. Dionísio Cerqueira.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Secretarias Regionais do Estado de Santa Catarina	17
Figura 2:	Evolução histórica do conceito de desenvolvimento	28
Figura 3:	Secretarias Regionais do Estado de Santa Catarina no ano de 2009	39
Figura 4:	Aglomerado não estruturado	41
Figura 5:	Aglomerado estruturado	42
Figura 6:	Utilização do conceito de capital social no decorrer dos anos	49
Figura 7:	Matriz conceitual do capital social	60
Figura 8:	Dimensões e Elementos do Capital Social	63
Figura 9:	Especificação dos objetivos específicos, técnica estatística, pressupostos e resultado para a pesquisa	71
Figura 10:	Secretaria de Desenvolvimento Regional de Itapiranga	80
Figura 11:	Secretaria de Desenvolvimento Regional de São Miguel do Oeste	86
Figura 12:	Secretaria de Desenvolvimento Regional de Dionísio Cerqueira	93
Figura 13:	Vista aérea dos limites municipais e nacionais localizados no município de Dionísio Cerqueira	134
Figura 14:	Condição de ocupação dos domicílios da região Extremo Oeste de Santa Catarina no ano 2000	141
Figura 15:	Salários médios segundo atividade econômica no ano de 2008	146
Figura 16:	Distância rodoviária de São Miguel do Oeste em relação aos portos catarinenses	150
Figura 17:	Distância rodoviária de São Miguel do Oeste em relação aos principais aeroportos catarinenses	150
Figura 18:	Níveis do capital social e fatores	157
Figura 19:	Classificação dos municípios da SDR de Itapiranga no ranking nacional do Ideb, 2007	185
Figura 20:	Posição estadual do Produto Interno Bruto no período de 2002-2006 (média dos municípios das SDRs)	188
Figura 21:	Número de empresas e empregos formais segundo porte das empresas e relação habitante por emprego no ano de 2008	189

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1:	Distribuição relativa por faixa etária da população em 2007	74
Gráfico 2:	Ramo das Cooperativas em funcionamento no Brasil e em Santa Catarina em 2009	104
Gráfico 3:	Índices de criminalidade no Estado de Santa Catarina – 2006 a 2008/01 ...	106
Gráfico 4:	População total no período de 1980 a 2010 na região	119
Gráfico 5:	Participação relativa da população residente por gênero e situação do domicílio em 2007	120
Gráfico 6:	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, segundo Brasil, Santa Catarina e municípios das SDRs - 1970/2000	121
Gráfico 7:	Índice de Desenvolvimento Humano de Educação 1970 a 2000	122
Gráfico 8:	Índice de Desenvolvimento Humano de Longevidade 1970 a 2000	124
Gráfico 9:	Índice de Desenvolvimento Humano de Renda 1970 a 2000	125
Gráfico 10:	Renda per capita - 1970 a 2000	125
Gráfico 11:	Posição estadual do Produto Interno Bruto no período de 2002-2006 (média dos municípios das SDRs)	126
Gráfico 12:	Participação da mulher no quadro social das cooperativas na região extremo oeste de Santa Catarina em 2008	139
Gráfico 13:	Volume de empresas e empregos na região no período de 2004 a 2008	143
Gráfico 14:	Relação de habitantes por vaga de trabalho no mercado formal em 2008 ..	144

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	A imigração no Oeste de Santa Catarina	19
Tabela 2:	Distribuição da população das regiões e amostra a ser pesquisada	73
Tabela 3:	Fatores, Alfa de Cronbach, variáveis, correlação e médias do nível micro do capital social	100
Tabela 4:	Fatores, Alfa de Cronbach, variáveis e médias do nível meso do capital social	102
Tabela 5:	Fatores, Alfa de Cronbach, variáveis e médias do nível macro do capital social	107
Tabela 6:	Número de óbitos por causas violentas Região Extremo Oeste 2003-2007 ..	111
Tabela 7:	Indicadores sociais referentes à desigualdade social na região das SDRs estudadas	113
Tabela 8:	Nível de confiança expresso pelos participantes das organizações sociais ...	114
Tabela 9:	Regressão no nível micro	117
Tabela 10:	Regressão no nível meso	118
Tabela 11:	Regressão no nível macro	118
Tabela 12:	Classificação das SDRs de acordo com a média dos indicadores	128
Tabela 13:	Comparativo das SDRs e os níveis de capital social	128
Tabela 14:	População total no período de 1980 a 2010 na região	181
Tabela 15:	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, segundo Brasil, Santa Catarina e municípios das SDRs - 1970/2000	182
Tabela 16:	Índice de Desenvolvimento Humano de Educação 1970 a 2000	183
Tabela 17:	Indicadores sociais ligados ao atendimento da educação dos municípios	184
Tabela 18:	Índice de Desenvolvimento Humano de Longevidade 1970 a 2000 e esperança de vida ao nascer	186
Tabela 19:	Índice de Desenvolvimento Humano de Renda 1970 a 2000	187
Tabela 20:	Cooperativas no Brasil por Ramo de Atividade 2008 – 2009	190

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO	17
1.2 PROBLEMA DE PESQUISA	22
1.3 JUSTIFICATIVA DO TRABALHO	22
1.4 OBJETIVOS	25
1.4.1 Objetivo geral.....	25
1.4.2 Objetivos específicos.....	25
1.5 DELIMITAÇÃO	25
2 REFERENCIAL TEÓRICO	27
2.1 DESENVOLVIMENTO REGIONAL	27
2.1.1 Experiências brasileiras	35
2.2 INDICADORES	44
2.2.1 Indicadores sócio-econômicos.....	45
2.2.2 Índice de desenvolvimento humano	47
2.3 CAPITAL SOCIAL	47
2.3.1 Conceito de Capital Social	48
2.3.2 A formação do Capital Social	54
2.3.3 Tipos de Capital Social.....	59
2.3.4 Dimensões do Capital Social.....	62
2.3.5 Mensuração do Capital Social.....	65
2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO	69
3 MÉTODO DA PESQUISA	70
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA	70
3.2 DEFINIÇÃO DA ÁREA E PLANO DE AMOSTRAGEM	73
3.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	75

3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO.....	79
4 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO PESQUISADA.....	80
4.1 FORMAÇÃO DA SDR DE ITAPIRANGA	80
4.1.1 Iporã do Oeste.....	81
4.1.2 Itapiranga	82
4.1.3 Santa Helena	83
4.1.4 São João do Oeste	84
4.1.5 Tunápolis	85
4.2 FORMAÇÃO DA REGIÃO DA SDR DE SÃO MIGUEL DO OESTE	86
4.2.1 Bandeirante	88
4.2.2 Barra Bonita.....	88
4.2.3 Belmonte	89
4.2.4 Descanso	89
4.2.5 Guaraciaba	90
4.2.6 Paraíso	91
4.2.7 São Miguel do Oeste	91
4.3 FORMAÇÃO DA REGIÃO DA SDR DE DIONÍSIO CERQUEIRA	93
4.3.1 Anchieta.....	94
4.3.2 Dionísio Cerqueira.....	95
4.3.3 Guarujá do Sul.....	96
4.3.4 Palma Sola	96
4.3.5 Princesa	97
4.3.6 São José do Cedro.....	97
5 ANÁLISE DO CAPITAL SOCIAL E DOS INDICADORES SÓCIO- ECONÔMICOS NA REGIÃO EM ESTUDO	99
5.1 IDENTIFICAÇÃO DOS FATORES EXPLICATIVOS DO CAPITAL SOCIAL NAS TRÊS SDRS DA REGIÃO	99
5.1.1 Análise Fatorial.....	99
5.1.1.1 Capital social ao nível micro	100
5.1.1.2 Capital social ao nível meso	103
5.1.1.3 Capital social ao nível macro.....	108
5.1.2 Análise da Regressão linear	118

5.2 ANÁLISE DOS INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SOCIO ECONOMICO NAS SDRS DE ITAPIRANGA, SÃO MIGUEL DO OESTE E DIONÍSIO CERQUEIRA.....	120
5.3 MENSURAR OS NÍVEIS DE CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO A PARTIR DE INDICADORES SÓCIO-ECONÔMICOS EM TRÊS REGIÕES PERTENCENTES A SECRETARIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA.	128
5.4 EXPLICAR OS RESULTADOS ENCONTRADOS COM BASE EM FATOS HISTÓRICO-CULTURAIS	136
5.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO.....	155
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	157
6.1 RECOMENDAÇÕES AOS GESTORES PÚBLICOS	159
6.2 RECOMENDAÇÕES PARA PESQUISAS FUTURAS	161
REFERÊNCIAS	163

1 INTRODUÇÃO

O conceito de capital social relacionado com o desenvolvimento econômico de regiões e países começou a ganhar importância na década de 1990 com a obra de Robert Putnam *Making Democracy Work: civic traditions in modern Italy*. Nessa obra Putnam conceituou o capital social como característica da organização social, citando como exemplo a confiança, normas e redes, que podem melhorar a eficiência da sociedade, facilitando ações coordenadas.

No trabalho realizado pelo autor durante duas décadas, constatou-se que a acumulação de capital social definiu o desenvolvimento da região norte da Itália. Por outro lado, a sua carência determinou o atraso econômico observado na região sul (PUTNAM, 2002).

O desenvolvimento dessa pesquisa inspirou-se inicialmente nas abordagens de Putnam. A experiência catarinense de regionalização iniciada no Oeste do Estado baseou-se no modelo italiano. Foram enviadas lideranças para uma observação *in loco* desse modelo, com o intuito de conhecer a experiência de desenvolvimento regional implementada no norte daquele país. Essas lideranças perceberam na região da Bolonha condições sócio econômicas que se assemelhavam às da região oeste catarinense, o que representava um modelo que poderia ser reproduzido. Assim, estabeleceram contato com o Instituto de Pesquisa Nomisma, que, posteriormente foi contratado para realizar um estudo das potencialidades de desenvolvimento regional no Oeste catarinense (FECAM, 2009/2010). As constatações do estudo realizado pelo Instituto italiano evidenciaram dois problemas na região Oeste de Santa Catarina: a cultura individualista, que se refletia em ações isoladas do empresariado e do poder público; e a distância existente entre o povo e as instituições de poder. Evidenciava-se com isso a necessidade de uma integração entre o setor público e a sociedade civil (BIRKNER, 2006; 2008).

Outra inspiração para a elaboração desse trabalho foi encontrada nas pesquisas de Monastério (2002; 2003), desenvolvidas com base em Bandeira (1994) e Verschoore Filho (2000). Em suas pesquisas Monastério (2002; 2003) relacionou indicadores de capital social

com indicadores econômicos a fim de explicar as desigualdades de desenvolvimento das regiões do estado do Rio Grande do Sul, com ênfase para a região Sul, conhecida como região da Campanha.

Além da abordagem do capital social serão analisados aspectos referentes aos indicadores de desenvolvimento local e econômico das regiões pesquisadas. De acordo com Monastério (2002, p. 7) “a abordagem do capital social exige dos pesquisadores posturas plurais e interdisciplinares”, uma vez que um olhar restrito ao lado econômico limitaria o estudo a ocultar os elementos que se pretende compreender. Esses elementos se manifestam no contexto histórico cultural das regiões a serem estudadas.

Diante destas constatações, esta pesquisa objetivou mensurar os níveis de capital social e desenvolvimento a partir de indicadores sócio-econômicos em três regiões pertencentes a Secretarias de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste de Santa Catarina. Este processo ocorreu por meio da realização de pesquisa do tipo *survey* com moradores dos municípios pertencentes às Secretarias de Desenvolvimento Regional descritas na próxima seção deste estudo.

O condicionamento do desenvolvimento às diferenças e à intensidade do capital social nas regiões é uma questão de debate em meios acadêmicos. Para Kliksberg (1999) a integração do capital social e a cultura nos estudos acerca do desenvolvimento transformam a discussão sobre as estratégias políticas mais complexas. Assim, o capital social pode ser entendido como um recurso produtivo à disposição dos indivíduos e com o qual é possível alcançar objetivos que, sem ele não seriam acessíveis (ABRAMOVAY, 2000).

O relacionamento do capital social com o desenvolvimento é defendido por Woolcock (2001). O autor considera que uma comunidade com alto grau de cooperação e coesão interna (características do *bonding social capital* como integração, capital social intracomunitário, laços fortes), só pode produzir benefícios significativos se este for complementado com as ligações com redes sociais e instituições externas à comunidade. “Por outro lado, o Estado requer coerência interna, probidade e competência para poder aplicar, com eficácia, uma política de sinergia com o capital social comunitário” (NICOLA e DIESEL, 2011).

A unidade básica do capital social é a comunidade. Sua estrutura depende da sua relação com o Estado. Dessa forma, para Woolcock e Narayan (2000) os Estados fracos, hostis ou impassíveis promovem efeitos distintos no cotidiano da comunidade e nos seus

projetos de desenvolvimento se comparados aos governos influentes que valorizam e respeitam as liberdades cívicas.

1.1 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

Essa pesquisa teve como intuito mensurar o capital social comparativamente aos indicadores sociais e econômicos de três Secretarias de Desenvolvimento Regional localizadas no Extremo Oeste Catarinense. A escolha desse objeto de estudo se deu pelos seguintes motivos:

- observação empírica de diferenças existentes entre essas três microrregiões;
- possibilidade de verificação e explicação científica dessas diferenças;
- particularidades do processo de colonização e desenvolvimento da região Extremo Oeste Catarinense que conferem atributos significativos e diferenciais para a região a ser analisada (EIDT, 2009; JUNGBLUT, 2000);
- os municípios pertencentes a essas SDRs (juntamente com o município de Mondaí, da SDR de Palmitos) formam a região da Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina (AMEOSC);
- a região também faz parte de um dos Programas Regionais promovidos pela Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional, o Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF)¹. A Faixa de Fronteira do Brasil, ratificada pela Constituição Federal (art. 20 § 2º) compreende uma área de 150 quilômetros de largura adentro do território nacional, representa 27% do território brasileiro, abrange 588 municípios de 11 estados onde residem cerca de 10 milhões de pessoas (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2010);
- a região é compreendida também pela Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul, que abrange 223 municípios do norte do Rio Grande do Sul, 131

¹ O objetivo do programa é a promoção do desenvolvimento da Faixa de Fronteira pela estruturação física, social e produtiva, enfatizando a ativação das potencialidades locais e a articulação com os demais países da América do Sul. Dessa forma busca-se a implementação de iniciativas que respeitam a diversidade da região e seguem as diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2010).

Santa Catarina) e Santo Antônio (no Paraná), delimitação confirmada em 1777 pelo Tratado de Santo Idelfonso (CEOM, 2005; SEHNEM, 2009; WERLANG, 2006).

No entanto, no ano de 1788, numa ação não muito bem explicada pela História, esses limites foram expandidos em favor espanhol. Os rios limítrofes (Rio Peperi-Guaçú e Rio Santo Antônio) foram transferidos para os rios Chapecó e Chopim (ambos em território catarinense) que foram rebatizados com os nomes dos rios constantes no Tratado (SEHNEM, 2009; WERLANG, 2006).

Durante 107 anos (1788 – 1895) as terras do Oeste Catarinense foram alvo de disputas entre os países Brasil e Argentina. Em 1895, com a intervenção do presidente americano Grower Stephen Cleveland, as terras disputadas passaram a pertencer oficialmente para o Brasil, numa ação que teve como critério de julgamento o Tratado de Madri (1750) (CEOM, 2005; SEHNEM, 2009).

Definidas as questões binacionais, iniciam-se os conflitos e disputas internas. Como as terras do Oeste Catarinense estavam subordinadas administrativamente ao município de Palmas (Paraná), o estado paranaense reivindicou para si o direito de posse desse espaço. A disputa ocorreu nos tribunais por quase dez anos (1904 a 1910), ficando favorável o pertencimento das terras à Santa Catarina (SEHNEM, 2009; WERLANG, 2006).

Nesse período, no ano de 1908, adentra o Estado a ferrovia São Paulo-Rio Grande, empreendida pela Brazil Railway, que reclama direitos de posse de 15 quilômetros de terras de cada lado dos trilhos (direito concedido pelo governo federal). Objetivando a comercialização da madeira, a empresa entra em conflito com os moradores da região que, descontentes e expulsos de sua terra dão início à guerra do Contestado (CEOM, 2005; SEHNEM, 2009).

Com a delimitação do território do Paraná e Santa Catarina a distribuição das terras para colonização foi destinada pelo governo catarinense a particulares, dando início ao período de atuação das empresas colonizadoras. A extração da erva mate foi monopolizada. As empresas colonizadoras passaram a promover a ocupação das terras, a construção de estradas e a extração da madeira (WERLANG, 2006).

Uma colonizadora de grande significado para a região foi a Empresa Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense, criada em 1920, com sede em Porto Alegre. “Os objetivos da sociedade eram a compra e a venda de terras, a construção de estradas de rodagem, a

colonização de terras e explorações comerciais e industriais” (...) “calcula-se que a empresa introduziu aproximadamente 15 mil famílias na região” (WERLANG, 2006, p. 38).

Dados da Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina (Ameosc) destacam que, na década de 1980 quase a metade da população da região não era natural do município onde residia. Esse movimento de imigração pode ser observado na tabela 1, que destaca o número de imigrantes recebidos pela região da década de 1920 a 1970.

Tabela 1: A imigração no Oeste de Santa Catarina

Décadas	1920- 1940	1940 – 1950	1950 – 1960	1970
Número de imigrantes	10.340	22.801	48.664	61.730

Fonte: Ameosc, 2009.

A colonização das regiões que hoje compõem as três Secretarias de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste de Santa Catarina se diferencia em virtude desses aspectos históricos.

A região onde se situa a SDR de Itapiranga, conhecida como Vale do Rio Uruguai, foi colonizada por imigrantes, basicamente alemães, oriundos das “colônias velhas” do Rio Grande do Sul. Essa região caracteriza-se pela manutenção de um forte vínculo com a sua terra de origem (SEHNEM, 2009; SEHNEM, 2001).

Para alguns autores a região do Vale do Uruguai pode ser considerada como que constituída de “colméias” com forte influência religiosa. Nessas “colméias” eram desenvolvidas atividades econômicas que garantiam sua subsistência e permitiam que sobrevivessem sem a interferência do Estado Catarinense (CEOM, 2005; SEHNEM, 2009; WERLANG, 2006; WERLE, 2002).

Cabe ressaltar que essas “colméias” não apresentavam misturas de etnias, caracterizando uma colonização imunológica, a exemplo de Porto Novo (Itapiranga) e Palmitos (alemães católicos), Porto Feliz (Mondaí) e São Carlos (alemães luteranos) (CEOM, 2005; WERLANG, 2006; WERLE, 2002).

Atualmente a região compreendida pela SDR de Itapiranga é composta por cinco municípios: Iporã do Oeste, Itapiranga, Santa Helena, São João do Oeste e Tunápolis. Esses municípios têm uma população de 40.811 habitantes, sendo 60% domiciliados na área rural e 40% na área urbana (GOVERNO DE SANTA CATARINA, 2009; ICEPA, 2009; IBGE, 2010; SDR ITAPIRANGA, 2009).

O acontecimento mais expressivo que marcou o início da colonização da região compreendida pelos municípios da SDR de São Miguel do Oeste data da década de 1920. Nesse período, Luiz Carlos Prestes e Flores da Cunha, militares do Rio Grande do Sul, percorreram essa região com o objetivo de alcançar os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro (AMEOSC, 2009).

Os colonizadores dos municípios dessa região são oriundos dos Estados do Paraná e Rio Grande do Sul, sendo principalmente das etnias italiana, polonesa e alemã. A extração de madeira principalmente o pinho, constituía o elemento determinante da colonização dessa região. Essa atividade se intensificou com a atuação das empresas colonizadoras, que trouxeram as primeiras famílias que auxiliavam na extração da madeira exportada pela firma Barth, Benetti & Cia Ltda (AMEOSC, 2009).

Os municípios que fazem parte da região de São Miguel do Oeste são: Bandeirante, Barra Bonita, Belmonte, Descanso, Guaraciaba, Paraíso e São Miguel do Oeste. Sua população é de 65.083 habitantes, sendo 65% residentes na área urbana e 35% na área rural (GOVERNO DE SANTA CATARINA, 2009; ICEPA, 2009; IBGE, 2010; SDR SÃO MIGUEL DO OESTE, 2010).

A região da SDR de Dionísio Cerqueira é composta pelos municípios de Anchieta, Dionísio Cerqueira, Guarujá do Sul, Palma Sola, Princesa e São José do Cedro. Sua população está localizada principalmente na área urbana (54%), sendo a população rural de 46%. O total de habitantes é de 50.335 (GOVERNO DE SANTA CATARINA, 2009; ICEPA, 2009; IBGE, 2010; SDR DIONÍSIO CERQUEIRA, 2010).

Essa região viveu intensamente os conflitos territoriais que contam a história do Oeste de Santa Catarina que tiveram início no Século XVII, quando por volta de 1636, Bandeiras Paulistas construíram acampamentos nos vales do Rio Peperi-guaçú e Iguaçú, com o intuito de proteger a fronteira. Expedições portuguesas e espanholas percorreram essa região no ano de 1759. Porém, somente a partir de meados do Século XIX os primeiros imigrantes, oriundos do Rio Grande do Sul e da Argentina começaram a chegar, tendo como principal atrativo o extrativismo e exportação da madeira (CEOM, 2005; GOVERNO DE SANTA CATARINA, 2009; SDR DIONÍSIO CERQUEIRA, 2010; WERLANG, 2006).

A definição dessa região como pertencente à Santa Catarina se deu com o fim da Guerra do Contestado, em 1916, pelo acordo de limites firmado entre os Estados de Santa Catarina e o Paraná. Esse território era uma rota internacional de comércio que tinha como

principal produto a erva-mate. Seu transporte era realizado sobre o lombo de mulas (CEOM, 2005; GOVERNO DE SANTA CATARINA, 2009; SDR DIONÍSIO CERQUEIRA, 2010; WERLANG, 2006).

Os imigrantes da região da SDR de Dionísio Cerqueira, em sua maioria eram das etnias alemã, italiana e portuguesa, merecendo destaque também os chamados "caboclos", advindos inclusive da região de conflitos do Contestado. A história da região de Dionísio Cerqueira está relacionada à agricultura e ao comércio exterior. No ano de 1979 foi oficializada a passagem internacional de comércio e turistas no chamado Porto Seco, no município de Dionísio Cerqueira. Essa atividade foi incrementada, no ano de 2003, com a instalação do Ponto de Fronteira Alfandegado, único a integrar dois países em território brasileiro (GOVERNO DE SANTA CATARINA, 2009; SDR DIONÍSIO CERQUEIRA, 2010).

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

A partir da contextualização sobre o processo de colonização ocorrido no Extremo Oeste Catarinense, assim como sobre as características histórico-culturais da região, descreve-se o seguinte problema de pesquisa:

Em que medida o capital social está relacionado com os indicadores sócio-econômicos dos municípios de três Secretarias de Desenvolvimento Regional do Estado de Santa Catarina?

1.3 JUSTIFICATIVA DO TRABALHO

O tema capital social, mesmo sendo consagrado na academia é um conceito abrangente e de uma pluralidade de utilizações. Esse fato gera dúvidas no que tange à metodologia para a sua utilização (ARAUJO, 2003). Nesse sentido Baquero (2003) descreve a existência de aspectos relativos ao entendimento do tema, tais como sua significação, as possibilidades para a sua mensuração e dependência com o contexto, que ainda precisam de esclarecimentos dos pesquisadores.

O capital social é um componente da teoria social considerado um elemento-chave para o ser humano e para o desenvolvimento econômico das comunidades. As razões que contribuem para o interesse nesse conceito são: o valor das relações sociais na vida social e as discussões econômicas; as transformações da sociedade e o papel do Estado; a importância das relações em rede para melhorar o desempenho econômico e a necessidade de conceitos para a compreensão da complexidade do ser humano (MACKE, VALLEJOS e SARATE, 2009).

Pode-se afirmar, de acordo com Araujo (2003), que parte das pesquisas científicas debruçam-se sobre o processo de mensuração do capital social. No entanto a autora acrescenta que essas pesquisas não se detêm ao capital social em si, mas sim nos resultados deste. Isso evidencia que há metodologias para a mensuração do capital social, porém não há consenso sobre elas.

Ao invés de fazer com que o interesse pelo assunto esmaieça, esse cenário tem efeito contrário: faz com que as pesquisas e estudos sobre o significado do capital social e sua mensuração sejam estimulados no meio científico (BAQUERO, 2003). Em pesquisa realizada no ano de 2009, tendo como fonte de pesquisa os artigos da base de dados *Business Source Premier* no período compreendido entre os anos de 2006 a 2009, observou-se que o capital social está sendo mais pesquisado nas suas relações com empreendedorismo, economia social, estudos regionais. Percebe-se que os autores relacionam o capital social com temas como o empreendedorismo, desenvolvimento econômico e regional, redes sociais, trabalhos teóricos sobre autores como Bourdieu, Putnam, Coleman.

Em sentido semelhante, as pesquisas sobre o desenvolvimento local também estão ocupando um espaço significativo no cenário acadêmico. Essas pesquisas inferem acerca da relação existente entre os ativos intangíveis, que englobam o capital social, capital institucional, capital humano, capital cívico, capital sinérgico (HADDAD, 2001). Boisier (1992) insiste na idéia de que, no longo prazo o desenvolvimento de uma região depende da sua capacidade de organizar-se social e politicamente a fim de modelar o seu próprio futuro (processo de desenvolvimento endógeno), relacionando-se com a disponibilidade das diferentes formas de capitais intangíveis.

Para Franco (2000) o desenvolvimento local procura identificar uma vocação e encontrar uma vantagem que possibilite aos indivíduos dessa localidade o acesso a diferentes oportunidades, além de uma participação democrática e responsável que acontece somente em ambientes democráticos e participativos. De acordo com Silva e Cândido (2009) para que

uma situação de desenvolvimento local seja alcançada, é preciso que aconteça uma transformação social, política, cultural e econômica.

O estudo conjunto do capital social e do desenvolvimento local objetiva a verificação de sua importância e influência nas políticas e projetos que visam ao desenvolvimento local. Os estudos que relacionam esses dois conceitos são importantes por contribuírem com novos conhecimentos sobre os temas, além de auxiliar na compreensão acerca da influência do capital social nos projetos de desenvolvimento local (SILVA e CÂNDIDO, 2009).

Bandeira (1994, 1999, 2007), e Monastério (2002) realizaram pesquisas em que foi comprovada a existência de desigualdades nas regiões do Rio Grande do Sul. Utilizando-se dos resultados das pesquisas sobre capital social realizadas por Bandeira (1994), Monastério (2002) aprofundou-se no tema traçando um comparativo com os indicadores de desenvolvimento econômico dessas regiões. Além disso, observou o contexto histórico cultural de colonização e desenvolvimento da região sul do Rio Grande do Sul a fim de justificar as diferenças existentes entre ela e as demais regiões gaúchas.

Com base no estudo envolvendo as regiões gaúchas, o presente estudo tem a intenção de mensurar os níveis de capital social e desenvolvimento a partir de indicadores sócio-econômicos em três regiões pertencentes a Secretarias de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste de Santa Catarina. Esse estudo se mostra relevante quando se leva em consideração que as variáveis econômicas não são suficientes para o desenvolvimento econômico e para a construção de um ambiente sustentável (MILANI, 2003). Por isso, o entendimento das implicações do capital social relacionadas ao desenvolvimento, neste cenário, se torna importante.

A abordagem do capital social muito tem a contribuir para a compreensão do desenvolvimento das regiões. O conhecimento dessa teoria, pelos administradores públicos, pode caracterizar um ponto de partida para o planejamento de intervenções bem sucedidas tendo em vista o desenvolvimento regional. Da mesma forma o capital social pode evidenciar as políticas que devem ser evitadas, sob o risco de provocar um efeito não desejado. Assim, o capital social também pode “alertar para os riscos de que certas políticas contribuem para a destruição do capital social e conseqüente piora das condições de vida dos cidadãos” (MONASTÉRIO, 2002, p. 180).

Desta forma, com o objetivo de responder à questão de pesquisa descrita neste trabalho, bem como contribuir com o esclarecimento do tema capital social e

desenvolvimento local e suas possibilidades de mensuração no ambiente regional, apresenta-se o objetivo geral e os objetivos específicos deste estudo.

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo geral

Mensurar os níveis de capital social e desenvolvimento a partir de indicadores sócio-econômicos em três regiões pertencentes a Secretarias de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste de Santa Catarina.

1.4.2 Objetivos específicos

- Descrever a formação e o desenvolvimento sócio-econômico das microrregiões representadas pelas três SDRs em estudo;
- Identificar fatores explicativos do capital social nas três SDRs da região Extremo Oeste Catarinense;
- Identificar e mensurar indicadores de desenvolvimento sócio-econômico nas três SDRs;
- Relacionar os fatores de capital social com os indicadores de desenvolvimento sócio-econômico;
- Explicar os resultados encontrados com base em fatos histórico-culturais.

1.5 DELIMITAÇÃO

Em função da natureza do estudo optou-se por adotar a vertente do capital social no sentido “coletivo”, defendido por Coleman, ao invés de trabalharmos esse conceito sob o olhar individual, de acordo com Bourdieu (1986, 1996, 2000). Nessa pesquisa o foco do

estudo do capital social foram os municípios que fazem parte das três Secretarias de Desenvolvimento Regional da fronteira Oeste do Estado de Santa Catarina.

Para Coleman (1990) o capital social possibilita uma melhor compreensão das relações de confiança que se estabelecem entre os grupos que favorecem a ação coletiva organizada. Os indivíduos se utilizam do capital físico e humano para atingir seus objetivos, no entanto, na ação conjunta só satisfazem alguns de seus interesses. As relações sociais possibilitam que as ações conjuntas se estabeleçam o que só é possível por meio do capital social. “O capital social localiza-se não nos indivíduos, mas nas relações entre eles, e a existência de capital social aumenta os recursos à disposição dos indivíduos que encontram-se imersos em tais relações” (COLEMAN, 1990, p. 300).

Da mesma forma cabe aqui delimitar que no estudo não foram adotadas as dimensões do capital social desenvolvidas por Nahapiet e Ghoshal (1997, 1998): estrutural, relacional e cognitivo. No entanto, as dimensões de análise adotadas na pesquisa foram baseadas na matriz do capital social proposta por Halpern (2008), que analisou esse conceito nos níveis micro, meso e macro. Esses níveis foram complementados pelo cruzamento com os tipos *Bonding*, *Bridging* e *Linking Social Capital*.

Para Halpern (2008), o capital social é constituído pelas redes sociais, normas e sanções que proporcionam as ações cooperativas entre os membros de uma comunidade. O autor destaca que as estruturas sociais facilitam a cooperação e a confiança entre os indivíduos, elementos chave do capital social. Enfatiza também que o controle da criminalidade e o incentivo à educação alavancam os estoques do capital social nas comunidades.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo tem como objetivo apresentar uma base teórica para o estudo, apresentando os principais conceitos relacionados aos temas desenvolvimento local, indicadores sócio-econômicos e capital social.

2.1 DESENVOLVIMENTO REGIONAL

De acordo com Diniz (2002, p. 01) o “desenvolvimento impõe autoconhecimento com o fim de implementar ações, o que pressupõe a motivação dos participantes com o fim de por em marcha um processo de mudança”. Busca-se com esse processo a evolução das comunidades no que tange a melhoria da condição de vida das pessoas que fazem parte desse grupo.

A questão do desenvolvimento passou a receber maior atenção dos cientistas sociais latino-americanos a partir do final da Segunda Guerra Mundial (1945). Nesse período os estudos passaram a ser norteados por duas correntes de pensamento: a liberal e a estruturalista. Os liberais consideram sinônimos o crescimento econômico e o desenvolvimento. O alcance da classificação de desenvolvimento pelos países se daria pela reprodução de modelos e experiências de países desenvolvidos (GOULART, 2006).

A corrente estruturalista tem como objeto de estudo “as relações econômicas de dependência centro-periferia, os problemas concernentes à inserção da industrialização nos países em desenvolvimento e à formação do capital” (NEUENFELD, 2008, p. 26). Essa corrente apoiou-se nos estudos que foram desenvolvidos pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL. Essa comissão foi criada em 1948 para monitorar as políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico da região latino-americana, para assessorar as ações encaminhadas para sua promoção e para contribuir no reforço das

relações econômicas dos países da área, tanto entre si como com as demais nações do mundo, e para promover o desenvolvimento social e sustentável (CEPAL, 2009). Os estruturalistas têm como doutrinário principal Raúl Prebisch, seguido por Celso Furtado, Helio Jaguaribe e Osvaldo Sunkel. Para Prebisch, a economia é caracterizada pela existência conjunta de um centro, responsável pelo desenvolvimento tecnológico, e de uma periferia vasta e heterogênea (NEUENFELD, 2008).

Na América do Sul, as idéias estruturalistas defendidas pelos seguidores do pensamento cepalino foram substituídas pelos preceitos liberais no período das décadas de 1960 e 1970 quando a onda ditatorial prevaleceu no continente. Para o Brasil é inegável que esse período (1964 a 1984) foi de grandes índices de crescimento, porém, o reflexo na estrutura social se deu na “modernização dos padrões de consumo” e não no sentido de transformação (FURTADO, 2000).

Na figura 2 é possível visualizar a evolução histórica do conceito de desenvolvimento na esfera das Nações Unidas e de outras organizações internacionais. A difusão desse conceito, assim como das políticas de desenvolvimento desenvolvidas nas últimas décadas e incorporadas por numerosos países justifica a utilização da denominação era do desenvolvimento, utilizada por Soares Junior e Quintella (2008).

Período	Acontecimento	Definição
Final da primeira metade do século XX	Harry S. Truman	Presidente americano que, em sua política internacional destaca a importância de ampliar a ajuda técnica oferecida a alguns países da América latina e outras nações menos favorecidas.
1961	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE.	Com sede em Paris, tem por finalidade a discussão, o desenvolvimento e o fomento de políticas econômicas e sociais de interesse de seus membros. Foi constituída por 29 países democráticos de elevado desenvolvimento industrial.
1964	Criação da Conferencia das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento – UNCTAD.	Criada em Genebra, na Suíça, e tem como objetivo aumentar as oportunidades de comércio, investimento e progresso dos países em desenvolvimento, ajudando-os a enfrentar os desafios derivados da globalização e a integrarem-se na economia mundial em condições equitativas.
1968	Criação do Clube de Roma	Formado por profissionais de diversas áreas e de diferentes países para a formação de uma livre associação de cientistas, tecnocratas e políticos, objetivava refletir e procurar soluções para diversos problemas do globo. Publicou em 1972 o relatório “Limites do Crescimento” onde é reconhecida a finitude dos recursos naturais e a seriedade dos problemas que assolavam o meio ambiente.
Anos 70	Declaração da Nova Ordem Econômica Internacional – NOEI.	Destaca a questão do desenvolvimento.
1972	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD.	Realizada em Estocolmo, apontou os problemas de abastecimento futuro de energia como uma prioridade para a agenda internacional.
1987	Comissão Mundial	Publica o relatório “Nosso Futuro Comum”, ou “Relatório

Período	Acontecimento	Definição
	para o Meio Ambiente e Desenvolvimento.	Brundtland”, que publicou a definição de desenvolvimento sustentável.
1992	ECO-92	Realizada pela Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro, trouxe o tema desenvolvimento para a agenda política internacional. Destacou-se nesse evento o conceito de desenvolvimento sustentável. Elaborou-se a Agenda 21.
1995	Organização Mundial do Comércio – OMC.	Tem por objetivo a elevação dos níveis de vida, o pleno emprego, a expansão da produção e do comércio de bens e serviços, a proteção do meio ambiente, o uso ótimo dos recursos naturais em níveis sustentáveis e a necessidade de realizar esforços positivos para assegurar uma participação mais efetiva dos países em desenvolvimento no comércio internacional.

Figura 2: Evolução histórica do conceito de desenvolvimento

Fonte: elaborado pela autora a partir das leituras realizadas.

Em 1983 a Organização das Nações Unidas (ONU), com foco nas questões ecológicas, incentivou a constituição da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Essa comissão, criada após uma avaliação dos 10 anos da Conferência de Estocolmo, integrou representantes de países em desenvolvimento e ONGs ligadas à questão ambiental. Dentre os trabalhos dessa Comissão pode-se destacar a publicação, em 1988 no Relatório de Brundtland e a formulação do conceito de desenvolvimento sustentável, entendido como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem suas próprias necessidades” (BRUNDTLAND, 1991, p. 46).

Presidida por Gro Harlem Brundtlandt e Mansour Khalid, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento objetivava a promoção de audiências mundiais e a produção de um resultado formal dessas discussões. No Relatório de Brundtland é apontada a incompatibilidade entre o desenvolvimento sustentável e os padrões de produção e consumo da sociedade. Nesse sentido o documento enfatiza a necessidade de reestruturar a relação entre o ser humano e o meio ambiente. “Ao mesmo tempo, esse modelo não sugere a estagnação do crescimento econômico, mas sim essa conciliação com as questões ambientais e sociais” (MUDANÇAS CLIMÁTICAS, 2009).

Com a Constituição de 1988, um novo modelo institucional brasileiro foi proposto. Esse fato aliado ao processo de descentralização das políticas públicas e às discussões teóricas que vinham acontecendo, incentivou a inserção da localidade no âmbito das pesquisas acadêmicas e de estudiosos políticos (GOULART, 2006).

Para Ribas Junior (2008), o modelo que prevaleceu no Brasil foi o “nacional desenvolvimentista” inspirado nas idéias cepalinas. Nesse modelo o crescimento seria baseado na substituição de importações, visando a industrialização. Seguindo os preceitos

keynesianos o Estado seria o principal agente desse processo, investindo em infra-estrutura, incentivando e financiando a iniciativa privada por meio dos empreendimentos industriais e na produção de matérias-primas básicas pelas empresas estatais. O modelo “nacional desenvolvimentista” gerou crescimento econômico, no entanto, relegou a uma posição secundária os Estados, Municípios e a sociedade civil organizada, sendo que a concentração política, financeira e administrativa ficou nas mãos do governo federal.

Com o advento da globalização, na década de 1990, o Brasil começou a sentir o impacto das mudanças econômicas, sociais e culturais promovidas por esse processo. Com isso a necessidade de inserção de novos fatores no cenário nacional, tais como capital humano, capital social, fortalecimento da governança, investimento em pesquisa, conhecimento, tecnologia e informação, passou a ser analisada. O fenômeno da globalização enfatizou a homogeneidade dos padrões culturais e de consumo. Grupos sociais e comunidades que resistiram a esse processo criaram ou reafirmaram a sua identidade e seus interesses (RIBAS JUNIOR, 2008).

Com a globalização, o acesso aos meios de informação fez surgir a “Sociedade da Informação e do Conhecimento”. Com isso a difusão das idéias de desenvolvimento ficou favorecida, “assumindo uma nova complexidade e incitando novos desafios para os pesquisadores dos mais variados campos do saber” (SOARES JUNIOR e QUINTELLA, 2008, p. 65).

O conceito de desenvolvimento abrange a observação de uma situação, a projeção de uma possibilidade de transformação e mudança, e sua implementação. Para Sergio Boisier (1995) existem duas culturas do desenvolvimento: a cultura competitiva/individualista, que tem a capacidade de gerar crescimento, mas não resulta em desenvolvimento; e a cultura cooperativa/solidária, que não gera crescimento, mas sim uma distribuição igualitária dos resultados. A existência conjunta das características dessas duas culturas, para o autor, resulta no real desenvolvimento de uma sociedade.

Faz-se necessário aqui destacar a diferença conceitual dos termos crescimento e desenvolvimento. É usual a utilização desses termos tanto na literatura quanto em ambientes de mercado e governo como sendo equivalentes. O crescimento denota um sentimento de ter mais, possuir. O desenvolvimento é entendido como um processo linear e de único sentido que se limita pelas diferenças de estágio e velocidade do crescimento da economia (SPEROTTO, 1997; SPEROTTO, FERASSO, 2006). Para Soares Junior e Quintella (2008),

da antiguidade até o final da Primeira Guerra Mundial o termo desenvolvimento relacionava-se à história, as transformações sociais de que provém os processos econômicos.

Outro estudioso do tema, Amartya Sen, relaciona o desenvolvimento com o conceito de liberdade. Para esse autor o desenvolvimento consiste em eliminar as privações de liberdade “que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente” (SEN, 2000, p. 10). Nesse sentido entende-se que os indivíduos podem moldar seu destino, sendo agentes e não somente beneficiários passivos do desenvolvimento.

Para haver desenvolvimento deve-se levar em consideração pressupostos que refletem a sustentabilidade do conceito, tais como o capital humano (conhecimentos, habilidades e competências da população local, condições e a qualidade de vida); capital social (níveis de confiança, cooperação, reciprocidade, organização social e empoderamento da população local); governança (modos de liderança, coordenação, intervenção, participação e negociação dos conflitos nos processos decisórios locais) e o uso sustentável do capital natural (SEBRAE, 2009).

As estratégias de desenvolvimento se concentram em dois tipos diferentes de lógicas: a lógica exógena e a lógica endógena (SANTOS, 2002). A **lógica exógena** localiza-se no âmbito de interesses de nível corporativo global e transnacional. O capitalismo global define nessa lógica as suas estratégias funcionais, num processo de transformação da economia nacional dos países em desenvolvimento em uma economia global. Destaca-se a dimensão econômica e instrumental no que tange ao desenvolvimento. O desenvolvimento é determinado e justificado pelo crescimento econômico.

A **lógica endógena** enfatiza a identidade e o sentimento de pertencimento. O desenvolvimento se expande para uma dimensão cultural, focando os valores da coletividade e os sistemas simbólicos constitutivos da cultura (SANTOS, 2002).

No contexto geopolítico, essas diferentes lógicas caracterizam os lugares-locais e os lugares-globais. Os primeiros delimitam o espaço da herança histórica que, mesmo reestruturado em função de estratégias globais, mantém uma identidade. São ainda a base da organização territorial e das relações de produção. Ainda que extrapolem limites geográficos, se assentam em especificidades sócio-culturais, políticas e institucionais particulares a um grupamento humano, com identidade própria. Os lugares-globais são espaços definidos por consequência da globalização neoliberal, fundamentalmente separando o centro da ação da sede da ação (GOULART, 2006, p. 5).

Esse conceito de lugares-globais e lugares-locais, na observação das diferenças existentes entre países industrializados e não industrializados, remete ao conceito da corrente estruturalista de centro-periferia. Nesse contexto diferenciam-se países produtores de conhecimento, tecnologia e inovação, caracterizados como países centrais, daqueles países que reproduzem e operam essas tecnologias (FURTADO, 2000).

A fim de ressaltar a valorização da qualidade de vida dos indivíduos, a participação social e o bem estar das gerações vindouras, surge o conceito de desenvolvimento local/regional integrado e sustentável. Esse conceito visa a melhoria da vida dos atores no âmbito individual e coletivo, inserindo, logicamente, a comunidade no contexto global, mas valorizando as particularidades próprias da região em que está inserida, criando um diferencial, enfatizando a identidade e a cooperação (BECKER, 2000).

Esse aspecto remete aos preceitos do desenvolvimento endógeno. Esse tipo de desenvolvimento é baseado na questão social, que está mais sujeito à dinâmica interna dos atores sociais do que às políticas econômicas e financeiras (incentivos fiscais, por exemplo) conferidas pelo poder público para a localização de empresas em determinadas regiões. Variáveis como valores, cultura, comportamento, redes sociais, econômicas e capital social, caracterizam esse paradigma de desenvolvimento (BANDEIRA, 1999).

Para Ribas Junior (2008), o desenvolvimento regional está relacionado com o processo de acumulação da inovação e da formação do capital social, considerando o território como uma estrutura ativa. Nesse conceito o território deixa de representar uma periferia que somente recebe as atividades produtivas desenvolvidas pelos centros.

No âmbito desse trabalho entende-se que a identidade de uma região, bem como o seu capital social, são construídos ao longo da história por meio da participação dos membros da sociedade nas discussões, formulação, implementação e avaliação das ações que interessam a região. Os diferentes processos políticos, culturais e sociais propiciam a formação desses elementos (BOISIER, 1995).

A participação dos atores sociais no desenvolvimento de projetos para a comunidade tem grande relevância no que tange ao apontamento das necessidades dos indivíduos, bem como no acompanhamento como forma de garantir a sua eficiência. Essa mobilização e participação caracterizam a intervenção de baixo para cima, baseada nas iniciativas e necessidades observadas pela comunidade (PIRES, 2001). Instituições podem ser criadas com o intuito de realizar análises sistêmicas e buscar a resolução dos problemas regionais. De

acordo com a OECD (1996), essas instituições podem desenvolver algumas tarefas a fim de reduzir algumas falhas:

- a. **Desenvolver a confiança e a cooperação:** proporcionando para a comunidade um fórum e um quadro referencial que possibilite a troca cooperativa de informações. Para Pires (2001) e Ribas Junior (2008), as associações industriais podem proporcionar algum grau de auto-regulamentação e arenas similares para a discussão, mas as instituições do tipo ‘ponte’ podem ampliar os contatos entre indústrias diferentes, porém relacionadas.
- b. **Criar coalizões políticas:** para que seja possível chegar a um consenso, conseguir recursos e ímpeto dos atores se faz necessária a atuação de conselhos econômicos regionais que tornem público determinados temas. A atuação desses conselhos abrange a análise das possibilidades de desenvolvimento em longo prazo e a educação dos seus membros no que diz respeito à adoção de novas políticas e a sugestão dos meios pelos quais os objetivos traçados para a comunidade possam ser alcançados.
- c. **Desenvolver a cooperação inter-regional:** o crescimento econômico regional, para obter sucesso, precisa saber como se relacionar com as outras regiões concorrentes, dentro e fora do país. A concorrência acirrada entre as regiões pode causar efeitos de destruição na riqueza da nação, assim como pode trazer resultados desastrosos para suas economias.

Nesse sentido pressupõem-se que, para uma região se desenvolver é preciso a integração e a união dos atores locais em prol da satisfação das necessidades e recursos locais (NICÁCIO, 2002). O desenvolvimento, para ser consistente e sustentável, deve, além de mobilizar e explorar os potenciais locais, contribuir para que as oportunidades sociais sejam elevadas, assim como a economia local se mantenha competitiva e viável. Para Buarque (2004), o desenvolvimento local sustentável é resultado da integração e sinergia de três fatores: qualidade de vida da população (redução da pobreza, geração de riqueza, distribuição de ativos); eficiência econômica (agregação de valor na cadeia produtiva); e, gestão pública eficiente.

Além disso, é possível identificar três conjuntos de elementos que, atuando de maneira interativa, resultam no desenvolvimento local sustentável (BUARQUE, 2004):

- a. O desenvolvimento tem como orientação e objetivos a curto, médio e longo prazo, a elevação da qualidade de vida e a equidade social;
- b. A elevação da qualidade de vida é fruto da eficiência e crescimento econômico, pressupostos do desenvolvimento sustentável;
- c. Pressuposto da sustentabilidade do desenvolvimento, a conservação do ambiente também é de fundamental importância para que a qualidade de vida e a equidade social sejam mantidas em longo prazo.

O conceito de desenvolvimento, nos últimos tempos, tem deixado o tradicional viés que o equipara ao crescimento econômico, passando a incorporar elementos inovadores. De acordo com Bender (2007), estudos recentes demonstram que o desenvolvimento depende de fatores que não diretamente econômicos, mas também de fatores sociais, a exemplo do capital social.

Corroborando com essa idéia Franco (2002) enfatiza que o desenvolvimento possui diferentes dimensões, tais como econômica, social, cultural, ambiental, físico-territorial, político-institucional e científico-tecnológica, que, conjuntamente influenciam no processo de desenvolvimento. Da mesma forma Sen (2000) elenca dimensões semelhantes para a constituição do desenvolvimento. Para o autor o desenvolvimento é expresso na ampliação das liberdades fundamentais do ser humano.

Para Boisier (1999), o conceito de desenvolvimento regional passa por um processo local em que há troca social com a finalidade de gerar um progresso permanente para a região, para a comunidade e para cada indivíduo que nela reside. Schmidt (2003, p. 218) destaca que a

inter-relação entre o econômico e o social vem sendo enfatizada como elemento central do desenvolvimento, de modo que a desigualdade (iniquidade), antes aceita como inevitável e até desejável nas etapas iniciais dos processos de desenvolvimento, passa a ser considerada como um obstáculo fundamental a ser superado, especialmente na América Latina. O capital humano e o capital social são considerados fatores fundamentais do progresso.

Para esse trabalho observou-se a questão do desenvolvimento regional relacionado com o capital social em 18 municípios da região Extremo Oeste catarinense. Sendo assim tem-se o conceito de território de Abramovay (2000, p. 6) que mostra-se de grande complementaridade em nosso contexto

A idéia central é que o território, mais que simples base física para as relações entre indivíduos e empresas, possui um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais e dos custos de transportes e de

comunicações. Um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido do próprio desenvolvimento econômico.

As análises procedentes dos dados coletados nos municípios perpassam pelo entendimento de desenvolvimento citado por Abramovay (2000), uma vez que leva-se em consideração a “trama de relações históricas, configurações políticas e identidades” existentes nas regiões compreendidas pelas 3 SDRs em estudo. Dessa forma o estudo realizado não se reduz a uma equação matemática ou algo semelhante, mas se propôs a investigar como os elementos do capital social permearam as relações sociais nas regiões e favoreceram o desenvolvimento.

2.1.1 Experiências brasileiras

O desenvolvimento regional é resultado do confronto entre projetos de desenvolvimento e a cooperação. Essa região é delimitada observando aspectos referentes à vocação econômica, cultura, história, língua (no caso de outros países). No Brasil quatro Estados implementaram essa experiência baseada no modelo italiano das províncias: Rio Grande do Sul, Ceará, Minas Gerais e Santa Catarina. No entanto, nenhuma tentativa brasileira chegou ao estágio de criação de um governo intermediário (CASAROTTO FILHO e PIRES, 2001).

O Estado do **Rio Grande do Sul** implementou em outubro de 1994 os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs), que consistem em fóruns de discussão e decisão acerca de políticas e ações que visam o desenvolvimento regional (CASAROTTO FILHO e PIRES, 2001). No ano de 2008 o estado gaúcho possuía 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento.

Os objetivos desses COREDEs são a ascensão do desenvolvimento regional com harmonia e sustentabilidade, “a integração dos recursos e das ações do governo na região; a melhoria da qualidade de vida da população; a distribuição equitativa da riqueza produzida; e a preservação e a recuperação do meio ambiente”, visando a permanência das pessoas em sua região (ATLAS SOCIOECONÔMICO RIO GRANDE DO SUL, 2010).

O Estado do **Ceará** iniciou seu processo de descentralização, incentivando a participação da sociedade civil, nos anos de 1987 a 1994, quando foram desenvolvidos programas governamentais, descritos por Judith Tandler em “Bom Governo nos Trópicos”,

considerados casos de sucesso, cujos resultados foram mais do que satisfatórios. A autora descreveu iniciativas públicas nas áreas de saúde pública, incentivo ao emprego, extensão agrícola e apoio à pequena empresa.

Tendler (1998) destaca que é preciso desconfiar dos lugares-comuns, assim como não se podem aplicar cegamente os ditames ortodoxos encontrados nos famosos manuais de "reengenharia" e "reestruturação empresarial". Mais importante do que importar e adaptar práticas pode ser prestar atenção à experiência local.

No decorrer de sua obra alguns aspectos importantes sobre o desenvolvimento regional são apontados: a dedicação ao trabalho nos programas governamentais refletiu em um sentimento de pertença; a comunidade passou a participar e acompanhar as atividades desenvolvidas pelo governo, mobilizando-se a favor da inserção do governo local nos programas estaduais, contribuindo para a criação de uma comunidade civil; e, principalmente compreender “por que alguns programas dão certo e outros não, mesmo quando ambos os tipos têm bons líderes”, “por que alguns bons programas podem sobreviver à saída de seu ‘líder carismático’, ao passo que outros não” (TENDLER, 1998, p. 35).

O governo cearense criou, entre os anos de 1995 e 1998, os conselhos regionais de participação que tinham como propósito a melhoria da governança buscando alternativas ao desenvolvimento sustentável das sub-regiões. Para isso o governo “contratou a Universidade Federal do Ceará para a organização, numa primeira etapa, dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável nos 184 municípios, com a participação mista entre governo e sociedade civil” (BIRKNER, 2008, p. 300).

Posteriormente a essa etapa foram criadas vinte sub-regiões administrativas, os Conselhos Regionais de Desenvolvimento Sustentável (CDRS), cuja função era a de consultor perante o governo, comprometendo-se a identificar os problemas das regiões, potencialidade e alternativas para o desenvolvimento sustentável. No ano seguinte à formação dos CDRS a experiência perdeu fôlego em virtude das eleições municipais. Houve queixas dos prefeitos e deputados, que se sentiram marginalizados na sua função de representantes legítimos da sociedade, sendo deixados de lado. Críticas da imprensa também surgiram. Bandeira (1999) explica esses fatos e justifica a desarticulação dos conselhos pelo imediatismo para a falta de resultados rápidos em obras e serviços.

As eleições realizadas no ano de 1998 permitiram que os CDRS continuassem. Assim, no ano 2000 iniciou-se a elaboração dos planos de Desenvolvimento Regional (PDR), que objetivava o aprimoramento das políticas de redução dos desequilíbrios regionais.

No ano de 2002 as eleições estaduais permitiram que as forças políticas no poder continuassem, implementando uma nova medida de aperfeiçoamento institucional, criando as Secretarias de Desenvolvimento Local e Regional (SDLR). As SDLR iniciaram a implantação, em 2004, dos Escritórios de Desenvolvimento Regional (EDR), criando estruturas físicas para que os gerentes regionais pudessem atuar efetivamente nas regiões.

A experiência cearense pode ser considerada um “processo virtuoso de continuidade de um conjunto de ações governamentais” (BIRKNER, 2008, p. 302). Assim é possível afirmar que

mudanças de ambiente político e cultural para a promoção do desenvolvimento levam um tempo considerável. Além da força conservadora de qualquer cultura, o que inúmeros autores admitem, tais processo políticos são lentos porque há conflitos internos à própria esfera governamental, em que disputas de poder estão longe de ser exceção (BIRKNER, 2008, p. 302).

O Estado de **Minas Gerais** iniciou sua intenção de regionalização no ano de 1993, quando a Assembléia Legislativa passou a realizar audiências públicas com o intuito de “inserir as demandas da sociedade nos orçamentos anuais” (BIRKNER, 2008, p. 298). De acordo com Bandeira (1999) e Casarotto Filho e Pires (2001), as intenções estabelecidas não recebiam muita atenção do governo até o ano de 1996. O intervalo entre as reuniões aumentou, passando a ser bi-anual.

Provocando uma duplicação de papéis, em 1995, o poder Executivo do estado determinou que fossem criadas 25 regiões administrativas com o objetivo de promover a descentralização administrativa buscando agilidade no atendimento às necessidades da população. No entanto a participação da sociedade civil nesse processo não ficou bem clara, gerando conflitos de funções.

O que impossibilitou qualquer resultado e avaliação mais concretos foi a efêmera duração da experiência, iniciada em 1997. Isso porque, dois anos depois, a referida política de descentralização foi abandonada pelo governo seguinte. Nesse caso, sequer tratou-se de um caso clássico de solução de continuidade, embora na prática tenha sido esse resultado, por conta de um revanchismo político não somente partidário, mas pessoal (BIRKNER, 2008, p. 300).

O partido político que iniciou o processo de descentralização no Estado de Minas Gerais na gestão de 1995-1998 voltou ao poder no ano de 2003. Presumiu-se que as regionais voltassem a ser objeto de atenção por parte do governo, sendo reativadas. Entretanto nesse governo o foco estava na recuperação das finanças públicas. De acordo com Birkner (2008, p.

300) “se tal política de descentralização tivesse resistido durante o segundo governo, dificilmente haveria justificativas para interrompê-la pelo governo subsequente, cujo partido, afinal, foi o responsável por sua criação”.

As experiências voltadas a promoção do desenvolvimento local / regional vem se multiplicando desde a década de 1990. Essas experiências, baseadas na descentralização governamental, buscam uma aproximação da sociedade com as entidades governativas, num processo representativo da democratização (BIRKNER, 2008).

No Estado de **Santa Catarina**, no ano de 1996, surgiram os Fóruns de Desenvolvimento Regional Integrado (FDRIs). O primeiro Fórum foi criado na cidade de Chapecó, localizada no Oeste do Estado, como iniciativa da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina. Destaca-se, acerca das Associações dos Municípios de Santa Catarina (existentes até hoje), que elas são resultado do processo de planejamento micro-regional e desenvolvimento local integrado, incentivado pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Serfhau), criado em 1964, no primeiro ano do regime militar (BIRKNER, 2006).

A Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina promoveu a mobilização dos prefeitos filiados a Federação Catarinense de Municípios (Fecam), a fim de formar uma comissão e viajar para a Itália com o intuito de conhecer a experiência de desenvolvimento regional implementada no norte daquele país. Essa comissão percebeu, na região da Bolonha, condições sócio econômicas que se assemelhavam às da região oeste catarinense, representando um modelo que poderia ser reproduzido. Assim, estabeleceram contato com o Instituto de Pesquisa Nomisma, que, posteriormente foi contratado para realizar um estudo das potencialidades de desenvolvimento regional no Oeste catarinense (FECAM, 2009).

As constatações do estudo realizado pelo Instituto italiano evidenciaram dois problemas na região Oeste de Santa Catarina: a cultura individualista, que reflete em ações isoladas do empresariado e do poder público; e a distância existente entre o povo e as instituições de poder. A partir disso, constatou o Instituto, ser necessária uma integração entre o setor público e a sociedade civil (BIRKNER, 2008).

Assim, em decorrência dessa iniciativa surgiram os referidos fóruns, primeiramente, na cidade de Chapecó, o Fórum do Oeste. Esse fórum criou uma agencia própria de desenvolvimento regional, o Instituto de Desenvolvimento Regional – Saga. Essa agência era formada por técnicos da Empresa de Pesquisa Agrícola de Santa Catarina (Epagri), Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc) e professores da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc). O Instituto Saga consiste em uma

organização não governamental, sem fins lucrativos, criada para atuar como braço operacional do FDRI, com o objetivo principal de planejar e executar as ações estratégicas para o desenvolvimento da microrregião, priorizadas através do Fórum Regional (AMOSC, 2009).

Seguiu-se a essa iniciativa uma movimentação de técnicos e políticos concentrados em Florianópolis, capital do Estado, no sentido de formar uma organização que passou a fomentar a criação dos fóruns nas regiões. Criou-se assim o Fórum Catarinense de Desenvolvimento Regional (Forumcat), composto oficialmente por cerca de 60 entidades civis e governamentais. Desde sua criação, em 1996, o Forumcat exerceu a função de articulador para a formação de redes locais de cooperação entre os atores políticos nas regiões do Estado (FORUMCAT, 2009).

Vigentes em Santa Catarina até o ano de 2002, os FDRIs podem ser considerados uma experiência concreta na tentativa promover, ou mesmo de resgatar o capital social (ilustrado com alguns valores como a cooperação, a confiança, e o fortalecimento da identidade territorial), com o intuito de estimular o desenvolvimento regional e sustentável. Os FDRIs foram interrompidos pela sucessão governamental (BIRKNER, 2006).

As Agências de Desenvolvimento Regional de Santa Catarina são fruto da organização da sociedade civil catarinense em fóruns de Desenvolvimento Regional Integrado. Esses fóruns, de caráter não governamental, perduraram nos anos de 1996 até 2002, quando, por iniciativa do Governo do Estado, foram implantadas as Secretarias de Desenvolvimento Regional a fim de assistir as microrregiões catarinenses com uma política de descentralização governamental. Para Reina et al (2010, p. 1) “o processo de descentralização procura promover a transferência e a redistribuição do poder social, político e econômico, incorporando a aprovação dos processos de tomada de decisão acerca dos temas de interesse público”. Conforme Birkner (2008), essa ação não se contrapôs aos fóruns, no entanto tirou-lhes o papel de protagonistas, fazendo com que diminuísse a participação da sociedade civil, objetivo da criação dos fóruns.

Assim, no ano de 2003 foi criada a primeira Secretaria de Desenvolvimento Regional, situada na cidade de São Miguel do Oeste, no Extremo Oeste de Santa Catarina, fazendo divisa com a Argentina. Essa região ocupa uma área de 2.225,44 km² e possui uma população estimada em 96.290 habitantes, abrangendo um total de 12 municípios: Bandeirante, Barra Bonita, Belmonte, Descanso, Guaraciaba, Iporã do Oeste, Itapiranga, Paraíso, Santa Helena, São João do Oeste, São Miguel d'Oeste e Tunápolis (GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2009).

O governo que atuou em Santa Catarina no período de 2003 a 2006 criou para o estado uma estrutura governamental de descentralização político-administrativa. As Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR), passaram a atuar como “braços operacionais” do governo nas regiões interior. Essas SDRs são coordenadas por um secretário geral, e as suas ações são definidas pelo Conselho de Desenvolvimento Regional composto pelos prefeitos, presidentes da câmara de vereadores e dois representantes da sociedade civil dos municípios de abrangência da SDR (GOVERNO DE SANTA CATARINA, 2009).

No ano de 2009 Santa Catarina já possuía um total de 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional.



Figura 3: Secretarias Regionais do Estado de Santa Catarina no ano de 2009.

Fonte: Governo do Estado de SC, 2009.

Casarotto Filho (2003) destaca que o objetivo comum das Agências de Desenvolvimento é o desenvolvimento econômico do todo, considerando os objetivos de planejamento territorial e a assistência às empresas. Para isso as agências precisam apresentar as capacidades de:

- Mudar os comportamentos culturais da região e estruturá-los à volta de um programa bem definido, aceito por todos os agentes públicos e privados, tirando vantagem da força das regiões onde operam tentando eliminar as suas fraquezas;
- Operarem em nichos de mercado que não são abrangidos pelo setor privado (empresas de consultoria) no campo dos serviços a empresas;
- Encontrar o equilíbrio entre as medidas de desenvolvimento para a região e o seu potencial endógeno real.

Dessa forma é possível considerar que uma ADR é uma instituição privilegiada para definir e implementar estratégias de desenvolvimento local, sendo necessário para isso auxiliar na:

- Definição dessa estratégia;
- Mobilização de todos os atores, incluindo os políticos, em torno da estratégia;
- Mobilização dos fundos com efeito “de alavanca”;
- Identificação de projetos piloto, ou de demonstração;
- Promoção da concessão de apoio financeiro (dado que os micro-projetos oferecem, muitas vezes, uma rápida recuperação do investimento, podendo ter um efeito demonstrativo considerável, fazendo com que a população readquira confiança nas suas capacidades);
- No fornecimento de pequenas infra-estruturas de proximidade;
- Na atração de investimento do setor privado;
- Na manutenção de um nível de qualidade.

As tarefas das agências consistirão na obtenção de consenso político no que tange a estratégia formulada e certificar a disponibilidade de fundos públicos e privados para que a estratégia seja implementada. Assim, a ADR tem seus objetivos orientados para a consulta e sintonia com os atores locais/regionais; complementaridade e desenvolvimento de sinergias entre as ações e os deveres de tais atores; e, parceria entre os atores (CASAROTTO FILHO, 2003).

No Brasil os aglomerados são formados por instituições públicas e privadas que apóiam as atividades econômicas da região. Tem-se a participação de universidades, institutos

de pesquisa, entidades que oferecem capacitação, pesquisa, serviços técnicos, sem articulação, de baixa eficiência de alto desperdício, como mostra a figura 4.

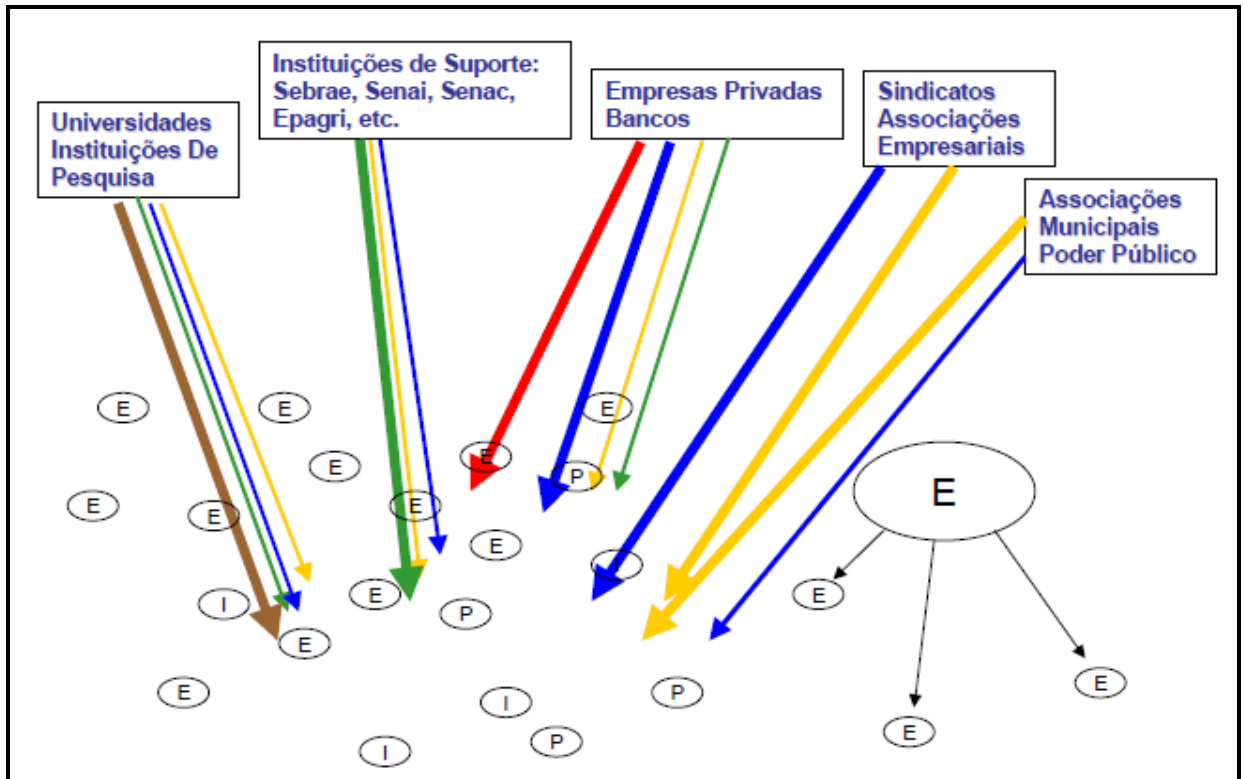


Figura 4: Aglomerado não estruturado.

Fonte: Casarotto Filho (2003, p. 7).

A estruturação de um aglomerado dá-se pela atuação de uma Agência de Desenvolvimento Regional setorial atuando como plataforma interinstitucional articulando as competências, como observado na figura 5. As instituições prestam os serviços de sua competência e um articulador desenvolve programas onde essas competências são mais bem aproveitadas, reduzindo os desperdícios. Um exemplo de atividade desenvolvida por uma ADR é o apoio à formação de consórcios de empresas ou cadeias de fornecimento.

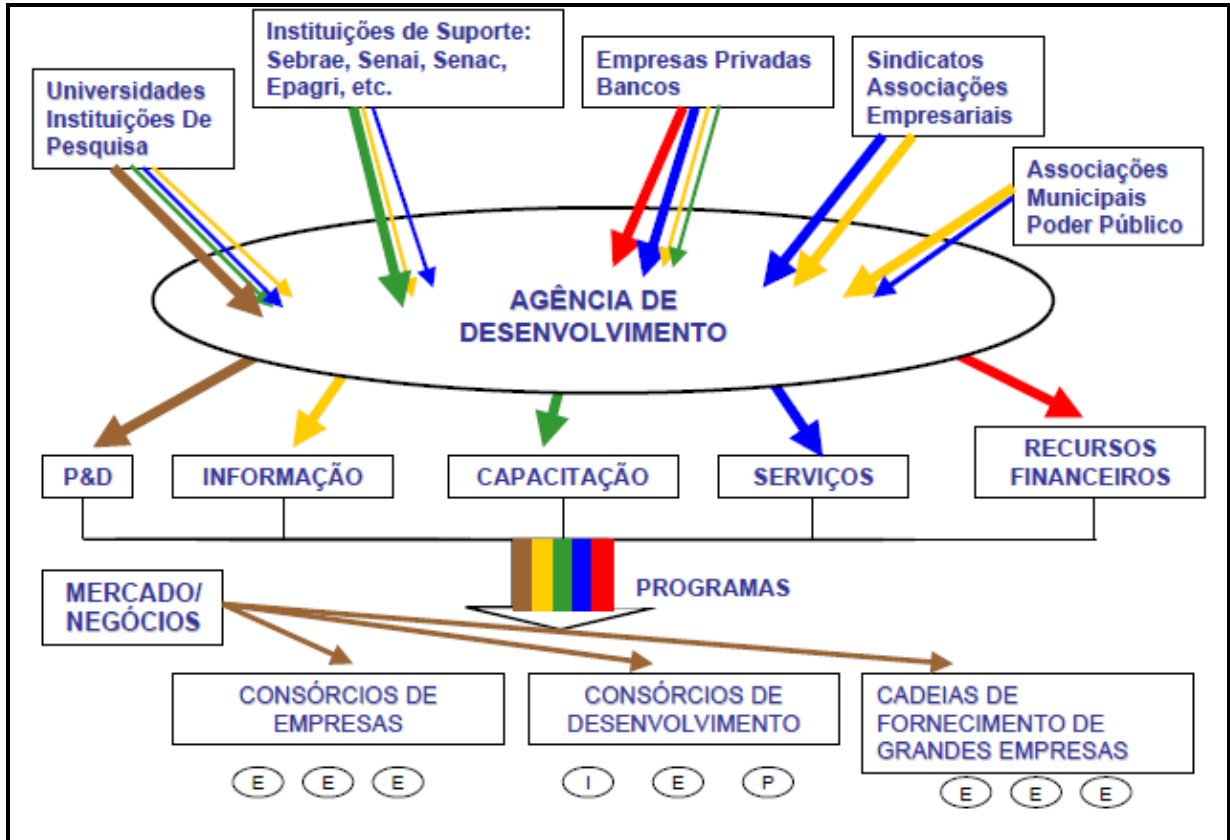


Figura 5: Aglomerado estruturado.

Fonte: Casarotto Filho (2003, p. 8).

No modelo catarinense, *benchmarking* dos Sistemas Produtivos Locais do Norte italiano, a agência de desenvolvimento está localizada no topo, a exemplo da figura 5, com a função de articular as demais instituições, públicas ou privadas, com vistas ao desenvolvimento da região. No modelo italiano as agências de desenvolvimento implementam e geram os projetos com vistas a atuar em um setor ou cadeia produtiva específica da vida regional. Para Biancu (2003) o modelo da experiência italiana destaca-se pela maneira como ele se articula. Porém possui forte presença do governo no que tange à articulação dos mecanismos de governança.

Com base nos estudos realizados destaca-se que essa pesquisa será baseada nos conceitos de desenvolvimento regional elaborados por Becker (2000), Ribas Junior (2008) e Sebrae (2009). Esses autores abrangem em suas definições os conceitos de capital humano, capital social, governança e o uso sustentável do capital natural, destacando o papel do indivíduo e a sua qualidade de vida com vistas à melhoria da vida dos atores no âmbito individual e coletivo, e de atores (empresas, instituições, entidades, ONGs) que agem e cooperam em prol desse desenvolvimento regional.

2.2 INDICADORES

A análise a que se propõe esta pesquisa busca nos indicadores de desenvolvimento sociais e econômicos a base para o seu desenvolvimento. Para tanto, se faz necessária a compreensão acerca desses conceitos.

Originário do latim *indicare*, o termo indicador quer dizer descobrir, apontar, anunciar, estimar. Na década de 1990 os indicadores eram definidos como ferramentas que possibilitavam a obtenção de informações acerca de determinada realidade (OECD, 1993). Eram caracterizados como sendo capazes de sintetizar conjuntos complexos de informações e deterem-se ao essencial significado dos aspectos que se pretendia analisar (HATCHUEL; POQUET, 1992; BOUNI, 1996).

Dpie (1995) considera que os indicadores são respostas às atividades humanas realizadas em determinado sistema. Entendidos como medidas de condição ou comportamento, os indicadores podem fornecer um resumo dos sistemas complexos e permitir previsões das condições futuras. Para isso é necessário que sejam conhecidas as relações entre os indicadores e o padrão de respostas dos sistemas.

Para os agentes sociais, o conhecimento dos indicadores auxilia na criação de cenários que auxiliam na tomada de decisões, bem como para averiguar o desempenho das decisões tomadas (FRANCA, 2001; SANTOS, 2004; GALLOPIN, 1996).

Meadows (1998) faz uma analogia relevante para o entendimento da função dos indicadores. Para a autora, os indicadores assemelham-se a um termômetro que é utilizado para medir a temperatura de um paciente. O termômetro, mesmo não medindo a temperatura de um sistema específico do paciente, fornece uma informação sobre a saúde dele a fim de que se possa, complementado por outros exames, fazer um diagnóstico completo. Assim considera-se que os indicadores podem ser utilizados para o monitoramento de sistemas importantes para sociedade, uma vez que fornecem informações gerais sobre diferentes aspectos sociais.

2.2.1 Indicadores sócio-econômicos

Os indicadores sociais são considerados medidas, geralmente quantitativas, usadas para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato utilizado nas pesquisas acadêmicas (de interesse teórico) ou na formulação de políticas públicas (JANUZZI, 2001).

Na pesquisa acadêmica os indicadores representam uma relação entre a teoria e a evidência empírica. No âmbito das políticas públicas os indicadores sociais representam um instrumento que permite monitorar a realidade social e apontar a necessidade de formulação ou reformulação de alguma política (CARLEY, 1985; MILES, 1985).

A OECD criou, em 1970, um programa para a elaboração de indicadores sociais. A primeira fase do programa, provisoriamente encerrada em 1973 estabeleceu uma lista de com as preocupações sociais que eram corriqueiras à maioria dos países membros da OECD. A segunda fase do programa consistiu na elaboração de indicadores sociais para as preocupações elencadas na primeira lista. A terceira fase consistiu na medição dos indicadores elaborados pelo programa. O resultado desse programa foi publicado em 1976 sob o título “A medida do bem-estar social”, cujo relatório apresentava um “quadro das preocupações sociais e dos indicadores sociais” (BARRETO, 1978; SANTAGADA, 1993).

Esse programa desenvolvido pela OECD é norteado por três conceitos principais: bem estar social, preocupação social e indicador social. O **bem estar social** é entendido como sinônimo de qualidade de vida, o que significa o bem estar global dos indivíduos. Esse conceito esbarra nas particularidades histórico culturais de cada país e mesmo no interior dos países, uma vez que está sujeita à inevitável intervenção de juízos de valor (BARRETO, 1978; SANTAGADA, 1993).

As **preocupações sociais** representam aspirações ou preocupações passíveis de identificação e definição que adquirem importância fundamental e direta para o bem estar humano. Os **indicadores sociais** são entendidos como “uma medida estatística direta e válida que permite observar o nível e as variações no tempo de uma determinada preocupação social” (BARRETO, 1978, p. 4). Esses indicadores podem corresponder a uma preocupação social ou a um aspecto dessa preocupação, sendo possível a elaboração de mais de um indicador para a mesma preocupação.

Os indicadores da OECD foram agrupados em domínios de objetivos, desmembrados em preocupações sociais e suas subdivisões, indicadores e a validade dos indicadores apresentados. Os domínios de objetivos são: saúde; expansão da personalidade pela aquisição de conhecimentos; emprego e qualidade da vida de trabalho; tempo e lazeres; situação econômica pessoal; meio ambiente físico; meio ambiente social; a segurança das pessoas e a administração da justiça; e, oportunidades sociais e participação.

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ficou encarregado de organizar e cuidar do funcionamento do Sistema de Indicadores Sociais (SANTAGADA,1993). As pesquisas do IBGE (2004) os indicadores abrangem áreas específicas como educação, saúde, domicílios, trabalho e rendimento, cor, mulheres, idosos, crianças, adolescentes e jovens.

Os indicadores econômicos compreendem os dados que sinalizam o comportamento das variáveis que compõem um sistema econômico. Agentes públicos (governo) e privados (empresas e consumidores) utilizam-se dessas informações para compreender a situação atual e sinalizar tendências a fim de auxiliar na tomada de decisões (LOURENÇO e ROMERO, 2002).

Para Lourenço e Romero (2002) os indicadores econômicos podem ser classificados em cinco subconjuntos que abrangem variáveis macroeconômicas: nível de atividade, preços, setor externo, agregados monetários e setor público.

Os **indicadores de nível de atividade** exercem a função de termômetro das condições gerais dos elementos com comportamento mais sensível a flutuações econômicas. Exemplo desse conjunto de indicadores é o Produto Interno Bruto (PIB), produção industrial, estatísticas de emprego e desemprego.

A inflação “pode ser entendida como uma elevação generalizada e permanente dos níveis de preços do sistema econômico, resultando em deterioração do poder aquisitivo da moeda e depreciação dos valores dos ativos”. Os principais **indicadores de preço** no Brasil são produzidos pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna – IGP-DI, Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M); IBGE (Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC); e, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (FIPE-USP) (Índice de Preços ao Consumidor – IPC).

Os **indicadores do setor externo** compreendem as Exportações, Importações, o Saldo da Balança Comercial, Saldo em Transações Correntes e Dívida Externa. Como indicadores financeiros, no subconjunto **agregados monetários**, são utilizados os índices de Juros Over/Selic e Rendimento da Poupança. E, por fim, os **indicadores do setor público** são a Dívida Líquida e as Necessidades de Financiamento.

2.2.2 Índice de desenvolvimento humano

Publicado pela primeira vez no ano de 1990, no Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi criado por Mahbud ul Haq (1934 – 1998) com a colaboração de Amartya Sen. O objetivo do IDH consistia na medição do nível de desenvolvimento humano das nações com base em indicadores de educação, longevidade e renda, cuja escala varia de 0 (nenhum desenvolvimento humano) e 1 (total desenvolvimento humano). De acordo com o Ipea (2010), são considerados de desenvolvimento humano baixo os países que apresentam o índice com valores até 0,499. IDH entre 0,5 e 0,799 representam países com médio desenvolvimento humano e, índice superior a 0,800 são considerados altos.

Longe de representar a “felicidade” das pessoas ou o “melhor lugar no mundo para viver”, o IDH computa o PIB *per capita* (corrigido pelo poder de compra da moeda do país), a longevidade (esperança de vida ao nascer) e a educação (alfabetização e taxa de matrícula) (PNUD, 2010).

O IDH dos municípios é calculado utilizando os mesmos critérios do IDH dos países. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal é obtido pela média aritmética simples de três sub-índices, referentes às dimensões Longevidade (IDH-Longevidade), Educação (IDH-Educação) e Renda (IDH-Renda) (PNUD-BRASIL, 2010).

2.3 CAPITAL SOCIAL

Coleman (1988) destaca a existência de alguns tipos de capital: capital físico, capital humano e capital social. O capital físico é representado por materiais tangíveis e observáveis, tais como ferramentas e equipamentos. O capital humano, menos tangível, refere-se às

habilidades adquiridas pelos indivíduos e, o capital social, também intangível, representa basicamente as relações entre as pessoas.

O conceito de capital humano e físico está bem estabelecido. Os conceitos de capital social e cultural, no entanto, não estão bem definidos. O capital social é geralmente considerado um atributo de comunidades, enquanto o capital humano é considerado um atributo de pessoas que dispõe de um estoque de competências, qualificações e conhecimentos. O capital cultural tem sido considerado um aspecto do capital humano, algo que um indivíduo pode acumular ao longo do tempo por meio de talentos, habilidades, formação e de participação em atividades culturais (NATIONAL STATISTICS, 2001).

Esse estudo concentra-se no conceito de capital social. Para tanto a revisão de literatura será desenvolvida com base nesse conceito.

2.3.1 Conceito de Capital Social

Os estudos sobre o tema capital social, no decorrer dos anos, são abordados por diferentes áreas de conhecimento, tais como a sociologia, as ciências políticas, a administração, a economia, buscando compreender as suas relações com o empreendedorismo, a economia social, os estudos regionais. Para Milani (2003), as redes de compromisso cívico, as normas de confiança mútua e a riqueza do tecido associativo são considerados fatores fundamentais do desenvolvimento local, tanto urbano quanto rural.

A difusão do conceito de capital social no meio acadêmico ocorreu devido a valorização das relações e estruturas sociais no discurso político e na ótica econômica em introduzir uma dimensão normativa em sua análise; o reconhecimento dos recursos embutidos em estruturas e redes sociais não contabilizados por outras formas de capital; o ambiente político-econômico emergente que levou a um reposicionamento dos papéis do Estado e da sociedade; a compreensão e utilização transversal do termo capital social por diferentes disciplinas; e, o potencial de alavancagem política do conceito (ALBAGLI; MACIEL, 2002).

Desde o princípio o uso do conceito foi utilizado para elucidar uma gama de fenômenos sociais, no entanto, com o passar dos anos os pesquisadores concentraram sua atenção não só no papel do capital social como influenciador do desenvolvimento do capital humano (COLEMAN, 1988), mas também sobre a sua influência no desenvolvimento das

regiões geográficas (PUTNAM, LEONARDI e NANETTI, 2002), e também no desenvolvimento das nações (FUKUYAMA, 2000).

Pierre Bourdieu (1986) desenvolveu um conceito de capital social como parte de um projeto mais amplo para a compreensão sobre como as relações de diferença, o poder e a dominação são criados e sustentados, e também como os atores sociais operavam dentro destes conjuntos de relacionamentos. O autor dá uma base para a reflexão sobre uma forma como o capital social pode ser entendido, uma forma que é um pouco distinta das formas que muitas vezes tem sido destacada no desenvolvimento dos estudos.

Bourdieu (1986) destaca a possibilidade de apresentação do capital social em três formas fundamentais: o **capital econômico**, que é conceituado pela sua conversão em dinheiro; **capital cultural**, que também pode ser convertido em capital econômico e institucionalizado em habilitações literárias; e, **capital social**, composto das obrigações sociais.

Para o autor o conceito de capital cultural pode ser fragmentando de três formas: incorporado, objetivado e institucionalizado (BOURDIEU, 1986).

O capital cultural incorporado está intrinsecamente relacionado com o indivíduo. Seu desenvolvimento se dá por meio da incorporação da cultura, que é fruto de um trabalho de assimilação e repetição, que, por sua vez demanda tempo. O tempo necessário para o desenvolvimento desse capital deve ser investido exclusivamente pelo indivíduo, justificando-se dessa forma o porquê da relação intrínseca existente entre o capital cultural e o indivíduo.

Capital cultural objetivado é perceptível por meio da sua materialização. Exemplos dessa forma de capital cultural são as pinturas, escritos, monumentos, que podem ser materialmente transmitidos, tanto sob a forma de capital econômico, por meio da compra, quanto sob a forma de capital cultural, pela sua apropriação simbólica. Assim, o capital cultural objetivado pode existir simbólica (na incorporação do capital) e materialmente (na aquisição material do capital).

O capital cultural institucionalizado refere-se ao reconhecimento institucional do capital cultural de posse de um determinado indivíduo por meio de sua qualificação acadêmica. Esse capital pode ser valorado pelo capital econômico que remunera um determinado capital acadêmico, ou seja, estabelece um valor para o titular de uma determinada qualificação.

De acordo com Nahapiet e Ghoshal (1998) o capital social pode ser definido como a acumulação dos recursos reais e potenciais incorporados, disponíveis e derivados da rede de relacionamentos possuída por um indivíduo ou unidade social. Nesse contexto a unidade social pode ser entendida como uma equipe, grupo ou mesmo uma organização (LEE; SUKOCO, 2007). O capital social de um indivíduo depende do tamanho da rede que ele é capaz de mobilizar e também do capital econômico, cultural e simbólico possuído pelos membros da rede a que ele está conectado. Por capital simbólico entende-se qualquer forma de capital que pode ser representada ou apreendida numa relação de conhecimento (BOURDIEU, 1986). Para o autor, um fator essencial para o desenvolvimento do capital social é o tempo, uma vez que constitui uma forma de história e é fruto de um processo contínuo e estável.

Na figura 6 estão elencados os principais conceitos de capital social no decorrer dos anos.

1830	Alexis de Tocqueville	Observou um contraste entre a França e os EUA. Americanos formam associações. Possuem liberdade de imprensa, associações voluntárias e práticas de igualdade.
1916	Lyda Judson Hanifan	A comunidade se beneficiaria da cooperação de todos e quando as pessoas criam o hábito de se relacionar, por razões sociais, de lazer e econômicas, esse “capital social”, ou seja, essa rede de relações pode ser dirigida para o bem estar da comunidade.
1950	John Seeley	Capital social assinala como o pertencimento de moradores suburbanos a certos clubes e associações facilitavam o acesso a outros bens e a direitos, ainda que simbólicos.
1960	Jane Jacobs	Enfatizar a importância de redes informais de sociabilidade nas grandes metrópoles e para demonstrar como sólidas redes sociais em áreas urbanas de uso misto constituíam uma forma de capital social que encorajava a segurança pública.
1970	Glenn Loury Ivan Light	Capital social foi utilizado para analisar o desenvolvimento econômico em áreas centrais das grandes cidades americanas.
1980	Ekkehart Schlicht	Utilizou o conceito para sublinhar a importância que a organização social e a ordem moral têm para o desempenho da economia.
1980	Pierre Bourdieu	Agregador de recursos, reais ou potenciais, que possibilitavam o pertencimento duradouro a determinados grupos e instituições.
1980	James Coleman	Normas sociais como guias de ação para o indivíduo, como expectativas que expressam se nossas ações estão certas ou erradas.
1984	Albert Hirshman	Capital social é aquele que aumenta dependendo da intensidade de seu uso, no sentido de que praticar cooperação e confiança produz mais cooperação e confiança, logo, mais prosperidade.
1990	Banco Mundial	O capital social constitui numa cola que mantém as instituições em contato entre si e as vincula ao cidadão visando a produção do bem comum.

1990	Robert Putnam	Debate sobre o papel do capital social e da sociedade civil na Itália e nos Estados Unidos.
2000	Francis Fukuyama	Relações entre prosperidade econômica, cultura e capital social.

Figura 6: Utilização do conceito de capital social no decorrer dos anos

Fonte: adaptado de Araujo, 2003; Vale et al, 2006.

O termo capital social, como pode-se observar na Figura 3, faz parte das pesquisas desde o início do século XIX. No entanto, somente a partir da década de 1990 o tema passou a receber maior destaque. Nessa época o Banco Mundial começou a utilizar o conceito de capital social vinculado às questões relacionadas à pobreza, bem como a sua utilização no processo de avaliação dos projetos à ele submetidos. Para o Banco Mundial o capital social e cultura são as “chaves para o desenvolvimento”, logo seus projetos devem levar em consideração os valores sociais do meio onde será efetivado (ARAÚJO, 2003).

Dessa forma, de acordo com Araújo (2003), o Banco Mundial passou a considerar quatro formas de capital: **capital natural**, recursos naturais de que é dotado um país; **capital financeiro**, aquele produzido pela sociedade e que se expressa em infra-estrutura, bens de capital, capital financeiro, imobiliário, entre outros; **capital humano**, definido pelos graus de saúde, educação e nutrição de um povo; e, **capital social**, capacidade de uma sociedade de estabelecer laços de confiança interpessoal e redes de cooperação com vistas a produção de bens coletivos.

Para o Banco Mundial (2009) o capital social diz respeito às instituições, relações e normas que determinam a qualidade e a quantidade das interações sociais da coletividade. Para essa instituição o capital social não é considerado apenas a soma das instituições que sustentam uma sociedade, mas sim representa a cola que as mantém juntas a fim de prosperarem economicamente e para que o seu desenvolvimento seja sustentável.

A fim de transpor a teoria do capital social para uma construção prática, o Banco Mundial (2009) desenvolveu o *Social Capital Implementation Framework* (SCIF). Criado com base em resultados de duas revisões de projetos de turismo interno e externo com base nos componentes do capital social, o principal objetivo do SCIF é fornecer orientações sobre como o capital social pode ser incorporado nas operações.

Para operacionalizar o conceito de capital social, o SCIF foi dividido em cinco categorias:

- a. **Grupos e redes:** grupos de indivíduos que promovem e protegem as relações pessoais que melhorem a segurança social;
- b. **Confiança e solidariedade:** elementos de comportamento interpessoal que promovem uma maior coesão e robustez das ações coletivas;
- c. **Ação coletiva e cooperação:** capacidade das pessoas para trabalhar em conjunto, com o objetivo de resolver problemas comuns;
- d. **Coesão e inclusão social:** esta dimensão se refere a atenuação do risco de conflito e promoção do acesso equitativo aos benefícios do desenvolvimento através do reforço da participação dos marginalizados;
- e. **Informação e comunicação:** atenua o capital social negativo e promove o capital social positivo, melhorando o acesso à informação.

O conceito de capital social ganhou notoriedade no meio acadêmico a partir de 1993 com o livro de Robert Putnam, Robert Leonardi e Raffaella Y. Nanetti “Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna”. No livro é retratada a pesquisa realizada durante duas décadas a fim de analisar o desenvolvimento das regiões italianas a partir da implantação do processo de descentralização administrativa naquele país. O intuito dos autores era avaliar o impacto da descentralização na diminuição das desigualdades regionais na Itália. Ao final das duas décadas os autores constataram ser o Norte a região mais desenvolvida em relação ao Sul, fato atribuído ao maior estoque de capital social daquela região.

Com isso Putnam e seus colegas (2002, p. 177) consideram o capital social como um facilitador da cooperação espontânea, afirmando que esse conceito “diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”. Para Lin et al (2009) o capital social é definido como os novos contatos que um usuário pode ter por meio de seus contatos diretos. Esta visualização é privada e personalizada para cada usuário.

No que tange ao conceito de capital social, tem-se algumas peculiaridades que precisam ser observadas:

- a. A não existência de um consenso quanto ao conceito (BOURDIEU, 1996, 2000; NAHAPIET e GHOSHAL, 1997, 1998; PUTNAM, LEONARDI e NANETTI, 2002);

- b. A relevância do contexto na definição das variáveis e fatores do capital social: o capital social não pode ser analisado isoladamente ao seu contexto, uma vez que está fundado em relações sociais, tais como relações, normas e confiança social. Destaca-se que o sentimento de pertencimento a um grupo tem fundamental importância na definição do capital social (BEBBINGTON, 2007; BOURDIEU, 1986; FOLEY; EDWARDS, 1999; MOLYNEUX, 2002);
- c. A particularidade da categoria do capital social: uma questão bastante controversa entre os pesquisadores do tema. O termo capital é normalmente entendido como um fundo utilizado para a produção, da qual são auferidos lucros. O capital físico trabalha com o estoque de bens; o estoque do capital humano são as competências, qualidades e aptidões, ao passo que o capital social teria estoques de relações e valores compartilhados pela sociedade, sendo, portanto, considerado um bem coletivo (MEDA, 2002). O capital social pode melhorar a difusão de informações minimizando redundância (BURT, 1992, 2000). Desta forma é possível aumentar a eficiência na divulgação de informações e recursos nas organizações (NAHAPIET; GHOSHAL, 1997, 1998). Através da acumulação de capital social, a informação e os conhecimentos passam a ser transmitidos sem problemas dentro das organizações. No entanto o capital social ainda tem seus inconvenientes. Uma organização com elevado capital social pode ser mais resistente aos recursos externos, uma vez que as suas fortes relações internas tendem a inibir ou até mesmo levar à “recusa” de novas relações com o ambiente externo (NAHAPIET; GHOSHAL, 1998). Isto sugere que a reunião de novas informações e conhecimentos poderá ser menor em uma organização com maior estoque ou abundância de capital social (LEE; SUKOCO, 2007);
- d. O capital social como propriedade de uma sociedade, uma comunidade ou um recurso operacionalizado por indivíduos a fim de atingir determinados objetivos. Para as organizações, Burt (1992) caracteriza o capital social como um recurso que proporciona um maior retorno sobre os investimentos. Ele sugere que o capital social cria uma vantagem na maneira como torna a concorrência imperfeita, sendo que cria oportunidades empresariais para alguns jogadores e não para outros. Na verdade, tanto as organizações, quanto a literatura do capital social tem enfatizado a importância das ligações e redes para a criação de novos empreendimentos e das inovações em geral (ALDRICH; ZIMMER, 1986; BIRLEY, 1985; UZZI, 1996;

WALKER, KOGUT e SHAN, 1997; ADLER; KWON, 2002; BURT, 1992, 1997, 2000; NAHAPIET; GHOSHAL, 1997, 1998; TSAI; GHOSHAL, 1998; CAROLIS; SAPARITO, 2006);

- e. A necessidade de conexão exclusiva com um efeito positivo. Para Milani (2003) convém buscar entender “Como podem as pessoas pertencentes a dada comunidade (re)ativar e utilizar o seu capital social?” ao invés de querer descobrir “Como podemos construir o capital social em nossas sociedade?” (NATIONAL STATISTICS, 2001; PUTNAM, 2000).

Instituições internacionais como a FAO (*Food and Agriculture Organisation*), o Banco Mundial, a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) e a OECD (Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento), abrangem em seus programas temas relativos ao capital social e desenvolvimento.

Para a OECD (2009), o capital social é definido como as redes e as normas, valores e crenças que facilitam a cooperação dentro e entre os grupos. O capital social se tornou um fator central a ser considerado na análise da sociedade do conhecimento, nos estudos do desenvolvimento humano, individual e coletivo. Esse capital abrange diversos aspectos das redes sociais, normas e relações a fim de criar sinergias e construir parcerias. A exemplo do Banco Mundial, a OECD também considera o capital social como a cola que une as comunidades, organizações, empresas e diversos grupos sociais e étnicos.

Em uma iniciativa do Saguaro Seminar: Civic Engagement in America at Harvard University (2009), o *BetterTogether*, define como premissa central do capital social o valor que as redes sociais possuem. O capital social refere-se ao valor coletivo de todas as redes sociais (que as pessoas conhecem) e as tendências que surgem a partir destas redes (normas de reciprocidade). O termo capital social enfatiza uma variedade de benefícios bastante específicos que decorrem da confiança, reciprocidade, informação e cooperação ligadas às redes sociais.

2.3.2 A formação do Capital Social

O termo capital social surgiu na comunidade acadêmica com o intuito de ressaltar a importância das redes e relações pessoais baseadas em confiança, cooperação e ação coletiva,

como base para a sobrevivência e funcionamento dos bairros das cidades. Os estudos de Coleman (1988), Putnam, Leonardi e Nanetti (2002) e Fukuyama (2000) indicaram a importância desse capital também nos relacionamentos dos indivíduos, e a nível de nações, considerando-o como um recurso inerente às relações familiares e às organizações sociais.

O capital social é representado por características da organização social que podem melhorar a eficiência da sociedade facilitando as ações coordenadas. Os autores que escrevem sobre o tema destacam alguns elementos comuns para a sua formação, tais como redes sociais, confiança, reciprocidade, participação cívica, normas sociais (NAHAPIET e GHOSHAL, 1998; ONYX e BULLEN, 2000).

As **redes sociais** são caracterizadas pelas ações coletivas dos indivíduos na sociedade (ONYX; BULLEN, 2000). Fukuyama (2000) destaca que, para a formação de uma rede, é preciso que haja uma propensão a sociabilidade espontânea e uma capacidade de formar novas associações e cooperar dentro dos termos de referência estabelecidos.

Um segundo elemento característico do capital social é a **confiança**. Esse elemento é considerado um fator de importância fundamental para a previsão da profundidade intra e inter organizacional (SMITH, CARROLL, ASHFORD, 1995). Currie e Stanley (2008) consideram que a confiança deriva das regras de reciprocidade e dos sistemas de participação cívica.

Em termos de relacionamentos, a confiança entre os parceiros é considerada um fator determinante para uma eficiente troca de conhecimentos (DIRKS e FERRIN, 2001; NAHAPIET e GHOSHAL, 1998; TSAI e GHOSHAL, 1998; LI, BARNER-RASMUSSEN e BJÖRKMAN, 2007). Fukuyama (2000) considerou a confiança como uma expectativa existente na comunidade que apresenta comportamento regular, honesto e cooperativo, baseando em normas aceitas e compartilhadas por todos. Putnam, Leonardi e Nanetti (2002) utilizam-se do exemplo das associações de crédito rotativo para destacar a importância da confiança na consolidação das transações. Nas associações de crédito rotativo há a reunião de pessoas (amigos, familiares) com o intuito de fazer contribuições mensais para um fundo central que é destinado a um dos membros do grupo. A cada mês outro membro do grupo recebe o valor do fundo, sucessivamente até completar o ciclo e todos receberem o valor depositado. Para que essa associação de crédito rotativo exista efetivamente, é preciso que haja um elevado nível de confiança entre os seus membros, uma vez que é possível que um determinado indivíduo, ao receber o montante correspondente aos depósitos desapareça, deixando os demais com um prejuízo.

Outro elemento do capital social é a **reciprocidade**. Por reciprocidade Onyx e Bullen (2000) entendem como a ação ou fornecimento de serviços em benefício de outros com expectativas de que esta ação retorne em seu próprio benefício em uma necessidade futura. Coleman (1988) entende que a reciprocidade consiste na retribuição de um favor.

A **participação cívica**, para Coleman (1988) é entendida como a atuação em associações, de diferentes tipos. Putnam, Leonadi e Nanetti (2002, p. 30) destacam que uma comunidade cívica é caracterizada “por cidadãos atuantes e imbuídos de espírito público, por relações políticas igualitárias, por uma estrutura social firmada na confiança e na colaboração”.

Em outras palavras as comunidades cívicas são comunidades que possuem alto estoque de capital social. A participação cívica, representada pela vida associativa e a participação política, implica em governos regionais mais eficientes, o que resulta em regiões economicamente mais adiantadas. Assim, considera-se que o conceito de comunidade cívica está vinculado diretamente com o capital social, bem como ao desenvolvimento local sustentável (PUTNAM, LEONADI e NANETTI, 2002; SARATE e MACKKE, 2007). São características de uma comunidade cívica: a cidadania, que implica em direitos e deveres iguais para todos os indivíduos; a união da comunidade, em grande parte motivada pelas relações horizontais de reciprocidade e cooperação, enquanto as relações verticais de autoridade e dependência são pouco presentes; a percepção de responsabilidade dos líderes para com seus concidadãos; existência de ampla participação dos cidadãos no governo; destaque para o espírito público entre os cidadãos; o predomínio das relações de confiança entre os membros (PUTNAM, LEONADI e NANETTI, 2002).

Nesse sentido, Judith Tandler (1998) apresenta em seu livro “Bom Governo nos Trópicos: uma visão crítica” uma situação inversa à prevista por Putnam quando pressupõem que um bom governo é fruto de uma boa sociedade civil. Para a autora as experiências dos programas governamentais criados no Ceará entre os anos de 1987 e 1994 ilustram a possibilidade de criação de uma sociedade civil pelo governo local.

Os programas governamentais cearenses são centrados em quatro projetos distintos que demonstram como é possível criar estruturas descentralizadas de trabalho no contexto centralizador que vem presidindo o Estado brasileiro.

Os projetos desenvolvidos abrangeram as áreas da saúde pública preventiva, apoio ao desenvolvimento de pequenas empresas, extensão rural para pequenos produtores e criação de

empregos. Como resultado, destaca-se que os projetos criaram na cultura política brasileira uma crença positiva nas políticas públicas, um sentimento de que as coisas podem funcionar, desde que haja um comprometimento da sociedade (TENDLER, 1998). A autora enfatiza que cidadãos identificados com os projetos em que acreditam, crenças de que, como indivíduos e como pertencentes a um coletivo, podem interferir nos rumos da nação, são um diferencial na comunidade.

Ainda no que tange à participação cívica, mas retratando uma situação de declínio desta, pode-se citar a obra “Bowling Alone” de Robert Putnam (2000). Nesse trabalho Putnam retrata o declínio da participação dos americanos na política, grupos cívicos, organizações religiosas, organizações sindicais e profissionais, bem como no convívio informal. Para a ilustração desse declínio é feita uma analogia com uma atividade altamente associativa, característica da América do Norte e que costumava ser organizada em grupos: o boliche.

Os fatores que contribuíram para a redução da participação dos americanos em atividades promotoras do capital social foram (SIISIÄINEN, 2000; PUTNAM, 2000):

- a. a crescente presença das mulheres no mercado de trabalho, fator que contribui para a redução do tempo dispendido para a construção e manutenção do capital social nas famílias;
- b. a maior mobilidade das pessoas (mobilidade social), que dificulta a criação de raízes em um local e conseqüentemente reduz os laços locais;
- c. o terceiro fator é causado pelas mudanças demográficas, ou seja, o aumento no número de divórcios, a diminuição do número de filhos por família, o declínio da renda real;
- d. as mudanças tecnológicas foram consideradas responsáveis pela privatização ou individualização do lazer. O autor considera a televisão e a competição resultante do seu uso para o lazer como o principal obstáculo à construção do capital social durante o tempo livre (PUTNAM, 2000; NATIONAL STATISTICS, 2001). Sobre esse aspecto destaca-se que na década de 1950, apenas 10% das residências nos Estados Unidos possuíam um aparelho de televisão. Na década de 1950 a porcentagem de famílias que possuíam esse aparelho subiu para mais de 90%. Com isso Putnam (2000) considerou estar os americanos mais ocupados assistindo a programas na televisão e dispor de menos tempo para atividades que promovam a socialização e participação na sociedade.

Putnam (2000) constatou ainda que os americanos passaram a fazer parte de diferentes tipos de organizações, no entanto esse fato não implicou na criação e manutenção do capital social, pelo contrário, a participação ativa em grupos comunitários diminuiu. A partir dessa constatação concluiu-se que a participação em várias organizações ou associações não se reflete necessariamente em elevado estoque de capital social, uma vez que isso não é prerrogativa para o envolvimento e participação ativa do indivíduo com as causas da associação a que está filiado.

As **normas sociais**, outro elemento do capital social, conforme explicita Coleman (1988), referem-se ao controle existente em uma comunidade a fim de que seja mantida a ordem, o que evita a necessidade de estabelecer sanções formais. Essas normas destacam comportamentos que são esperados e valorizados em contextos específicos. A existência de um elevado estoque de capital social em uma comunidade reflete-se na baixa criminalidade, uma vez que há observação das normas sociais por parte dos seus membros. Em contrapartida, em comunidades em que há poucas normas sociais, um maior número de normativas formais são necessárias.

Considerado um recurso sócio-estrutural, o capital social está intrínseco nas relações entre as pessoas. Por ser um bem intangível e ter características subjetivas a cada indivíduo, esse capital não pode ser facilmente trocado, ou seja, as amizades e as obrigações próprias de cada rede não são passíveis de transferência entre indivíduos. Devido a sua complexidade, a compreensão do conceito de capital social é importante para o entendimento da dinâmica institucional, da inovação e do valor agregado.

Tendo em vista que o capital social é construído por centenas de poucas e grandes ações que as pessoas tem diariamente, o *Better Together*, iniciativa do *Saguaro Seminar: Civic Engagement in America at Harvard University* (2009), destaca uma lista de quase 150 itens que propiciam o desenvolvimento do capital social em comunidades e grupos. Alguns dos itens que são apresentados pela entidades são: organizar uma reunião social para dar boas-vindas a um vizinho novo; comparecer a reuniões da cidade; doar sangue (com um amigo!); planejar férias com amigos ou a família; caminhar ou andar de bicicleta para apoiar uma causa e conhecer outras pessoas; dar carona a amigos; plantar, junto com os vizinhos, plantas ao longo da rua; cumprimentar as pessoas; falar sobre a importância do capital social para amigos e familiares, entre outros.

2.3.3 Tipos de Capital Social

O capital social é um ativo que facilita algumas formas de ação social e inibe outras. As relações sociais entre os membros de uma família e de uma comunidade revelam-se como um fator importante para o desenvolvimento do capital humano. Da mesma forma o capital social exerce influência para o desenvolvimento do capital intelectual (COLEMAN, 1988; NAHAPIET e GHOSHAL, 1997, 1998).

Diferentes tipos de capital social foram identificados pelos pesquisadores do tema: *bonding social capital* (união), *bridging social capital* (ponte) e *linking social capital* (ligação) (PASSEY e LYONS, 2006). Os tipos de capital social refletem os diferentes papéis que as redes podem desempenhar no desenvolvimento econômico de uma sociedade (SABATINI, 2008).

O *bonding social capital* refere-se às relações mais próximas dos indivíduos. É caracterizado pelos laços fortes existentes entre os grupos de pessoas que partilham valores semelhantes, como por exemplo, nas relações entre familiares e amigos, pessoas mais próximas do círculo de convivência. Devido a essa proximidade os indivíduos refletem semelhanças nos hábitos e comportamentos (MACKE, VALLEJOS e SARATE, 2009).

Esse tipo de capital social pode restringir-se a um grupo limitado, não se expandindo para outros grupos que estejam fora do espaço local (WEBB, 2008; SARATE e MACKE, 2007; CAROLIS e SAPARITO, 2006). Esses grupos, considerados “fechados”, podem ter maior facilidade no desenvolvimento do capital social, especialmente nas dimensões relacional e cognitiva, uma vez que dificultam a participação de não membros no espaço do grupo. No entanto essa característica propicia o isolamento, pelo fato de o grupo construir normas e uma identidade própria, desenvolver a confiança entre os membros e um código de linguagem particular. Para Sabatini (2008), o termo *bonding* detém uma conotação negativa e geralmente refere-se a pequenos círculos de pessoas que não cooperam com outras de fora dos limites do seu grupo.

Para Crawford (2006) o tipo *bonding* do capital social destaca as relações entre grupos homogêneos, tais como membros da família e amigos próximos. Refere-se a o que Granovetter (1985) considera serem os laços fortes.

Os **laços fracos** são próprios de comunidades com grande tolerância e iniciativa pessoal. Eles têm como característica a possibilidade de unir diferentes grupos, ao contrário

dos laços fortes que estimulam a cooperação **dentro** dos grupos, os laços fracos desempenham a função de ligar os grupos e promover a cooperação **entre** eles (WEBB, 2008; SARATE e MACKE, 2007).

Em contrapartida os **laços fortes** são característicos de comunidade ou grupos fechados. Esses grupos desenvolvem o capital social basicamente em sua dimensão relacional e cognitiva. Desenvolvem-se de maneira isolada, “excluindo” ou impondo barreiras à entrada de elementos que não pertencem a seu grupo. As normas, identidade e confiança desenvolvidas pelas comunidades ou grupos fechados proporcionam um isolamento desse grupo e a criação de códigos de comunicação próprios a eles (NAHAPIET e GHOSHAL, 1998; SARATE e MACKE, 2007).

O *bridging social capital* representa a conexão existente entre os diferentes grupos, tais como os amigos dos amigos, sócios, conhecidos. Esse tipo de capital social descreve os laços horizontais das pessoas com grupos de diferentes origens (MACKE, SARATE e VALLEJOS, 2009). O termo *bridging* remete à capacidade dessas redes de criar “pontes” ligando diferentes grupos sociais, entre as gerações, grupos culturais, étnicos e religiosos que, de outra forma, dificilmente teriam entrado em contato (CAROLIS e SAPARITO, 2006; SABATINI, 2008). Este tipo de capital social tem efeitos positivos sobre a difusão das informações e da confiança, promovendo as operações e a atividade econômica (MACKE, VALLEJOS e SARATE, 2009).

Esse tipo de capital social assume a forma de laços mais fracos que atravessam os grupos sociais e são mais comumente encontrados em modernos cenários urbanos (PASSEY e LYONS, 2006). Para Crawford (2006), além de ser geralmente mais fraco pode ser também menos intenso.

Por fim, o *linking social capital* refere-se à ligação existente entre os vínculos do capital social que conectam pessoas, ou o grupo a que pertencem; a pessoas ou grupos em situação de poder político ou financeiro. Esse tipo de capital social é bom para acessar instituições formais, podendo fomentar a ligação intra e inter grupos do *bridging* (SABATINI, 2008; CRAWFORD, 2006; WEBB, 2008).

Considera-se também que o capital social do tipo *linking* está relacionado às relações entre os indivíduos e grupos em diferentes estratos sociais, ou seja, em uma hierarquia onde o poder, status social e riqueza são acessados por diferentes grupos. Para Macke, Sarate e Vallejos (2009), esse tipo de capital social permite a unificação do capital social coletivo com

a visão do capital social individual. A esse grupo é inerente a capacidade de alavancar recursos, idéias e informações para além das instituições formais da comunidade (NATIONAL STATISTICS, 2001).

A revisão da literatura sobre capital social caracteriza o *bonding* como uma “cola social” e o *bridging* como o “óleo social”. O *linking* é incorporado pelos laços entre os indivíduos e organizações ocupando diferentes níveis de poder ou de *status*, que muitas vezes são mediados pelas instituições (PASSEY e LYONS, 2006; CAROLIS e SAPARITO, 2006).

O capital social, de acordo com David Halpern (2008), consiste nas redes sociais, normas e sanções que facilitam a ação cooperativa entre os indivíduos e comunidades. Para o autor qualquer estrutura social que facilita a cooperação e a confiança entre os indivíduos pode ser considerada como uma forma de capital social.

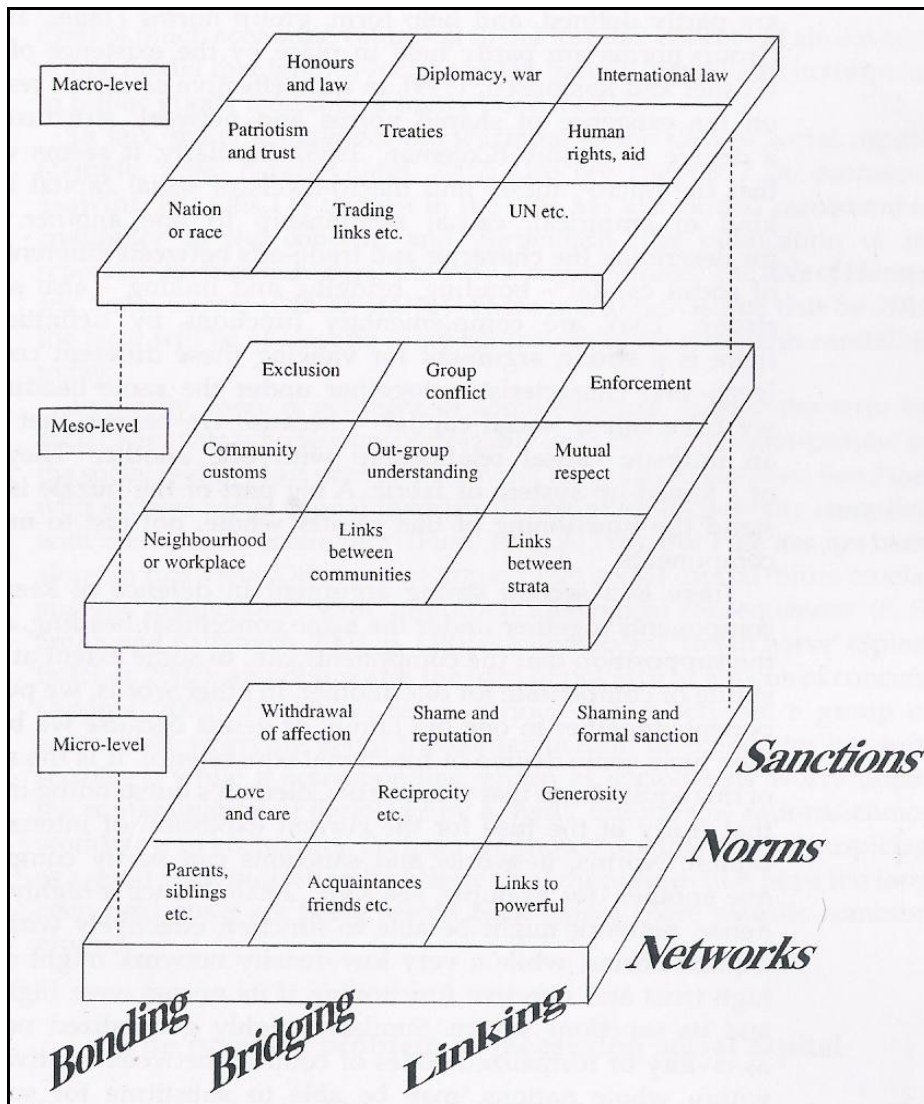


Figura 7: Matriz conceitual do capital social.

Fonte: Halpern (2008, p. 27).

Conforme pode ser observado na figura 7, Halpern (2008) trabalha com a existência de três dimensões transversais do capital social: **componentes**, **níveis de análise** e **funções**. Os **componentes** do capital social, que interagem, influenciam e reforçam-se mutuamente, consistem em redes (relações de interconexão entre os indivíduos), normas (regras, valores e expectativas que norteiam as relações sociais) e sanções (punições e recompensas).

Os **níveis de análise** do capital social dividem-se em micro, meso e macro. No nível micro o capital social é constituído pelos estreitos laços com a família e com os amigos. O nível meso caracteriza as comunidades e organizações associativas e, o nível macro do capital social refere-se às relações de nível estadual e nacional. Para o autor existem equivalências funcionais entre os diferentes níveis, ou seja, a diminuição do capital social em um nível pode ser compensada pelo aumento em outro nível (HALPERN, 2008).

As principais **funções** do capital social para Halpern (2008) são conhecidas também como tipos de capital social: *bridging*, *bonding* e *linking*.

Para Halpern (2008) há inter-relação entre os três aspectos de cada dimensão (redes, normas e sanções; níveis micro, meso e macro; tipos *bridging*, *bonding* e *linking*), assim como há relação entre as três dimensões (componentes, níveis de análise e funções). Para o autor, o entendimento dessas inter-relações podem orientar melhor a análise do capital social.

Dessa forma o autor percebe uma transformação do capital social onde muitos estudiosos visualizam um declínio. Halpern (2008) reconhece que há um declínio em certas formas de capital sócia, no entanto ele identifica um aumento em outras formas desse capital. Assim, o autor mostra-se preocupado com as conseqüências que essas transformações podem causar, uma vez que afetam a prosperidade econômica, a saúde e o bem-estar, a criminalidade, a educação e a legitimidade do governo de diferentes formas.

2.3.4 Dimensões do Capital Social

Nahapiet e Ghoshal (1998) consideram o capital social como uma capacidade organizacional que facilita a criação e a partilha de conhecimentos. Os autores integraram as diferentes facetas exploradas pelos autores de capital social a fim de defini-lo em três dimensões distintas e explorar os modos como cada uma destas dimensões facilita a combinação e troca de conhecimentos. Essas dimensões, apesar de classificadas

separadamente, devem ser compreendidas como elementos altamente relacionados, como pode ser observado na figura 5. As dimensões do capital social são: estrutural (representada pela estrutura de rede), relacional (representada principalmente pela confiança) e cognitiva (representada pela visão compartilhada entre as unidades) (LI, BARNER-RASMUSSEN e BJÖRKMAN, 2007).

A **dimensão cognitiva** do capital social aborda as significações que são compartilhadas pelos atores sociais da rede. Essas significações constituem idéias comuns referentes a diversos assuntos que fazem parte especificamente do contexto da rede e que norteiam as decisões e os comportamentos (RÉGIS, 2005). Caracteriza-se por ser um meio de integração do capital social e também do capital intelectual, podendo ser visualizado na linguagem e nos códigos e narrativas que são compartilhadas pelo grupo e utilizadas para a sua comunicação (NAHAPIET e GHOSHAL, 1998). Os sistemas de significação e linguagem próprios dessa dimensão facilitam o intercâmbio das informações, possibilitando a aprendizagem e o conhecimento.

Para Régis (2005), Carolis e Saporito (2006) e Macke, Sarate e Vallejos (2009), a dimensão cognitiva, no que tange à teoria das organizações, constitui uma série de avaliações pouco estudadas na literatura sobre o capital social. No que tange aos estudos de estratégias organizacionais, para Conner e Prahalad (1996) e Grant (1996), essa dimensão já está recebendo a devida importância.

A **dimensão estrutural** destaca duas perspectivas de análise: de nível micro, tais como a força das relações, os laços da rede; assim como de nível macro, a exemplo da configuração da rede (RÉGIS, 2005). A perspectiva dos laços da rede enfatiza a maneira como se relacionam os atores da rede. A configuração da rede considera o padrão de ligações dentre os seus membros, levando em consideração elementos como a centralidade, densidade, conectividade e hierarquia (COLEMAN, 1988; NAHAPIET e GHOSHAL, 1998; MACKE, SARATE e VALLEJOS, 2009).

Nahapiet e Ghoshal (1998) destacam que a maioria dos problemas na estrutura da rede inclui fatores como a existência ou a ausência de ligações diretas entre um ator e outro, bem como os vínculos diretos entre esses atores. Para Régis (2005), a maior parte dos estudiosos das redes sociais estão inseridos nas delimitações dessa dimensão.

Na parte superior esquerda da figura é possível observar a **dimensão relacional** do capital social que descreve os tipos de relações que as pessoas desenvolvem umas com as

outras nos processos de interação. Nessa dimensão são abordados os conteúdos transacionados entre os atores da rede, tais como amizade, a troca de informações, o respeito, a confiança, as normas, sanções e identificação (NAHAPIET; GHOSHAL, 1998). Também são considerados os papéis assumidos pelos atores, tais como amigos, informantes, confidentes ou mentores (RÉGIS, 2005).

Essas relações de respeito e amizade resultam em sentimentos de sociabilidade, aprovação e prestígio entre seus membros. Nessa dimensão são destacados os ativos criados e impulsionados por meio das relações estabelecidas (NAHAPIET e GHOSHAL, 1997, 1998). Para Macke, Sarate e Vallejos (2009), dois atores podem ocupar posições similares em uma rede, porém, se suas necessidades emocionais e atitudes pessoais são diferentes, as suas ações serão diferentes em muitos aspectos. As principais facetas dessa dimensão são a confiança e a credibilidade (FUKUYAMA, 2000; PUTNAM, LEONARDI e NANETTI, 2002), as normas e sanções (COLEMAN, 1988; PUTNAM, LEONARDI e NANETTI, 2002), as obrigações e expectativas (COLEMAN, 1988).

Os elementos que constituem as dimensões relacional, cognitiva e estrutural do capital social podem ser observados na figura 8.

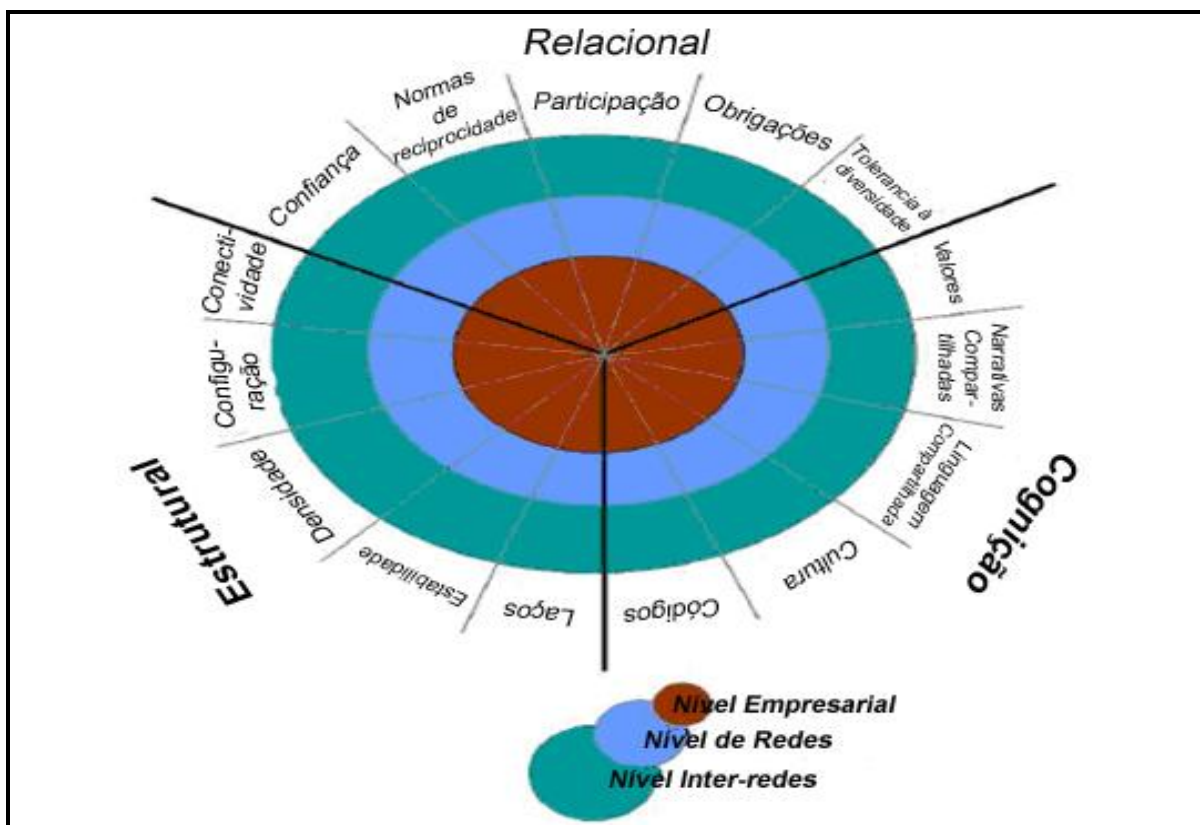


Figura 8: Dimensões e Elementos do Capital Social

Fonte: Vallejos et al. (2008).

Nahapiet e Ghoshal (1998) destacam que a dimensão estrutural tem como principal foco o padrão das conexões das redes. Para a dimensão relacional há maior destaque para a natureza das relações que se desenvolvem entre as pessoas tal como se manifesta nos laços fortes e nos laços fracos.

Conforme enfatizado na definição dos tipos de capital social, os **laços fortes** refletem a combinação da quantidade de tempo, intensidade emocional, intimidade e serviços recíprocos (GRANOVETTER, 1985). Os laços fortes são tipicamente associados com confiança e facilitam o fluxo das informações (GULATI, 1998; ROWLEY, BEHRENS e KRACKHARDT, 2000) e a transferência do conhecimento tácito (UZZI, 1996). Os **laços fracos** transpassam os grupos sociais promovendo a ligação entre grupos distintos. Muitos fatores caracterizam os laços fortes e fracos, no entanto, a confiança desempenha um papel fundamental nessas relações (GRANOVETTER, 1985; UZZI, 1999).

A confiança pode ser conceituada como um sentimento de expectativa positiva e a crença de que um indivíduo vai se comportar de uma forma benéfica (ROUSSEAU et al, 1998; CAROLIS e SAPARITO, 2006). Quando da inserção de um indivíduo em uma rede, origina-se a confiança relacional, ou seja, a crença de que o líder da rede atuará em benefício do grupo, uma vez que esse gestor deve preocupar-se com o bem-estar desse grupo. Essa confiança surge a partir de repetidas interações entre os indivíduos ao longo do tempo e é baseada na contínua reciprocidade, ou seja, na noção de que “eu vou fazer isso para você agora porque sei que você vai fazer alguma coisa para mim mais tarde” (ADLER e KWON, 2002; NAHAPIET e GHOSHAL, 1998; CAROLIS e SAPARITO, 2006; ROUSSEAU et al, 1998).

2.3.5 Mensuração do Capital Social

A mensuração do capital social é um tema discutido por alguns autores. Observa-se que para o trabalho de mensuração, ao longo dos últimos vinte anos, diversos instrumentos e indicadores foram desenvolvidos. No entanto, muitos desses instrumentos não foram desenvolvidos especificamente para a verificação desse tipo de capital (GAAG; SNIJDERS, 2003).

Robert Putnam, coordenador do Saguaro Seminar on Civic Engagement in America (2009), da Universidade *Harvard Kennedy School of Government*, acredita que a mensuração do capital social é importante por três motivos:

- A mensuração torna o conceito de capital social mais tangível;
- Ele aumenta o investimento em capital social: é possibilitado à sociedade visualizar os resultados e a construção de mais capital social;
- A mensuração ajuda as organizações a construir mais capital social. Tudo o que envolve a interação humana pode ser utilizado para criar capital social.

O capital social engloba fatores qualitativos que remetem as pesquisas a uma série de indicadores. Assim, a mensuração do capital social pode enfrentar algumas dificuldades e necessitar de uma combinação de medidas estatísticas para encontrar resultados fidedignos com a realidade da comunidade analisada.

Putnam (2002) utiliza dois tipos de medidas estatísticas para mensuração do capital social: o primeiro engloba as informações sobre grupos e seus membros, clubes esportivos, partidos políticos, hábito de leitura de jornais, detalhamento das atividades desenvolvidas pelas pessoas no período em que estão acordadas. O segundo tipo diz respeito à pesquisas que fazem uma série de perguntas acerca de valores e comportamentos, tais como a *General Social Survey* e a *World Values Survey*.

Para Fukuyama (2000) a mensuração do capital social deve considerar três fatores. O primeiro destaca o capital social como uma **dimensão qualitativa** que precisa levar em consideração a natureza coletiva da qual um grupo é capaz. Nesse sentido deve-se considerar a sua dificuldade inerente, o valor da produção do grupo e a sua capacidade de empreender tal produção em condições adversas.

O segundo fator diz respeito às **externalidades positivas** da participação em um grupo, ou “raio positivo de confiança”. Por externalidade entende-se o benefício ou custo de determinada atividade que recai sobre uma parte externa a essa atividade. Como exemplo de externalidade pode-se citar o cuidado com o jardim e a manutenção da boa aparência da sua residência, que beneficia também seus vizinhos. Outro exemplo que pode ser citado é a poluição, um custo que é pago por pessoas que não foram responsáveis pela sua criação. Assim, o capital social em alguns grupos geram laços de confiança (capital social) entre pessoas que não pertencem a esse grupo (FUKUYAMA, 2000).

O terceiro fator são as **externalidades negativas**. Grupos que tem problemas em cooperar entre si, revelando-se pela promoção da intolerância, ódio e ainda a violência com relação a não-membros. Os laços que unem esses grupos os tornam menos adaptáveis pelo fato de isolá-los das influências do ambiente que os cercam (FUKUYAMA, 2000).

Uma abordagem alternativa para a medição do capital social é a observação da sua ausência. Essas informações podem ser obtidas por meio de medidas tradicionais de deficiências sociais, tais como os índices de criminalidade, famílias desfeitas, utilização de drogas, índices de litígios, suicídios, evasão fiscal. O capital social caracteriza-se pelas normas cooperativas, assim, a falta do capital social é refletida pelo afastamento dos padrões sociais (FUKUYAMA, 2000).

Onyx e Bullen (2000) realizaram um trabalho com base no conceito de capital social de Coleman (1988) e Putnam (2002). O intuito das pesquisadoras era identificar os elementos relacionados ao capital social; identificar fatores do capital social que possam ser testados em outras comunidades; verificar a correlação das variáveis com o gênero e a demografia; e, descrever a distribuição do capital social nas comunidades estudadas.

As autoras destacaram alguns itens a fim de mensurar o potencial dos elementos do capital social (participação em redes, reciprocidade, confiança, normas sociais, costumes, redes sociais). Para tanto elaboraram um questionário contendo 68 itens que foram aplicados a 1200 pessoas em cinco comunidades australianas: duas rurais, duas nas extremidades e uma no centro da cidade de Sydney (ONYX e BULLEN, 2000).

Ao final do trabalho Onyx e Bullen (2000) identificaram oito elementos que foram considerados como os que melhor definem o capital social: participação na comunidade local; propensão ao ativismo social; sentimentos de confiança e segurança; conexões na vizinhança; conexões com a família e amigos; tolerância da diversidade; valor do trabalho; e conexões no trabalho.

O Banco Mundial (2009) desenvolveu um questionário que auxilia na mensuração do capital social em pesquisas de levantamento de índices de pobreza ou *surveys* nacionais sobre capital social. Desenvolvido por um grupo de consultores, o Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS), tem como objetivo fornecer ao pesquisador um conjunto de questões do tipo *survey* a fim de auxiliar na geração de dados quantitativos sobre varias dimensões do capital social.

A *survey* desenvolvida pelo Banco Mundial (2009a) abrange em sua análise as dimensões “estrutural” (associação do grupo) e “cognitiva” (percepções subjetivas da confiança e das normas) do capital social. Destaca também os principais meios por meio dos quais o capital social opera, bem como as áreas de aplicação ou resultados. No QI-MCS são abordadas seis dimensões chave para a mensuração do Capital Social:

- **Grupos e redes:** categoria comumente associada ao capital social, nos grupos e redes são analisadas a natureza e a participação do membro do domicílio em organizações sociais e redes informais. É observada também a formação dessa rede ou grupo, a escolha dos líderes e o seu envolvimento com o grupo ao longo do tempo.
- **A confiança e solidariedade:** destaca a busca por informações sobre a confiança em relação a vizinhança, provedores de serviços essenciais e pessoas estranhas à comunidade, além de destacar as questões tradicionais sobre confiança.
- **A ação coletiva e cooperação:** leva em consideração o envolvimento dos indivíduos em trabalhos com outras pessoas da comunidade.
- **A informação e a comunicação:** aborda a maneira como os domicílios pobres recebem informações no que tange às condições de mercado e serviços públicos.
- **Coesão e inclusão social:** analisa as formas de divisão e as diferenças que podem resultar em conflito dentro das comunidades. Busca-se, com essa dimensão entender a natureza e o tamanho das diferenças entre os grupos e como essas diferenças são gerenciadas. Outro aspecto analisado nessa dimensão é a identificação dos grupos que são excluídos dos serviços públicos essenciais.
- **Autoridade (ou capacitação) e ação política:** essa dimensão busca apurar o sentimento de felicidade, eficácia e capacidade dos indivíduos em influenciar eventos locais em resposta a políticas mais amplas. Destaca-se que “os indivíduos têm ‘autoridade’ ou são ‘capacitados’ (*are ‘empowered’*) na medida em que detêm um certo controle sobre instituições e processos que afetam diretamente seu bem-estar” (BANCO MUNDIAL, 2009b).

Considerado um recurso sócio estrutural, o capital social está inerente nas relações entre as pessoas. Por ser um bem intangível e ter características subjetivas a cada indivíduo, esse capital não pode ser facilmente trocado, ou seja, as amizades e as obrigações próprias de cada rede não são passíveis de transferência entre indivíduos. Devido a sua complexidade, a

compreensão do conceito de capital social é importante para o entendimento da dinâmica institucional, da inovação e do valor agregado.

2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

Nessa seção foram apresentados os principais conceitos referentes aos temas trabalhados nessa dissertação: desenvolvimento regional e capital social.

Foram observadas experiências referentes à descentralização político administrativa realizadas nos estados brasileiros, destacando os Estados em que essa prática foi interrompida antes de apresentar algum resultado e os Estados cujos governos estão dando continuidade à descentralização. O Estado de Santa Catarina é um desses exemplos.

Nesse trabalho de pesquisa foram analisadas três regiões descentralizadas: as Secretarias de Desenvolvimento Regional de Itapiranga, São Miguel do Oeste e Dionísio Cerqueira. A escolha dessas regiões deu-se com o intuito de verificar em que medida o capital social está relacionado com os indicadores sócio-econômicos dessas regiões.

A mensuração do capital social, conforme observado na revisão de literatura é uma atividade complexa. Dessa forma a escolha do método e do instrumento para a realização dessa pesquisa passou por uma análise minuciosa e detalhada, descrita na seção seguinte.

3 MÉTODO DA PESQUISA

A definição do método a ser utilizado pelo pesquisador requer cuidado e dedicação. Essa etapa demanda não só uma descrição dos métodos e técnicas que serão utilizadas no desenvolvimento da pesquisa, mas conexões com as leituras realizadas para a formulação do quadro teórico e os objetivos de estudo. Cada objetivo descrito no projeto deve ser analisado sob um método e técnica adequados (DESLANDES, 2008).

Nesse capítulo está descrito o método que foi utilizado para atingir os objetivos desse trabalho. Para tanto a seguir serão discriminados o delineamento da pesquisa, a sua delimitação, plano amostral e o instrumento de coleta e análise dos dados.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

A escolha do método deve ser coerente com a maneira como foi formulado o problema e os objetivos do projeto de pesquisa (ROESCH, 1999). Sendo assim, nessa seção são apresentadas as características que se referem ao delineamento da pesquisa.

Em primeira instância a pesquisa se propôs a realizar uma *survey* a fim de mensurar o nível de capital social nos municípios de abrangências das três Secretarias de Desenvolvimento Regional, bem como fazer um levantamento dos indicadores socioeconômicos para corroborar na análise dos resultados encontrados. Posteriormente foi realizada uma abordagem geral sobre os aspectos econômicos e sociais das Secretarias de Desenvolvimento Regional de Itapiranga, São Miguel do Oeste e Dionísio Cerqueira a fim de explicar, com base em fatos histórico culturais os cenários encontrados.

Para atingir o objetivo de mensurar os níveis de capital social e desenvolvimento a partir de indicadores sócio-econômicos em três regiões pertencentes a Secretarias de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste de Santa Catarina, foi desenvolvido um estudo

de caráter descritivo. O foco desse tipo de estudo está no desejo do pesquisador em conhecer a comunidade e seus traços característicos. Para isso exige-se do pesquisador uma série de estudos preliminares acerca do objeto a ser observado (TRIVIÑOS, 1987). Nessa modalidade de pesquisa o pesquisador limita-se a descrever o que observa, sem modificar ou interferir na realidade estudada, adotando uma postura de neutralidade.

Para a mensuração do capital social nos municípios, utilizou-se a técnica de pesquisa por *survey*, ou seja, a mensuração de amostras por meio de questionários auto-administrados aplicados junto à comunidade (HAIR et al, 2007).

Os dados obtidos com essa pesquisa passaram por um tratamento quantitativo que permitiu medir a relação entre as variáveis (ROESCH, 1999) por meio da utilização de técnicas estatísticas para a realização do tratamento das informações numéricas ou amostras amplas (LAKATOS e MARCONI, 2008). Para Richardson (2008, p. 70) o método quantitativo “caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas” das mais simples às mais complexas.

Assim, a análise dos dados obtidos por meio da pesquisa foi realizada utilizando-se as seguintes técnicas descritas na seqüência desta pesquisa: análise fatorial, análise de regressão e análise de variância. Os resultados foram analisados por meio do cruzamento dos dados utilizando o software SPSS (*Statistical Package of Social Science*) versão 17.0.

Por análise fatorial entende-se como a técnica utilizada para “sintetizar as informações de um grande número de variáveis em um número bem menor de variáveis e fatores” (HAIR et al., 2007, p. 321). A análise de regressão, para Hair et al. (2007) talvez seja a técnica de análise de dados mais utilizada para a mensuração de relações lineares entre duas ou mais variáveis, bem como a força dessa relação. Essa análise é caracterizada como um “processo estatístico para analisar relações associativas entre uma variável dependente métrica e uma ou mais variáveis independentes” (MALHOTRA, 2007, p. 459). Análise de variância (ANOVA) é um teste realizado para avaliar as diferenças estatísticas existentes entre as médias de dois ou mais grupos (HAIR et al, 2007). Com essa técnica é possível verificar se há diferença entre as médias dos grupos, no entanto não identifica onde estão essas diferenças.

Na pesquisa também foi realizada a caracterização do quadro socioeconômico da região por meio do levantamento de indicadores referentes ao Produto Interno Bruto – PIB, Dados Populacionais, o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH (Educação, Renda,

Longevidade) e indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Mundial. Esses indicadores foram obtidos em fontes secundárias, tais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Atlas de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Secretarias de Estado de Santa Catarina e no Portal dos Objetivos de Desenvolvimento Mundial (ODM).

A utilização desses indicadores é justificada pela ausência de dados sobre os municípios da região. Monastério (2002, p. 7), em sua tese, também utilizou indicadores na caracterização e comparação dos resultados para o capital social nas regiões gaúchas por ele analisadas. Dessa forma o autor considera que

A bibliografia mostra que o capital social está positivamente relacionado com melhorias nos diversos aspectos da vida humana que tais indicadores buscam capturar, como saúde, educação e segurança. Portanto as sociedades que, por falta de capital social, forem mais pobres terão também os piores indicadores de desenvolvimento. A limitação da análise apenas à renda implica a adoção de um critério mais exigente para a avaliação da hipótese de que o capital social importa para o desenvolvimento; se as áreas com menos capital social forem mais pobres, logo o seu Índice de Desenvolvimento Humano, por exemplo, será também mais baixo.

Por isso foram utilizados indicadores referentes à educação, saúde, renda, longevidade e dados referentes à habitação e caracterização da população da região. Na figura abaixo estão especificados os objetivos da pesquisa, bem como as técnicas estatísticas, pressupostos e resultados.

Objetivo específico	Técnica estatística	Pressupostos	Resultado
Mensurar o nível do capital social nas três SDRs da região Extremo Oeste Catarinense.	<ul style="list-style-type: none"> • Análise fatorial. • Regressão linear com variável geral de avaliação do capital social. 	<ul style="list-style-type: none"> • 5 a 10 respondentes para cada constructo. • Alpha de Cronbah para o constructo. • KMO. • Alpha de Cronbah para cada fator. 	<ul style="list-style-type: none"> • Estatísticas descritivas. • Matriz dos componentes rotacionada. • Cargas dos fatores. • KMO. • Alpha do constructo (instrumento). • Alpha dos fatores. • Percentual da variância explicada. • Modelo de regressão. • Comparativos com outros estudos (Onyx e Bullen, Monastério, Vallejos; Macke; Olea; Toss, Menegasso).
Relacionar os fatores de capital social com os indicadores de desenvolvimento sócio-econômico.	<ul style="list-style-type: none"> • ANOVA. • Gráficos mostrando a evolução dos indicadores nos últimos anos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Espera-se que as regiões com maiores estoques de capital social estejam, ao mesmo tempo, melhorando seus indicadores sócio- 	<ul style="list-style-type: none"> • Análise comparativa entre as 3 SDRs. • Tabela ANOVA das SDRs com os fatores de capital social. • Após, explicar as diferenças encontradas

		econômicos.	através do desempenho de cada SDR nos indicadores.
Explicar os resultados encontrados com base em fatos histórico-culturais.	<ul style="list-style-type: none"> Análise de variância entre variáveis de identificação e fatores de capital social. 	<ul style="list-style-type: none"> Verificar se há diferenças significativas entre as respostas (fatores) de acordo com o perfil dos respondentes levantado no bloco B – questões de identificação. 	<ul style="list-style-type: none"> Estatísticas descritivas do bloco B. tabelas ANOVA. CROSSTABS.

Figura 9: Especificação dos objetivos específicos, técnica estatística, pressupostos e resultado para a pesquisa.

Fonte: elaboração própria.

3.2 DEFINIÇÃO DA ÁREA E PLANO DE AMOSTRAGEM

Segundo McDaniel e Gates (2005, p. 186) uma amostra “é um subconjunto de todos os membros de uma população”. Dessa forma é possível afirmar que as informações obtidas de uma amostra são usadas para fazer estimativas sobre diversas características da população total.

Para a realização do cálculo que definiu o número de pessoas que fizeram parte da pesquisa, utilizou-se a técnica de amostragem estratificada, onde “o número de objetos ou unidades de amostragem escolhidos em cada um dos grupos é proporcional ao número na população” (AAKER et. al., 2004). Para a obtenção do número de questionários que deveriam ser aplicados nos municípios abrangidos pelas Secretarias de Desenvolvimento Regional de Itapiranga, São Miguel do Oeste e Dionísio Cerqueira, foram utilizados os dados referentes à contagem da população, realizada pelo IBGE no ano de 2007, que determina o número de habitantes de cada município e a sua discriminação por gênero. Na Tabela 2, descreve-se a distribuição desta população nos municípios e a amostra considerada indicada para a aplicação do questionário da pesquisa.

A obtenção do número de questionários que deveriam ser aplicados foi definida levando-se em consideração uma população finita de 151.854 habitantes. A confiança desejada para essa pesquisa foi de 95% e o erro amostral considerado foi de 0,05%. A amostra resultante foi de 385 participantes. Esse resultado foi arredondado para uma amostra de 400 questionários.

Malhotra (2007, p. 550) considera que “deve-se utilizar um tamanho adequado de amostra. Como orientação geral, deve haver pelo menos quatro a cinco vezes mais observações (tamanho da amostra) do que variáveis”. Dessa forma tem-se que foram aplicados instrumentos com 63 questões de mensuração do capital social, mais 14 questões gerais de identificação da população. De acordo com o tamanho sugerido por Malhotra (2007) a amostra da pesquisa (quatro a cinco vezes mais observações do que variáveis) deveria realizar 315 observações (considerando 5 vezes 63 variáveis de capital social).

Optou-se por arredondar a amostra para 400 questionários distribuídos nos municípios de acordo com os dados do IBGE no que tange ao número de habitantes, gênero, local de moradia, renda e escolaridade (conforme Tabela 2). No entanto, com o intuito de garantir a confiabilidade do instrumento, foram distribuídos 530 questionários, dos quais retornaram 512 e foram considerados válidos 499.

Tabela 2: Distribuição da população das regiões e amostra a ser pesquisada

Municípios	População recenseada, por gênero				AMOSTRA TOTAL 400 questionários	
	Total					
	Total		Homens	Mulheres	AMOSTRA	GÊNERO
Santa Catarina	4 307 161		2 142 129	2 143 822		
Total da Região	151 854	%	76 411	75 144		
SDR Itapiranga	36 436		18 620	17 776	98	49
Iporã do Oeste	8 091	22%	4 092	3 982	22	11
Itapiranga	15 238	42%	7 759	7 466	40	20
Santa Helena	2 437	7%	1 246	1 185	8	4
São João do Oeste	6 020	17%	3 094	2 922	16	8
Tunápolis	4 650	13%	2 429	2 221	12	6
SDR São Miguel do Oeste	65 083		32 414	32 475	170	85
Bandeirante	3 028	5%	1 554	1 402	8	4
Barra Bonita	2 064	3%	1 072	984	6	3
Belmonte	2 681	4%	1 380	1 301	8	4
Descanso	8 705	13%	4 365	4 323	22	11
Guaraciaba	10 604	16%	5 350	5 209	28	14
Paraíso	4 195	6%	2 156	2 003	12	6
São Miguel do Oeste	33 806	52%	16 537	17 253	86	43
SDR Dionísio Cerqueira	50 335		25 377	24 893	132	66
Anchieta	6 587	13%	3 325	3 240	18	9
Dionísio Cerqueira	14 792	29%	7 409	7 340	38	19
Guarujá do Sul	4 711	9%	2 331	2 380	12	6
Palma Sola	7 942	16%	4 070	3 872	20	10

Princesa	2 604	5%	1 339	1 265	8	4
São José do Cedro	13 699	27%	6 903	6 796	36	18

Fonte: Dados compilados pela autora a partir das informações obtidas no IBGE (2009).

A distribuição dos questionários nos 18 municípios da região das três SDRs da fronteira Oeste Catarinense observou a proporcionalidade referente ao número de habitantes, gênero e local de moradia. A proporcionalidade com relação ao gênero e local de moradia dos habitantes da região é próxima aos 50%. Por isso optou-se por observar essa proporção entre os participantes da pesquisa: aproximadamente 50% do gênero feminino e masculino e, aproximadamente 50% moradores da zona urbana e rural.

Aspectos referentes à faixa etária e à escolaridade também foram observados a fim de que a pesquisa refletisse com maior fidedignidade as características da região.

A faixa etária dos participantes da pesquisa considerou pessoas com idade superior a 19 anos, com distribuição etária de acordo com os percentuais do gráfico abaixo.

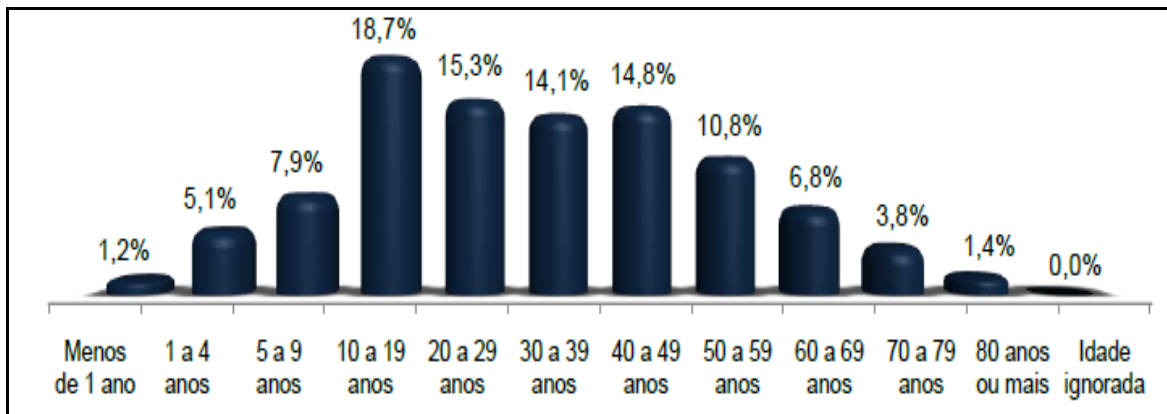


Gráfico 1: Distribuição relativa por faixa etária da população em 2007.

Fonte: Sebrae, 2010.

Com relação à escolaridade foi levada em consideração uma proporcionalidade de formação escolar para que todos os níveis de escolaridade fossem contemplados e que não houvesse uma maior participação de pessoas com uma determinada formação em detrimento de outra.

3.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

O instrumento de coleta de dados utilizado neste estudo teve por objetivo gerar informações relacionadas ao tema capital social. Foi aplicado nos 18 municípios objeto de

estudo no período de junho a agosto de 2010. Os questionários foram distribuídos observando a proporcionalidade referente ao número de habitantes, gênero e local de moradia.

Dentre os instrumentos para mensuração do capital social analisados para ser utilizado nessa pesquisa pode-se destacar o construto utilizado por Cairns, Til, Williamson (2003), para mensuração do capital social e individualismo / coletivismo em comunidades irlandesas, baseado no instrumento de pesquisa elaborado por Onyx e Bullen (2000). Hjøllund e Svendsen (2000) fizeram uma combinação de indicadores de “confiança”, “cidadania” e “organizações voluntárias”, sendo parte dele baseada nos estudos de Putnam (1993). Além disso, o questionário inclui questões acerca do relacionamento com a comunidade em que o indivíduo está inserido.

Foi analisado para a mensuração do capital social nessa pesquisa o Questionário Integrado para Mensuração do Capital Social, instrumento de coleta de dados utilizado pelo Banco Mundial (2009) para mensuração do capital social em países. Esse instrumento mostrou-se complexo e extenso para a realidade na qual se pretende realizar esse estudo. Outro instrumento analisado foi encontrado no banco de dados da Saguaro Seminar (2009). Esse instrumento foi elaborado para aplicação utilizando-se contato telefônico.

Nesse período de estudos sobre o instrumento a ser utilizado na pesquisa foi relevante a colaboração e o interesse que o tema despertou em pesquisadores que são referência para a realização dessa pesquisa, uma vez que já realizaram estudos nessa área. Além da disponibilização dos instrumentos utilizados para a coleta de dados, os professores Pedro Bandeira (da Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Maria Ester Menegasso e Arnildo Korb (Universidade Federal de Santa Catarina), facilitaram o acesso aos relatórios e análises por eles realizadas.

Bandeira (1994) desenvolveu um estudo de mensuração do capital social nas regiões do Rio Grande do Sul. O professor Leonardo Monteiro Monastério (2002) complementou os resultados desse estudo com indicadores econômicos das regiões a fim de comprovar, por meio do cruzamento dessas informações e da análise do contexto histórico, o desenvolvimento desigual existente nas regiões gaúchas, enfatizando a região da campanha.

Os professores da Universidade Federal de Santa Catarina realizaram uma pesquisa intitulada “Diagnóstico do Capital Social em dez regiões de Santa Catarina” realizado pelo Grupo Politéia. O Grupo Politéia é um grupo de pesquisa do Centro de Ciências da Administração da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Essa pesquisa integra

o Projeto Meu Lugar (2004) do Governo do Estado de Santa Catarina que foi realizada mediante contrato celebrado entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e a Secretaria de Planejamento e Gestão do Governo do Estado de Santa Catarina.

Baseado em elementos como cooperação e confiança, o estudo do capital social é relevante para a compreensão do processo de desenvolvimento das comunidades, a interação do indivíduo em grupo, redes, associações, o comportamento cooperativo, a estrutura das redes, ações voluntárias. Isto se justifica, pois o capital social tem sido apontado como elemento fundamental para desenvolvimento econômico de países, regiões, e até mesmo nos estudos no campo político, do empreendedorismo, inovação e na identificação das causas das diferenças existentes entre regiões (MACKE, VALLEJOS e TOSS, 2010).

Com o intuito de observar o comportamento das publicações acerca do tema capital social, Vallejos et al (2008) desenvolveram uma meta-análise. Esse estudo compreendeu os artigos publicados na base de dados *Business Source Premier* e apontou uma elevação no número de publicações que abrangem esse conceito. As principais conclusões desse estudo destacam que o tema capital social no contexto das redes colaborativas precisa de uma exploração adicional; nas dimensões do Capital Social, a dimensão cognitiva não está recebendo muita atenção e que existem estudos sobre o tema, no entanto há dificuldades metodológicas para sua mensuração no que diz respeito às dimensões estrutural e relacional.

O grupo de pesquisa Teoria Social das Organizações, da Universidade de Caxias do Sul, está envolvido no aprimoramento dos conceitos e desenvolvimento de pesquisas sobre o tema capital social. Um dos objetivos do grupo é a análise do papel do capital social no desempenho organizacional, sobretudo nas questões de comprometimento, mudança e processos de aprendizagem. Pesquisas anteriores foram desenvolvidas com o intuito de contribuir para a evolução dos instrumentos de coleta de dados, a exemplo das pesquisas das acadêmicas Kadigia Faccin (2010) e Denise Genari (2010).

A acadêmica Kadigia Faccin desenvolveu sua dissertação buscando verificar em que medida o capital social está relacionado à competitividade das redes colaborativas vitivinícolas da Serra Gaúcha. Os focos dessa pesquisa consistiram em relacionar os níveis de capital social com a competitividade das redes; verificar quais características das empresas interferem na manifestação dos construtos acima mencionados e comparar os níveis de capital social e competitividade nas duas redes em estudo. Nessa pesquisa, desenvolvida no âmbito inter-organizacional, foi demonstrada a existência de correlações entre o capital social e a melhoria da competitividade, bem como que estes dois construtos compartilham variáveis

determinantes, e essencialmente subjetivas, que constitui, talvez, uma das principais contribuições deste estudo.

Outro estudo desenvolvido sobre o tema foi elaborado pela acadêmica Denise Genari. Nesse estudo foi realizada uma avaliação sobre como o capital social e o comprometimento se manifestam e se relacionam no ambiente interno de organizações em redes, através da mensuração dos mesmos em indústrias vitivinícolas localizadas no Vale dos Vinhedos. Nessa pesquisa, desenvolvida no nível inter-organizacional, buscou verificar quais variáveis influenciam a criação de capital social nas empresas pesquisadas, comparar as principais características do perfil dos respondentes com as manifestações de capital social e comprometimento organizacional e verificar se existem diferenças entre os níveis de capital social e comprometimento nas vitivinícolas associadas à APROVALE e à APROBELO.

No desenvolvimento da presente pesquisa a participação e contribuição dos integrantes do grupo de pesquisa Teoria Social nas Organizações foi muito importante. Além de terem, pesquisas anteriores, contribuído na definição das diretrizes dessa pesquisa, o delineamento e a elaboração do instrumento de coleta de dados do presente estudo também teve contribuição e envolvimento do grupo.

Da mesma forma com que pesquisas anteriores tiveram contribuição significativa para essa pesquisa, convém ressaltar que pesquisas futuras serão desenvolvidas tendo como base o instrumento desenvolvido para a coleta de dados nos municípios da região das SDRs do Extremo Oeste Catarinense. A utilização do instrumento criado baseado na matriz do capital social de Halpern (2008) tem como intuito o aprimoramento e adaptação desse instrumento á realidade brasileira. Prezou-se pela inclusão de afirmativas de características histórico culturais da região em que o questionário seria aplicado. Esse aspecto possibilitou um reflexo mais próximo da realidade dos municípios pesquisados.

Sendo assim, o questionário que foi aplicado nos 18 municípios que fizeram parte da pesquisa está descrito no apêndice A. Foi elaborado tendo como base a matriz conceitual do capital social elaborado por Halpern (2008) e com a experiência acumulada nas pesquisas anteriores do grupo TSO. Essa matriz engloba o que o autor chama de dimensões transversais do capital social, visualizadas na Figura 7. O autor apresenta o conceito em três dimensões que abrangem: componentes (redes, normas e sanções), níveis de análise (micro, meso e macro) e funções (*bonding*, *bridging* e *linking*). Destaca-se que para cada elemento das dimensões (por exemplo: o elemento *parents, siblings, etc*, pertencente ao nível micro, capital social do tipo *bonding*, característica de redes) buscou-se elaborar três questões. Dessa forma

o questionário foi composto por 63 questões, além das 14 questões gerais de identificação da população.

Enfatiza-se que antes da aplicação definitiva do questionário foi realizado um pré-teste com 30 questionários. O pré-teste refere-se ao “teste do questionário com uma pequena amostra de entrevistados, com o objetivo de identificar e eliminar problemas potenciais” (MALHOTRA, 2007, p. 291).

Por meio da aplicação do questionário em uma pequena amostra foi possível identificar falhas na redação do questionário, assim como verificar a complexidade das questões para o público que se pretendeu investigar. Foi possível também verificar se a seqüência adotada era favorável para responder as questões, se os dados eram passíveis de análise e se os resultados obtidos tinham sentido (GIL, 1999; ROESCH, 1999).

3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

Nesse capítulo foi explicitado o método utilizado para a realização dessa pesquisa. Foi descrita e fundamentada a amostra da população que fez parte da coleta de dados, discriminada por município, gênero e local de moradia. Na coleta de dados foi observada também a distribuição da população de acordo com os dados do IBGE referentes à escolaridade e à idade.

O instrumento de coleta de dados foi elaborado após a análise de vários instrumentos pára mensuração do capital social existentes. Após as análises e o estudo da matriz do capital social elaborado por David Halpern, decidiu-se pela elaboração do instrumento que seria utilizado na pesquisa. Essa elaboração contou com a participação dos membros do grupo de estudos Teoria Social das Organizações da Universidade de Caxias do Sul.

A aplicação, tabulação e análise dos questionários se deu no segundo semestre do ano de 2010. Os resultados foram analisados por meio do cruzamento dos dados utilizando o software SPSS (*Statistical Package of Social Science*) versão 17.0. A caracterização do universo pesquisado e as análises descritiva, fatorial, de variância e regressão estão descritas nos capítulos seguintes.

4 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO PESQUISADA

Em meados do século XX, as florestas rio-grandenses estavam desbravadas. O desmatamento havia tomado conta de áreas cada vez maiores; mesmo nos locais mais íngremes e inacessíveis, a destruição já era iminente. As reservas de terra por cultivar, no início extremamente férteis, haviam se tornado improdutivas em razão da ação do tempo. Onde morar? Como sobreviver?

A pressão demográfica dos povos de origem européia que haviam emigrado no século XIX acelerava e impulsionava a ocupação de novos espaços.

Os colonos, atraídos pela propaganda de colonizadoras, e imbuídos de um espírito de luta e de sobrevivência, passaram a ocupar os rincões do Oeste catarinense. Em meio aos povos nativos e à selva subtropical do Oeste catarinense, levantaram-se, mediante esforço contínuo, novas comunidades de colonos, movidos pelo instinto de sobrevivência.

Armados de um espírito empreendedor, venceram com muita bravura a floresta imponente, para ali reproduzirem suas famílias numerosas. Por meio da conjugação de esforços individuais e coletivos venceram doenças epidêmicas, superaram desafios do mundo pioneiro e marcaram o território. Com perspicácia e agressividade, consumiam todas as suas forças na conquista da fronteira agrícola para, assim, garantir felicidade tão desejada.

Com trabalhos de mutirão foram edificadas estradas, hospitais, escolas, clubes e igrejas. As práticas coletivas, solidárias e coesas foram determinantes à sobrevivência dessas novas comunidades, além de fator de proteção que lhes viabilizou a existência e a reprodução social. No coletivo a população buscou sentido para a vida local. Desbravar a selva em meio à solidão, foi um grande desafio: a solidariedade foi a receita do sucesso. A vida venceu! Esta, erigida com sacrifícios e renúncias, após mais de meio século, finalmente pode ser vivida sem maiores percalços e sobressaltos (FONTANA, 2009, p. 17).

4.1 FORMAÇÃO DA SDR DE ITAPIRANGA

No ano de 2007 alguns municípios deixaram de pertencer a 1ª SDR e constituíram a 31ª SDR do Estado de Santa Catarina, como pode-se observar na figura 10. Esses municípios são: Itapiranga, São João do Oeste, Tunápolis, Iporã do Oeste, Santa Helena. A sede da 31ª SDR está localizada no município de Itapiranga.



Figura 10: Secretaria de Desenvolvimento Regional de Itapiranga.

Fonte: Governo do Estado de Santa Catarina, 2009.

Atualmente a SDR de Itapiranga está localizada na Rua São Bonifácio, 226, no Centro da cidade de Itapiranga. A Secretaria é constituída pelo Secretário Regional, Diretor Geral, Assessor de Comunicação, Consultor Jurídico, Gerente Administração, Finanças e Contabilidade, Gerente de Infra-Estrutura, Gerente de Saúde, Gerente de Educação, Ciência e Tecnologia, Gerente de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Agricultura e Gerente de Assistência Social, Trabalho e Habitação. Possui também quatro conselheiros em cada município (SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE ITAPIRANGA, 2009).

4.1.1 Iporã do Oeste

O município de Iporã do Oeste tem na agricultura sua principal atividade, com destaque para a produção e comercialização de suínos e aves. Sua população é predominantemente alemã e italiana vinda das colônias velhas do Rio Grande do Sul, e os registros dão conta da chegada desses imigrantes no ano de 1928. Tendo em vista a grande quantidade de pinheiros existentes na região àquela época, fato que motivou e incentivou a

vinda dos imigrantes, Iporã do Oeste foi inicialmente conhecida por Vila Pinhal (PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ DO OESTE, 2010).

Em 1953 a Vila Pinhal passou a ser distrito do município de Mondaí, recebendo a denominação de “Iporã”, que no dialeto guarani quer dizer “água boa”. A emancipação político administrativa do município ocorreu no ano de 1988 (PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ DO OESTE, 2010).

A agropecuária se destaca como a principal atividade econômica do município, tendo grande representatividade a agricultura familiar. As principais culturas do município são o fumo, a soja, o feijão, o arroz, a mandioca, a erva-mate e as frutas cítricas. Na pecuária o município destaca-se na criação de suínos, aves, peixes, abelhas, gado de leite e de corte.

O setor industrial emprega trabalhadores em diferentes atividades, tais como a produção de artefatos de cimento, processamento da erva-mate, produção de esquadrias, atividades na construção civil, produção de farinha de milho e trigo, embutidos, panificação e confeitaria, vestuário, artesanato, móveis, cerâmica, implementos agrícolas e refrigeração (AMEOSC, 2010).

A vegetação do município é predominante de mata nativa, embora essa mata esteja bastante prejudicada pela devastação. As principais espécies nativas encontradas são: grápia, cedro, canafístola, angico, rabo de bugio, açoita cavalo, louro, canela, mamica de canela e canjerana. Realiza-se também o reflorestamento, composto de eucalipto e pinus (AMEOSC, 2010).

4.1.2 Itapiranga

Localizada no Extremoeste Catarinense, às margens do Rio Uruguai, a Colônia Porto Novo passa a denominar-se Itapiranga a partir de 1929 por intermédio do então Governador do Estado, Dr. Adolfo Konder. De acordo com Sehnem (2004) a cidade tem por característica ter sido povoada por alemães católicos vindos do Rio Grande do Sul, sob a coordenação da empresa *Volkverein*. A religião católica, trazida pelos colonizadores, teve forte influência no modo de vida dos itapiranguenses. Ela ditava as normas e valores vigentes na sociedade. O modo de pensar, agir, vestir-se, a sexualidade e as festas eram regidos segundo os princípios religiosos em que a imagem do sacerdote era divina e irrefragável. “Os fiéis aprendiam desde

o catecismo que tudo que os pais, o professor, e principalmente o sacerdote diziam, não podia ser contestado” (JUNGBLUT, 2000, p. 546).

Itapiranga foi elevada a Distrito em 25 de fevereiro de 1932 sendo instalado oficialmente em 20 de março de 1932. Os governantes desta época, 1930 a 1937 eram escolhidos com base na confiança que o governo de Getulio Vargas tinha. Em 1934 houve votação para presidente e governador, assim a população fez seu alistamento para poder participar desta eleição (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, 2004).

Após anos de espera e tentativas, em 30/12/1953 o Distrito de Itapiranga foi reconhecido como Município. Seu prefeito provisório foi Wilibaldo Schoeler que esteve à frente do município até a primeira eleição, prevista para ser realizada em 10 meses. Este prefeito teve a incumbência de organizar a legislação que viria a nortear o novo município, além de providenciar o mínimo de infra-estrutura (física e administrativa) para que sua gestão fosse possível. A ele deve-se o decreto que definiu o dia 14 de fevereiro como feriado municipal, a primeira lei municipal decretada (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, 2004).

O município tem como base de sua economia a agropecuária, tendo como principais atividades a avicultura, bovinocultura de leite, suinocultura, cultivo de milho, fumo, entre outros produtos agrícolas. Tem na indústria de transformação (agroindústria, abatedouros e derivados, indústrias de móveis, estofados e marcenarias) a base da geração de empregos. A maior agroindústria que atua na exportação de aves instalada no município, a Mafrig, emprega aproximadamente três mil funcionários. O município contabiliza atualmente cerca de 830 estabelecimentos comerciais, incluindo indústria, comércio e profissionais autônomos (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, 2010).

Itapiranga também é conhecida por ser o berço da Oktoberfest no Brasil. Iniciada no ano de 1978 na comunidade da Linha Presidente Becker, a festa ganhou representatividade em todo o estado catarinense.

4.1.3 Santa Helena

O município de Santa Helena foi colonizado por italianos e alemães que migraram das colônias velhas do Rio Grande do Sul para Santa Catarina. O principal atrativo para essa

migração era a extração da madeira, abundante na região na década de 1940, quando chegaram os primeiros pioneiros (AMEOSC, 2010).

Inicialmente Santa Helena pertencia ao município de Descanso. Em 1962 Santa Helena foi elevada a distrito e, em 1992 emancipou-se política e administrativamente.

As principais atividades desenvolvidas no município relacionam-se com a atividade rural, tendo como destaque a produção do milho, fumo, trigo, feijão, soja, laranja, arroz, mandioca, cana-de-açúcar, batatinha e alho. A pecuária é desenvolvida por meio da produção e comercialização de suínos, bovinos (de corte e de leite), de aves e abelhas. O leite produzido no município é processado pela indústria de laticínios Santa Helena (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA, 2010).

Como a extração de madeira possui grande representatividade na história do município, existem ainda em Santa Helena as serrarias e as fabricas de esquadrias e de móveis, cuja matéria prima, hoje, é proveniente do Estado do Mato Grosso (AMEOSC, 2010).

4.1.4 São João do Oeste

São João do Oeste foi colonizado juntamente com o município de Itapiranga, ao qual pertenceu até o ano de 1993, quando da sua emancipação político administrativa. Sendo assim, sua colonização teve início na década de 1920, quando os primeiros agricultores de origem alemã e confissão católica chegaram dos municípios de Santa Cruz do Sul, Cerro Largo, Tapera, Selbach e outros do Rio Grande do Sul, conhecidos como Colônias Velhas (AMEOSC, 2010).

Tendo em vista que ponto central das comunidades estava previamente definido pelas colônias de terra doadas pela colonizadora, assim que um número considerável de pessoas passava a residir naquela comunidade, tão logo iniciavam os trabalhos para a construção da capela e da escola. Nessa empreitada os padres católicos eram grandes incentivadores, uma vez que tinham como princípios as normativas estabelecidas pela empresa colonizadora *Volkverein*, que também definia o perfil dos imigrantes da região (AMEOSC, 2010; PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE, 2010).

O município de São João do Oeste teve seu desenvolvimento, tanto urbano quanto rural, muito lento em virtude da dificuldade de comunicação com as vilas próximas e de

desenvolvimento do comércio. Destaca-se que ainda hoje a maioria da população de São João do Oeste é constituída por descendentes alemães e de religião católica. Essa característica é visível na ornamentação das casas e jardins do município, assim como pelas festas religiosas, culturais e feiras organizadas pelos munícipes (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE, 2010).

Atualmente o município de São João do Oeste é reconhecido pelo INEP, pela terceira vez consecutiva, como o município com menor índice de analfabetismo do Brasil, atingindo 99,1% de alfabetização. Esse feito é atribuído à cultura da população, uma vez que a escola, o estudo e a leitura são questões culturais da população da região. O município destaca que, mesmo antes que algum governo tomasse a iniciativa, os pioneiros do município já consideravam a educação como fator integrante de sua vida pessoal e social. Esse aspecto oportunizou ao povo, mesmo aos mais idosos, uma escolaridade correspondente ao antigo primário (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE, 2010).

4.1.5 Tunápolis

O município de Tunápolis também pertencia ao município de Itapiranga, tendo sido colonizado pela colonizadora *Volksverein* por alemães católicos oriundos das Colônias Velhas no Rio Grande do Sul. Inicialmente a região era conhecida como Tunas, devido a vegetação de cactos “Tuna” existente no primeiro acampamento dos imigrantes. Tunas foi elevada a distrito em 1961, sendo constituído por uma área de 134,17 km². A emancipação político administrativa do distrito aconteceu em 1989 e, no mesmo ano foi aprovada e realizada a alteração do nome do município para Tunápolis (AMEOSC, 2010).

Tunápolis tem sua economia baseada na agricultura e na pecuária, tendo sua produção agrícola centrada nas culturas de milho, fumo, feijão, soja e arroz, e a produção animal centrada em bovinos de leite e corte, suínos e frangos.

No setor secundário o município conta com 20 estabelecimentos industriais, 46 estabelecimentos comerciais e 68 estabelecimentos de prestação de serviços. A indústria do município é composta principalmente por madeireiras, artefatos de cimento, móveis, tijolos, serralherias e uma indústria de beneficiamento de matéria para produção de plásticos (PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, 2010).

A principal festa do município é a EFACITUS (Exposição Feira Agropecuária Comercial Industrial de Tunápolis). Nesta feira são expostos produtos e serviços oferecidos e prestados por empresas do município e da região, além de contar com a apresentação de bandas e artistas que atraem um público considerável (PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, 2010).

4.2 FORMAÇÃO DA REGIÃO DA SDR DE SÃO MIGUEL DO OESTE

A região da 1ª SDR tem na agropecuária a sua base econômica, que se apóia principalmente nas atividades das pequenas propriedades familiares rurais no cultivo de fumo, milho, fruticultura e nos derivados do leite. A região Extremo Oeste é conhecida como a maior bacia leiteira do estado.

A colonização os municípios da 1ª SDR deu-se, basicamente, por imigrantes italianos, poloneses, alemães e migrantes oriundos do Rio Grande do Sul. As tradições das colônias de origem dos colonizadores são valorizadas e cultuadas nos Centros de Tradições Gaúchas (CTGs) existentes em toda a região. O CTG Porteira Aberta, da cidade de São Miguel do Oeste, é um dos primeiros fundados no Estado de Santa Catarina e elegeu a primeira patronagem constituída somente por prendas no dia 29 de dezembro de 2007, porém tomou posse no dia 09 de maio de 2008, através de sentença judicial, concluindo seu mandato em 31 de dezembro de 2009.

Também são cultuadas as tradições das etnias que colonizaram os municípios da região nos grupos de dança folclórica existentes. Nesses grupos são preservadas as danças, músicas e língua típicas de determinadas regiões das etnias alemã, italiana, polonesa, afro descendente.



Figura 11: Secretaria de Desenvolvimento Regional de São Miguel do Oeste.

Fonte: Governo do Estado de Santa Catarina, 2009.

Atualmente a SDR de São Miguel do Oeste está localizada na Rua Osvaldo Cruz, 167, no Centro da cidade de São Miguel do Oeste. A Secretaria é constituída por um Secretário Regional, Diretor Geral, Consultor Jurídico, Assessor de Comunicação, Gerente de Administração, Finanças e Contabilidade, Gerente de Planejamento e Avaliação, Gerente de Educação, Gerente de Infra-estrutura, Gerente de Turismo, Cultura e Esporte, Gerente de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Agricultura, Gerente de Assistência Social, Trabalho e Renda e Superintendente do Departamento Estadual de Infraestrutura (Deinfra). Possui também quatro conselheiros em cada município, sendo eles o Prefeito, o Presidente da Câmara de Vereadores e mais dois representantes escolhidos pelo município (SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, 2010).

Na região também estão instalados outros órgãos do Estado, tais como 11 Batalhão De Polícia Militar; 14º Regimento de Cavalaria Mecanizada (RCMec); Banco do Estado de Santa Catarina (BESC); Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA); Companhia Elétrica do Estado de Santa Catarina (CELESC); Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC); Delegacia Regional; Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (EPAGRI); Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPESC).

4.2.1 Bandeirante

A denominação do município “Bandeirante” remete à maneira como a região foi colonizada. Quando da chegada dos pioneiros, as marcas deixadas pelo processo colonizador lembravam as marcas das bandeiras de colonização, características do período de desbravamento das terras brasileiras. Os imigrantes que se instalaram nessa região eram em sua maioria alemães, italianos e poloneses provindos do Estado do Rio Grande do Sul (PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES, 2010).

Bandeirante foi elevada a Distrito de São Miguel do Oeste em 1956. O distrito desmembrou-se do município de São Miguel do Oeste em 1995. Sua economia esta baseada na produção agrícola em pequenas propriedades (suínos, avicultura, produção de grãos e gado de corte e de leite) (AMEOSC, 2010).

A cultura do município é representada pelas festas e atividades desenvolvidas pelos munícipes, tais como: Festa do Padroeiro, homenagem ao Colono e Motorista, baile da Lingüiça, homenagem ao Aniversário do Município (PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES, 2010).

4.2.2 Barra Bonita

A colonização de Barra Bonita teve início em 1951, quando agricultores italianos, vindos do Rio Grande do Sul chegaram à região costeando o rio das Antas. Inicialmente Barra Bonita pertencia ao município de São Miguel do Oeste, tendo sido elevada a distrito no ano de 1960. A opção pela emancipação político administrativa se deu em 1995 por meio de votação eletrônica, quando dos 946 votantes 862 optaram pela criação do município (AMEOSC, 2010).

A base econômica do município é a agricultura e a pecuária, tendo como principal cultura a produção de grãos como o milho, e a criação de animais como gado leiteiro e de corte, suínos e aves (AMEOSC, 2010).

O município também é reconhecido na região pela sua pista de Asa Delta que, quando das competições realizadas representa um grande atrativo para visitantes de toda a região.

4.2.3 Belmonte

Colonizado por agricultores vindos do Rio Grande do Sul, sendo em sua maioria de etnia polonesa, Belmonte recebeu esse nome em virtude das ondulações observadas no terreno da região. Os imigrantes gaúchos estavam em busca de terras férteis e a um preço baixo.

No ano de 1964 Belmonte passou a ser distrito do município de Descanso. Em 1992 ocorreu a emancipação político-administrativa (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELMONTE, 2010).

Atualmente o município de Belmonte se destaca pela produção agropecuária, principalmente o cultivo de milho, soja, trigo e fumo, além da produção de animais, como suínos, aves e bovinos. A indústria se destaca pelo beneficiamento da madeira pela fabricação de portas e janelas.

4.2.4 Descanso

A região onde está atualmente o município de Descanso começou a ser colonizada em 1934, quando os primeiros colonos, de origem polonesa em sua maioria, chegaram de Guaporé e Casca, no Rio Grande do Sul, em busca da extração da madeira de cedro e pinheiro. Nessa época essas terras eram conhecidas como “Linha Polonesa”. A Empresa Madeireira Chapecó-Peperi Ltda foi a precursora na comercialização das colônias aos imigrantes (AMEOSC, 2010).

A origem do nome do município “Descanso” é devido à passagem da Coluna Prestes, no ano de 1924. Diz-se que nessa região a Coluna teria descansado, batizando assim aquele pouso de “descanso”.

Com o desmembramento do município de Chapecó no ano de 1953, o distrito de Descanso passou a pertencer ao município de Mondáí. No entanto, no ano de 1956, Descanso foi elevado a município. Em 1962 é criado o distrito de Santa Helena e anexado ao município. Nos anos de 1964 e 1968 são criados os distritos de Belmonte e Itajubá, respectivamente, e anexados ao município de Descanso (PREFEITURA MUNICIPAL DE DESCANSO, 2010).

Atualmente o município é conhecido pela sua indústria madeireira, pela pecuária (produção e comercialização de suínos e aves) e pela produção de pêssegos.

4.2.5 Guaraciaba

O início da colonização se deu na década de 1945, quando a empresa colonizadora Borth Anoni & Cia. Ltda. passou a comercializar lotes de terras para os imigrantes que desejavam trabalhar na exploração da madeira. O nome do local foi dado pelo Pe. Aurélio Canzi quando da celebração da primeira missa: Guaraciaba que, em tupi-guarani significa “raio de luz” (AMEOSC, 2010).

Guaraciaba foi elevada a distrito de São Miguel do Oeste em 1955 e, em 1961, devido a sua expansão agrícola e madeireira, desmembrou-se do município mãe e tornou-se independente político e administrativamente. A população guaraciabense é constituída de maioria italiana e alemã provinda do Rio Grande do Sul (AMEOSC, 2010).

A atividade econômica do município perpassa pelas indústrias de móveis, esquadrias de madeira, confecções, artefatos de cimento, água mineral, derivados de cana-de-açúcar, derivados de suínos, entre outras, totalizando no município 423 estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços. No entanto é na atividade agrícola que está a principal fonte de geração de emprego e renda, fato significativo sendo que 60% da população reside no meio rural. As atividades desenvolvidas nesses pequenos grupos familiares envolvem a produção animal (suínos, bovinos de corte, aves, peixes, abelhas etc.) e a produção vegetal (milho, feijão, soja, trigo, fumo e frutas etc.) (PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA, 2010).

Desbravar a selva em meio à solidão, foi um grande desafio: a solidariedade foi a receita do sucesso. A vida venceu! Esta, erigida com sacrifícios e renúncias, após mais de meio século, finalmente pode ser vivida sem maiores percalços e sobressaltos.

Sem sobressaltos? Se não houvesse a noite do dia 7 de setembro de 2009. As trevas da noite trouxeram consigo destruição, dor e morte. Eis que a fúria da natureza se mostrou implacável com esse povo que carrega na sina a luta pela sobrevivência.

Onde achar forças? Novamente foi preciso reanimar o espírito que impulsionou os pioneiros do município de Guaraciaba: solidariedade e fraternidade. Eis o que nos faz seres humanos!

Em meio a uma sociedade individualista que, muitas vezes, rasga o discurso da solidariedade e da igualdade, a comunidade regional deu uma verdadeira demonstração de amparo, proteção e conforto aos mais fragilizados pela dor.

Somos seres humanos porque temos o compromisso de cultivar valores e princípios universais de dignidade, solidariedade e igualdade. Assim, o povo Oestino, não fez da calamidade um momento para lamúrias, condenações e desencantos. Em um exaustivo exercício de peregrinação, milhares de pessoas deslocaram-se de propriedade em propriedade, à procura de pessoas e animais que pudessem ser dignamente tratados.

O povo atingido quis mais vida! E a vida sempre venceu a morte. Se a humanidade sobreviveu até hoje durante milhares de anos é em virtude do que sempre houve

mais iniciativas solidárias do que egoístas, mais princípios de inclusão do que de exclusão (FONTANA, 2009, p. 17).

Parte da área rural de Guaraciaba foi atingida, no ano de 2009, pelo tornado que passou pela região no dia 07 de setembro. O fenômeno causou comoção geral, não só nas famílias atingidas e nos municípios próximos, mas também em nível nacional.

4.2.6 Paraíso

Na década de 1950, descendentes de alemães e italianos do estado do Rio Grande do Sul e do município catarinense de Anita Garibaldi, rumaram para as terras de fronteira do extremo oeste catarinense com o objetivo de adquirir terras e proceder a exploração econômica da madeira. A colonização se deu por intermédio da empresa Colonizadora e Madeireira Bandeirante Ltda (PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO, 2010).

Paraíso se tornou distrito no ano de 1956. O distrito de Paraíso emancipou-se do município de São Miguel do Oeste no ano de 1992. Com o passar dos anos, algumas comunidades rurais evoluíram ao ponto de tornarem-se núcleos urbanos. Dessa forma o município de Paraíso possui ainda o distrito de Grápia, criado no ano de 1993 (PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO, 2010).

4.2.7 São Miguel do Oeste

A extração de madeira, principalmente o pinho, representou o elemento determinante para a colonização da região onde se localiza hoje o município de São Miguel do Oeste, no extremo Oeste de Santa Catarina. As primeiras famílias começaram a chegar do Rio Grande do Sul na década de 1940, com o intuito de trabalhar na empresa Barth, Benetti & Cia Ltda., que atuava na extração e exportação de madeira (AMEOSC, 2010).

Conhecida inicialmente como “Vila Oeste”, a vila tinha como padroeiro São Miguel Arcanjo, protetor dos madeireiros. Assim, em 1949 a vila foi transformada em distrito e passou a se chamar São Miguel do Oeste, numa junção dos nomes "Vila Oeste" e "São Miguel Arcanjo". No ano de 1953 foi aprovada a emancipação do distrito e São Miguel do Oeste passou a ser município. Essa emancipação mostrou-se como uma necessidade

imperiosa, uma questão de sobrevivência. “A região recebia, diariamente, caravanas de colonos procedentes do Rio Grande do Sul, mas não oferecia as mínimas condições para uma vida confortável. Faltava tudo. Estradas, escolas, médicos, remédios, comida” (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, 2010).

Àquela época o acesso à sede municipal (Chapecó) era impraticável. Essa viagem que atualmente leva duas horas representava uma aventura que dependia do tempo. Períodos de chuva poderiam estender o percurso em até três dias. O município também não arrecadava os impostos que eram cobrados, assim como os contribuintes não iam até Chapecó para pagá-los. Nesse cenário o Governo não destinava recursos para atender a população (AMEOSC, 2010).

A Constituição Estadual do ano de 1946 previa que municípios com no mínimo 10.000 habitantes estavam aptos a emanciparem-se. Não era o caso de São Miguel do Oeste. No entanto, em 1952 o deputado estadual Lenoir Vargas Ferreira propôs uma emenda à Constituição Catarinense, que possibilitou aos municípios que distassem em até 90 km da fronteira a emancipação. Aprovada em 1953, essa emenda fez com que o desmembramento territorial de Chapecó acontecesse, assim como de outros municípios (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, 2010).

O município de Mondaí, que resistia que São Miguel deixasse de ser parte de seu território, com essa emenda beneficiava-se da oportunidade de conduzir seus próprios destinos. Com a diminuição do território, o município de Chapecó veria diminuir as pressões reivindicatórias que surgiam de todos os lados de uma área geográfica de quase 15.000 quilômetros quadrados. Para Chapecó, mesmo com os desmembramentos ainda sobravam extensas áreas de terra. Com isso as empresas colonizadoras, mesmo não destinando muitos recursos para resolver os problemas da população, faziam sua parte no investimento e incentivo no que tange à infra-estrutura urbana básica, as estradas gerais, a assistência à população nos primeiros anos, as igrejas, as escolas, as casas comerciais e o movimento econômico. Nesse cenário também começaram a surgir as lideranças que em pouco tempo se transformaram em importantes políticos (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, 2010).

4.3 FORMAÇÃO DA REGIÃO DA SDR DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Secretaria de Desenvolvimento Regional de Dionísio Cerqueira foi instalada em maio de 2005. a instalação dessa Secretaria representou para a região um impulso para o desenvolvimento, uma vez que as ações do Governo do Estado desenvolvidas nos municípios que passaram a constituir a 30ª SDR, acontecem por meio do Conselho de Desenvolvimento Regional. Com isso há maior oportunidade para a participação da população desses municípios nas decisões que dizem respeito à essa região (SDR DIONÍSIO CERQUEIRA, 2010).

O município que recebeu a sede da 30ª SDR está localizado na fronteira entre o Brasil e a Argentina e no limite entre os Estados do Paraná e Santa Catarina. Esse município existe desde meados do século XIX. Para representar a característica de fronteira que existe no município foi inaugurado, em 1903, o Marco das Três Fronteiras. Nesse marco é possível estar com um pé no Paraná, outro no Estado de Santa Catarina e ainda esticar o braço em território argentino (AMEOSC, 2010).

A colonização dos municípios dessa SDR foi realizada basicamente por italianos e alemães, oriundos do Estado do Rio Grande do Sul. A primeira atividade econômica desenvolvida pelos colonizadores dessa região foi o extrativismo vegetal, com destaque para a madeira e a erva-mate. A agricultura, a princípio era uma fonte de subsistência que, após a extração das matas passou a ser uma das principais atividades da região (GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2010).



Figura 12: Secretaria de Desenvolvimento Regional de Dionísio Cerqueira.

Fonte: Governo do Estado de Santa Catarina, 2009.

Atualmente a SDR de Dionísio Cerqueira está localizada na Avenida Sete de Setembro, 880, no Centro da cidade de Dionísio Cerqueira. A Secretaria é constituída por um Secretário Regional, Diretor Geral, Consultor Jurídico, Assessor de Comunicação, Gerente de Educação, Ciência e Tecnologia, Gerente de Administração, Gerente de Saúde, Gerente de Infra Estrutura, Gerente de Agricultura e Gerente de Assistência Social, Trabalho e Renda. Possui também quatro conselheiros em cada município, sendo eles o Prefeito, o Presidente da Câmara de Vereadores e mais dois representantes escolhidos pelo município (SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, 2010).

4.3.1 Anchieta

A região onde hoje se situa o município de Anchieta recebeu seus primeiros colonizadores no início da década de 1950. O nome do município foi dado em referência à semelhança do trabalho desenvolvido pelos padres Pedro Rubim e padre Afonso Correio (provenientes da paróquia de Frederico Westphalen, RS) que se assemelhavam ao trabalho

desenvolvido pelo padre José de Anchieta na catequização dos índios no início da colonização do Brasil (AMEOSC, 2010).

A empresa colonizadora que atuou na região de Anchieta foi "Pinho e Terras Ltda". As famílias que colonizaram essas terras eram provenientes do Rio Grande do Sul, fato que explica o elevado número de italianos e alemães gaúchos que residem no município. A religião que predomina no município é a católica, porém existem também várias outras religiões instaladas no município (AMEOSC, 2010).

O distrito de Anchieta foi criado no ano de 1956, ficando este subordinado ao município de São Miguel do Oeste. No ano de 1961 o distrito foi transferido de São Miguel do Oeste, passando nesse ano a pertencer ao município de Guaraciaba. Em 1963 Anchieta desmembrou-se de Guaraciaba, tornando-se município (AMEOSC, 2010).

4.3.2 Dionísio Cerqueira

Dionísio Cerqueira inicia sua história com a construção dos acampamentos de bandeirante paulistas na década de 1630. O intuito das bandeiras era a proteção da fronteira do país. No final da década de 1750 as expedições portuguesas e espanholas percorreram os rios Peperi Guaçu e Iguazu com o mesmo intuito de proteção. Os primeiros migrantes, vindos do Rio Grande do Sul e da Argentina, começaram a chegar em meados do século XIX (AMEOSC, 2010).

A Vila de Dionísio Cerqueira foi fundada oficialmente no ano de 1903, no entanto a vila pertencia ao Estado do Paraná. A Vila passou a pertencer ao Estado de Santa Catarina quando se deu por finda a Guerra do Contestado, e firmou-se o acordo de limites entre os estados catarinense e paranaense, em 1916 (AMEOSC, 2010).

Pertencente ao município de Chapecó, Dionísio Cerqueira já despontava como rota do comércio internacional, que tinha como base a erva mate transportada no lombo de mulas. Muitas histórias e lendas são contadas no município sobre a estadia da Coluna Prestes, em 1925, principalmente sobre a Batalha da Separação (AMEOSC, 2010).

A imigração se intensificou a partir de 1946, quando os gaúchos alemães, italianos e portugueses visavam a região tendo como objetivo a extração e exportação da madeira e da

erva mate. A população da região de fronteira também foi constituída pelos caboclos, advindos da região de conflitos do Contestado (AMEOSC, 2010).

A emancipação do município se deu em 1954. Sua economia sempre foi baseada na agricultura e no comércio exterior. Em 1979, com a criação do Porto Seco, foi oficializada a passagem internacional de comércio e turistas. A sua ampliação se deu no ano de 2003, com a instalação do Ponto de Fronteira Alfandegado, o único integrando dois países (Brasil e Argentina) em território brasileiro (AMEOSC, 2010).

4.3.3 Guarujá do Sul

A formação da vila de Sédia Nova, posteriormente conhecida como Vila Nova, se iniciou no ano de 1950. O início da colonização se deu com a chegada e imigrantes alemães e italianos vindos do Rio Grande do Sul, com o intuito de explorar a madeira existentes (pinus), criação de suínos e plantação de fumo.

O distrito de Guarujá foi criado em 1957, subordinado ao município de Dionísio Cerqueira. Em 1961 o distrito é elevado a município, constituindo o município de Dionísio Cerqueira. O fornecimento da luz elétrica, que fez com que Guarujá do Sul se desenvolvesse de maneira mais intensa, iniciou com uma turbina hidráulica, no ano de 1963 (AMEOSC, 2010).

4.3.4 Palma Sola

Os primeiros colonizadores do município chegaram no início da década de 1950. Os pioneiros, vindos de Carazinho (RS) instalaram na região uma serraria, tendo em vista a abundância de madeira existente. Em torno da serraria formou-se um pequeno povoado.

Originalmente o nome do município era “palmasola”, em alusão à palmeira solitária, a ligua castelhana “palma suela”. Essa palmeira existia na Praça da Matriz, acampamento dos tropeiros e andantes, com suas manadas e varas, à procura de mercado e civilização (AMEOSC, 2010).

A emancipação político administrativa de Palma Sola aconteceu em 1961, quando o município deixou de pertencer ao município de Dionísio Cerqueira. Palma Sola está situada na divisa seca dos estados do Paraná e Santa Catarina (AMEOSC, 2010).

4.3.5 Princesa

O nome do município de Princesa é creditado às histórias que um caboclo chamado João Maria de Lara contava sobre as visões que tinha de uma princesa que aparecia sob a copa de um pinheiro às margens de um riacho. Assim o lugar ficou conhecido como “princesa” (AMEOSC, 2010).

A abundância de madeira e terras férteis atraiu os primeiros habitantes para a região. Os pioneiros, de origem alemã e italiana, vinham de Santo Cristo, no Rio Grande do Sul, na década de 1950. Os pioneiros trouxeram consigo seus hábitos e costumes, a língua falada nos municípios de origem, as tradições, pratos típicos... (PREFEITURA MUNICIPAL DE PRINCESA, 2010).

Os lotes eram comercializados pela Colonizadora Imobiliária Princesa Ltda., que adquiriu as terras da Colonizadora e Madeireira Bandeirante Ltda, com sede em Caxias do Sul, RS. A colonizadora dividiu as terras da região e 40 quadras com 10 lotes urbanos de 1000 metros quadrados cada. Assim as ruas e avenidas já estavam previamente demarcadas, projetando uma cidade futura (PREFEITURA MUNICIPAL DE PRINCESA, 2010).

No ano de 1958 a comunidade de Princesa foi elevada a distrito de São José do Cedro. Esse fato impulsionou o desenvolvimento do distrito que, em 1997 foi emancipado e transformado em município (PREFEITURA MUNICIPAL DE PRINCESA, 2010).

4.3.6 São José do Cedro

São José do Cedro iniciou sua colonização em 1950 quando os primeiros pioneiros chegaram da região dos Sete Povos das Missões, no noroeste do Rio Grande do Sul. O nome do local é devido a existência de uma árvore de cedro, localizada às margens de um riacho onde os pioneiros se reuniam (AMEOSC, 2010).

O nome da comunidade foi dado pela junção do nome do padroeiro “São José” e da referência que era unânime desde os primeiros, o “Cedro”.

Os imigrantes, alemães, italianos e os caboclos difundiram seus hábitos e costumes transformando a cultura do município no que tange à religião, ao trabalho, à caça, pesca e a

derrubada de árvores, que, àquela época representava um divertimento. Com o passar do tempo outros grupos colonizadores chegaram à região e trouxeram outros costumes e festas, tais como os hábitos do Rio Grande do Sul, visíveis até os dias de hoje (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, 2010).

A organização das famílias era baseada em tradições patriarcais. Em muitas situações eram os pais que escolhiam os pretendentes a desposar suas filhas, observando a moral e os bons costumes da família do pretendente. Às mulheres cabia o serviço da casa e a educação dos filhos, sendo responsável por repassar com rigidez os princípios da época. Era obrigação da esposa repassar os 'deveres' femininos às filhas, sempre observando a submissão em relação ao marido. Destaca-se que o respeito era fundamental nas relações familiares. A religião tinha papel de destaque nas famílias (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, 2010).

O Distrito de Cedro foi criado em 1957, subordinado ao município de Dionísio Cerqueira. Em 1958 o Distrito foi emancipado e criado o município de São José do Cedro. Em 1988 o município tinha anexado em seu território os distritos de MariFlor e Princesa. O distrito de Princesa emancipa-se em 1995. Em 1997 anexa-se o distrito de Padre Réus (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, 2010).

5 ANÁLISE DO CAPITAL SOCIAL E DOS INDICADORES SÓCIO-ECONÔMICOS NA REGIÃO EM ESTUDO

Neste capítulo serão apresentados e analisados os resultados obtidos por meio da pesquisa. As discussões apresentadas terão como intuito atender aos objetivos traçados para este estudo: mensurar os níveis de capital social e desenvolvimento a partir de indicadores sócio-econômicos em três regiões pertencentes a Secretarias de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste de Santa Catarina; identificar os fatores explicativos do capital social nas três SDRs da região do Extremo Oeste Catarinense; identificar e mensurar indicadores de desenvolvimento sócio-econômico nos municípios das três SDRs e explicar os resultados encontrados com base em fatos histórico-culturais.

5.1 IDENTIFICAÇÃO DOS FATORES EXPLICATIVOS DO CAPITAL SOCIAL NAS TRÊS SDRS DA REGIÃO

A análise dos resultados está dividida em análise fatorial e regressão linear (realizadas por nível de análise – micro, macro e meso).

5.1.1 Análise Fatorial

Por análise fatorial entende-se como a técnica utilizada para “sintetizar as informações de um grande número de variáveis em um número bem menor de variáveis e fatores” (HAIR et al., 2007, p. 321). As respostas da amostra foram submetidas à análise fatorial do tipo PCA (Principal Component Analysis), com rotação *varimax* e tratamento *pairwise*. Para Hair et al (1998) e Pestana e Gageiro (2000) a Medida de Adequacidade da Amostra de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) deve ser igual ou superior 0,80.

Para verificar a medida de consistência interna de escalas de múltiplos itens, utiliza-se o Alfa de Cronbach (PESTANA e GAGEIRO, 2000). De acordo com Hair et al. (1998), os valores do Alfa de Cronbach aceitáveis devem variar de 0,70 a 1,00. Para Malhotra (2007), o Alfa considerado apropriado para as pesquisas exploratórias das ciências sociais deve ser superior a 0,5. Valores abaixo de 0,5 significam que pode ser inadequada a análise fatorial.

O Alfa encontrado na análise fatorial de todo o instrumento de pesquisa aplicado nos municípios das 3 SDRs da fronteira Oeste de Santa Catarina resultou num valor considerado aceitável pela bibliografia estudada: 0,766 para os 63 itens. Esse resultado demonstra haver consistência interna no instrumento como um todo.

Em seguida foram rodadas as fatoriais dos níveis de capital social analisados no instrumento: micro, meso e macro.

5.1.1.1 Capital social ao nível micro

Os resultados encontrados na análise fatorial do nível micro do capital social estão descritos abaixo. A Medida de Adequacidade da Amostra de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO), apresenta valores normalizados (entre 0 e 1,0) e mostra qual é a proporção da variância que as variáveis (questões do instrumento utilizado) apresentam em comum ou a proporção destas que são devidas a fatores comuns (HAIR et al, 1998). No capital social ao nível micro o KMO (0,653) ficou abaixo do valor considerado satisfatório pelos pesquisadores (0,80), porém pode ser considerado razoável, uma vez que está entre 0,6 e 0,7 (conforme Tabela 3).

Nas Ciências Sociais o KMO é passível de análise quando apresenta valor superior a 0,50 e significância $p < 0,05$. Como na fatorial do nível micro o valor da significância foi $p = 0,000$, pode-se afirmar que ocorre correlação entre as variáveis, uma vez que há dependência entre elas. O total da variância é explicada com 3 fatores que representam 31,72% do capital social ao nível micro. Destaca-se que os valores do Alfa dos fatores no nível micro estão abaixo do valor considerado ideal pela bibliografia, no entanto são considerados válidos devido ao caráter exploratório da pesquisa.

Tabela 3: Fatores, Alfa de Cronbach, variáveis, correlação e médias do nível micro do capital social.

Fator	Alfa de Cronbach	Variável	Correlação	Média
1 – Bonding	0,505	7 - Cuido de minha família pois posso precisar dela	0,351	4,47
		6 - Os mais jovens se aconselham com os mais velhos	0,256	3,02
		10 - Ajuda de amigos para tomar decisões importantes	0,248	4,10
		17 - Ajudo amigos pois posso precisar deles	0,386	4,64
2 – Linking	0,547	9 - Eu faço doações a quem precisa	0,288	3,61
		15 - Reunir a família nas refeições	0,130	3,98
		18 - Faço trabalhos voluntários	0,439	3,36
		2 - Ficar com a família	0,290	4,30
3 – Bridging	0,407	16 - Estabelecimentos que vendem na caderneta	0,018	4,31
		14 - Amigos de diferentes classes sociais	0,087	4,59
		4 - Comentam quando faz algo errado	-0,021	4,18
		13 - Não envergonhar a cidade	0,252	3,74
		1 - Contato com amigos	0,097	4,40
		12 - Deixar as chaves com vizinhos	0,239	2,90
		11 - Os vizinhos têm obrigação de ajudar uns aos outros	0,383	3,03
3 - Contar com ajuda da família	0,213	4,69		

Fonte: dados primários.

O primeiro fator analisado *Bonding Social Capital* é constituído pelas variáveis que se reportam ao relacionamento nos grupos familiar e de amigos. Nessa análise o Alfa resultou no valor de 0,505 para os 4 itens do instrumento. O valor das correlações podem ser consideradas altas, principalmente no que diz respeito ao cuidado e ajuda para com familiares e amigos.

Optou-se, nessa pesquisa, por mostrar a correlação do item dentro do fator ao invés da carga do fator, pois, para obter a solução final, as variáveis de fatores que continham apenas 1 ou 2 elementos foram agrupadas em fatores mais robustos, considerando a melhoria no valor do Alpha de Cronbach.

Os elementos que compõem esse tipo de capital social são: ajudar família, amigos, receber ajuda de amigos e pedir conselhos aos mais velhos. Este foi o fator mais forte na explicação do capital social em nível micro.

Esse resultado pode ser explicado pelas características culturais da região estudada. Os municípios da região da fronteira oeste de Santa Catarina foram colonizados por imigrantes do Rio Grande do Sul a partir da década de 1920. As famílias colonizadoras valorizavam e preservavam as relações familiares e o respeito aos mais velhos, que são pessoas com maior experiência de vida e capazes de auxiliar e aconselhar os mais novos em suas atividades e decisões. As variáveis da pesquisa demonstram essa realidade também para as gerações mais novas, sendo uma prática ainda nos dias de hoje.

O segundo fator analisado, o *Linking social capital* resultou num Alfa de 0,547 também para 4 itens. A correlação com valor mais alto nesse fator foi encontrada na variável que demonstra a realização de trabalhos voluntários. No entanto essa variável obteve a menor média, destacando que a variável é significativa para entender o capital social e que na região analisada existe uma falta desta variável (o que indica baixo capital social). Reunir-se com a família nas refeições apresentou a menor correlação do fator.

O capital social do tipo *bridging* constitui o terceiro fator de análise. Com Alfa de 0,407 o *Bridging Social Capital* resultou em 8 variáveis representativas. Dessas variáveis, quatro possuem correlação mais alta, acima de 0,200. Três variáveis apresentaram correlação baixa, próximo a zero, e a variável “comentam quando faz algo errado” que apresentou correlação negativa. Essas variáveis, no entanto, apresentaram médias altas, demonstrando que é alta a existência dessas variáveis na região analisada.

A menor média foi encontrada na variável “no meu bairro, quando alguém viaja, costuma deixar as chaves da casa com algum vizinho”, variável que evidencia a confiança existente entre os vizinhos da região.

Essas variáveis destacam também que no grupo pesquisado as pessoas possuem amigos de diferentes classes sociais, há a prática de comprar na caderneta em mercados locais, as pessoas comentam quando alguém faz algo de errado, há a preocupação em não envergonhar a cidade onde mora. Esses elementos destacam a existência de normas e sanções implícitas nos grupos. Essas normas explicitam as tradições, valores e crenças existentes nos grupos e que são seguidos pelos seus membros de maneira a manter boas relações e facilitar a cooperação dentro e entre os grupos.

O fato de tratar-se de municípios pequenos (que contribui para que o capital social do tipo *bonding* apresente maior força que o tipo *bridging*), onde as pessoas se conhecem e vivem na mesma cidade há anos, propicia o surgimento e a valorização das normas. Essas características dos grupos fazem com que o cumprimento dessas normas seja observado e controlado pelos membros do grupo que se sentem responsáveis e zelam uns pelos outros, reproduzindo a prática conhecida como “olhos na rua” (FUKUYAMA, 2000).

O *bridging social capital* tem efeitos positivos sobre a difusão das informações e da confiança, promovendo as operações e a atividade econômica. A confiança pode ser conceituada como um sentimento de expectativa positiva e a crença de que um indivíduo vai se comportar de uma forma benéfica (ROUSSEAU et al, 1998; CAROLIS e SAPARITO,

2006). A confiança surge a partir de repetidas interações entre os indivíduos ao longo do tempo e é baseada na contínua reciprocidade, ou seja, na noção de que “eu vou fazer isso para você agora porque sei que você vai fazer alguma coisa para mim mais tarde” (ADLER e KWON, 2002; NAHAPIET e GHOSHAL, 1998; CAROLIS e SAPARITO, 2006; ROUSSEAU et al, 1998).

5.1.1.2 Capital social ao nível meso

A rotação dos dados para o nível meso destacou um valor para o KMO de 0,752. Esse valor indica qual é o grau de suscetibilidade ou o ajuste dos dados à análise fatorial, isto é, qual é o nível de confiança que se pode esperar dos dados quando do seu tratamento pelo método multivariado de análise fatorial seja empregada com sucesso (HAIR et al, 1998). No grau de ajuste à análise fatorial o valor do KMO é considerado médio, sendo que se enquadra no intervalo de 0,7 a 0,8. Nessa rodada temos que 4 fatores explicam 42,057% do capital social ao nível meso.

Tabela 4: Fatores, Alfa de Cronbach, variáveis e médias do nível meso do capital social.

Fator	Alpha de Cronbach	Variável	Correlação	Média
1 – Bridging	0,648	33 - As pessoas costumam se ajudar	0,441	3,69
		32 - Pessoas respeitam-se umas às outras	0,314	3,50
		24 - Meus colegas de trabalho são também meus amigos	0,241	4,42
		31 - Pessoas mais ricas ajudam mais pobres	0,364	2,65
		36 - A maioria das pessoas faz parte de algum clube ou associação	0,289	3,66
		23 - Os pais e avós se esforçam para influenciar filhos e netos	0,363	3,91
		34 - Atitudes fazem a diferença onde moro	0,303	3,88
		38 - As pessoas trabalham como voluntárias	0,195	3,25
		27 - Chamar a atenção de quem joga lixo no chão	0,263	2,85
2 – Linking	0,624	30 - Gangues picham e destroem locais públicos	0,084	1,75
		26 - Não existem punições para arruaceiros	0,056	1,87
		37 - Os bandidos andam à solta	0,103	1,87
		35 - Os motoristas não se preocupam em respeitar o trânsito	0,110	2,02
		25 - Os moradores de um bairro não se misturam com os de outro	0,053	1,66

		28 - Não é seguro sair à noite	0,019	1,72
3 – Bonding	0,485	29 - Pessoas não aceitam costumes de fora	0,136	2,10
		39 - Ricos e pobres não se misturam	0,015	1,87
		22 - Pessoas de fora não entendem os costumes	0,032	2,09

Fonte: dados primários.

O primeiro fator da análise do capital social ao nível meso resultou em 9 variáveis. O *Bridging Social Capital* reflete as relações existentes entre os diferentes grupos no âmbito da comunidade. As correlações desse fator apresentaram valores acima de zero, sendo os mais elevados referentes às variáveis “as pessoas costumam se ajudar”, “pessoas mais ricas ajudam mais pobres”, “os pais e avós se esforçam para influenciar filhos e netos”, “pessoas respeitam-se umas às outras” e “atitudes fazem a diferença onde moro”.

A maior média nesse grupo (e também do nível meso) é da variável que considera “os colegas de trabalho também amigos”, destacando uma característica da região onde há o estabelecimento de relações entre os diferentes grupos em que o indivíduo está inserido. As menores médias foram observadas em variáveis que destacam o relacionamento entre as pessoas de diferentes faixas de renda “pessoas mais ricas ajudam as mais pobres”, assim como no cuidado com a limpeza da comunidade “chamar a atenção de quem joga lixo no chão” (variável que obteve o maior índice de concordância entre os respondentes). Esses resultados demonstram a necessidade de maior fortalecimento desses aspectos na vida em comunidade na região estudada.

A presença desse fator como o mais forte na explicação do nível de capital social das três SDRs da região Extremo Oeste catarinense demonstra que, no nível meso, as pessoas dessa região demonstram maior abertura para se relacionar com pessoas que não fazem parte do seu grupo familiar. O envolvimento com colegas de trabalho e de escola, assim como a participação em associações, clubes, cooperativas, também colabora no fortalecimento das “pontes” que ligam os diferentes grupos sociais.

No que diz respeito ao cooperativismo, destaca-se que na região está instalada (e ainda em funcionamento), a mais antiga cooperativa de crédito do Estado de Santa Catarina. A Creditapiranga (atualmente Sicoob Creditapiranga) foi fundada em 1932 com o intuito de auxiliar no processo de colonização. Essa cooperativa foi fundada quando ainda não existia luz elétrica na região, que chegou em 1958.

No estado de Santa Catarina, de acordo com a OCESC (2010), em dezembro de 2009 estavam em funcionamento, nos 297 municípios do Estado, 255 cooperativas, que contavam

com a participação de 858.671 cooperados e 29.924 empregados. No ano de 2009 existiam no Brasil cooperativas e associações nos diferentes ramos de atividade. Nos anos de 2008 e 2009 observou-se uma diminuição de 5,48% no número de cooperativas no Brasil, conforme tabela 20 nos Anexos.

No Brasil, de acordo com dados da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), nas 27 unidades federativas existem 7.261 cooperativas. Essas cooperativas possuem 6.791 milhões de associados e geram 199.680 empregos. As cooperativas são responsáveis por 6% do PIB nacional (GESTÃO COOPERATIVA, 2010). No gráfico abaixo podem ser observados os números de cooperativas existentes no Brasil e no Estado de Santa Catarina. No Estado de Santa Catarina registra-se uma proporcionalidade de 28,47 habitantes por cooperativa existente. Esse valor configura o Estado de Santa com um indicador positivo, uma vez que no Brasil tem-se que existem 26.268 habitante por cooperativa.

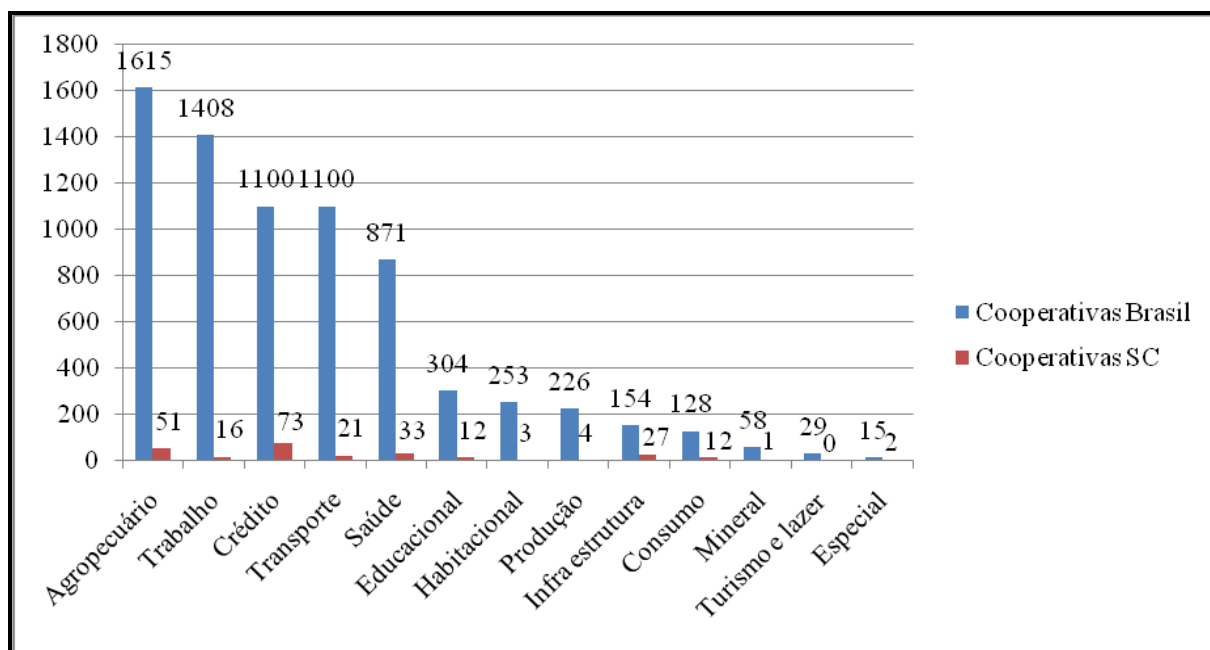


Gráfico 2: Ramo das Cooperativas em funcionamento no Brasil e em Santa Catarina em 2009.

Fonte: OCESC, 2010.

O segundo fator, *Linking Social Capital*, resultou em seis variáveis, sendo que duas demonstraram valores superiores a 0,1 (os motoristas não se preocupam em respeitar o trânsito e os bandidos andam à solta).

As variáveis desse fator refletiram as médias mais baixas nesse nível do capital social, aspecto que representa um indício de presença de estoques de capital social nas comunidades estudadas. Observa-se que as variáveis do *linking social capital* dizem respeito à sensação de

segurança na cidade, respeito para com os bens públicos e no trânsito e também a integração entre as pessoas de diferentes comunidades.

Os elementos que compõem as variáveis desse fator foram: a percepção de que as gangues destroem o patrimônio das cidades, a sensação de que não existem punições aos arruaceiros e de que os bandidos andam à solta, os motoristas não respeitam o trânsito e não é seguro sair à noite. Como as médias desse fator obtiveram valores baixos percebe-se que há discordância dos respondentes a essas afirmações, destacando que esse tipo de capital social está com altos índices.

Os registros da Secretaria de Segurança Pública Catarinense (2010), em dados dos anos de 2004 a 2008/01, demonstram que houve, no ano de 2007, um aumento no número de ocorrências atendidas pelas polícias Civil e Militar no Estado. Observando-se o gráfico abaixo tem-se que 15,72% das ocorrências registradas pelas Polícias Civil e Militar foram na região Oeste de Santa Catarina, que possui como referência as cidades de Concórdia, Chapecó e São Miguel do Oeste. Esses resultados apontam que a região Oeste está numa posição mediana nos índices de criminalidade do Estado de Santa Catarina. Não está situada entre as mais violentas, assim como não se configura dentre as mais seguras, fato que justifica a sensação de segurança dos habitantes da região.

Os dados dizem respeito aos registros de Homicídio Doloso; Suicídio; Roubo (diversos); Roubo a Banco; Estupro; Furto (diversos); Furto de Veículos; Furto em Residência; Furto em Estabelecimento Comercial; Acidente de Trânsito com Vítima Fatal; Acidente de Trânsito com Lesão Corporal; Acidente de Trânsito com Danos Materiais; Latrocínio.

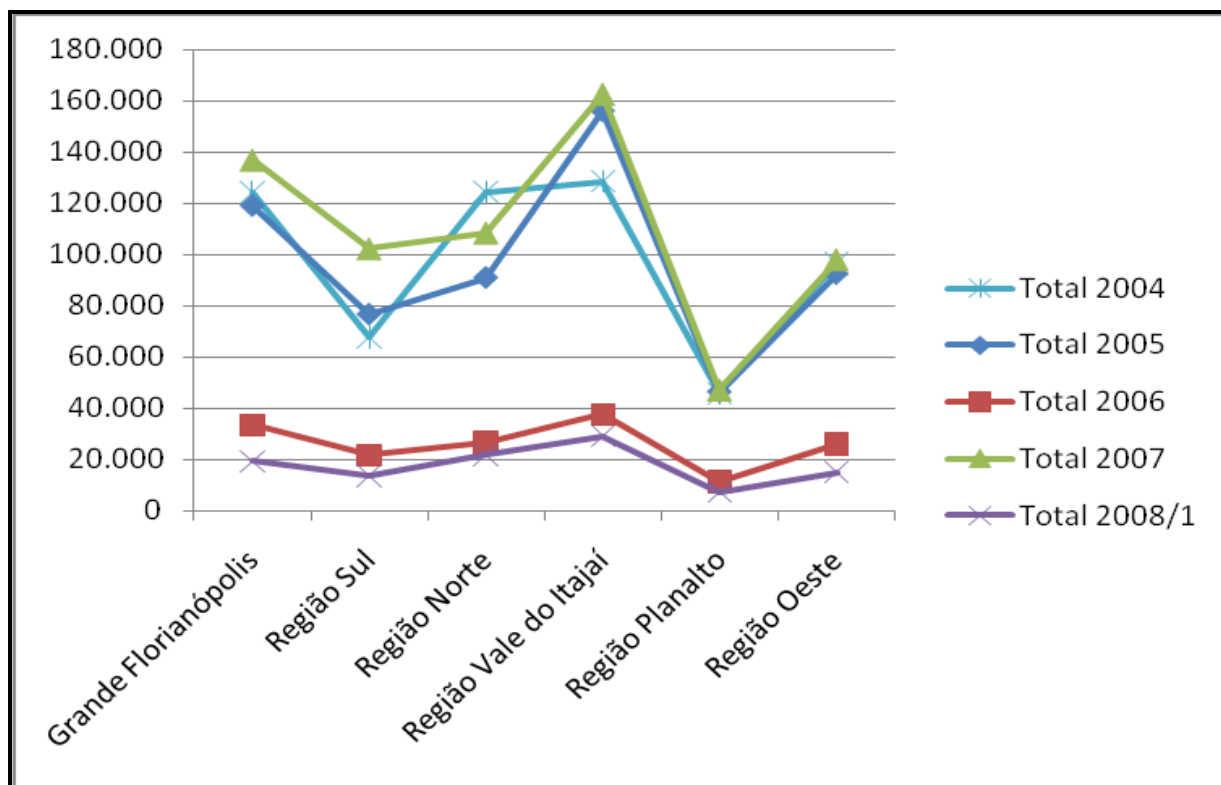


Gráfico 3: Índices de criminalidade no Estado de Santa Catarina – 2006 a 2008/01.

Fonte: adaptado de Secretaria de Segurança Pública, 2010.

Nota: Dados referentes aos atendimentos realizados pelas Polícias Civil e Militar nos anos de 2004 ao primeiro semestre de 2008.

O *Bonding Social Capital* é o terceiro fator do nível meso do capital social analisado na pesquisa e resultou em 3 variáveis. Destaca-se que o valor do Alfa desse fator está abaixo do valor mínimo sugerido por Malhotra (2007), mesmo assim, ficou próximo de 0,50.

A correlação das variáveis do fator apresentou maior valor para “pessoas não aceitam costumes de fora”, demonstrando relacionamento entre as variáveis desse tipo de capital social. Como as variáveis encontradas nesse fator são negativas, as médias baixas representam a discordância dos respondentes para as frases apresentadas. Com isso pode-se considerar que as pessoas de fora aceitam e respeitam os costumes da comunidade, assim como há integração entre pessoas de diferentes classes sociais (*ricos e pobres não se misturam*). Visualiza-se assim, que os aspectos do capital social do tipo *bonding*, que se caracteriza pelos laços fortes existentes entre os grupos que partilham valores semelhantes, estão fortalecidos na região.

Observa-se que as variáveis que destacaram-se nesse fator são diferentes das variáveis obtidas nesse mesmo tipo de capital social no nível micro. No nível micro as variáveis direcionavam-se para a ajuda e cooperação nas relações familiares e com os amigos. No nível meso as variáveis dizem que os costumes de fora não são aceitos, as pessoas não entendem os

costumes dos outros, ricos e pobres não se misturam. A baixa média dos respondentes para essas variáveis enfatiza a discordância (total ou em parte) da frase.

Pelos resultados obtidos na pesquisa observa-se que, apesar de haver diferentes grupos étnicos constituindo a população da região, não se observam diferenças nos relacionamentos que se estabelecem entre os grupos. As etnias que colonizaram são predominantemente formadas por gaúchos, alemães e italianos. Essa característica pode ter considerável influência no modo de se relacionar com pessoas de outros grupos étnicos, uma vez que os grupos, ao migrarem para a região Extremo Oeste Catarinense, encontraram dificuldades e obstáculos que precisavam ser superados para a sua sobrevivência. Essas dificuldades podem fortalecer o sentimento de solidariedade para com as diferentes etnias (SEBRAE, 2010).

Webb (2008), Sarate e Macke (2007) e Carolis e Saporito (2006) alertam que esse tipo de capital social propicia o isolamento dos grupos quando são construídas normas e identidade própria, aspectos que desenvolvem a confiança entre os membros do grupo e um código de linguagem particular, situação não observada na região em estudo. Se os grupos se “fecham” surgem as dificuldades no relacionamento e na cooperação com pessoas de fora dos limites do seu grupo.

5.1.1.3 Capital social ao nível macro

O KMO para os dados rodados no nível macro do capital social resultou no menor valor para as análises fatoriais realizadas na pesquisa (0,643), no entanto, como o valor da significância $p=0,000$ considera-se que as variáveis são correlacionadas.

Tabela 5: Fatores, Alfa de Cronbach, variáveis e médias do nível macro do capital social.

Fator	Alpha de Cronbach	Variável	Correlação	Média
1 – Bridging	0,564	47 - Muitos países querem aprender com o Brasil	0,256	3,62
		50 - No Brasil, as pessoas são honestas	0,256	3,05
		56 - Quem mora no Brasil aprende a respeitar todas as raças	0,289	3,23
		58 - Sinto orgulho de ser brasileiro	0,294	4,32
		49 - Um país tem o direito de opinar nos assuntos de outros	0,218	2,80
		45 - Brasil deve ajudar vítimas de outros países	0,301	3,95
		59 - O governo deve privilegiar as empresas brasileiras	0,127	4,03

		em negócios com outros países		
		60 - Costumo fazer doações em campanhas nacionais de arrecadações	0,360	2,57
2 – Bonding	0,505	46 - Já me senti discriminado por causa de minha raça	0,003	1,56
		51 - O Brasil não deveria se envolver em assuntos de outros países	0,154	2,02
		54 - O Brasil não deve se preocupar em apaziguar conflitos em outros países	0,046	2,00
		55 - No Brasil não é tão bom de se viver por causa da desigualdade social	-0,012	2,00
3 – Linking	0,429	48 - Leis brasileiras não são respeitadas	0,007	1,95
		52 - Eu não confio na justiça brasileira	0,135	2,03
		57 - No Brasil, só os pobres vão para a cadeia	0,149	1,83

Fonte: dados primários.

O primeiro fator analisado no nível macro do capital social foi o *Bridging Social Capital*. Esse fator resultou em 8 variáveis representativas que enfatizam as relações que se estabelecem entre o Brasil e outras nações, assim como as percepções de honestidade e solidariedade entre os brasileiros.

A correlação nesse fator demonstrou a existência de relacionamento entre as variáveis. A variável com a mais baixa correlação obteve uma das mais altas médias “o governo deve privilegiar as empresas brasileiras em negócios com outros países”, enfatizando a presença desse capital social na região.

Neste fator reuniram-se variáveis que tratam do comportamento do brasileiro. Pode-se considerar que este fator ficou como o mais forte na explicação do capital social macro por ressaltar a preocupação e a percepção do “outro” na sociedade. A sensibilização para com as pessoas mais necessitadas demonstra a solidariedade para com os membros de outros grupos sociais, demonstrado na variável “costumo fazer doações em campanhas nacionais de arrecadações”. Essa variável obteve uma correlação alta. No entanto, na região analisada essa variável obteve a média mais baixa (baixo capital social nessa região).

No segundo fator de análise, *Bonding Social Capital*, destacam-se três variáveis com relação ao envolvimento e a preocupação para com as condições dos outros países (“o Brasil não deveria se envolver em assuntos de outros países” e “o Brasil não deve se preocupar em apaziguar conflitos em outros países”). Como as médias dessas variáveis são baixas, os resultados encontrados pela pesquisa refletem a discordância dos respondentes para com as frases apresentadas no instrumento de coleta de dados. Assim, evidencia-se a sensação dos

participantes de que, apesar das desigualdades, o país continua sendo um lugar bom para viver. Há também a afirmação de que as pessoas não sentem-se discriminadas por causa da sua raça.

Neste fator entraram variáveis que mostram as diferenças sociais no Brasil, a exemplo das variáveis “o Brasil não deve se preocupar com outros países”, “não é um lugar bom pra viver por causa da desigualdade”, “existe discriminação racial”. Observa-se que houve menos consenso na variável que afirma não ser o “Brasil um lugar bom pra viver por causa da desigualdade”. A discriminação racial também foi um aspecto que teve um comportamento diferenciado, obtendo a menor média do nível macro (essa média baixa representa a concordância dos respondentes para essa afirmação). No entanto, destaca-se que não há sensação de discriminação por parte dos respondentes da pesquisa.

O *Linking Social Capital* foi o terceiro fator analisado ao nível macro do capital social. Esse tipo resultou em três variáveis que reportam à percepção de justiça dos participantes da pesquisa.

Nesse nível obteve-se o maior índice de concordância entre os respondentes na variável que afirma que “No Brasil só os pobres vão para a cadeia”. Em contrapartida essa variável obteve o maior valor para a correlação, demonstrando possuir grande importância nesse nível.

As demais variáveis desse nível refletiram a segurança e satisfação da população com relação à justiça brasileira, discordando das afirmativas de que a legislação não é respeitada e a desconfiança quanto à justiça do país. Os indicadores de criminalidade da região apresentaram valores que colocam a região Oeste do Estado de Santa Catarina num nível intermediário, não estando entre as mais violentas e nem entre as com menor registro de criminalidade (SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2010).

5.1.1.4 Análise de Correlação

Na análise das correlações significativas fortes entre os fatores observou-se que os laços fortes, estabelecidos entre a família e os amigos próximos, estão diretamente relacionados com os vínculos associativos (*micro bonding x meso bridging*). Características da região que promovem a associação entre familiares e amigos promovendo o envolvimento

e a participação das pessoas no cotidiano das comunidades, na criação de pequenas propriedades rurais, pequenas e médias empresas, organizações esportivas, culturais e religiosas refletem esse resultado na região da fronteira oeste de Santa Catarina.

Os níveis *Micro linking x meso bridging* fazem outra correlação forte. Corroborando com a análise anterior, tem-se que fazer doações e trabalhos voluntários também está diretamente relacionado com o associativismo. A participação voluntária nas atividades comunitárias e associativas é uma característica presente nos municípios da região (tanto no interior como no centro das cidades).

O envolvimento das pessoas em campanhas de arrecadação para promover melhorias nas infra-estruturas comunitárias (igrejas, escolas, clube comunitário, centro esportivo), assim como para auxiliar as pessoas mais necessitadas da comunidade são características das pessoas da região. Esse fato justifica-se pela necessidade de associativismo que as circunstâncias da colonização impuseram aos imigrantes. A realidade precária que foi encontrada pelos primeiros habitantes fez com que a organização em grupos amenizasse as dificuldades.

Menegasso e Heidemann (2006, p. 41) mapearam nos municípios da região 1369 organizações sociais formais. Destacaram a existência de “uma grande concentração de organizações na forma de associações de assistência social, associações de base comunitária e associações de moradores”, clubes recreativos, clubes de mães, grupos de idosos, religiosos (Pastoral da Criança, Movimentos Leigos), sindicatos, cooperativas, Igrejas, fundações, institutos, movimentos sociais ou populares.

Importa destacar que na maioria das organizações predomina o trabalho de voluntários, sendo de menor monta o número de empregados regidos pela legislação trabalhista. Esse sentimento cívico que coopera para a melhoria da qualidade de vida de um território é retratado por quase todos os autores que tratam da formação do capital social; o trabalho voluntário é, também, um dos meios de se aumentar o capital social de uma região e pode ser desenvolvido por meio de estratégias que envolvam as organizações religiosas e, principalmente, as empresas, via responsabilidade social (MENEGASSO e HEIDEMANN, 2006a, p. 66).

As correlações dos níveis *Meso bridging x macro bridging* refletiram aspectos da proatividade social e tolerância à diversidade que estão diretamente relacionadas com o orgulho de ser brasileiro. Historicamente a população da região lutou (e ainda luta) pelo desenvolvimento e bem estar da sua comunidade. A despeito dos vínculos étnicos devido à imigração, as pessoas orgulham-se de ser brasileiras. As pessoas valorizam e cultivam as tradições e a história, que são consideradas sagradas para a população das três SDRs estudadas.

Essa relação pode ser explicada também pela proximidade com o país vizinho: a Argentina. O sentimento de pertencimento e de patriotismo aflora-se devido à rivalidade histórica existente entre os países. No entanto a convivência na fronteira mostra-se pacífica nas últimas décadas e intensa em períodos de valorização da moeda (do Brasil ou da Argentina), quando as compras e viagens ao país vizinho se tornam vantajosas financeiramente.

No nível meso as correlações mais fortes aproximam os tipos do capital social *Meso linking x meso bonding*. Infere-se nesse aspecto que a criminalidade está relacionada à falta de tolerância à diversidade. Estudos indicam que a região possui um alto índice no que diz respeito à violência e ao suicídio, variáveis que indicam a ausência do capital social. Schmitt et al (2008, p. 123) enfatiza que o suicídio deve ser considerado um problema de saúde pública em Santa Catarina, uma vez que só “os acidentes de trânsito apresentam índices superiores aos do suicídio na mortalidade por causas externas no extremo oeste de Santa Catarina” (como pode ser observado na Tabela 6).

Tabela 6: Número de óbitos por causas violentas Região Extremo Oeste 2003-2007.

Causa	2003	2004	2005	2006	2007
Acidentes de Transportes	51	35	49	54	30
Outros Acidentes	18	13	19	10	8
Acidentes Não especificados	-	-	-	-	1
Homicídio	32	17	13	9	8
Suicídio	26	40	30	21	19
Eventos cuja intenção é indeterminada	3	9	10	4	-
Demais causas externas	-	1	2	-	1
Região Extremo Oeste	130	115	123	98	67
Total de Santa Catarina	3.734	3.884	3.883	3.766	2.710

Fonte: SEBRAE, 2010.

Nota: Sinal convencional utilizado: - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Esses resultados podem ser explicados pelo processo histórico de colonização, no qual a luta e as disputas, aliadas à falta de assistência do governo “deram o tom no decurso dos acontecimentos, e acabaram por ser incorporados e internalizados pela população local, cuja luta passa a ser assumida por indivíduos que precisam garantir suas vidas e honras” (MARQUETTI, 2004, p. 51).

O autor continua seu estudo afirmando que

O ato de atirar tornou-se, de certo modo, uma maneira rápida e fácil de resolver *pequenas* (e *grandes*) questões ou atritos, em que nem sempre a responsabilidade presente em discussões e debates sobre o direito à vida (que hoje nos parecem tão comuns, ao menos teoricamente) estiveram em pauta. Essa forma *simples* de

resolver querelas, pareceu andar lado a lado com a forma *simples* de viver das populações locais.

A ostentação e possível uso posterior da arma de fogo converteu-se até mesmo em elemento constituinte da própria identidade do homem, desejoso de assumir-se como indivíduo corajoso, forte, capaz de enfrentar as agruras do meio, capaz de exercer a *sua justiça*, desde a mais tenra idade (MARQUETTI, 2004, p. 51).

Schmitt et al (2008) estudou questões referentes ao suicídio na região. Suas constatações apontam que a região do extremo oeste de Santa Catarina possui coeficientes de mortalidade por suicídio acima da média nacional e estadual, sendo considerada uma das maiores do país. Os autores apontam como provável causa desse elevado índice as características culturais da região, principalmente pelo fato de ter registrado o enforcamento como mais utilizado para o fim em questão.

A cultura gaúcha possui considerável influência nesse aspecto, uma vez que a colonização da região estudada é provinda do estado do Rio Grande do Sul.

o suicídio pode ser visto como uma saída honrosa para o homem gaúcho que de alguma forma teve a sua honra ferida, e o enforcamento seria uma forma “masculina” de morrer. A colonização do extremo oeste catarinense foi fortemente influenciada pela cultura rio-grandense, uma vez que a maioria dos colonos que ocuparam o território a partir do século XX era oriunda do RS. Uma especulação possível é que RS e extremo oeste catarinense sejam separados do ponto de vista político-administrativo, mas formem um *cluster* culturalmente homogêneo que teria alguma repercussão no perfil epidemiológico dos suicídios. A explicação antropológica, no entanto, não esclareceria por que o enforcamento é também o método preferencial entre as mulheres do extremo oeste catarinense (SCHMITT et al, 2008, p. 122)

Os estoques de capital social nos tipos *Meso linking x macro bonding* também destacaram a questão da criminalidade, dessa vez correlacionada com a desigualdade social.

Na tabela 7 pode-se observar a proporção de pessoas que tem sua condição de vida considerada acima da linha de pobreza. Como os municípios da região têm como base produtiva a agropecuária, muitas pessoas que estão relacionadas nos percentuais que vivem entre a linha de indigência e pobreza podem estar localizadas no interior. Essas pessoas, em sua maioria, produzem seus próprios alimentos e comercializam o excedente.

Observa-se também que em alguns municípios houve um aumento da desigualdade social no período de 1991 a 2000. Esse dado pode ser visualizado nos municípios onde no ano 2000 houve diminuição no percentual de pessoas que estão entre os 20% mais pobres.

Tabela 7: Indicadores sociais referentes à desigualdade social na região das SDRs estudadas.

Municípios	Proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza e indigência – 2000.				Percentual da renda apropriada pelos 20% mais pobres e 20% mais ricos da população – 2000.		
	Acima da linha de pobreza.	Entre a linha da indigência e pobreza.	Abaixo da linha de indigência	Redução da pobreza de 1991 a 2000	20% mais pobres - 1991	20% mais pobres – 2000	20% mais ricos
SDR Itapiranga							
São João do Oeste	78%	15%	7%	60%	2,94%	4,51%	51,4%
Santa Helena	72,4%	19,5%	8,1%	46%	3,38%	4,34%	55%
Itapiranga	72,3%	15,6%	12%	37%	2,53%	2,24%	66,4%
Tunápolis	76,8%	16,5%	6,7%	53%	3,33%	4,62%	53,5%
Iporá do Oeste	71,7%	18%	10,3%	25%	3,42%	3,58%	53,6%
SDR São Miguel do Oeste							
Bandeirante	49,9%	23,1%	27%	32%	5,32%	1,93%	63,4%
Barra Bonita	54,2%	22,7%	13,1%	48%	3,4%	5,79%	43,5%
Belmonte	53,9%	20,1%	15,9%	46%	4,2%	2,82%	52%
Descanso	77%	13%	10%	56%	3,61%	3,77%	53,9%
Guaraciaba	77,9%	14%	8,1%	59%	3,99%	3,97%	52,7%
Paraíso	65,7%	21,4%	12,8%	50%	3,58%	3,65%	58,76%
São Miguel do Oeste	85,1%	10,6%	4,3%	53%	3,35%	4,02%	56,2%
SDR Dionísio Cerqueira							
Anchieta	62,3%	21,6%	15,6%	35%	3,23%	3,92%	51,33%
Dionísio Cerqueira	55,5%	22,4%	22,1%	27%	2,05%	2,26%	66,5%
Guarujá do Sul	70,5%	16,5%	12,7%	40%	1,94%	1,86%	74,76%
Palma Sola	58,3%	21,9%	19,8%	32%	3,28%	2,05%	64,26%
São José do Cedro	75,7%	13,8%	10,6%	48%	2,54%	2,85%	58,84%
Princesa	66,5%	20,5%	12,9%	51%	3,57%	2,41%	57,03%

Fonte: adaptado de Portal ODM, 2010.

O tipo *linking* do capital social nos níveis meso e macro (*meso linking x macro linking*) apontam que a criminalidade está relacionada à falta de confiança no governo.

A confiança nas instituições não é somente uma dimensão atitudinal de valor positivo, do ponto de vista moral e ético, é também imperativo para o fortalecimento da democracia. Em sociedades caracterizadas pela desconfiança, prevalecem as atitudes e comportamentos políticos tradicionais, em que o clientelismo, o personalismo e o patriotismo são práticas do cotidiano político (BAQUERO, 2003, p. 93).

Menegasso e Heidemann (2006) demonstram que entre os participantes das organizações sociais da região há pouca confiança nas instituições políticas (Governo, poder legislativo, partidos). Diferente dos resultados encontrados por essa pesquisa, percebe-se que fica evidenciada a busca dos cidadãos por organizações informais como alternativa para a busca de soluções para os problemas locais, fato que distancia as pessoas das organizações políticas formais.

Na tabela abaixo está demonstrado o nível de confiança dos participantes das organizações sociais da região para com as entidades políticas estabelecidas no Estado e nos municípios. Observa-se nos resultados encontrados por Menegasso e Heidemann (2006) que a maioria da população confia nos professores das escolas públicas, profissionais da saúde e nas instituições religiosas. Esse resultado demonstra que atualmente ainda são respeitadas e dignas de confiança as pessoas que exercem funções que, antigamente, eram consideradas lideranças nas comunidades, tais como professores, religiosos e profissionais da saúde. Estudiosos do capital social enfatizam que a democracia requer certo nível de capital social representado pelas “normas e formas de associação que possibilitem a recuperação e o fortalecimento da confiança dos cidadãos nas autoridades constituídas e nas instituições vigentes” (MENEGASSO e HEIDEMANN, 2006, p. 53).

Tabela 8: Nível de confiança expresso pelos participantes das organizações sociais.

Confiabilidade Categorias	Confia Muito Ou Totalmente (%)	Confia Pouco (%)	Não Confia (%)	Sem Resposta (%)
Igrejas	49,48	14,58	4,17	0,78
Câmara De Vereadores	23,87	25,26	11,46	1,30
Prefeitura Municipal	31,25	21,35	7,03	0,78
Assembléia Legislativa	10,64	33,85	13,28	1,04
Governo Do Estado	12,76	30,21	8,59	1,04
Judiciário	16,92	26,3	12,76	1,56
Empresas Privadas	23,18	21,88	4,95	2,34
Médicos Em Geral	51,82	10,42	3,91	1,56
Enfermeiros e Atendentes do Posto	55,73	9,38	2,08	1,30
Médicos Dos Hospitais Da Região	54,16	7,03	1,04	1,04
Professores Das Escolas Públicas	56,77	5,21	1,56	1,56
Técnicos Governamentais	19,54	23,96	2,86	3,65

Fonte: Menegasso e Heidemann, 2006, p. 51.

O tipo *bonding* do capital social correlacionado nos níveis meso e macro (*meso bonding x macro bonding*) enfatizou que a tolerância à diversidade está relacionada à

desigualdade social brasileira. A cultura da tolerância implica na satisfação das necessidades básicas das pessoas que, em sua maioria, estão desassistidas das condições mínimas de bem estar. “A fome, a pobreza, a marginalização são resultados de situações de profunda intolerância e focos de novas atitudes de intolerância e violências” (CARDOSO, 2010). A desigualdade entre as pessoas e a imposição de dominação de indivíduos e grupos impede a construção de um ambiente de tolerância.

A política de ocupação do território catarinense após sua legitimação pelos estados do Paraná e Santa Catarina perpassou pela definição dos seus habitantes. Como os indígenas e caboclos não eram considerados adequados para esse fim por pertencerem a uma “classe inferior”, buscou-se no povo europeu o “perfil ideal” de colonizador. Os povos que habitavam essas terras antes da chegada do colonizador não possuíam registros, e não representavam possibilidade de progresso para a região, uma vez que não possuíam os hábitos de trabalho considerados ideais. Assim os posseiros foram expulsos de suas terras para dar início, na década de 20 deste século, à colonização oficial desta região.

A partir do momento em que eles [os imigrantes] se fixam com suas famílias no país que os recebe, impõem-se que se considerem todas as dimensões de sua existência. E como em suas práticas cotidianas (da vida familiar, do consumo, do lazer, das práticas religiosas), as populações imigrantes manifestam certas particularidades, os poderes públicos, preocupados com a inserção destas populações na vida local e nacional, vão ser levados a se interessar por estas particularidades (CUCHE, 2004, p. 225).

Na região estudada é possível observar a existência de grupos étnicos que se organizam formando o que Werlang (2006) chamou de colméias étnicas. Nessas colméias, grupos de determinadas etnias que compartilham costumes, tradições e hábitos, é evidente a resistência em aceitar pessoas que não fazem parte da “colméia”. Essa característica histórica permanece implícita em muitas comunidades, cultivando a resistência em aceitar outras etnias na convivência social.

Outra questão que promoveu o estereótipo de inferioridade e/ou superioridade racial foi a legislação aprovada no governo de Getúlio Vargas conhecida como Lei da Nacionalização (Decreto-Lei Federal N. 406, de 4 de maio de 1938). Esta ordem previa o abasileiramento da população considerada como não integrada à cultura do país e inserida no contexto nacional. O sentimento de pertencimento à nação brasileira era necessário para a fixação da imagem do país frente aos países estrangeiros e para que a influência da cultura dos países de origem dos imigrantes não desvirtualizasse a população local. Assim, com a aprovação da Lei Federal Nº 7614, de 12 de dezembro de 1938, ficou proibido o ensino em qualquer idioma que não o português (FÁVERI, 2004).

A partir desta lei, decretos estaduais assinados pelo interventor estadual, Nereu Ramos se seguiram, afetando diretamente a população tanto em sua educação quanto nas manifestações culturais. A resistência que se estabeleceu entre a população foi calada pela repressão e punição policial (FÁVERI, 2004).

Os traumas provocados pelas punições impostas pelo governo em proibir a prática da linguagem e o exercício da cultura das populações estrangeiras são de certa forma ainda hoje sentidos. Percebe-se que houve uma grande perda de identidade (conjunto de fatores que aproximam pessoas, evidenciando a construção de aspectos comuns) neste período em que as crianças esqueciam e os pais não mais ensinavam a língua materna a seus filhos com o objetivo de poupá-los de humilhações, repressão e torturas (MEIHY, 1996, p. 101). E, não é possível ignorar também seu desejo de fazer com que eles sintam-se brasileiros e progridam nessa terra. Afinal, foi com esse intento que famílias inteiras deixaram suas terras de origem e estabeleceram-se no Brasil. “Fazer a América” era o seu sonho. Assim os filhos desses filhos acabaram por não conhecer a língua de seus antepassados e muito de sua cultura, fato sentido e lamentado nos dias de hoje.

Outras formas de controle também foram utilizadas pela polícia política, como queimar livros, fotografias, documentos, bíblias, quadros de santos, ou demolir lápides com inscrições em língua estrangeira, além de exigir salvo-conduto para imigrante deslocar-se (FÁVERI, 2005, p. 68).

Fáveri (2004, p. 127) diz que pode “afirmar que a campanha de nacionalização nos governos de Vargas e Ramos foi uma forma de violência imposta, negação da diferenças culturais, excluindo e negando o outro porque pensava de outra forma, falava outra língua”.

Aqui convém destacar quem é o outro, o que é o outro. O outro

Opõe-se ao Eu, ao Mesmo. Veja: Eu é sujeito, aquele que partilha de valores que considera absolutos. Aqueles que não são Eu são rotulados de Outro. logo, consideramos Outro o grupo social ao qual não pertencemos. (...) o importante é resgatar que "não se nasce Outro. Torna-se". Isto é, os Outros se constituem a partir de uma construção social (RENK, 2000a, p. 13).

Inconscientemente a Lei da Nacionalização, ou lei do silêncio (como ficou conhecida a Lei Federal Nº7614) é praticada quando são subjugadas as origens e os costumes das etnias colonizadoras. A preservação e valorização da memória por meio de objetos, artefatos, construções, culinária ou o simples registro fotográfico, documental, escrito, de hábitos e costumes, constituem um grande aparato contra o silêncio das vozes dos colonizadores (SEHNEM, 2009).

Para Oliveira (2001), “a falta de conflitos étnicos não caracteriza ausência de discriminação, muito pelo contrário, o silêncio favorece o *status quo* que, por sua vez, beneficia a classe dominante”.

5.1.2 Análise da Regressão linear

A Análise de Regressão, para Hair et al. (2007) talvez seja a técnica de análise de dados mais utilizada para a mensuração de relações lineares entre duas ou mais variáveis, bem como a força dessa relação. Essa análise é caracterizada como um “processo estatístico para analisar relações associativas entre uma variável dependente métrica e uma ou mais variáveis independentes” (MALHOTRA, 2007, p. 497).

A técnica da regressão linear foi utilizada para analisar a relação das variáveis com os níveis de capital social analisados na pesquisa: micro, meso e macro.

Tabela 9: Regressão no nível micro.

Nível Micro	R	R ²	R ² ajustado	Estimativa de erro do desvio
1	0,354 ^a	0,125	0,123	0,53618
2	0,394 ^b	0,155	0,152	0,52729
3	0,415 ^c	0,172	0,167	0,52259

a. Previsão: (Constante), Micro Linking

b. Previsão: (Constante), Micro Linking, Micro Bonding

c. Previsão: (Constante), Micro Linking, Micro Bonding, Micro Bridging

Fonte: dados primários.

Observa-se que o capital social relacionado ao nível micro é explicado por 16,7% do modelo. Nessa análise os resultados demonstram ser um modelo crescente, positivo e com variáveis diretamente proporcionais, ou seja, quando aumenta o capital social do tipo *bridging* (por exemplo), os demais tipos de capital social também apresentam aumento.

No entanto o que chamou a atenção por se mostrar um resultado inesperado no nível micro foi o fato de ser o *Linking Social Capital* o primeiro tipo de capital social a aparecer no modelo. Esse tipo explica 12,3% do capital social nesse nível.

Esperava-se que ao nível micro o tipo que mais se destacasse fosse o *Bonding*, uma vez que refere-se às relações estabelecidas entre grupos de amigos e familiares. No entanto, o destaque obtido pelo tipo *Linking* pode ser entendido pelas relações hierárquicas que se estabeleceram/estabelecem entre pais e filhos, resultando num distanciamento e numa maior formalidade nos relacionamentos. Essas características podem ser observadas nas pessoas de origem europeia, que prezam pelo trabalho e religiosidade, evitando demonstrações de afeto (EIDT, 2009).

Tabela 10: Regressão no nível meso.

Nível Meso	R	R ²	R ² ajustado	Estimativa de erro do desvio
1	0,407 ^d	0,166	0,164	0,46007

a. Previsão: (Constante), Meso Bridging

Fonte: dados primários.

Na análise de regressão do nível meso somente o tipo *Bridging* entrou no modelo. Isso significa que somente esse fator é significativo para explicar as variações do capital social no nível meso em 16,4%. Com esse resultado entende-se que na região analisada as relações se estabelecem entre diferentes grupos, promovendo maior tolerância nos ambientes de trabalho, estudos, comunidade.

Para Monastério (2002) esse tipo de capital social possibilita que as informações acerca do comportamento dos agentes e as oportunidades fluam com maior facilidade. A região mostra-se fluida e integrada, onde as diferenças sociais são minimizadas, uma vez que pobres e ricos confiam uns nos outros, compartilhando informações.

Tabela 11: Regressão no nível macro.

Nível Macro	R	R ²	R ² ajustado	Estimativa de erro do desvio
1	0,385 ^e	0,148	0,146	0,45016
2	,457 ^f	0,209	0,206	0,43413
3	,464 ^g	0,216	0,211	0,43279

a. Previsão: (Constante), Macro Bridging

b. Previsão: (Constante), Macro Bridging, Macro Linking

c. Previsão: (Constante), Macro Bridging, Macro Linking, Macro Bonding

Fonte: dados primários.

Resultado semelhante pode ser observado no nível macro, cuja regressão explica 21,1% do modelo desenvolvido. Nesse nível o primeiro tipo de capital social que apareceu no modelo foi o *Bridging* (explicando 14,6%), seguido do tipo *Linking* (que acrescentou 6% de explicação ao modelo). Espera-se que esses dois tipos de capital social apareçam juntos, uma vez que representam os relacionamentos entre diferentes grupos sociais e em níveis hierárquicos.

Os resultados desse nível são observados nas sociedades em que a confiança é mais geral. As sociedades que possuem os tipos *bridging* e *linking* do capital social tem como reflexo melhorias da qualidade das políticas públicas (MONASTÉRIO, 2002). Para Putnam (1993) o capital social do tipo *bridging* e *bonding* promovem o tipo *linking*. “As virtudes cívicas desenvolvidas pela sociedade fariam com que os cidadãos demandassem uma melhor atuação estatal” (MONASTÉRIO, 2002, p. 49).

5.2 ANÁLISE DOS INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SOCIO ECONOMICO NAS SDRS DE ITAPIRANGA, SÃO MIGUEL DO OESTE E DIONÍSIO CERQUEIRA

A região objeto de estudo dessa pesquisa é constituída pelas três Secretarias de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste Catarinense: Itapiranga, São Miguel do Oeste e Dionísio Cerqueira. Essa região tem sua população distribuída em faixa etária cujo maior percentual se encontra entre os 10 e 19 anos (no ano de 2007). Os questionários aplicados junto à população das três SDRs observaram essa distribuição.

Os dados relativos à população da região da SDR de Itapiranga demonstram que houve um aumento de 5,05% na população da região (dados comparativos dos anos 2000 e 2010). Na SDR de São Miguel do Oeste o aumento populacional foi de 2,63% nesse mesmo período e, na região da SDR de Dionísio Cerqueira a variação nos anos de 2000 e 2010 foi negativa (-0,58%), conforme pode ser observado No gráfico abaixo.

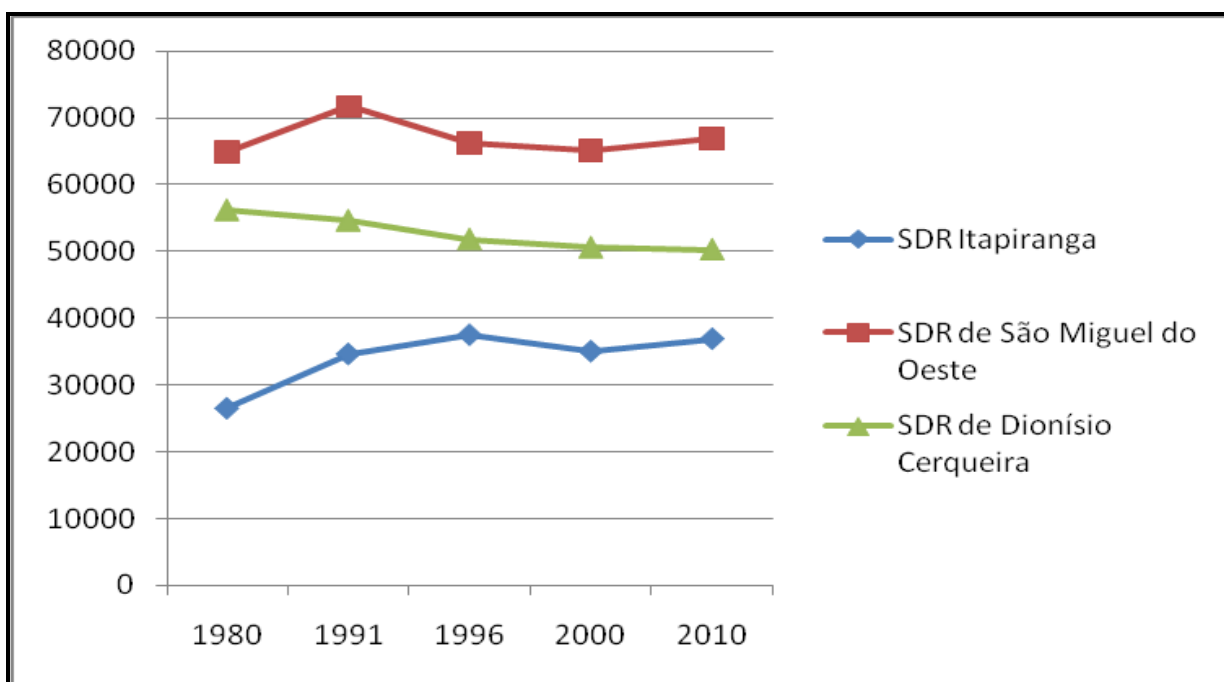


Gráfico 4: População total no período de 1980 a 2010 na região.

Fonte: adaptado de IBGE, 2010 e Sebrae, 2010.

O número de habitantes discriminado por gênero demonstra que a população masculina e feminina se equilibra em aproximadamente 50% nos municípios da região. Os dados observados na tabela abaixo justificam a utilização, na amostra da pesquisa, de 50% de pessoas do gênero masculino e 50% de pessoas do gênero feminino.

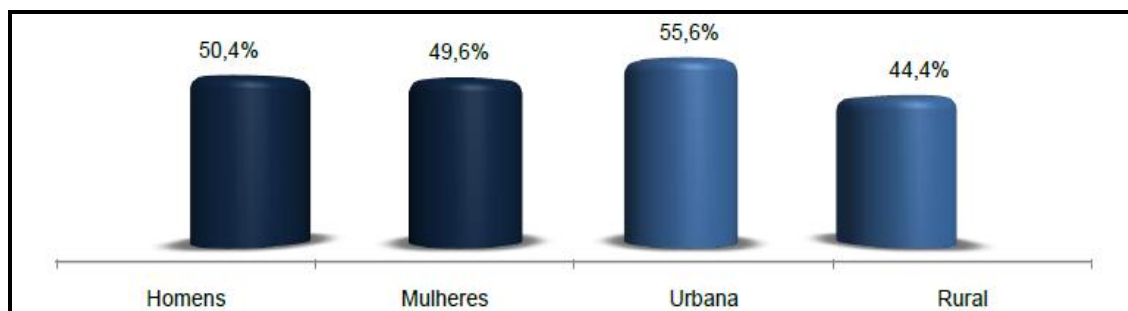


Gráfico 5: Participação relativa da população residente por gênero e situação do domicílio em 2007.

Fonte: Sebrae, 2010.

No que diz respeito ao local de moradia da população da região tem-se que 44,4% das pessoas residem na zona urbana e 55,6% da população habita as áreas rurais. Na região da SDR de Itapiranga, até o ano 2007 a maioria da população residia na zona urbana. Essa estatística que se inverteu nos últimos anos demonstrando, no último censo, que a maioria da população dos municípios da região passou a residir na região rural.

Os municípios da SDR de São Miguel do Oeste somente no município de São Miguel do Oeste a maioria da população reside no meio urbano. Nos demais municípios da SDR a população é de maioria rural.

Na população da região da SDR de Dionísio Cerqueira, tem-se que 58% das pessoas residem na zona urbana e 42% da população habita as áreas rurais. Nos municípios pode-se observar que até o ano 2000, com exceção do município de Dionísio Cerqueira, a maioria da população residia na zona rural. Essa estatística se inverteu nos últimos anos nos municípios de Guarujá do Sul, Palma Sola e São José do Cedro. Nos municípios de Anchieta e Princesa a maioria da população está no meio rural.

A região da SDR de Itapiranga possui índices de desenvolvimento humano municipal que podem ser considerados médios e altos (acima de 0,800). O maior IDH-M é do município de Itapiranga (0,832) que ocupa a 28ª colocação no ranking estadual do ano de 2000. Esse índice também é o melhor nas três SDRs analisadas. O índice brasileiro nesse ano encontra-se no intervalo considerado de médio desenvolvimento (0,757) e o Estado de Santa Catarina possui um alto índice para o IDH (0,822).

Na SDR de São Miguel do Oeste os índices do IDH-Municipal demonstram que há um médio desenvolvimento nos municípios, uma vez que o indicador está entre os valores de 0,700 e 0,799. O município de São Miguel do Oeste é o único da região que possui o índice superior a 0,799, considerado alto, assim como a melhor classificação estadual do IDH-M das três SDRs do Extremo Oeste Catarinense (22ª posição).

A região da SDR de Dionísio Cerqueira possui índices de desenvolvimento humano municipal que podem ser considerados médios e altos (acima de 0,800). O maior IDH-M é do município de São José do Cedro (0,804) que ocupa a 108ª colocação no ranking estadual do ano de 2008. O índice brasileiro nesse ano encontra-se no intervalo considerado de médio desenvolvimento (0,757) e o Estado de Santa Catarina possui um alto índice para o IDH (0,822).

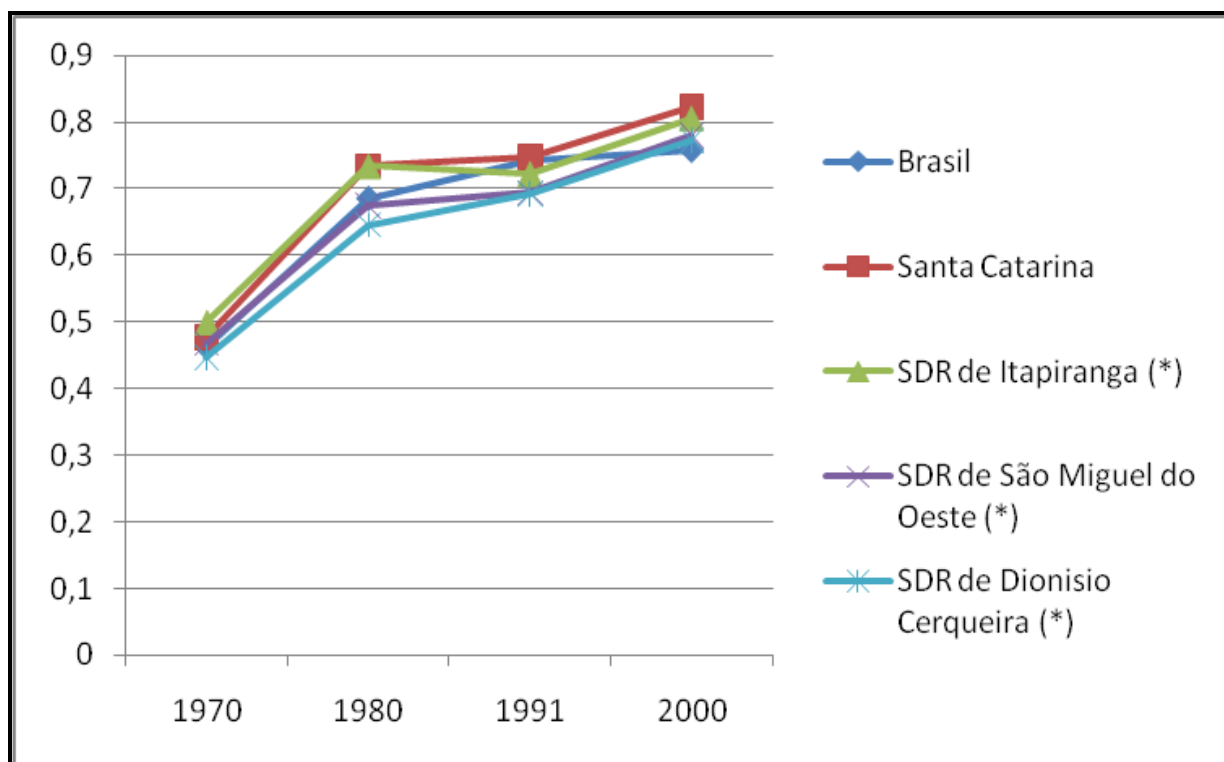


Gráfico 6: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, segundo Brasil, Santa Catarina e municípios das SDRs - 1970/2000.

Fonte: Sebrae, 2010. Notas: (*) Para obter os indicadores da SDR foi calculada a média dos municípios que a integram.

Os municípios da região da SDR de Itapiranga apresentam um valor para o IDH-Educação que se mostra em elevação nos anos de 1970 a 2000. Os índices na região indicam um alto nível de desenvolvimento, uma vez que estão acima de 0,800. O maior valor é encontrado no município de Iporã do Oeste (0,949), e o menor valor no município de Santa Helena (0,871).

O Índice de Desenvolvimento Humano referente à educação demonstra que a região da SDR de São Miguel do Oeste possui índices considerados altos, acima de 0,800. O município com o melhor indicador é São Miguel do Oeste (0,908) e os índices mais baixos da região estão nos municípios de Bandeirante e Barra Bonita.

Os municípios da região da SDR de Dionísio Cerqueira apresentam um valor para o IDH-Educação que se mostra em elevação nos anos de 1970 a 2000. O maior valor é encontrado no município de Guarujá do Sul (0,870), e o menor valor no município de Princesa (0,710), valor que representam um médio desenvolvimento.

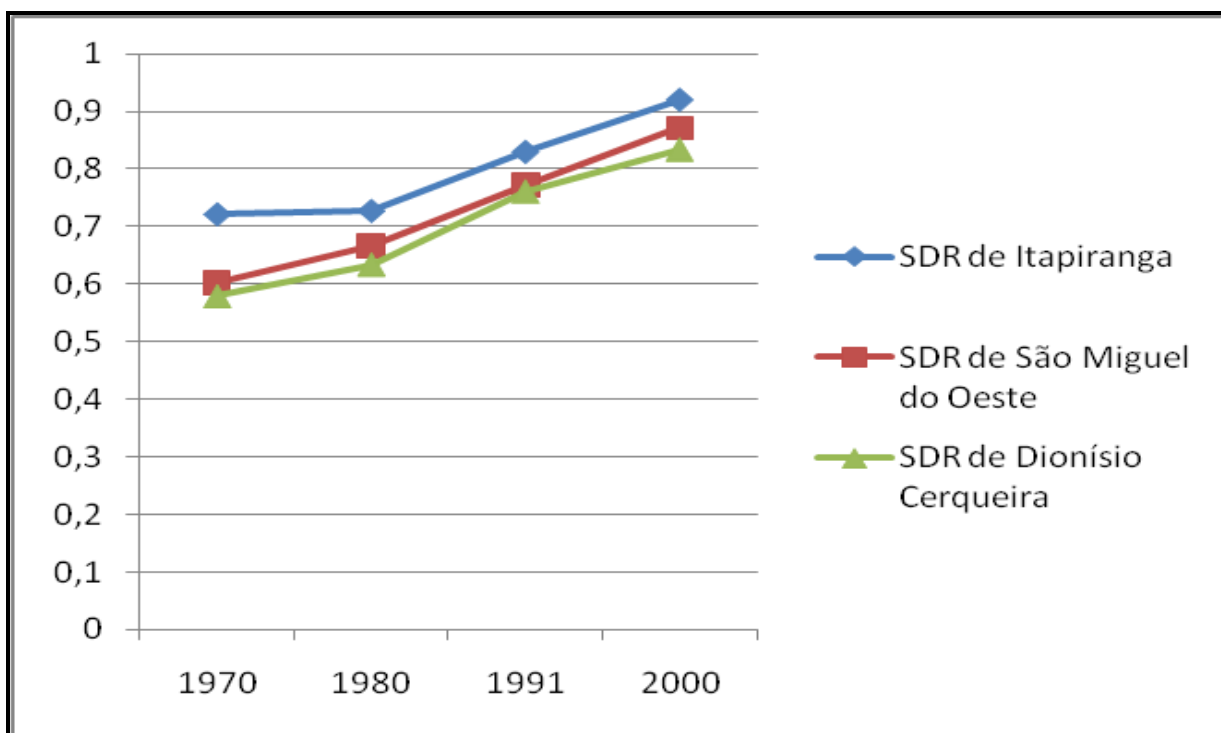


Gráfico 7: Índice de Desenvolvimento Humano de Educação 1970 a 2000.

Fonte: Sebrae, 2010. Notas: (*) Para obter os indicadores da SDR foi calculada a média dos municípios que a integram.

Na Tabela 16, nos Anexos estão descritos os valores referentes aos indicadores sociais ligados ao atendimento da educação nos municípios da região estudada. Os números demonstram que cerca de 26% da população está matriculada nas escolas da região da SDR de Itapiranga. É interessante observar o percentual de pessoas de 25 anos ou mais que são analfabetas: com exceção do município de Santa Helena, os demais municípios estão com percentuais abaixo dos 5%, com destaque para o município de São João do Oeste, que possui o menor percentual de analfabetismo (2,3%). Pode-se afirmar, com base na classificação estadual de Alfabetização de Adultos, que os municípios dessa região possuem o melhor posicionamento no que diz respeito à educação, refletindo o esforço realizado durante alguns anos nessa área. Ressalta-se que o município de São João do Oeste ocupa a primeira posição dentre os 293 municípios catarinenses.

A região da SDR de São Miguel do Oeste possui cerca de 26% da sua população matriculada em estabelecimentos de ensino superior (dados de 2007). No ano 2000, o

percentual de pessoas com idade superior a 25 anos e que são analfabetas oscila entre 7,8% (Guaraciaba) e 13% (Bandeirante).

Na SDR de Dionísio Cerqueira os números demonstram que na região da SDR de Dionísio Cerqueira 27% da população está matriculada nas escolas da rede pública e privada nos diferentes níveis de educação. O percentual de analfabetos nessa região é um dos mais altos, uma vez que varia de 11,2% no município de Guarujá do Sul e 15,6% em Palma Sola.

Na Figura 19 nos anexos pode ser observados os valores referentes ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. O Ideb, criado pela Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) no ano de 2007, é constituído por uma escala de zero a dez. Os valores dessa escala são constituídos pelos conceitos referentes à aprovação e média de desempenho dos estudantes em língua portuguesa e matemática, obtidos no Censo Escolar, Saeb e Prova Brasil.

A meta estabelecida pelo Ideb prevê que o desempenho da educação no Brasil avance 3,2 pontos em 17 anos. Iniciado em 2005, o Ideb possui metas bienais que devem ser atingidas pelas escolas dos municípios e estados. O objetivo desse indicador é a evolução do patamar educacional brasileiro para valores da média dos países da OCDE. Assim, o Ideb propõe uma progressão de 3,8 (no ano de 2005) na primeira fase do ensino fundamental, para 6,0 no ano 2022, quando será comemorado o bicentenário da Independência do Brasil (PORTAL IDEB, 2010).

A classificação dos municípios da região da SDR de Itapiranga no ranking nacional demonstra que há uma grande preocupação e atenção no que diz respeito à educação. Os números do Ideb nos anos iniciais e finais destacam que, dentre os 5.564 municípios do Brasil, a colocação dos municípios da região é uma das melhores das três regiões estudadas. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental a posição mais alta, e pior, está no município de Itapiranga, sendo que a melhor classificação é do município de Iporã do Oeste. Nos anos finais do Ensino Fundamental, em 2007, o pior resultado era de Iporã do Oeste, e o melhor do município de Itapiranga (15ª posição nacional).

Nos municípios da SDR de São Miguel do Oeste a classificação no ranking nacional do Ideb varia da 411ª posição (Guaraciaba) até a 2402ª posição (Bandeirante), nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A classificação nos anos finais do Ensino Fundamental varia da 313ª posição, do município de Guaraciaba, e da 1692ª posição com o município de Belmonte.

Na SDR de Dionísio Cerqueira, a classificação dos municípios no ranking nacional demonstra que há um grande caminho a ser percorrido no que diz respeito à educação. Os números do Ideb nos anos iniciais e finais destacam que, dentre os 5.564 municípios do Brasil, a colocação dos municípios da região é uma das mais fracas das três regiões estudadas (conforme tabela 17 nos Anexos).

O indicador social IDH-Longevidade também apresentou melhoria em seu índice. Todos os municípios da região da SDR de Itapiranga possuem índices iguais ou superiores a 0,823. Essa melhoria pode ser observada no Gráfico 8 que demonstra que houve um aumento de pelo menos 4 anos na esperança de vida ao nascer entre os anos de 1991 e 2000. No ano 2000 a esperança de vida ao nascer estava acima dos 70 anos em todos os municípios da região.

A região da SDR de São Miguel do Oeste apresentou aumento nos índices do IDH-Longevidade, estando acima de 0,775. Nessa região está a maior esperança de vida ao nascer, no município de São Miguel do Oeste (77,7 anos).

Na região da SDR de Dionísio Cerqueira todos os municípios da região possuem índices iguais ou superiores a 0,762. A estimativa de sobrevida em Santa Catarina e nos municípios da região são superiores à idade estimada para o Brasil, que é de 68,6 anos. O município onde há maior esperança de vida é São José do Cedro, onde vive-se 75,9 anos.

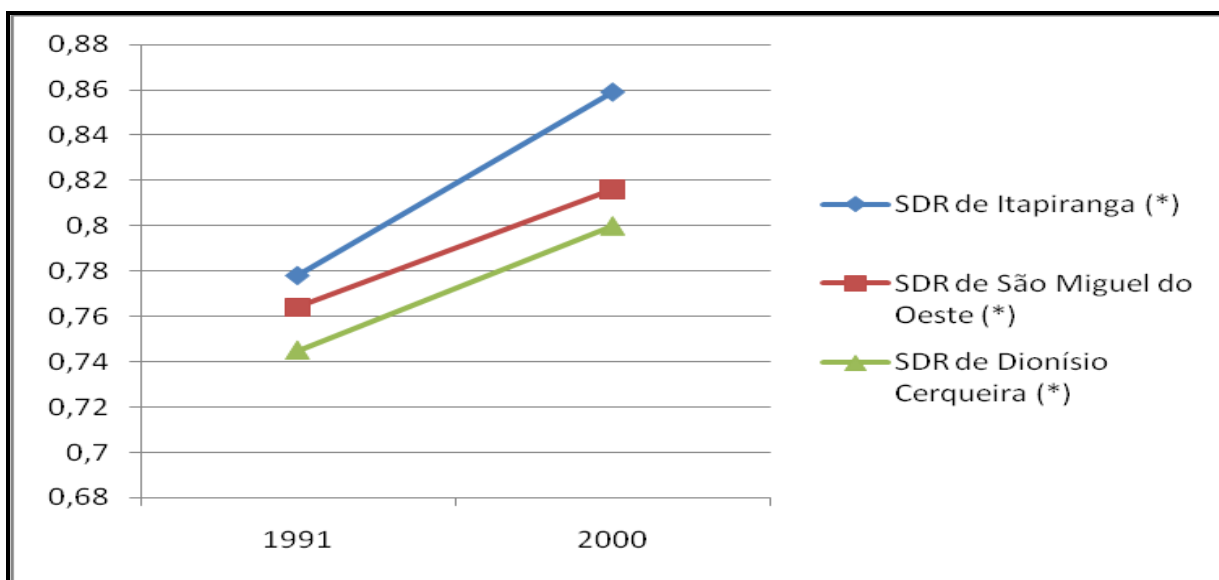


Gráfico 8: Índice de Desenvolvimento Humano de Longevidade 1970 a 2000.

Fonte: Sebrae, 2010. Notas: (*) Para obter os indicadores da SDR foi calculada a média dos municípios que a integram.

O indicador de desenvolvimento humano para a renda demonstrou ter havido aumento dos índices no período dos anos de 1970 e 2000, no entanto todos os valores estão na faixa considerada pelo Ipea como nível médio de desenvolvimento (0,5 a 0,799). O menor índice da

SDR de Itapiranga está no município de Iporã do Oeste (0,655) e o maior está no município de Itapiranga (0,711).

A região da SDR de São Miguel do Oeste possui um médio índice de desenvolvimento humano para a renda. Na região da SDR de Dionísio Cerqueira o menor índice está no município de Anchieta (0,611) e o maior está no município de Guarujá do Sul (0,711).

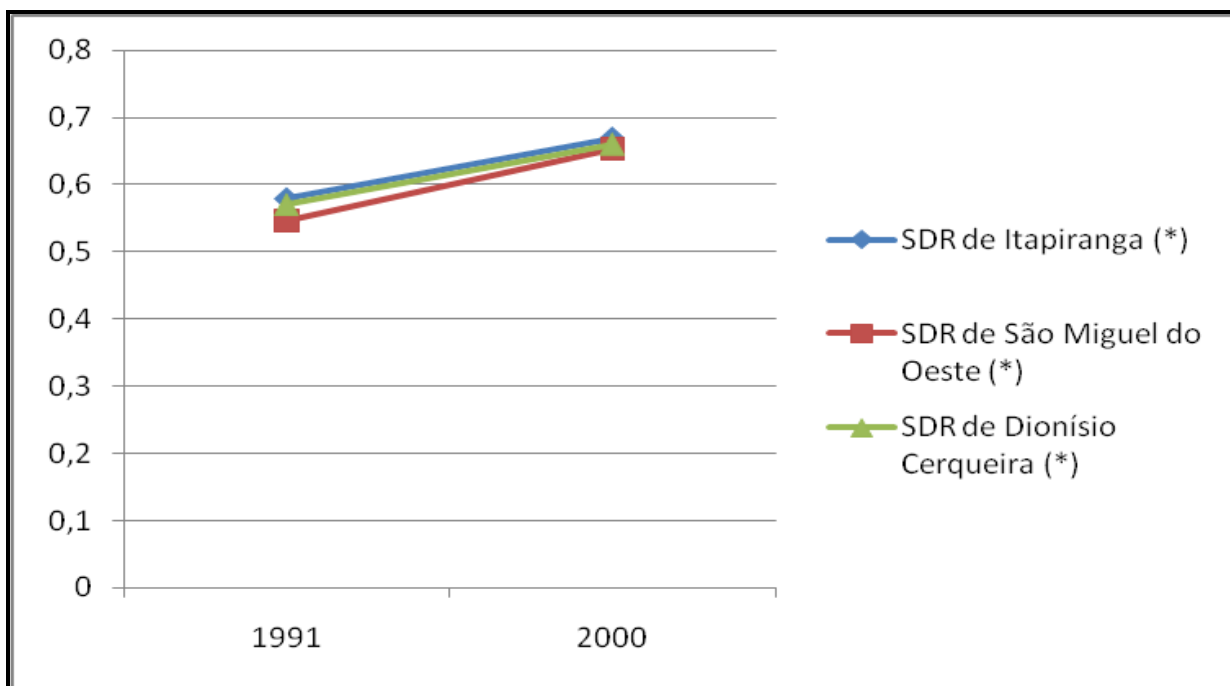


Gráfico 9: Índice de Desenvolvimento Humano de Renda 1970 a 2000.

Fonte: Sebrae, 2010. Notas: (*) Para obter os indicadores da SDR foi calculada a média dos municípios que a integram.

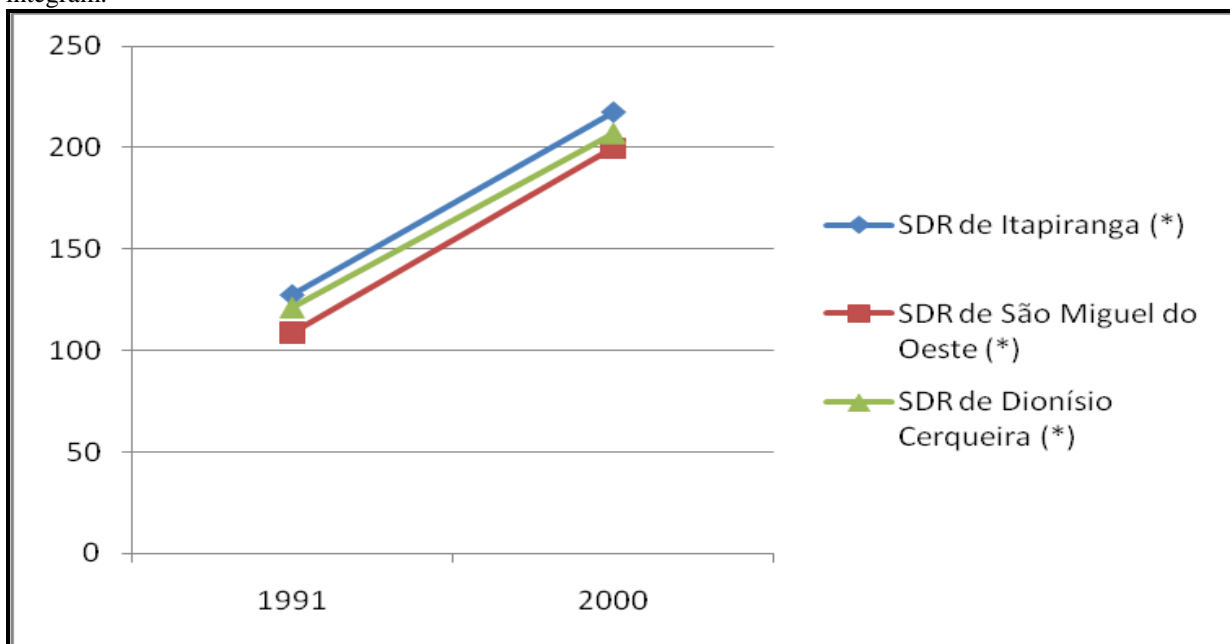


Gráfico 10: Renda per capita - 1970 a 2000.

Fonte: Sebrae, 2010. Notas: (*) Para obter os indicadores da SDR foi calculada a média dos municípios que a integram.

No gráfico abaixo pode-se observar a evolução econômica dos municípios da região por meio da posição estadual do PIB no período de 2002 a 2006. Destaca-se que desde o ano de 1997 o Estado de Santa Catarina é constituído por 293 municípios, informação que leva a conclusão de que os municípios possuem um PIB que varia dentre os mais baixos (Santa Helena, na 255ª posição) e os mais altos (Itapiranga, na 50ª posição) na SDR de Itapiranga.

A região da SDR de São Miguel do Oeste possui o município com a melhor posição estadual do PIB (São Miguel do Oeste, 36ª posição), assim como as posições com os menores valores para o PIB. Na região da SDR de Dionísio Cerqueira são encontrados os municípios que possuem um PIB considerado de baixo valor, uma vez que a posição estadual está próxima a 293.

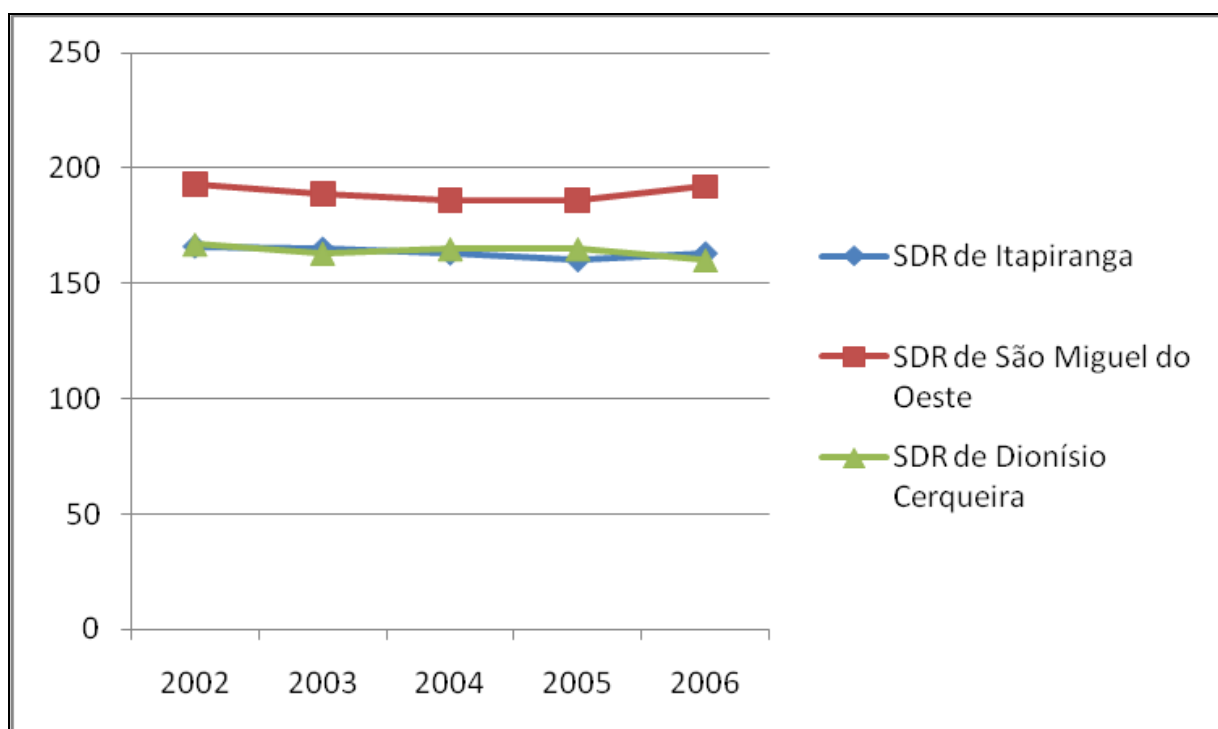


Gráfico 11: Posição estadual do Produto Interno Bruto no período de 2002-2006 (média dos municípios das SDRs).

Fonte: Sebrae, 2010.

Na análise dos números que demonstram o porte das empresas estabelecidas na região, observou-se que há mais micro empresas estabelecidas na região, no entanto estas geram poucos empregos formais (Figura 21 nos Anexos). Há municípios que possuem mais micro empresas (ME) abertas do que empregos gerados, o que pode indicar que há pessoas que possuem mais de uma empresa registrada, ou que há empresas que não estão em funcionamento e que continuam com o registro ativo. As pequenas (PE), médias (MDE) e

grandes empresas (GE), embora em número menor na região, apresentam uma maior capacidade de geração de empregos.

Na região da SDR de Itapiranga destaca-se que as grandes empresas possuem uma grande capacidade de geração de empregos, em média 1000 empregos por empresa. Outro aspecto interessante de ser observado é a relação de habitantes por emprego que existe na região da SDR de Itapiranga (7,3). Com exceção do município de Itapiranga (2,6), a média dos municípios é maior do que as médias estadual (3,4 habitantes por emprego) e nacional (4,8 habitantes por emprego).

Na SDR de São Miguel do Oeste estão os maiores valores para a relação habitante por emprego, chegando ao índice de 23,7 no município de Bandeirante. Observa-se que os municípios que têm maior quantidade de habitantes possuem a menor quantidade de habitantes por emprego.

A relação de habitantes por emprego média que existe entre os municípios que compõem a região da SDR de Dionísio Cerqueira é maior do que as médias estadual e nacional, totalizando 8 habitantes por emprego. Esses valores representam a existência de grande desigualdade e concorrência na busca por empregos formais na região. A maior relação de habitantes por emprego está no município de Dionísio Cerqueira (12,1).

5.3 MENSURAR OS NÍVEIS DE CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO A PARTIR DE INDICADORES SÓCIO-ECONÔMICOS EM TRÊS REGIÕES PERTENCENTES A SECRETARIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA.

As questões analisadas nessa seção estão baseadas nos resultados encontrados para os indicadores de desenvolvimento sócio-econômico apurados nessa pesquisa. Os valores apresentados na tabela 12 correspondem à média dos indicadores dos municípios de cada SDR. Esse cálculo foi realizado devido ao fato de não terem sido encontrados indicadores próprios das regiões compreendidas pelas Secretarias de Desenvolvimento Regional.

Tabela 12: Classificação das SDRs de acordo com a média dos indicadores.

	SDR de Itapiranga	SDR de São Miguel do Oeste	SDR de Dionísio Cerqueira
Variação da população 2000/2010	5,05	2,63	-0,58
Classificação estadual do IDH-M (média)	106 ^a	182 ^a	199 ^a
IDH-M	0,806	0,780	0,772
IDH-E	0,921	0,871	0,834
IDH-L	0,859	0,816	0,800
IDH-R	0,670	0,653	0,660
Classificação nacional Ideb – anos iniciais	89 ^a	1005 ^a	1196 ^a
Classificação nacional Ideb – anos finais	176 ^a	598 ^a	923 ^a
PIB per capita	217,49	199,77	206,77
Classificação estadual PIB (média)	163 ^a	192 ^a	160 ^a

Fonte: elaboração própria.

As regiões das SDRs analisadas apresentaram comportamentos distintos nos níveis de capital social mensurados. Houve diferenças no **nível micro bonding, linking e bridging**.

Tabela 13: Comparativo das SDRs e os níveis de capital social.

	SDR Itapiranga		SDR São Miguel do Oeste		SDR Dionísio Cerqueira		
	média	desvio	média	desvio	média	desvio	
Micro							Média Fator
* Bonding	4,19	0,449	4,02	0,509	3,99	0,695	4,05
* Bridging	3,92	0,494	3,94	0,456	4,05	0,471	3,97
* Linking	3,68	0,720	3,78	0,805	3,94	0,769	3,80
Média nível	3,93		3,91		3,99		
Meso							Média Fator
Bonding	2,09	0,442	2,01	0,554	1,96	0,498	2,01
* Bridging	3,65	0,547	3,48	0,554	3,50	0,563	3,53
Linking	1,78	0,389	1,83	0,445	1,81	0,409	1,81
Média nível	2,51		2,44		2,42		
Macro							Média Fator
Bonding	1,92	0,470	1,92	0,464	1,83	0,471	1,89
* Bridging	3,51	0,496	3,35	0,555	3,50	0,600	3,44

Linking	1,96	0,509	1,91	0,468	1,93	0,462	1,93
Média nível	2,46		2,39		2,42		
Média SDR	2,97		2,91		2,94		

* testes de médias com diferença significativa ($p < 0,05$).

Fonte: elaboração própria.

A SDR de Itapiranga obteve maior média no nível micro do capital social do tipo *bonding*. Nessa região há maior prevalência de relações entre grupos homogêneos, tais como familiares, amigos próximos e comunidades fechadas, numa convivência “voltada para dentro”, reforçando a identidade entre os membros (MONASTÉRIO, 2002). O nível micro enfatiza os laços fortes intracomunitários, a identidade e os projetos comuns.

Esse resultado afirma que na SDR de Itapiranga os laços fortes e o associativismo estão mais presentes, demonstra que nessa região os laços fortes estão muito presentes. De acordo com Granovetter (1973) esses laços, formadores da conexão social, são constituídos de uma combinação de tempo, intimidade, intensidade emocional e serviços recíprocos. Aspectos histórico culturais, referentes à colonização, aos costumes e tradições preservados no decorrer dos anos na região justificam esse comportamento.

Para Putnam (2002) esse tipo de capital social propicia a criação de um ambiente de lealdade e reciprocidade entre seus membros, tendo grande utilidade na resolução de problemas de ação coletiva e para o mútuo apoio dentro dos grupos.

No nível micro a região da SDR de Dionísio Cerqueira apresentou menor estoque do capital social do tipo *bonding* e maior estoque do capital social dos tipos *linking* e *bridging*.

O capital social do tipo *linking* para a região da SDR de Dionísio Cerqueira parece indicar que nessa região há governos permeáveis às questões provenientes dos estratos inferiores da pirâmide social. A capacidade de alavancar recursos, idéias e informações das instituições formais além da comunidade é uma função fundamental desse tipo de capital social. Esse nível reflete que o voluntariado está mais presente nessa região.

O *bridging social capital* reflete uma região que, apesar das diferenças sociais há confiança entre pobres e ricos, compartilhando informações. A mensuração do capital social demonstrou que as pessoas dos municípios da SDR de Dionísio Cerqueira demonstram manter relacionamentos que transpassam “as fronteiras sociais, e as virtudes cívicas se mostram mesmo entre pessoas com distintas situações demográficas, étnicas ou ocupacionais” (MONASTÉRIO, 2002, p. 30). Com esse tipo de capital social a região da SDR de Dionísio Cerqueira demonstra a tendência de atrair pessoas e grupos de diferentes círculos e contextos sociais, no entanto não se estabelecem nesses grupos relações de laços fortes.

O fato de ser uma região de fronteira, por onde passa um grande volume de pessoas e cargas com destino aos estados localizados ao norte do estado catarinense, à Argentina e pessoas que entram em Santa Catarina, traz características próprias para a região. A concentração de órgãos públicos que objetivam o controle de trânsito entre os estados e países faz com que a observação das normas seja uma constante na região.

No **nível meso**, onde há prevalência dos laços fracos e a participação dos indivíduos em redes sociais extra-comunitárias, a região da SDR de Itapiranga apresentou as maiores médias nos tipos de capital social *bridging*. Para Putnam (2002), o capital social do tipo *bridging* reforça as características inclusivas, ou seja, tendem a atrair indivíduos e grupos de diferentes meios e contextos sociais com as quais não se estabelecem ligações fortes.

O capital social do tipo *bridging* enfatizou que na região desta SDR há grande presença de ações de associativismo. O fomento ao associativismo e às organizações sociais são ações previstas no Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Essas ações têm como objetivo de

apoiar a organização social de atores, objetivando a gestão compartilhada do desenvolvimento, estimulando a sinergia de ações, o comprometimento e a capacidade de identificação e o encaminhamento de demandas, por meio da formação de capital social, incluindo o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada; ampliar a viabilidade e a sustentabilidade das atividades produtivas da Faixa de Fronteira, fortalecendo o associativismo e ou o cooperativismo como opção de organização social e produtiva (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2010, p. 46).

Aspectos relativos à migração proporcionaram à região essa característica. No princípio da colonização, as pessoas (das colônias velhas do Rio Grande do Sul) que possuíam acesso a um imigrante na região de destino poderiam encontrar a fonte de apoio necessária para a concretização do projeto de migrar. Os laços sociais tiveram grande influência nesse processo colonizador, uma vez que se a rede pessoal de um indivíduo não ultrapassasse o limite de fronteira possivelmente ele permaneceria na região em que estava.

Assim, o capital social exerceu uma função seletiva. A inserção em redes sociais possibilitava ao indivíduo sua inserção na associação que promoveu a colonização da região, assim como o pertencimento a um grupo social.

Ao se tornarem imigrantes, essas pessoas não rompem suas relações com a origem: ao contrário, cultivam os vínculos por meio de remessas financeiras, contatos por carta, telefone, ou internet, visitas eventuais, etc. As notícias que circulam por meio desses contatos, se positivas, têm o poder de incrementar o volume migratório, mas somente nos limites dos grupos envolvidos. Com o passar do tempo, outros grupos passam a fazer parte dos “escolhidos”, pois as redes pessoais são estruturas dinâmicas, que eventualmente acrescentam ou removem contatos de seu conjunto. Uma nova conexão, como um novo amigo, é um laço do tipo fraco, que tem o poder de conectar duas ou mais redes pessoais diferentes. O movimento migratório se

expande, portanto, como uma mancha que se espalha por um tecido, ampliando sua área a partir de um ponto específico (FUSCO, 2007, p. 69).

No século XX a colonização do Oeste catarinense se deu no sentido dos meridianos (com fluxos provindos do Rio Grande do Sul e Paraná), e não no sentido Leste-Oeste. Essa região do Estado de Santa Catarina foi a última a ser colonizada, tendo na extração da madeira a sua principal atividade econômica.

Os primeiros habitantes dessa região foram os caboclos e “bugres”, posteriormente “substituídos” pelos migrantes provindos principalmente do Rio Grande do Sul (descendentes de alemães, italianos e poloneses, ou seja, segunda ou terceiras gerações de migrantes europeus). Para Alves e Mattei (2006) a região apresenta as características de terras que foram colonizadas de acordo com um modelo de minifúndio de estrutura agrária, tendo a produção baseada em culturas diversificadas para a subsistência (milho, arroz, feijão) e a criação de animais de serviço e de consumo, como suínos e aves. A partir dessa organização agrária em minifúndios foi possibilitada a implantação de agroindústrias que se desenvolveram e cresceram formando os sistemas de integração.

Até a década de 1960 os colonos da região viviam num sistema de agricultura de subsistência com pouca produção de excedentes. O cotidiano era regido pelas recomendações da Igreja no que diz respeito à educação e trabalho, com limitações econômicas, culturais e ideológicas. A elevação espiritual dava-se pelo trabalho e pela conquista de uma vida melhor para a família. O convívio em comunidade e o espírito empreendedor permeavam o cotidiano dos colonos e, de certa forma foram subjetivados no inconsciente das gerações que destes pioneiros descendem (CHAUÍ, 1990).

A organização da população em mutirões e associações foi importante no sentido de construir o espaço onde seria instalada a sede da comunidade e na realização dos trabalhos cotidianos. Na região, os principais meios econômicos foram construídos tendo por princípio as necessidades apontadas por meio de um levantamento sócio econômico realizado sob patrocínio da Caixa Rural União Popular (cooperativa de crédito da época). Com este levantamento foi possível apontar, com base em aspectos geográficos, culturais e econômicos, três necessidades municipais: um frigorífico, uma escola agrícola e uma indústria de laticínio. A necessidade de um frigorífico se justificava pela grande produção de suínos na região que, pela dificuldade em transportar e comercializar esta produção (tendo em vista o poder de barganha dos demais frigoríficos na compra dos suínos da região) acabava sendo vendido por preços inferiores. A escola agrícola, construída na comunidade de Sede Capela, servia de

suporte na formação de mão-de-obra especializada para auxiliar os produtores rurais e a própria indústria que se constituiria. Já a indústria de laticínios mostrava-se como uma necessidade pela grande bacia leiteira que existia na região (JUNGBLUT, 2000).

Com base nestes dados foi iniciada a empreitada em busca de fundos para a construção do frigorífico que resultou na Sociedade Anônima Frigorífico de Itapiranga – Safrita. A princípio a Safrita seria constituída como uma cooperativa, mas como os produtores rurais estavam descapitalizados, tendo em vista as dificuldades dos últimos cinco anos (não terem produção mínima e os preços não ajudavam), então se optou pela criação de uma empresa de sociedade anônima em que era dada preferência para os produtores (HAHN, 2005).

Considerada como um dos cinco eixos industriais e econômicos do Estado no ramo industrial, as agroindústrias situadas na região Oeste catarinense, são responsáveis por gerar 49,4 mil empregos em 2.577 indústrias (alimentares e de bebidas) de acordo com Ribas Junior (2001). Os outros quatro eixos industriais e econômicos situados no Estado são: eixo mineral, eletro-metal-mecânico; têxtil e do vestuário; e, florestal.

As organizações associativas são uma constante nessa região. As festas religiosas, as feiras e as festas étnicas são organizadas com o envolvimento e participação voluntária de pessoas da comunidade e região.

No **nível macro** as médias mais altas estão presentes na SDR de Itapiranga. Nesse nível as ações cooperativas e o diálogo entre as instituições e a sociedade são favorecidas. A SDR de São Miguel do Oeste obteve média alta no *bonding social capital*, enfatizando o patriotismo e a confiança na nação. As médias baixas nos tipos *bridging social capital* e *linking social capital* apontam que na região as pessoas valorizam e respeitam a diversidade existente entre os grupos que formam essa SDR.

A região da SDR de São Miguel do Oeste é conhecida como uma região de passagem de pessoas de diferentes origens. Na região está localizada a BR-282 que dá acesso ao Estado do Paraná e à Argentina, por ela passando produtos transportados por via rodoviária de origem gaúcha, paranaense e argentina. A tolerância a diversidade estar mais presente nessa região pode estar justificada nessa característica regional.

A SDR de Dionísio Cerqueira apresentou média alta no *bridging social capital*, o que representa o que já foi mencionado, a observação aos tratados e às relações comerciais.

Os resultados encontrados na mensuração do capital social podem ser visualizados também nos indicadores econômicos analisados no decorrer da pesquisa. Pode-se observar

que a região que obteve as maiores médias nos níveis de capital social também apresenta destaque nos indicadores, conforme tabela 12.

Os indicadores analisados (Variação da população, IDH-M, IDH-Longevidade, IDH-Renda, IDH-Educação, Ideb e PIB) apresentaram os melhores resultados na região da SDR de Itapiranga. Nessa região foram encontradas também as melhores médias na mensuração do capital social, confirmando as constatações dos estudiosos que, havendo melhoria dos indicadores (diminuindo a desigualdade) há melhoria nos estoques de capital social.

A educação apresentou bons resultados da SDR de Itapiranga, demonstrando a atenção dispensada à educação nessa região. Para o CFCUL (2011), o conhecimento é um fator de diferenciação, não só no nível macro, que determina o grau de desenvolvimento das sociedades, mas também no nível micro, que aponta o desenvolvimento individual. O investimento em educação gera benefícios econômicos e sociais quando proporciona um incremento na produtividade, o surgimento de novas competências, a competitividade entre as empresas e a empregabilidade dos cidadãos, resultando na inclusão social. Por um lado a formação e a qualificação dos recursos humanos é condição *sine qua non* para o desenvolvimento econômico e social na sociedade do conhecimento, por outro lado, a sociedade do conhecimento influencia o processo de aquisição de conhecimento e de competências.

A região da SDR de Dionísio Cerqueira, com exceção do valor do PIB per capita, apresentou os resultados mais baixos das três regiões analisadas (os indicadores de desenvolvimento humano do município, longevidade, renda e educação estão no patamar considera de médio desenvolvimento) (IPEA, 2010). Nessa região pode-se observar que há maiores médias nos níveis de estoque do capital social dos tipos *bridging* e *linking*, havendo um maior envolvimento extracomunitário e institucional. Comparativamente à região da SDR de Itapiranga, pode-se afirmar que as características da colonização podem ter tido alguma influência nesses aspectos. As disputas territoriais (Brasil e Argentina, Santa Catarina e Paraná) que aconteceram nesse território e o processo colonizador (que não foi idealizado e realizado com base numa “imunidade étnica” ou “colméia étnica”) podem interferir no sentimento de pertencimento e na identificação das pessoas com a região.

A localização da região da SDR de Dionísio Cerqueira num território de fronteira (onde existe o Marco das Três Fronteiras, onde se pode colocar um pé no Paraná, outro em Santa Catarina e esticar o braço em território argentino), foi rota de passagem, em 1636 das Bandeiras Paulistas, por volta de 1759 das expedições portuguesas e espanholas percorreram

o Rio Peperi-Guaçú. A definição de Dionísio Cerqueira como pertencente ao Estado de Santa Catarina se deu com o fim da Guerra do Contestado, em 1916.

A região constituía uma rota internacional de comércio, basicamente de erva mate. A partir de 1946, com a passagem dos migrantes gaúchos a desenvolvimento econômico passou a receber maior impulso, principalmente em atividades de extrativismo e exportação da madeira. A maioria dos migrantes era das etnias alemã, italiana e portuguesa, e grande número dos chamados "caboclos", advindos inclusive da região de conflitos do Contestado (SDR DIONÍSIO CERQUEIRA, 2010).

A instalação do porto seco em 2003, Ponto de Fronteira Alfandegado, único integrado entre dois países em território brasileiro favoreceu a passagem de maior fluxo de pessoas e cargas nessa região. O Porto Seco é a principal rota interoceânica, sendo a rota que possui as menores distâncias entre as principais metrópoles do Mercosul. Dionísio Cerqueira possui a única passagem terrestre de Santa Catarina com o Mercosul, aumentando o número de importações e exportações (SDR DIONÍSIO CERQUEIRA, 2010).



Figura 13: Vista aérea dos limites municipais e nacionais localizados no município de Dionísio Cerqueira.

Fonte: SDR de Dionísio Cerqueira, 2010.

5.4 EXPLICAR OS RESULTADOS ENCONTRADOS COM BASE EM FATOS HISTÓRICO-CULTURAIS

O instrumento de pesquisa foi aplicado nos 18 municípios objeto de estudo no período de junho a agosto de 2010. Os questionários foram distribuídos observando a proporcionalidade referente ao número de habitantes, gênero e local de moradia.

As respostas que foram submetidas à análise descritiva resultaram em médias que oscilaram entre 2,65 e 5,00, com desvio padrão 0,664 a 1,438. Abaixo destacamos algumas características observadas na pesquisa (os totais consideram os percentuais das afirmativas concordo em parte e concordo totalmente):

- a. 25,7% das pessoas são da SDR de Itapiranga, 41,5% são da SDR de São Miguel do Oeste e 32,9% são da SDR de Dionísio Cerqueira;
- b. 71,5% moram em sua cidade a mais de 10 anos;
- c. 51,9% moram na zona urbana;
- d. 50,5% são do gênero masculino;
- e. 57,5% são casados ou convivem em união estável;
- f. 55,1% têm filhos, sendo que 20,8% tem 1 filho e 22,8% tem 2 filhos;
- g. 59% residem em casa própria já quitada;
- h. 56,4% possuem o ensino médio completo, estando cursando o ensino superior ou pós-graduação;
- i. 73,7% exercem atividade remunerada, sendo que a renda de 77,8% é de até R\$ 1999,00;
- j. Dos participantes, 28,1% residem na cidade que seus pais optaram por viver, e 67,3% pretendem estar vivendo na cidade nos próximos 5 anos.

Após a verificação das principais características da população analisada, procedeu-se o cruzamento das informações obtidas por meio da coleta de dados. Dessa forma segue-se a análise de variância (ANOVA) e a análise da tabulação cruzada dos dados da pesquisa.

Análise de variância (ANOVA) é um teste realizado para avaliar as diferenças estatísticas existentes entre as médias de dois ou mais grupos (HAIR et al., 2007). Com essa técnica é possível verificar se há diferença entre as médias dos grupos, no entanto não identifica onde estão essas diferenças.

Para a análise dos resultados dessa pesquisa considera-se que $p < 0,05$, ou seja, quando p é menor que 0,05 a diferença das médias dos respondentes é estatisticamente significativa. Para Cooper e Schindler (2003) quanto maior o valor de p a confiabilidade da relação entre as variáveis da amostra é menor e, conseqüentemente, menor será a relação entre essas variáveis na população.

No caso da amostra analisada em cada SDR, observa-se que os valores gerados pelo p entre as variáveis “tipos de capital social” e “níveis analisados” apresentam valores menores ao limite estabelecido pela bibliografia, o que quer dizer que os valores são significativos e que há relação entre as variáveis. Dessa forma considera-se que nos resultados encontrados ocorrem diferenças significativas havendo dependência entre as variáveis.

A análise dos resultados das variáveis das SDRs no nível micro respondeu com *níveis-p* menores que 0,05. Os níveis com os menores valores para o p foram: “*micro bonding*” (0,006), “*micro linking*” (0,015), “*micro bridging*” (0,038), “*meso bridging*” (0,018) e “*macro bridging*” (0,012).

No nível “*micro bonding*” a maior média foi encontrada na SDR de Itapiranga. Esse resultado representa as relações existentes em nível de grupos familiares e de amigos, de acordo com os dados na região de Itapiranga os laços fortes estão mais presentes. O tipo de capital social *bonding* refere-se às relações que se estabelecem dentro desses grupos. A observação desse tipo de capital social no âmbito da SDR de Itapiranga pode ser explicado pelo modelo adotado para a colonização dessa região.

A região composta pelos municípios que hoje compõem a SDR de Itapiranga foi colonizada seguindo os preceitos de constituição das “novas colônias” no Oeste Catarinense e visando à formação de núcleos étnicos e religiosamente homogêneos. A instituição da Colônia Porto Novo seguiu parâmetros diferenciados das demais colônias que surgiram no Oeste de Santa Catarina. Essa Colônia foi idealizada e projetada por uma associação de alemães católicos do Rio Grande do Sul de orientação jesuítica fundada em 1912 – a *Volksverein für die Deutschen Katholiken im Rio Grande do Sul* (Sociedade União Popular para Católicos Alemães do Rio Grande do Sul) (SEHNEM, 2009).

Essa característica já é observada por Adolf Konder, Presidente de Santa Catarina no período de 1926 a 1930. Konder realizou uma viagem por Santa Catarina no ano de 1929 a fim de conhecer e delimitar os espaços do território catarinense. Nessa viagem, quando percorreu o Vale do Uruguai (onde estava localizada a Colônia Porto Novo), percebeu a existência de “colméias” com forte influência religiosa. Nessas “colméias”, fortemente

vinculadas aos seus municípios de origem no Estado do Rio Grande do Sul) eram desenvolvidas atividades econômicas que garantiam sua subsistência e permitiam que sobrevivessem sem a interferência do Estado. No que tange à cultura, aspectos referentes à educação, religiosidade, modos de vida, comunicação, predominavam as coordenadas das colônias velhas do Rio Grande do Sul. Cabe ressaltar que as “colméias” não apresentavam misturas de etnias, caracterizando uma colonização imunológica (WERLANG, 2006).

Os tipos de capital social *bridging* e *linking* apresentaram maiores médias na SDR de Dionísio Cerqueira, afirmando que nessa região as normas e sanções são mais rígidas. Esses resultados demonstram que há nessa região maior estoque de capital social que representa as conexões existentes entre os diferentes grupos (*bridging*). Dessa forma tem-se que nessa região as normas e sanções estão mais presentes.

O nível *micro linking*, que caracteriza as relações entre os indivíduos e grupos de diferentes estratos sociais, também apresentou maior média na região da SDR de Dionísio Cerqueira. Esse resultado demonstrou estar o voluntariado mais presente na região de Dionísio Cerqueira.

No nível *meso bridging*, que diz respeito às relações em nível de comunidade e organizações associativas, a maior média foi encontrada na SDR de Itapiranga. Esse resultado reflete a existência de relações entre os grupos no âmbito das comunidades e associações.

No nível *macro bridging*, representativo das relações de âmbito estadual e nacional, a maior média foi encontrada na SDR de Itapiranga. Destaca-se que nessa região há uma forte relação com os países europeus, principalmente a Alemanha e a Suíça. Muitas pessoas possuem familiares residindo ou trabalhando (por um período determinado) nesses países.

Os resultados para as SDRs refletem as características observadas nas regiões. A região da SDR de Itapiranga, por ter sido colonizada com base em grupos imunológicos de uma mesma cultura, teve suas relações com os grupos próximos (familiares e amigos) mais desenvolvidas. O associativismo também foi um aspecto que se destacou nos resultados encontrados e que foi incentivado desde o início da colonização pelas empresas colonizadoras. Nessa região houve muitos mutirões para construção das casas, igreja, escola, e essas características continuam subjetivadas nas pessoas dessa região.

A região da SDR de São Miguel do Oeste é conhecida como uma região de passagem de pessoas de diferentes origens. Na região está localizada a BR-282 que dá acesso ao Estado do Paraná e à Argentina, por ela passando produtos transportados por via rodoviária de origem gaúcha, paranaense e argentina. A tolerância a diversidade está mais presente nessa região pode estar justificada nessa característica regional.

Nos municípios da SDR de Dionísio Cerqueira percebeu-se haver maior envolvimento voluntário entre as pessoas. Observou-se também que nessa região, devido ao fato de estar localizada na fronteira entre os Estados de Santa Catarina e Paraná, além de ser fronteira entre o Brasil e a Argentina, as normas e sanções estão mais presentes.

As médias encontradas no nível *micro bonding* foram mais expressivas para as pessoas que residem há mais de 10 anos no mesmo local (bairro/comunidade/cidade). Esse resultado é explicado pelo fato de as pessoas que residem no mesmo local a mais tempo possuírem maiores laços de amizade e proximidade com familiares, conseguindo construir relações (laços fortes) e aprimorar os vínculos com a localidade.

Foi realizado também durante a análise dos dados da pesquisa o cruzamento de alguma variáveis. No primeiro cruzamento realizado foi analisada a variável “Tempo que mora na cidade” e a “SDR”. Na primeira análise realizada as pessoas que moram há menos tempo no bairro são da SDR de São Miguel do Oeste. Esse comportamento pode ser justificado por possuir a região da SDR de São Miguel do Oeste a cidade pólo do Extremo Oeste Catarinense: São Miguel do Oeste. Nessa região estão instaladas e se desenvolvendo indústrias e instituições geradoras de emprego, fato que justifica a recente vinda de pessoas para a região. Percebe-se que nas três SDRs o maior número de respondentes reside nas regiões há mais de 10 anos.

O nível *micro bridging* demonstrou as maiores médias nos grupos de pessoas que residem há mais de 10 anos no bairro e no grupo de pessoas que reside há menos de 3 anos destacando que os estoques de capital social aumentam com o tempo de bairro. Explica-se esse resultado supondo que as relações que se estabelecem entre os grupos são maiores para as pessoas que residem a mais tempo na localidade, assim como as normas e sanções próprias da comunidade estão mais presentes nesse grupo de pessoas. Pode-se justificar também essa situação para as pessoas que residem há pouco tempo no bairro, uma vez que o fato de optar pelo bairro pode se dar pelos laços de amizade construídos antes da mudança e que influenciaram na decisão do local de moradia.

Para a definição da variável “Local de Moradia” (rural e urbano) observou-se os resultados obtidos nas pesquisas do IBGE na contagem da população. Buscou-se respeitar na amostra pesquisada os mesmos índices do IBGE a fim de obter maior credibilidade e reflexibilidade da região das 3 SDRs da fronteira Oeste de Santa Catarina.

Os estoques de capital social nessa variável não apresentaram diferenças, provavelmente pelo fato de as cidades pesquisadas não constituírem grandes centros urbanos. Características da vida moderna nas grandes cidades como trânsito intenso, solidão, violência ainda são pouco presentes na região analisada.

Os resultados encontrados para a variável “gênero” demonstraram significância $p < 0,05$ no tipo *linking* do capital social nos níveis *micro* (0,000) e *meso* (0,011). As médias desses resultados apontam um valor maior para o gênero feminino.

Com esse resultado pode-se dizer que as mulheres possuem mais destes dois componentes do capital social. As maiores diferenças estão no nível *micro linking*, que reporta ao voluntariado e no nível *meso linking*, que corresponde ao associativismo.

No gráfico abaixo é possível perceber a participação das mulheres no quadro social das cooperativas, por tipo de produção, na região analisada. Destaca-se que a participação feminina nesse tipo de atividade corresponde a 26,49% do quadro.

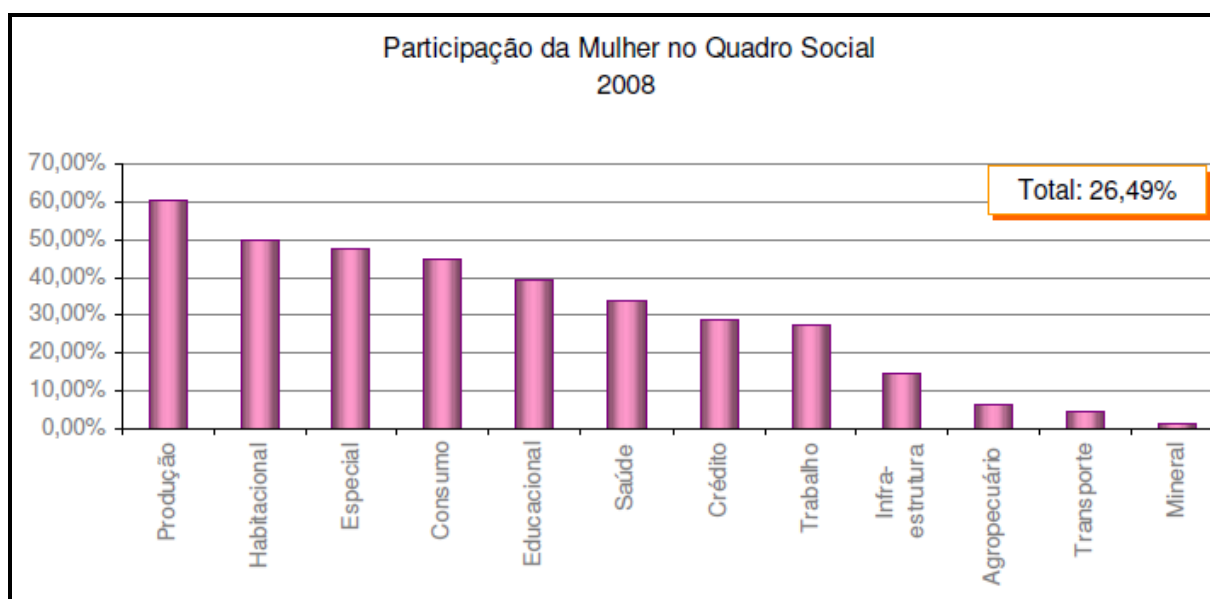


Gráfico 12: Participação da mulher no quadro social das cooperativas na região extremo oeste de Santa Catarina em 2008.

Fonte: OCESC, 2010.

A variável faixa etária mostrou melhores resultados nos níveis *micro bonding* (0,045) e *macro bridging* (0,027). No nível *micro bonding* a maior média foi encontrada no grupo de pessoas com 60 anos ou mais, seguida dos adolescentes (até 19 anos). Esse resultado é explicado pelas relações que se estabelecem com os amigos e familiares, tanto nos adolescentes quanto nas pessoas de maior idade.

Os adolescentes buscam amparo e apoio junto aos amigos, estreitando os laços com esse grupo no processo de amadurecimento e descoberta da vida adulta. O grupo de pessoas com 60 anos ou mais (que estão aposentados ou em processo de aposentadoria), que refletiu a maior média, justifica o seu resultado pela (re) aproximação com o grupo familiar. Esse grupo possui maior disponibilidade de tempo para se dedicar à família (pais, filhos, netos...), amigos e a desenvolver atividades que distam dos compromissos impostos pelas rotinas de trabalhos (viagens, passeios, festas...).

Percebeu-se que a menor média nesse nível foi encontrada no grupo com faixa etária de 50 a 59 anos. Esse resultado foi surpreendente, uma vez que se esperava um resultado menor nas faixas etárias de menor idade. No entanto pode-se atribuir esse resultado a alguns fatores como à expectativa que muitas pessoas nessa idade possuem ao vislumbrar o encerramento de uma etapa de suas vidas e a insegurança com relação aos acontecimentos e aos rumos que suas vidas passarão a ter no futuro próximo.

Destaca-se que algumas pessoas nessa faixa etária (que possuem filhos) vivenciam a experiência do chamado “ninho vazio”, quando os filhos saem de casa para estudar, trabalhar ou constituir família. Outras pessoas buscam o isolamento e o afastamento de familiares e amigos, fato que também explica a baixa média encontrada nesse nível.

No nível *macro bridging*, que reflete o orgulho de ser brasileiro, pode-se observar ele aumenta com a idade.

A variável que questiona se o participante possui “Filhos” e, em resposta positiva, qual o número de filhos, apresentou níveis de significância $p < 0,05$ para *micro linking* e *meso bridging*.

Nesse sentido observa-se que as pessoas com filhos têm predisposição ao voluntariado e ao associativismo, tem-se que os participantes da amostra que têm filhos apresentaram médias mais elevadas no nível *micro linking* (0,001), que reporta ao voluntariado. Com relação ao número de filhos dos respondentes essas médias foram elevadas em grupos com 1 ou 6 filhos. O resultado encontrado para o capital social nesse nível é compreendido pelo envolvimento que as pessoas que possuem filhos têm de manter relações com indivíduos e grupos de diferentes estratos sociais dentro do núcleo familiar e de amigos.

O nível *meso bridging* destaca que as pessoas que possuem filhos são mais propensas ao associativismo. O número de filhos que apresentou maior média foi 3 e 6 filhos. Observa-se com esses resultados que as pessoas que possuem filhos demonstram possuir maiores

conexões entre os diferentes grupos, fato que se concretiza pelas relações que as famílias passam a estabelecer por influência dos vínculos que se formam em torno das instituições freqüentadas pelos filhos.

Os resultados para a variável “Residência” (emprestada, alugada, própria) apresentaram maiores diferenças nos níveis *micro bonding* (0,000), *micro linking* (0,041), *meso linking* (0,002) e *macro bridging* (0,018).

Na tabela abaixo está relacionada a condição de ocupação dos domicílios na região Extremo Oeste no ano 2000. Destaca-se que nesse ano haviam 63.921 domicílios, sendo que desses 76,5% eram próprios, 13,1% eram alugados, 9,6% dos domicílios eram cedidos e 0,8% possuíam outra forma de ocupação (SEBRAE, 2010).

Tipologia	Reg. Extremo Oeste	Santa Catarina	Brasil
Próprio	48.889	1.190.558	33.306.136
Alugado	8.362	187.957	6.403.325
Cedido	6.152	113.522	4.532.093
Outra forma	518	6.705	553.547
Total	63.921	1.498.742	44.795.101

Figura 14: Condição de ocupação dos domicílios da região Extremo Oeste de Santa Catarina no ano 2000.

Fonte: Sebrae, 2010.

A análise dos resultados das variáveis “Tempo que mora na cidade” e “Tipo de residência”. Observou-se uma maior concentração de pessoas que moram há menos tempo nas modalidades de aluguel e moradia financiada. Destaca-se que as moradias financiadas obtiveram um aumento devido ao programa do governo federal “Minha Casa, Minha Vida”, que possibilita o financiamento de imóveis novos para pessoas com renda de até R\$ 4.900,00, com juros anuais acessíveis, além de dispor de um subsídio a fundo perdido por parte do Governo Federal.

Os resultados encontrados no nível *micro bonding* destacam que os laços fortes estão menos presentes quando a moradia é alugada. Os respondentes que moram de favor estão mais insatisfeitos com a criminalidade, fator observado no nível *meso linking*. As pessoas que vivem em casa emprestada podem estar nessa situação por diferentes motivos: ter sido vítimas de violência, terem perdido sua residência para alguma catástrofe (incêndio, vendaval, chuva, alagamento, tornado), estar a pouco tempo na cidade ou por não ter condições de alugar ou adquirir sua casa própria.

As pessoas nessa condição mantêm relações mais próximas com indivíduos em nível familiar e de amizade. A manutenção dessas relações possibilita que as pessoas residam em casas/apartamentos emprestados, em que não se firmam contratos e relações financeiras.

O orgulho de ser brasileiro (nível *macro bridging*), assim como o voluntariado (*micro linking*), estão mais evidentes nas pessoas que possuem sua casa própria. O fato de possuir a própria residência possibilita o aprimoramento das relações e o acesso a diferentes instituições formais, uma vez que não existe mais a obrigação com relação ao pagamento de consórcio ou financiamento habitacional.

A variável “Escolaridade” obteve a maior média no grupo de pessoas que possuem nível superior completo. O nível *meso bonding* enfatiza que a tolerância à diversidade aumenta com o grau de escolaridade.

Foi realizado o cruzamento entre as variáveis “Faixa etária” e “Escolaridade” demonstrou haver mais respondentes na faixa etária de até 19 anos com ensino médio completo. Da mesma forma encontraram-se mais pessoas com ensino superior na faixa etária dos 30 a 39 anos e, na faixa etária dos 50 a 59 anos, mais pessoas com ensino médio.

Dessa forma pode-se afirmar que uma das formas de aumentar a tolerância à diversidade é via educação. Observa-se que a escola é o espaço onde se encontra uma grande diversidade cultural, assim como também é um local onde há discriminação. A escola tem a função de proporcionar aos educando uma formação teórica, assim como fazer com que eles percebam que existem outras culturas na sociedade e que é possível conviver e aprender com todas elas.

Para que haja uma formação que incentive o convívio pacífico e a tolerância entre os diferentes se faz necessária uma formação específica aos docentes. Na maioria das vezes os docentes reproduzem (inconscientemente) as práticas discriminatórias que viveram em sua formação. Assim é preciso que haja atenção dos docentes para as diferenças culturais e sociais presentes no ambiente escolar, e conhecimento para aproveitar essas diferenças e suas contribuições na formação de seus educandos.

Destaca-se no quesito escolaridade que a região analisada, compreendida pelas 3SDRs da fronteira Oeste de Santa Catarina, possui Instituições de Ensino Superior de destaque estadual. A facilidade e acessibilidade que as Universidades e Faculdades da região proporcionam a seus acadêmicos possibilita que jovens e adultos possam dar prosseguimento a seus estudos. A inserção no meio acadêmico fomenta o desenvolvimento de grupos

aprimorando os laços fortes (GRANOVETTER, 1985), característicos do capital social do tipo *bonding*.

O envolvimento no meio acadêmico e o aprimoramento dos conhecimentos em diferentes áreas permite às pessoas o desenvolvimento de suas capacidades empreendedoras, aumentando assim sua representatividade na comunidade em que residem/trabalham. Dessa forma, por meio do envolvimento dos acadêmicos e graduados no nível *meso*, incentivado pelas Instituições de Ensino Superior, há o surgimento de atividades, empresas e pesquisas que objetivam o entendimento e a melhoria da qualidade de vida das pessoas que residem na região.

A variável “Emprego” (estar empregado ou não) apresentou valores $p < 0,05$ para os níveis *micro bonding* (0,000), *micro linking* (0,001), *meso bridging* (0,007), *meso linking* (0,007), *meso bonding* (0,005) e *macro bridging* (0,045).

No mês de dezembro de 2008 a região contava com 15.862 empresas formais que empregavam 42.831 pessoas com carteira assinada. Os dados sobre o volume de empresas e os empregos gerados estão descritos no gráfico abaixo.

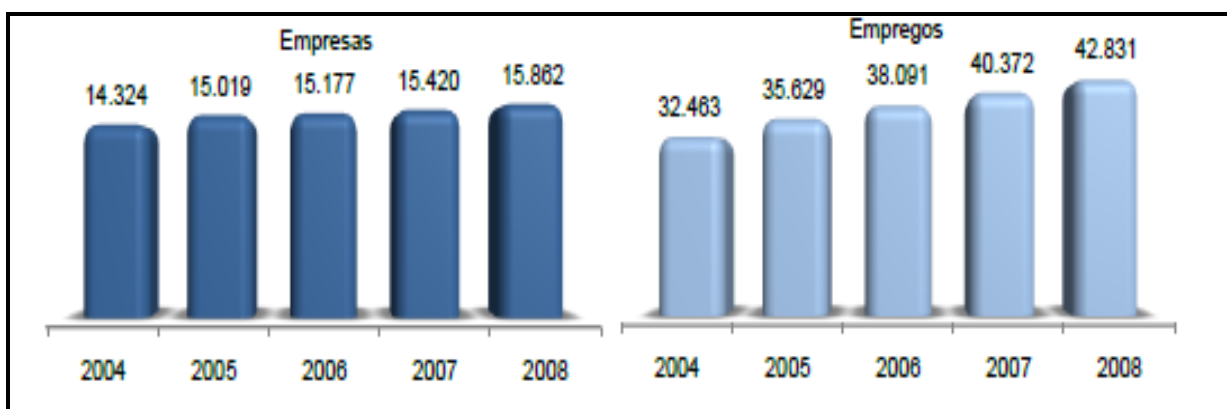


Gráfico 13: Volume de empresas e empregos na região no período de 2004 a 2008.

Fonte: Sebrae, 2010.

No gráfico abaixo está destacada a concorrência existente na região por uma vaga de trabalho no mercado formal (na região, no Estado e no Brasil). A relação na região é uma das piores entre as regiões do Estado de Santa Catarina (5,8 habitantes por vaga).

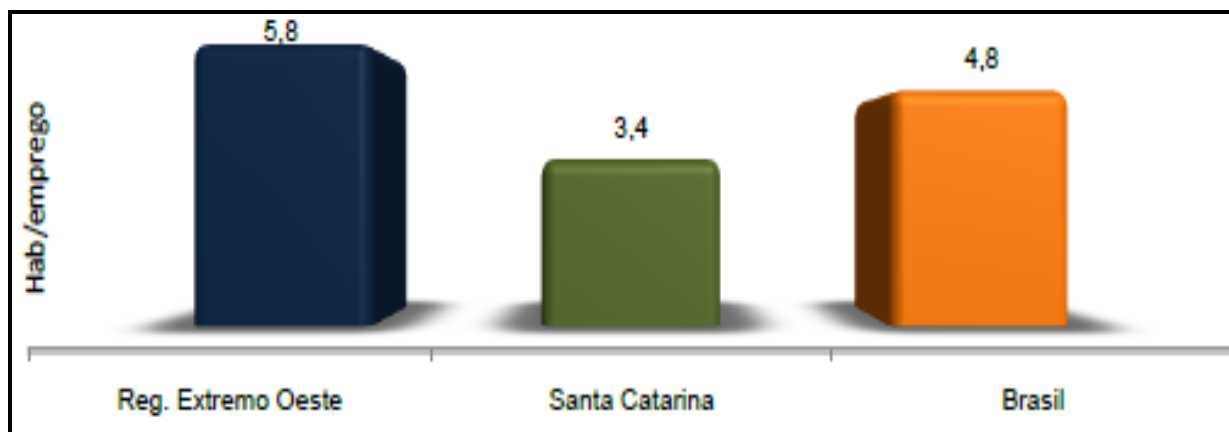


Gráfico 14: Relação de habitantes por vaga de trabalho no mercado formal em 2008.

Fonte: Sebrae, 2010.

As diferenças encontradas no nível *micro bonding* enfatizam que os laços fortes estão mais presentes nas donas de casa. Esse grupo demonstra manter relações com pessoas mais próximas do seu espaço local, destacando-se o grupo familiar e de amizades (nível micro).

O nível *micro linking* demonstrou que o voluntariado está mais presente nos respondentes que possuem emprego e também com as pessoas que estão desempregadas e procurando emprego. Esse resultado demonstra que há participação voluntária dessas pessoas em eventos promovidos pela organização onde trabalham, em prol em ONGs, ou mesmo em eventos promovidos pela comunidade onde residem. Pode ser possível também, por meio do voluntariado, desenvolver atividades que permitam maior acesso a pessoas que possam influenciar na conquista de uma atividade remunerada.

As pessoas com emprego e as donas de casa são mais proativas socialmente, aspecto demonstrado pelo nível *meso bridging*. A mobilização desse tipo de capital social mostra as relações estabelecidas entre os diferentes grupos numa comunidade. Essas relações podem ser explicadas, uma vez que as pessoas da região, de forma mais ou menos intensa, relacionam-se com grupos diferenciados em virtude das funções exercidas em seu trabalho. A filosofia adotada pelas empresas pode favorecer esse tipo de relação, por exemplo, uma instituição que incentiva as atividades de cunho social e envolve pessoas do seu quadro funcional nesse tipo de atividade. Percebe-se que nessas situações há uma ampliação no grupo de relacionamentos.

A insatisfação com a criminalidade é maior para os respondentes que possuem emprego e no grupo de pessoas que estão desempregadas e procurando emprego (*meso linking*). No nível *meso bonding* observou-se que as donas de casa e as pessoas empregadas tendem a ter maior tolerância à diversidade. A convivência com pessoas de diferentes classes sociais é mais aparente no grupo de pessoas que exerce atividade remunerada.

Na análise do nível *macro bridging* tem-se que o fato de estar empregado aumenta o orgulho de ser brasileiro.

Observou-se que todos os três fatores do nível meso apresentaram relação com o fato de as pessoas estarem empregadas ou não. Os tipos de capital social *linking*, *bonding* e *bridging* ressaltam a preocupação dessas pessoas para com a criminalidade, destacam que há nesse grupo maior tolerância à diversidade e proatividade social.

Na análise das variáveis “Gênero” e “Atividade remunerada” a tabulação cruzada foram encontrados mais homens que marcaram a alternativa “do lar” do que o esperado, o que demonstra que na região as mulheres estão inseridas no mercado de trabalho. Também foram encontrados mais homens desempregados procurando emprego.

As variáveis cruzadas “Atividade remunerada” e “Expectativa de residir na cidade nos próximos cinco anos” destacou que quem está empregado está mais propenso a continuar residindo na cidade. Essa atividade profissional mantém o vínculo de residência das pessoas e, quando há estabilidade no emprego, há maior propensão a continuar residindo na mesma cidade. Entre o grupo de pessoas que não está trabalhando há maior esperança de mudar de cidade, em busca de uma atividade que possa ser exercida e gerar sustento. Esse mesmo resultado foi observado no grupo de pessoas que declarou-se “do lar”.

A variável “Renda” apresentou na amostra analisada maior diferença no nível *macro bonding*. Esse resultado demonstra que, de forma geral, a insatisfação com a desigualdade social é maior na faixa de renda de R\$ 1.500 a R\$ 1.999. Infere-se que nessa faixa etária as pessoas passam a possuir um maior poder de compra e de relacionamento na sociedade, podendo participar de eventos, associações, e adquirir os bens e serviços necessários ao seu bem estar.

Esse poder de compra e participação na sociedade pode desencadear na insatisfação com a desigualdade social. A percepção de injustiça e da desigualdade na distribuição da renda pode aumentar no grupo que possui rendimentos de R\$1500,00 a R\$1900,00. Observou-se que nos extremos essa insatisfação diminui.

Na Figura 15 pode-se observar o valor do salário médio pago na região de acordo com a atividade econômica desenvolvida. Na tabela está destacado também o valor do salário para a mesma atividade no Estado de Santa Catarina e no Brasil. O cruzamento das variáveis “Filhos” e a “Renda familiar” demonstrou que as pessoas que possuem filhos tem renda na faixa de até R\$ 999,00.

Atividade Econômica	Reg. Extremo Oeste (R\$)	Santa Catarina (R\$)	Brasil (R\$)
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquíicultura	674,91	796,21	766,52
Indústrias extrativas	821,38	1.717,87	4.194,26
Indústrias de transformação	778,13	1.154,34	1.467,01
Eletricidade e gás	7.339,55	5.633,23	4.511,42
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	1.234,44	1.426,50	1.693,23
Construção	787,21	931,18	1.140,29
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	719,78	914,70	935,04
Transporte, armazenagem e correio	843,74	1.157,64	1.311,52
Alojamento e alimentação	515,10	682,37	680,66
Informação e comunicação	710,32	1.470,28	2.316,51
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	2.408,21	2.803,45	3.550,60
Atividades imobiliárias	504,36	919,76	1.127,16
Atividades profissionais, científicas e técnicas	1.091,23	1.377,80	1.861,82
Atividades administrativas e serviços complementares	615,35	870,98	879,91
Administração pública, defesa e seguridade social	1.168,62	2.137,42	2.011,41
Educação	1.532,28	2.036,05	1.895,88
Saúde humana e serviços sociais	828,11	1.109,22	1.265,81
Artes, cultura, esporte e recreação	578,72	871,13	1.028,43
Outras atividades de serviços	723,13	952,08	1.037,37
Serviços domésticos	290,83	509,91	528,99
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	2.190,22	2.361,92
Média Salarial	888,67	1.253,73	1.436,70

Figura 15: Salários médios segundo atividade econômica no ano de 2008.

Fonte: Sebrae, 2010.

As relações das pessoas com seu grupo familiar e de amigos ficou expressa nas respostas da variável “Vínculo com a cidade”. Os melhores resultados ($p < 0,05$) foram obtidos nos níveis *micro bonding* (0,002), *micro linking* (0,044) e *meso bonding* (0,027).

As diferenças no nível *micro bonding* apontam que os laços fortes são mais presentes nas famílias que “sempre” viveram na mesma cidade. Percebe-se nas relações de nível *micro* que há grande preocupação com os relacionamentos mantidos com amigos e familiares, no

sentido de manter contato e prover, tendo em vista uma necessidade futura. Destaca-se que há uma obrigação moral de cuidar da família e manter a união entre seus membros. Outra questão que possui um peso significativo é a aprovação da família para as ações tomadas pelos seus membros perante a comunidade. A imagem dos pais e avós deve ser preservada pelos seus descendentes e as sanções formais estão subjetivadas no que diz respeito à moral e tradições da comunidade.

As pessoas cujos pais optaram pela moradia na cidade demonstraram maior média no tipo *micro linking* do capital social. Essas respostas sinalizam para um envolvimento com diferentes classes sociais e ações de generosidade, tais como trabalhos voluntários e doações. A participação nas atividades voluntárias pressupõe uma prática que possibilita o envolvimento com as causas da comunidade onde estão inseridas com o intuito de ajudar ao próximo e transmitir conhecimentos. As atividades voluntárias podem ser tanto no auxílio às pessoas mais necessitadas da comunidade quanto em escolas, em grupos folclóricos, em organizações culturais, entre outras atividades.

No nível *meso bonding* tem-se que a tolerância à diversidade está mais presente nos respondentes cujos avós migraram ou imigraram para a cidade. Nesse grupo observa-se que o grupo de trabalho também é considerado como grupo de amizade. As diferenças sociais existentes na comunidade são mais toleradas e compreendidas, talvez pelo fato de ser esta uma realidade vivenciada pelos avós imigrantes que estão ou estiveram em uma condição de desigualdade social.

Quando questionados sobre a “Expectativa de estar vivendo na cidade que reside atualmente, nos próximos cinco anos”, obteve-se as maiores diferenças nos níveis *micro linking* (0,003), *meso bridging* (0,000), *meso bonding* (0,004) e *macro bridging* (0,008).

No nível *micro linking* observou-se que o voluntariado está mais presente nos respondentes que esperam continuar morando na cidade, ou seja, estão mais satisfeitos com a cidade. Essa resposta pode ser atribuída às relações estabelecidas, no nível *micro*, dentro do seu grupo familiar e de amizade, a interação entre os vizinhos e a participação na vida comunitária, desenvolvendo o sentimento de pertencimento ao local de moradia.

O nível *meso bridging* enfatiza que as pessoas mais satisfeitas com a sua cidade têm maior proatividade social. Nesse nível intenção de continuar residindo na cidade nos próximos cinco anos pode ser atribuída às relações entre as comunidades e à compreensão entre os grupos.

Projetos que estão sendo previstos e desenvolvidos na região podem influenciar na intenção de continuar residindo na região, justificando-se pela maior interação com as questões estaduais e nacionais que a região passou a desenvolver. A expectativa da implementação de projetos que visem o desenvolvimento e o crescimento da região podem ter grande influência nessas respostas. As pessoas que residem na região devem vislumbrar que, com a construção da Hidrelétrica no Rio Uruguai, a construção do Anel Viário no município de São Miguel do Oeste e da Ferrovia da Integração, também conhecida como Ferrovia do Frango, assim como a implantação de mais empresas, da Universidade Federal da Fronteira Sul e do Instituto Federal de Santa Catarina na região, haverá maior integração da região com as demais regiões do estado e do Brasil.

As diferenças no nível *meso bonding* destacam que as pessoas que pretendem mudar de cidade têm maior tolerância à diversidade. Pode-se entender esse resultado observando-se as dificuldades de relacionamento no âmbito da vizinhança e local de trabalho, quando as pessoas não se sentem à vontade no meio no qual estão inseridas. Outro aspecto que pode ser considerado nesse quesito são as pessoas que estão residindo temporariamente nas cidades objeto de estudo dessa pesquisa. Essa situação pode ser justificada pelo número de Instituições de Ensino Superior situadas na região. Há pessoas que passam a morar nessas cidades com o intuito de graduarem-se e, posteriormente, retornar para sua cidade. Há também a situação inversa, das pessoas da região que pretendem migrar para outras regiões para buscar sua formação. Em parte essa situação deve-se à falta de instituições públicas de ensino superior na região.

Abramovay et al. (2001) em pesquisa realizada com jovens no meio rural percebeu maior consciência do gênero masculino com relação às oportunidades de inserção no meio rural por meio da educação do que na cidade. No caso do gênero feminino essa percepção é diferente, demonstrando haver menor número de mulheres dispostas a permanecer na agricultura, o que leva à conclusão de que as mulheres migram mais do que os homens.

Apesar desse cenário, Mira (2000, p. 133) demonstrou que nos últimos anos tem acontecido um grande dinamismo demográfico nas áreas urbanas em detrimento das áreas com tradição agrícola, o que leva à constatação de que parte dos jovens migra por efeitos de expulsão. Para o autor, “em 1991, cerca de 36% da população catarinense vivia fora de seu local de origem e que a maior parte dos migrantes, que se deslocam dentro do estado, se dirigiam às cidades”.

Para Alves e Mattei (2006), as transformações implementadas pelas agroindústrias e os estabelecimentos agrícolas familiares constituem um grande fator de expulsão do contingente populacional da região Extremo Oeste Catarinense. A concentração produtiva em estabelecimentos de maior porte, com as empresas integradoras, incentiva a marginalização dos estabelecimentos de menor porte que não possuem capital para alçar as escalas produtivas da concorrência. Esse processo de exclusão resulta na mobilidade populacional e emigração, onde municípios com maior urbanização representam destinos para esses fluxos.

A busca por melhores condições de vida é característica do ser humano, no entanto, nessa região, questiona-se a necessidade de direcionar a viabilização de atividades de fixação do homem ao campo. Diante disso Alves e Mattei (2006, p. 18) elencam alguns questionamentos que remetem à reflexão quanto ao futuro das pessoas que deixam o meio rural em busca de melhoria de vida no meio urbano. A implementação de políticas de capacitação profissional aos jovens e adultos visando uma possibilidade de inserção no mercado seria uma alternativa. No entanto, tais políticas não são formas de incentivar a evasão? Qual a alternativa de renda dos migrantes quando chegam às cidades? A miséria na cidade é pior que a miséria no campo?

Também se deve levar em consideração nessa análise a questão da migração. A região estudada foi colonizada por diferentes etnias provindas de cidades dos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e de outras regiões catarinenses. Por isso algumas pessoas vislumbram a possibilidade de retornar à sua região de origem, pleiteando melhores condições de vida.

Seguindo ainda o pensamento do migrante, considera-se que muitas pessoas da região Extremo Oeste Catarinense pensam em sair da região nos próximos anos com o sonho de conquistar uma vida melhor e mais tranquila em outras regiões, principalmente no litoral catarinense. Alguns pelo fato de ter filhos residindo naquela região, outros porque idealizam o litoral como um lugar com uma qualidade de vida superior.

A questão da distância dos grandes centros também deve ser observada (figuras 16 e 17). A região da fronteira oeste catarinense não é muito privilegiada nesse aspecto e o fato de seu acesso dar-se somente por via rodoviária pode ser considerada um agravante. Empresas que realizam negócios com grandes centros como Florianópolis, Joinville, Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, entre outros, se quiserem continuar com sua sede nessa região necessitam realizar um alto investimento em transporte. O aperfeiçoamento educacional passa pela mesma situação. Alguns cursos de graduação e pós-graduação (*lato e stricto sensu*) só são

acessíveis quando há a predisposição do aluno de se deslocar ou passar a residir em outra cidade, oportunidade que não pode ser aproveitada por todos.

Porto/Cidade	Distância em km
Porto de Imbituba	667
Porto de Itajaí	629
Porto de Laguna	658
Porto de Navegantes	629
Porto de São Francisco do Sul	628

Figura 16: Distância rodoviária de São Miguel do Oeste em relação aos portos catarinenses

Fonte: SEBRAE, 2010.

Aeroporto/Cidade	Distância em km
Aeroporto Diomício Freitas - Forquilha	593
Aeroporto Internacional Hercílio Luz - Florianópolis	647
Aeroporto Lauro Carneiro de Loyola - Joinville	612
Aeroporto Ministro Victor Konder - Navegantes	629
Aeroporto Serafin Enoss Bertaso - Chapecó	128

Figura 17: Distância rodoviária de São Miguel do Oeste em relação aos principais aeroportos catarinenses.

Fonte: SEBRAE, 2010.

O orgulho de ser brasileiro está menos presente nas pessoas que pretendem mudar de cidade (nível *macro bridging*). A perspectiva de mudança reflete a insatisfação com o município e com as oportunidades que ele oferece, refletindo-se na diminuição do orgulho de viver no Brasil. Talvez a possibilidade de residir em outra cidade, de conquistar a estabilidade financeira e emocional e a sensação de fazer parte de algum grupo possam desenvolver o orgulho e a satisfação de ser brasileiro.

O cruzamento das variáveis “SDR” e “Atividade remunerada” demonstrou que a região da SDR de Dionísio Cerqueira apresentou resultado com maior concentração de pessoas desempregadas, mas que não estão procurando emprego. Já na SDR de São Miguel do Oeste houve maior concentração de respondentes desempregados e que estão procurando emprego.

Os dados referentes às variáveis “SDR” e “Vínculo com a cidade” demonstraram que na região da SDR de Itapiranga existe maior concentração de pessoas cujos avôs migraram para a região, situação oposta à encontrada na SDR de Dionísio Cerqueira, onde os respondentes destacaram que a família sempre residiu na cidade.

O histórico de colonização das regiões justifica os resultados encontrados. O povoamento da região da SDR de Itapiranga (fronteira com o Rio Grande do Sul e Argentina) se deu na década de 1920, quando atuaram na região as empresas colonizadoras oriundas do Rio Grande do Sul que incentivaram a ocupação das terras do Vale do Uruguai. As terras da região que compõem a SDR de Dionísio Cerqueira (fronteira seca com o Paraná e Argentina) possuem um histórico de colonização diferente da encontrada na fronteira sul. A localização e o fato de a fronteira não ser determinada por um obstáculo físico (um rio como no caso da fronteira sul), proporcionou atividades econômicas como o tropeirismo, a extração da erva mate e de madeira. As pessoas que ocupavam essas terras eram, em sua maioria, indígenas e caboclos que eram “expulsos” de suas terras (mais a leste) e se “encurralavam” na região de fronteira Brasil/Argentina. Por se tratar de uma fronteira seca, a transposição dos limites era facilitada.

A correlação também demonstrou que na região da SDR de São Miguel do Oeste há maior concentração de pessoas que migraram elas próprias para a região. Esse aspecto confirma a observação analisada na correlação SDR e Tempo de bairro, quando o tempo de residência na cidade é baixo. Essa correlação na SDR de Itapiranga é oposta, ou seja, não foram os participantes da pesquisa que optaram pela moradia na cidade, aspecto justificado pelo histórico de colonização.

Na análise de correlação das variáveis “SDR” e “Expectativa de residir na cidade nos próximos cinco anos” mostrou que para as SDRs de Itapiranga e São Miguel do Oeste demonstram que há grande número de pessoas que não pretendem mudar de cidade nos próximos cinco anos. Demonstram estar satisfeitas e estabelecidas nas cidades onde residem. Os resultados encontrados na região da SDR de Dionísio Cerqueira é oposto ao observado nas outras duas SDRs.

As variáveis correlacionadas “SDR” e “Origem étnica” demonstraram que nas SDRs de Dionísio Cerqueira e São Miguel do Oeste há maior concentração de descendentes de italianos e de alemães. Na região da SDR de Itapiranga observou-se maior concentração de descendentes de alemães, apresentando poucas pessoas de outras etnias.

A correlação seguinte analisa as variáveis “Tempo que mora na cidade” e “Vínculo com a cidade”. As análises dão conta de que há maior concentração de respondentes que migraram para a cidade e que estão há menos tempo no bairro do que aqueles cujos avós migraram. No grupo de pessoas que residem nas cidades há mais de 10 anos, há maior

concentração de pessoas cuja família sempre viveu na cidade e cujos pais optaram pela cidade para seu local de moradia.

A correlação entre as variáveis “Faixa etária” e “Renda familiar” apresentou resultados que demonstram haver mais respondentes na faixa de 20 a 29 anos com renda familiar acima de 3 mil. Da mesma forma, mais pessoas com idade acima de 50 anos com renda familiar de até 500 reais.

As variáveis “Faixa etária” e “Expectativa de residir na cidade nos próximos cinco anos” foram cruzadas e demonstraram que na faixa etária dos 20 a 29 anos há maior concentração de pessoas que esperam mudar de cidade. Essa expectativa demonstra a busca por melhores condições de vida, em busca de trabalho e qualificação em outras cidades. Destaca-se que essas cidades podem ser tanto em Santa Catarina, Estados vizinhos, como em outros países. Ressalta-se que na região do Vale do Uruguai, de colonização alemã, há o incentivo para que os jovens migrem para países europeus para trabalhar. Da mesma forma há instituições de ensino da região, como Colégios Agrícolas e Instituições de Ensino Superior, que fomentam intercâmbios de jovens em países vizinhos como complemento da formação escolar e acadêmica. Há também aquelas pessoas que pretendem mudar de cidade seguindo amigos ou familiares que residem em outras regiões.

A intenção de não residir na cidade nos próximos cinco anos está mais acentuada na faixa etária de até 19 anos. Nessa idade as pessoas têm maior espírito aventureiro e de busca de melhores condições. Muitos jovens vivem a expectativa do primeiro emprego e da busca por uma formação acadêmica de qualidade, muitos em Instituições de Ensino Públicas.

Na faixa etária dos 40 a 49 anos os resultados encontrados foram contrários, ou seja, esperam estar residindo na cidade nos próximos cinco anos. Observa-se que nessa faixa etária a maioria das pessoas está estabelecida pessoal e profissionalmente.

A análise das variáveis “Estado Civil” e “Vínculo com a cidade” pela tabulação cruzada demonstrou que entre os solteiros há uma menor concentração de pessoas que migraram para a cidade onde residem. Nesse grupo a maioria reside na cidade na qual a família sempre viveu.

No grupo de pessoas cujo estado civil é viúvo a proporção de pessoas que optaram por viver na cidade é maior. Nessa situação, uma possibilidade de análise seria de que essas pessoas passaram a residir na cidade onde os filhos ou outros familiares residem.

O resultado desse cruzamento reflete que a migração na região está diminuindo. Infere-se que as pessoas que decidiram migrar são mais idosas e esse cenário não tem se mantido no grupo de pessoas mais jovens.

As variáveis cruzadas “Estado civil” e “Expectativa de residir na cidade nos próximos cinco anos” demonstrou haver maior expectativa de continuar na cidade no grupo de pessoas cujo estado civil é casado. Nesse grupo há uma maior estabilidade e vínculo com a família que faz com que o desejo de se mudar diminua. A estabilidade profissional, fixação de moradia e a presença de filhos também influenciam nessa decisão. Já no grupo de pessoas cujo estado civil é solteiro, há maior propensão à mudança de cidade.

No cruzamento dos dados referentes a “Expectativa de continuar residindo na cidade nos próximos cinco anos” e “Filhos”, o resultado corrobora a análise anterior, quando constatou-se que as pessoas casadas esperam continuar na cidade. Deduziu-se que muitas dessas pessoas possuem filhos e, por isso não cogitam a possibilidade de mudança. Nessa análise o resultado foi justamente esse: pessoas com filhos esperam continuar residindo na mesma cidade. Já as pessoas que não possuem filhos têm esperança de mudar de cidade.

O cruzamento das variáveis “Tipo de Residência” e “Vínculo com a cidade” demonstrou um comportamento em que as pessoas cujos avós vieram para a cidade residem em casas emprestadas, demonstrando menor concentração de residências de aluguel. Nesse caso pode-se considerar que algumas pessoas ainda residam nas casas construídas por seus antepassados ou emprestadas por amigos e conhecidos. No grupo de pessoas cujos pais migraram para a cidade a maioria reside em casa própria, já quitada. Casa essa que pode ter sido adquirida pelo participante da pesquisa ou então pelos pais, residindo com eles. Outro resultado encontrado diz respeito às pessoas que decidiram migrar para a cidade. Nesse grupo há maior incidência de moradias de aluguel. Nesse caso há a necessidade de averiguar a idade dessas pessoas. Se jovens, pode-se auferir essa situação à busca por emprego e/ou estudos ou então à vontade de sair da casa dos pais e morar sozinho, numa demonstração de independência.

A tabulação cruzada entre as variáveis “Vínculo com a cidade” e “Expectativa de continuar residindo na cidade nos próximos cinco anos” demonstrou que as pessoas cujas famílias “sempre viveram na cidade” esperam continuar morando na mesma. Já o grupo de pessoas cujos avôs vieram para a cidade, esperam mudar de cidade nos próximos anos, demonstrando não possuir fortes vínculos com a região.

5.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

Neste capítulo buscou-se responder as principais questões de pesquisa. Para atingir os objetivos da pesquisa fez-se necessária a especificação de técnicas estatísticas próprias. Assim, foram especificados os pressupostos e os resultados esperados para que cada objetivo pudesse ser atingido com satisfação e com contribuições significativas ao estudo.

Por meio dessas análises foi possível responder o objetivo geral a que se propôs essa pesquisa: mensurar os níveis de capital social e desenvolvimento a partir de indicadores sócio-econômicos em três regiões pertencentes a Secretarias de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste de Santa Catarina. A partir das tabelas elaboradas onde constam as médias dos níveis do capital social em cada SDR e as médias dos indicadores, pode-se observar que as regiões com os melhores resultados nos indicadores possuem também as melhores médias nos níveis do capital social.

A relação entre o capital social e o desenvolvimento já é defendida por Woolcock (2001), quando afirma que comunidades com alto grau de confiança, cooperação e coesão interna têm um forte impacto no crescimento econômico. A homogeneidade nos grupos e etnias que compõem essas comunidades favorece a construção do capital social e a harmonia. As desigualdades diminuem os estoques de capital social, afetando fortemente a economia da população.

Assim, as regiões estudadas, embora consideradas em nível estadual dentre as mais pobres, apresentaram médias de indicadores próximos. A região que obteve maiores médias, tanto de indicadores quanto do capital sócia, foi a SDR de Itapiranga, seguida da SDR de São Miguel do Oeste e a SDR de Dionísio Cerqueira.

A SDR de Itapiranga tem como principal característica a homogeneidade de sua população, destacando-se pelos grupos “fechados”, próprios do capital social do tipo *bonding*. A SDR de São Miguel do Oeste também possui características de população homogênea, porém de menor intensidade, devido às oportunidades empresariais geradas pela localização geográfica da região, que propicia o recebimento de pessoas de diferentes regiões (agroindústrias, universidade, exército).

Na região da SDR de Dionísio Cerqueira a característica de fronteira está mais presente devido à constante presença de fiscalização federal e estadual na Aduana (apesar de toda a região estudada estar localizada em território de fronteira). A homogeneidade da

população nessa região mostra-se ainda menor por causa da presença de pessoas provindas de diferentes regiões do país (concurtidas em órgãos federais e estaduais de fiscalização de fronteira).

Assim considera-se que a cultura também tem forte influência na manutenção da coesão social. Pela cultura as pessoas podem se reconhecer umas às outras, crescendo juntas e desenvolvendo a auto-estima coletiva. Os valores culturais são de grande importância para o desenvolvimento, uma vez que servem como uma força coesa nos momentos em que há possibilidade de enfraquecimento da comunidade. O capital social e a cultura podem ser respeitáveis alavancas para o desenvolvimento se condições adequadas para o seu aprimoramento forem instituídas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela forma como foi organizada esta dissertação, as principais considerações finais de cada seção foram distribuídas ao final dos capítulos. Mesmo assim, cabe aqui retomar os principais aspectos para que seja possível a visualização do conjunto das informações.

A mensuração do capital social é uma prática delicada e que é objeto de estudo de vários estudiosos. A disponibilidade dos dados é limitada (assim como sua obtenção) e sua interpretação exige cautela. Os dados quantitativos precisam ser interpretados sob a luz de outras fontes, estudos de caso, a fim de que seus resultados possam ser compreendidos.

Inicialmente, como resposta ao **primeiro objetivo** específico, foi realizada a *descrição da formação e do desenvolvimento sócio-econômico das microrregiões representadas pelas três SDRs em estudo: Itapiranga, São Miguel do Oeste e Dionísio Cerqueira.*

Na seqüência, buscou-se atender ao **segundo objetivo** desse estudo, por meio da *mensuração do nível do capital social nas três SDRs da região Extremo Oeste Catarinense.* Para tanto foi utilizada a técnica estatística de análise fatorial e a análise de regressão linear com variável geral de avaliação do capital social. Como resultado obteve-se estatísticas descritivas, matrizes dos componentes rotacionados, cargas dos fatores, KMO, Alpha do constructo (instrumento), Alpha dos fatores, percentual da variância explicada, modelo de regressão e comparativos com outros estudos.

Os resultados da análise desse objetivo refletiram, no que diz respeito aos níveis do capital social na região, que os laços fortes estão mais presentes na SDR de Itapiranga (*micro bonding*), assim como há maior estoque o capital social do tipo *meso bridging*, que remete ao associativismo.

Na SDR de Dionísio Cerqueira o voluntariado mostra-se como uma característica bastante presente (*micro linking*) além das normas e sanções, especificidade presente nas

regiões de fronteira (*micro bridging*). Na SDR de São Miguel do Oeste observou-se que há menor tolerância à diversidade (*macro bridging*).

No quadro abaixo é possível verificar os níveis de capital social analisados do ponto de vista dos fatores.

	Bonding	Bridging	Linking
Micro	1) SDR 2) Tempo de bairro 3) Idade 4) Residência 5) Emprego 6) Vínculo com a cidade	1) SDR 2) Tempo de bairro	1) SDR 2) Gênero 3) Filhos 4) Residência 5) Emprego 6) Vínculo com a cidade 7) Expectativa
Meso	1) Escolaridade 2) Emprego 3) Vínculo com a cidade 4) Expectativa	1) SDR 2) Filhos 3) Emprego 4) Expectativa	1) Gênero 2) Residência 3) Emprego
Macro	1) Renda 2) Expectativa	1) SDR 2) Idade 3) Residência 4) Emprego	

Figura 18: Níveis do capital social e fatores.

Fonte: elaboração própria.

O **terceiro objetivo** da pesquisa foi a *identificação dos indicadores de desenvolvimento sócio-econômico nas três SDRs*. Para tanto foram utilizados gráficos mostrando a evolução dos indicadores nos últimos anos.

Os resultados demonstraram que houve diminuição da população dos municípios que tiveram seu território reduzido por causa dos desmembramentos e formação de outros municípios. Com isso as características populacionais dos municípios das regiões estudadas mantêm-se semelhantes.

Os indicadores sociais e econômicos demonstraram que essa variação populacional influenciou nos valores obtidos pelos municípios. Municípios que tiveram seu território desmembrado sofreram sensível diminuição dos índices.

Por meio da análise dos indicadores foi possível verificar que os municípios da região da SDR de Itapiranga possuem índices considerados melhores em comparação com as outras duas SDRs. A região da SDR de São Miguel do Oeste também possui um desempenho melhor, possivelmente devido à sua localização geográfica e às oportunidades oferecidas pelas empresas sediadas e o volume de pessoas que passam pela região.

Outro aspecto interessante observado na pesquisa foi com relação ao município de Dionísio Cerqueira, município sede da SDR de Dionísio Cerqueira. Esperava-se que esse município obtivesse os melhores resultados nos indicadores devido ao fato de ser uma cidade de fronteira e com grande passagem de cargas e pessoas, havendo grande movimentação

financeira. No entanto os resultados esperados para Dionísio Cerqueira foram observados no município de São José do Cedro.

Como **quarto objetivo** buscou-se *explicar os resultados encontrados com base em fatos histórico-culturais e com os indicadores de desenvolvimento sócio-econômico*. Como resultado percebeu-se que as regiões com maiores estoques de capital social estão, ao mesmo tempo, melhorando seus indicadores sócio-econômicos. Para tanto foi realizada a análise comparativa entre as 3 SDRs por meio das tabelas ANOVA das SDRs com os fatores de capital social. Em seguida foram explicadas as diferenças encontradas através do desempenho de cada SDR nos indicadores.

Assim, tendo por base os resultados encontrados pode-se afirmar que o **objetivo geral** da pesquisa foi atingido. Foi possível visualizar que as regiões com os melhores resultados nos indicadores mensurados possuem maiores estoques de capital social. Constatou-se também que a cultura e a homogeneidade da população possuem grande influência nesses resultados.

Nas três regiões analisadas é possível observar que há grande influência dos costumes e tradições dos municípios de origem, na manutenção de algumas práticas do cotidiano. É possível perceber resquícios da colonização nos diferentes aspectos da vida dos habitantes da região. Um exemplo, na região da SDR de Itapiranga é o hábito da leitura da revista “*Skt. Paulusblatt*”, editada em língua alemã e impressa em Porto Alegre (RS). Essa revista, nas novas colônias passou a representar um forte vínculo com as colônias velhas, uma vez que para muitos colonos o retorno às terras de origem a fim de visitar seus patrícios e rever familiares, levaria décadas para ocorrer. Para outros, esse seria (e ainda é) o único elo com seu passado, pois seu retorno às colônias velhas jamais irá acontecer.

6.1 RECOMENDAÇÕES AOS GESTORES PÚBLICOS

A abordagem do capital social dessa dissertação relacionado com o desenvolvimento regional demonstrou ser esse conceito passível de discussão interdisciplinar. Essa teoria permite inferir que o futuro de seus estudos seja otimista, uma vez que muita há para ser explorado e explicado. Aspecto interessante de ser ressaltado é a possibilidade que esse conceito propicia ao diálogo com diferentes linhas teóricas, permitindo uma compreensão sistêmica da realidade, aspecto que seria prejudicado em caso de estudos isolados.

O presente trabalho pretendeu operar no sentido de levar ao meio acadêmico o estudo de questões empíricas observadas na região da fronteira oeste do Estado de Santa Catarina. A relação entre as áreas administrativa, sociológica, histórica, presentes nesse estudo, mostraram-se como formas de superar as barreiras disciplinares, promovendo um encontro de distintas pesquisas, característica central da teoria do capital social. Assim, essa dissertação teve singular papel de contribuir para a disseminação da teoria do capital social.

Putnam, Leonadi e Nanetti (2000) defende a tese de que quanto maior o capital social e a cultura cívica dos indivíduos de dada região, tanto maior será também o seu desenvolvimento econômico. O entendimento dessa premissa do capital social e do desenvolvimento pelos gestores permite que suas ações converjam em resultados favoráveis e de bom grado a comunidade. Ações que estimulem a participação da população no debate e busca de soluções para problemas comuns promovem o engajamento cívico e a percepção de que a comunidade tem um papel fundamental nas questões administrativas. A promoção do engajamento cívico, os estímulos à solidariedade e às ações cooperativas são importantes princípios que devem ser valorizados e promovidos nas comunidades cívicas. Por isso pode-se afirmar que numa comunidade cívica há coesão social, harmonia política e bom governo.

Os municípios que fazem parte das três SDRs da fronteira Oeste catarinense demonstraram ter como características a organização em redes sociais informais e formais que resultaram em um importante estoque de capital social. Assim, pode-se afirmar que o capital social pode constituir em importante fator que coopera para o avanço econômico e social adquirido por uma comunidade, por uma região ou por uma nação.

A abordagem do capital social muito tem a contribuir para a compreensão do desenvolvimento das regiões. O conhecimento dessa teoria pelos administradores públicos pode caracterizar um ponto de partida para o planejamento de intervenções bem sucedidas tendo em vista o desenvolvimento regional. Da mesma forma o capital social pode evidenciar as políticas que devem ser evitadas, sob o risco de provocar um efeito não desejado. Assim, o capital social também pode “alertar para os riscos de que certas políticas contribuem para a destruição do capital social e conseqüente piora das condições de vida dos cidadãos” (MONASTÉRIO, 2002, p. 180).

Dessa forma pode-se afirmar que devem ser fortalecidas todas as políticas que proporcionam um equilíbrio entre os 3 tipos de capital social: *bonding*, *bridging* e *linking*. Da mesma forma, devem ser evitadas aquelas políticas que promovem os desequilíbrios no capital social. Assim são consideradas importantes as ações que promovem as atividades em

grupos, inserindo as pessoas no contexto de discussão de idéias e manutenção da cultura e hábitos das comunidades, tais como grupos de idosos, grupos de mães, grupos de mulheres agricultoras, grupos de damas, grupos promovidos pelos clubes, a exemplo de grupos de jogos (bochas, baralho, bolão...) entre outras possibilidades. Interessante seria a promoção da integração entre os diferentes grupos, como por exemplo a transmissão de habilidades das pessoas dos grupos de idosos para grupos de estudantes e vice versa. Com isso há a possibilidade de preservação e manutenção das características culturais das comunidades, além da integração entre diferentes grupos.

Outra ação que poderia ser promovida nas comunidades seria a formação de associações nas comunidades e bairros. Essas associações teriam suas atividades focadas nos interesses locais, partindo das necessidades percebidas pelos próprios moradores, tais como preservação ambiental, recolha e seleção do lixo, reciclagem, cuidados com a segurança, ornamentação e preservação dos espaços públicos...

Assim, considera-se finalmente, baseado em Coleman (1990), que existem algumas relações sociais que favorecem a criação e o fortalecimento do capital social nas comunidades. A associação dos indivíduos propicia a formação de relações de confiança mútua que pode ser direcionada para a conquista de objetivos comuns. Um aspecto interessante apontado pelo autor é que o capital social, ao contrario de outras formas de capital, não se desgasta com o uso. Muito pelo contrário: se fortalece, tornando as relações mais duradouras quando continuamente ativadas. De maneira geral, pode-se afirmar que o fomento dessas relações, além de promover o capital social, poderá proporcionar também o desenvolvimento da região.

6.2 RECOMENDAÇÕES PARA PESQUISAS FUTURAS

Estudos mais específicos e detalhados ainda são necessários para que haja uma melhor compreensão da influência que o capital social possui no desenvolvimento da região da fronteira oeste catarinense. Sua expansão para outras regiões com essa mesma característica podem resultar em visualizações de diferentes práticas políticas que proporcionem um maior desenvolvimento e integração entre as regiões.

Por isso surgem novas possibilidades para pesquisas futuras e complementares a esse estudo:

- Testar o instrumento em outros contextos dentro e fora do Brasil;
- Testar o instrumento em outras regiões com características de imigração semelhantes;
- Fazer estudos longitudinais de medição de capital social, acompanhamento ao longo dos anos a evolução do mesmo e comparando com os enfoques das políticas públicas para cada época;
- Analisar a influência das etnias colonizadoras nos estoques de capital social encontrados nas regiões das SDRs estudadas. Sabe-se que a cultura tem forte influência na manutenção da coesão social. Pela cultura as pessoas podem se reconhecer umas às outras, crescendo juntas e desenvolvendo a auto-estima coletiva. Os valores culturais são de grande importância para o desenvolvimento, uma vez que servem como uma força coesa nos momentos em que há possibilidade de enfraquecimento da comunidade. O capital social e a cultura podem ser respeitáveis alavancas para o desenvolvimento se condições adequadas para o seu aprimoramento forem instituídas.
- Analisar a contribuição dos eventos típicos das cidades, tais como festas de *kerb* (festa do padroeiro) e *Oktoberfest*, possuem no processo de construção do discurso de identidade dos municípios da região Extremo Oeste de Santa Catarina.

REFERÊNCIAS

AAKER, D. A. **Pesquisa de marketing**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

ABRAMOVAY, R.(org); SILVESTRO, M.L.; MELLO, M. A.; DORIGON, C.; BALDISSERA, I.T. **Os Impasses Sociais da Sucessão Hereditária na Agricultura Familiar**. EPAGRI; Brasília: NEAD, 2001.

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. In: **Economia Aplicada**, v.4, N. 2, 2000.

ADLER, P; KWON, S. Social capital: Prospects for a new concept. **Academy of Management Review**. n. 27, p. 17–40, 2002.

ALBAGLI, S; MACIEL, M. L. **Capital social e empreendedorismo local**: proposição de políticas para a promoção de sistemas produtivos locais de micro, pequenas e médias empresas. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

ALDRICH, H; ZIMMER, C. Entrepreneurship through social networks. In D. Sexton and R. Smilor (Eds). **The art and science of entrepreneurship**. Cambridge, MA: Ballinger, p. 3–23, 1986.

ALVES, P. A. MATTEI, Lauro Francisco. **Migrações No Oeste Catarinense: História E Elementos Explicativos**. 2006. Disponível em <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_598.pdf>. Acesso em 22 de janeiro de 2011.

ARAÚJO, M. C. S. D'. **Capital Social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA – AMEOSC. Disponível em <http://www.ameosc.org.br/home/>. Acesso em 19 de dezembro de 2009.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA (AMEOSC). Disponível em <<http://www.ameosc.org.br/home/>>. Acesso em 16 de agosto de 2010.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DE SANTA CATARINA – AMOSC. Disponível em <<http://www.amosc.org.br/conteudo/?item=1794&fa=251>>. Acesso em 19 de dezembro de 2009.

ATLAS SOCIOECONÔMICO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em <<http://www.seplag.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=631>>. Acesso em 27 de dezembro de 2010.

BANCO MUNDIAL. Disponível em <<http://web.worldbank.org>>. Acesso em 30 de novembro de 2009.

BANCO MUNDIAL. Disponível em <<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/TOPICS/EXTSOCIALDEVELOPMENT/EXTTSOCIALCAPITAL/0,,menuPK:401021~pagePK:149018~piPK:149093~theSitePK:401015,00.html>>. Acesso em 7 de dezembro de 2009b.

BANCO MUNDIAL. **Questionário Integrado para Medir Capital Social**. Disponível em <http://www.contentdigital.com.br/textos/comunidades/Questionario%20Integrado%20para%20medir%20Capital%20Social%20Banco%20Mundial.pdf>. Acesso em 19 de novembro de 2009a.

BANDEIRA, P. S. As raízes históricas do declínio da região sul. In: ALONSO, J. A. F.; BENETTI, M. D; BANDEIRA, P. S. **Crescimento econômico da região sul do Rio Grande do Sul**: causas e perspectivas. Porto Alegre: FEE, 1994.

BANDEIRA, P. S. Diferenças regionais quanto ao capital social e crescimento econômico no Rio Grande do Sul. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 1, p. 93-124, jan./abr. 2007.

BANDEIRA, P. S. **Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional**. IPEA, Brasília, Texto para discussão N° 630, p. 189, fev, 1999.

BAQUERO, M. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. **Rev. Sociol. Polit.**, Nov. 2003, no.21, p.83-108.

BARRETO, J. O programa da OCDE para a elaboração de indicadores sociais. **Análise Social**, v. 14 (55), p. 629-644, 1978.

BEBBINGTON, A. Social capital and development studies II: can Bourdieu travel to policy? **Progress in Development Studies**. v. 7, n. 2, p. 155-62, 2007.

BECKER, B. K. **Reflexões sobre políticas de integração nacional e desenvolvimento regional**. Ministério da Integração Nacional, Departamento de Políticas Regionais. Brasília, set. 2000.

BENDER, S. M. **Capital Social E Desenvolvimento Em São Leopoldo**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional. Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2007.

BIANCU, P. L. **Desenvolvimento turístico para o estado da Bahia pela comparação com o sistema da região da Sardenha**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

BIRKNER, W. M. K. **Capital social em Santa Catarina**: o caso dos Fóruns de Desenvolvimento Regional. Blumenau: Furb, v. 500. 176 p, 2006.

BIRKNER, W. M. K. **Desenvolvimento regional e descentralização político-administrativa**: estudo dos casos de Minas Gerais, Ceará e Santa Catarina. *Revista de Sociologia e Política*, v. 16, n. 30, p. 297-311, 2008.

BIRLEY, S. The role of networks in the entrepreneurial process. **Journal of Business Venturing**, n. 1, p. 107–118, 1985.

BOISIER, S. **Centralización y descentralización territorial en el proceso decisorio Del sector público**. Santiago do Chile, CEPAL, 1995.

BOISIER, S. **El Difícil Arte de Hacer Región**, Centro de Estudios Regionales Andinos, Cusco, 1992.

BOISIER, S. **El desarrollo territorial a partir de la construcción del capital sinérgico**. *Rev. Redes*, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1999, vol.4 n°1.

BOUNI, C. **Indicateurs de développement durable**: l'enjeu d'organiser une information hétérogène pour préparer une décision multicritère. In: *Colloque International*. Paris: AScA, 1996. 14p.

BOURDIEU, P. 'The Forms of Capital', in J.G. Richardson (ed.). **Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education**. New York: Greenwood, p. 241-258, 1986.

BOURDIEU, P. **O Poder simbólico**. 3.ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2000.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papirus, 1996.

BRUNDTLAND, G. H. (coord.). **Nosso futuro comum**. 11. ed. Rio de Janeiro : FGV, 1991.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BURT, R. S. 'The Network Structure of Social Capital', in B.M. Staw and R.I. Sutton (eds.), **Research in Organizational Behavior**. Greenwich, CT: JAI Press. p. 345-423, 2000.

BURT, R. S. **Structural holes**: The social structure of competition. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1992.

BURT, R. S. The contingent value of social capital. **Administrative Science Quarterly**, v. 42, p. 339–365, 1997.

CAIRNS, E; TIL, J. V; WILLIAMSON, A. **Social capital, collectivism-individualism and community background in northern Ireland**, 2003. Disponível em <[Http://Www.Ofmdfmi.Gov.Uk/Socialcapital.Pdf](http://Www.Ofmdfmi.Gov.Uk/Socialcapital.Pdf)>. Acesso em 01 de março de 2010.

CARDOSO, C. M. **Tolerância: um valor ético para o século XXI**. Disponível em <http://www.faac.unesp.br/pesquisa/tolerancia/texto_tolerancia_cardoso.htm>. Acesso em 29 de novembro de 2010.

CARLEY, M. **Indicadores sociais**: teoria e prática. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.

CAROLIS, D. M. De; SAPARITO, P. Social Capital, Cognition, and Entrepreneurial Opportunities: A Theoretical Framework. **Entrepreneurship theory and practice**. p. 41-56, january 2006.

CASAROTTO FILHO, N. Instrumentos de integração e governança em aglomerações competitivas. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO LOCAL. Universidade Católica de Dom Bosco. **Anais...** Campo Grande – MS. 25 a 28 de Nov. 2003.

CASAROTTO FILHO, N. PIRES, L. H. **Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local: estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2001.

CENTRO DE FILOSOFIA DAS CIENCIAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA (CFCUL). Disponível em <<http://cfcul.fc.ul.pt/>>. Acesso em 22 de janeiro de 2011.

CEOM. **A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina**. Chapecó (SC): Argos, 2005.

CHAUÍ, Marilena de S. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 1990.

COLEMAN, J. S. Social capital in the creation of human capital. **American Journal of Sociology**, n. 94, p. 95-120, 1988.

COLEMAN, James Samuel. **Foundations of social theory**. Harvard University Press, 1990.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE - CEPAL. Disponível em <http://www.eclac.org/brasil/>. Acesso em 28 de dezembro de 2009.

CONNER, K. R; PRAHALAD, C. K. A resource-based theory of the firm: knowledge versus opportunism. **Organization Science**, 1996. 7: 477-501.

CRAWFORD, A. ‘Fixing Broken Promises?’: Neighbourhood Wardens and Social Capital. **Urban Studies**. v. 43, n. 5/6, p. 957-976, may. 2006.

CUCHE, D. **A Noção de Cultura nas Ciências Sociais**. EDUCS, 2004.

CURRIE, G; STANLEY, J. Investigating links between social capital and public transport. **Transport Reviews**. v. 28, n. 4, p. 529–547, july 2008.

DESLANDES, S. F. O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. IN: DESLANDES, S. F; GOMES, R; MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 27 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

DINIZ, C. C. **Repensando a questão regional brasileira: tendências, desafios e caminhos**. In: CASTRO, A.C. (org). Desenvolvimento em debate. Painéis do desenvolvimento brasileiro – II. Rio de Janeiro: MAUAD / BNDES, 2002.

DIRKS, K. T; FERRIN, D. L. The role of trust in organizational settings. **Organization Science**. v. 12, n 4, p. 450–467, 2001.

DPIE - Department of Primary Industries and Energy National Radioactive Waste Repository Site Selection Study Phase 2: **A Report on Public Comment**. DPIE, Canberra, 1995.

EIDT, P. **Os sinos se dobram por Alfredo**. Editora Argos, Unochapecó, 2009.

FACCHIN, K. **Capital Social em Redes Colaborativas Vitivinícolas**: um estudo de casos das redes APROVALE e APROBELO. Dissertação de Mestrado, Universidade de Caxias do Sul, 2010.

FÁVERI, M. As Línguas Proibidas. **REVISTA NOSSA HISTÓRIA**. Ano 2. n. 21. p. 64-68. julho 2005.

FÁVERI, M. **Memórias de uma (outra) guerra**: cotidiano e medo durante a segunda guerra em Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2004.

FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS – FECAM. Disponível em <<http://www.fecam.org.br/home/>>. Acesso em 19 de dezembro de 2009.

FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS. **Guia dos municípios catarinenses 2009/2010**. Gestão 2009/2010. 4ª edição.

FOLEY, M; EDWARDS, B. Is it Time to Disinvest in Social Capital? **Journal of Public Policy**. V. 19, p. 141–73, 1999.

FONTANA, A. **Sete de setembro**: independência ou tornado? História de resistência e luta pela vida. Joaçaba, Ed: Unoesc, 2009.

FÓRUM CATARINENSE DE DESENVOLVIMENTO – FORUMCAT. Disponível em <<http://www.forumcat.org.br>>. Acesso em 19 de dezembro de 2009.

FRANCA, L. P. **Indicadores ambientais urbanos**: revisão da literatura. São Paulo: Parceria 21, 2001.

FRANCO, A. **Pobreza e desenvolvimento local**. Brasília: AED – Agência de Educação para o Desenvolvimento, 2002.

FRANCO, A. **Por que precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável**. Brasília: Instituto de Política Millennium, 2000.

FUKUYAMA, F. **A grande ruptura**: a natureza humana e a reconstituição da ordem social. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

FURTADO, C. **Introdução ao desenvolvimento**: enfoque histórico-estrutural. 3. ed. rev. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FUSCO, W. **Capital Social e Dinâmica Migratória**: um estudo sobre brasileiros nos Estados Unidos. Campinas: Núcleo de Estudos de População, Unicamp. 2007.

GAAG, M. V. D; SNIJDERS, T. A. B. **A comparison of measures for individual social capital**. Groningen: University of Groningen, 2003.

GALLOPIN, G. Environmental and sustainability indicators and the concept of situational indicators. A system approach. **Environmental Modelling and Assessment**. n. 1, p. 101-117. 1996.

GENARI, Denise. **Mensuração do capital social e comprometimento nas indústrias vitivinícolas do Vale dos Vinhedos associadas à APROVALE e à APROBELO: uma abordagem organizacional**. Dissertação de Mestrado, Universidade de Caxias do Sul, 2010.

GESTÃO COOPERATIVA. Disponível em < <http://www.gestaocooperativa.com.br> >. Acesso em 22 de dezembro de 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de serviço social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOULART, S. Uma abordagem ao desenvolvimento local inspirada em Celso Furtado e Milton Santos. In: **Encontro de Estudos Organizacionais (Anais...)**. Porto Alegre: ANPAD, 2006.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Disponível em < <http://www.sc.gov.br> >. Acesso em 30 de novembro de 2009.

GRANOVETTER, M. S. Economic Action and Social Structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, v. 91, n. 3, p. 481-510, 1985.

GRANT, R. M. Knowledge, strategy and the theory of the firm. **Strategic Management Journal**. 1996 17(S2): 109-122.

GULATI, R. Alliances and Network, **Strategic Management Journal**, 19, p. 293-317, 1998.

HADDAD, P. R. *Clusters e Desenvolvimento Regional no Brasil*. **Revista Brasileira de Competitividade**, Ano 1, nº 2, agosto/novembro 2001

HAHN, Mauro. **Capital Social e Estratégias de Desenvolvimento Econômico na Microrregião de Itapiranga (SC)**. Dissertação de Mestrado, UFSC, 2005.

HAIR JR, J. F. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre, RS: Bookman, 2007.

HALPERN, David. **Social Capital**. Polity Press, 65 Bridge Street, Cambridge, UK, 2008.

HATCHUEL, G. POQUET, G. **Indicateurs sur la qualité de vie urbaine et sur l'environnement**. Paris: Credoc, 1992. 58p.

HJØLLUND, L; SVENDSEN, G. T. Social Capital: A Standard Method of Measurement. 2000. Disponível em < http://www.hha.dk/nat/WPER/00-9_gts.pdf >. Acesso em 09 de fevereiro de 2010.

ICEPA. Disponível em < www.cepa.epagri.sc.gov.br >. Acesso em 19 de dezembro de 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Banco de Dados Agregados**. Disponível em < <http://www.sidra.ibge.gov.br/> >. Acesso em 14 de janeiro de 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Síntese de indicadores sociais 2003**. Comunicação social. Abril de 2004. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/pdf/13042004sintese2003.pdf> >. Acesso em 14 de janeiro de 2009.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA – IPEA. Disponível em <www.ipea.gov.br>. Acesso em 12 de janeiro de 2010.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO EM ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA – ICEPA. Disponível em <www.cepa.epagri.sc.gov.br>. Acesso em 19 de dezembro de 2009.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores sociais no Brasil**: conceitos, fontes e aplicações. Campinas: Alínea/PUC-Campinas, 2001.

JUNGBLUT, R. **Documentário Histórico de Porto Novo**. São Miguel do Oeste: Arco Íris Gráfica & Editora, 2000.

KLIKSBERG, B. Capital social y cultura, claves esenciales del desarrollo. **Revista de La CEPAL** n. 69. Dic. 1999. p. 85-102.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. de A. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2008.

LEE, Les Tien-Shang; SUKOCO, B. M. The Effects of Entrepreneurial Orientation and Knowledge Management Capability on Organizational Effectiveness in Taiwan: The Moderating Role of Social Capital. **International Journal of Management**. v. 24, n. 3, p. 459-572, september 2007.

LI, L; BARNER-RASMUSSEN, W; BJÖRKMAN, I. What Difference Does the Location Make?: A Social Capital Perspective on Transfer of Knowledge from Multinational Corporation Subsidiaries Located in China and Finland. **Asia Pacific Business Review**. v. 13, n. 2, p. 233–249, april 2007.

LIN, Ching-Yung; CAO, N; LIU, S. X; PAPADIMITRIOU, S; SUN, J; YAN, X. **SmallBlue**: Social Network Analysis for Expertise Search and Collective Intelligence. IEEE International Conference on Data Engineering, 2009.

LOURENÇO, G. M; ROMERO, M. Indicadores Economicos. In: MENDES, J. T. G. **Economia Empresarial**. Fae Business School. Curitiba: Associação Franciscana de Ensino Senhor Jesus, 2002.

MACKE, J; SARATE, J. A. R; VALLEJOS, R. V. Collective competence and social capital: a proposal of a model for collaborative network analysis. In: CALLAOS, N; CHU, H; YINGLING, Y; ZINN, C. D. (Org.). The 2nd International Multi-conference on Engineering and Technological Innovation. Winter Garden: IIIS (International Institute of Informatics and Systemics), 2009, v. 1, p. 306-311.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.

MARQUETTI, Délcio. Lazer e crime no processo de colonização do Oeste Catarinense. **Anais do I Encontro Regional de Profissionais de História e Geografia**: Conjuntura Nacional e Internacional: Perspectivas. São Miguel do Oeste: Unoesc, 2004. p. 47 – 51.

McDANIEL, C; GATES, R. **Fundamentos da pesquisa de marketing**. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2005.

MEADOWS, D. **Indicators and information systems for sustainable development**. The Sustainability Institute, 1998.

MEDA, D. Le capital social: um point de vue critique. In: **L'Economie Politique**, Paris, nº 14, abril, pp. 36-45, 2002.

MEIHY, Sebe Bom José Carlos. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

MENEGASSO, M. E; HEIDEMANN, F. G. **Relatório “Diagnóstico Do Capital Social” Em Dez Regiões De Santa Catarina**. PROJETO MEU LUGAR: PESQUISA CAPITAL SOCIAL. CONVÊNIO BRA/03/008/PNUD/SPG/UDESC/ESAG. Florianópolis, 2006.

MENEGASSO, Maria Ester; HEIDEMANN, Francisco Gabriel. **Capital Social: Região de São Miguel do Oeste**. Florianópolis: UDESC/ESAG, 2006.

MILANI, C. **Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil)**. IV Conferência Regional ISTR-LAC. San José, 2003. Disponível em <<http://www.adm.ufba.br/capitalsocial>>.

MILES, I. **Social indicators for human development**. New York: St. Martin's Press, 1985.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Disponível em <www.integracao.gov.br>. Acesso em 12 de março de 2010.

MIRA, M. A. F. B. A Sócio-demografia de Santa Catarina no Século XX. IN MELLO, O. F.; LINS, H. G.; PEREIRA, N. V. **A Realidade Catarinense no século XX**. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2000.

MOLYNEUX, M. Gender and the Silences of Social Capital: Lessons from Latin America. **Development and Change**. v. 33, p. 167–188, 2002.

MONASTÉRIO, L. M. **Capital social e a região Sul do Rio Grande do Sul**. Tese de doutorado em Desenvolvimento Econômico. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

MONASTERIO, L. M. Medindo capital social: uma análise das regiões do Rio Grande do Sul. In: CORREA, Silvio Marcus de Souza. **Capital social e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003, p. 61-84.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS. Disponível em <<http://www.mudancasclimaticas.andi.org.br/node/91>>. Acesso em 29 de dezembro de 2009.

NAHAPIET, J; GHOSHAL, S. Social capital, intellectual capital and the creation of value in firms. **Academy of Management Proceedings**. p. 35 – 39, 1997.

NAHAPIET, Janine; GHOSHAL, Sumantra. Social capital, intellectual capital and the organizational advantage. **Academy of Management Review**, v. 23, n. 2, p. 242-266, 1998.

NATIONAL STATISTICS. **Social Capital: A review of the literature**. Social Analysis and Reporting Division Office for National Statistics, October 2001.

NEUENFELD, D. R. **Capital Social E Desenvolvimento: Um Estudo Exploratório A Partir Da Dimensão Confiança E Do Índice De Desenvolvimento Humano**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Curso de Pós-Graduação em Administração, 2008.

NEUENFELD, Débora Raquel. **Capital Social E Desenvolvimento: Um Estudo Exploratório A Partir Da Dimensão Confiança E Do Índice De Desenvolvimento Humano**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Curso de Pós-Graduação em Administração, 2008.

NICÁCIO, J. A. **Elementos necessários para o planejamento da sustentabilidade dos Municípios de médio e pequeno porte**. 2002. 165p. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção e Sistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

NICOLA, Marcelo Porto, DIESEL, Vivien. **Capital Social Em Comunidade Rural No Âmbito De Um Projeto De Desenvolvimento Regional Participativo: O Caso Carro Quebrado, Pinheiro Machado, RS**. Disponível em <<http://w3.ufsm.br/extensaorural/art3ed10.pdf>>. Acesso em 22 de janeiro de 2011.

OECD. **Development Assistance Committee**. Shaping the 21st century: the contribution of development co-operation. Paris, 1996.

OLIVEIRA, Eliana de. Identidade, intolerância e as diferenças no espaço escolar: questões para debate. **Revista Espaço Acadêmico**, ano 1, n 7, dezembro de 2001.

ONYX, J; BULLEN, P. Measuring Social Capital in Five Communities. **Journal of Applied Behavioral Science**, v. 36, n. 1, p. 23-42, março, 2000.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE SANTA CATARINA (OCESC). Disponível em <<http://www.ocesc.org.br/>>. Acesso em 28 de outubro de 2010.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT – OECD. **Core set of indicators for environmental performance reviews**. A synthesis report by the group on the state of the environment. Paris: OECD, 1993.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT – OECD. **Development Assistance Committee**. Shaping the 21st century: the contribution of development co-operation. Paris, 1996.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT – OECD. **Glossary of Statistical Terms**. Disponível em <<http://stats.oecd.org/glossary/detail.asp?ID=3560>>. Acesso em 30 de novembro de 2009.

PASSEY, A; LYONS, M. Nonprofits and Social Capital measurement through organizational surveys. **Nonprofit Management & Leadership**. v. 16, n. 4, p. 481-495, summer. 2006.

PESTANA, M.; GAGEIRO, J. **Análise de dados para ciências sociais**. Lisboa: Edições Sílabo, 2000.

PIRES, M. de S. **Construção do Modelo Endógeno, Sistêmico e Distintivo de Desenvolvimento Regional e a sua validação através da elaboração e da aplicação de uma metodologia ao caso do Mercoeste**. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção), Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, UFSC, 2001.

PORTAL IDEB. Disponível em <<http://portalideb.inep.gov.br/>>. Acesso em 27 de dezembro de 2010.

PORTAL ODM. Disponível em <<http://www.portalodm.org.br/>>. Acesso em 13 de janeiro de 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES. Disponível em <<http://www2.bandeirante.sc.gov.br/home/>>. Acesso em 16 de agosto de 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELMONTE. Disponível em <<http://www.belmonte.sc.gov.br/home/>>. Acesso em 16 de agosto de 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DESCANSO. Disponível em <<http://www.descanso.sc.gov.br/home/>>. Acesso em 16 de agosto de 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA. Disponível em <<http://www.guaraciaba.sc.gov.br/home/>>. Acesso em 16 de agosto de 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ DO OESTE. Disponível em <<http://www.ipora.sc.gov.br/home/>>. Acesso em 16 de agosto de 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA (org.). **Resgate Histórico político-administrativo de Itapiranga: 1954 – 2004.** IOESC, 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA. Disponível em <<http://www.itapiranga.sc.gov.br/home/index.php?>>>. Acesso em 16 de agosto de 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO. Disponível em <<http://www.paraíso.sc.gov.br/home/>>. Acesso em 16 de agosto de 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRINCESA. Disponível em <<http://www.princesa.sc.gov.br/home/>>. Acesso em 16 de agosto de 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA. Disponível em <<http://www.santahelena.sc.gov.br/home/>>. Acesso em 16 de agosto de 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE. Disponível em <<http://www2.saojoao.sc.gov.br/home/>>. Acesso em 16 de agosto de 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO. Disponível em <<http://www.prefcedro.sc.gov.br/home/>>. Acesso em 16 de agosto de 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE. Disponível em <<http://www.saomiguel.sc.gov.br/>>. Acesso em 16 de agosto de 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS. Disponível em <<http://www.tunapolis.sc.gov.br/home/index.php?>>>. Acesso em 16 de agosto de 2010.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. **Desenvolvimento humano e IDH.** Disponível em <<http://www.pnud.org.br/atlas/oque/index.php>>. Acesso em 12 de janeiro de 2010.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD-BRASIL. **Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento**. Atlas do desenvolvimento humano no Brasil. Brasília, 2004. Disponível em <<http://www.pnud.org.br/atlas/oque/index.php>>. Acesso em 12 de janeiro de 2010.

PROJETO MEU LUGAR. **Transformar regiões administrativas em territórios de desenvolvimento**. PNUD/SC, Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão de Santa Catarina. Cidade Futura, Florianópolis, 2004.

PUTNAM, R. **Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community**. Simon & Schuster, 2000.

PUTNAM, R. D; LEONARDI, R; NANETTI, R. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 3.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

PUTNAM, R. D; LEONARDI, R; NANETTI, R. Y. **Making Democracy Work, civic traditions in modern Italy**. Princeton: Princeton University Press, 1993.

RÉGIS, H. P. **Construção social de uma rede informal de mentoria nas incubadoras de base tecnológica do Recife**. Tese (Doutorado em Administração. Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós Graduação em Administração. Recife, 2005.

REINA, D.; SANTOS, G. K dos.; FORTUNATO, S. M.; REINA, D. R. M.; ENSSLIN, S. R. **O processo de descentralização procura promover a transferência e a redistribuição do poder social, político e econômico, incorporando a aprovação dos processos de tomada de decisão acerca dos temas de interesse público**. Disponível em <<http://www.ead.fea.usp.br/semead/12semead/resultado/trabalhosPDF/382.pdf>>. Acesso em 06 de janeiro de 2010.

RENK, Arlene. **Dicionário nada convencional: sobre a exclusão no oeste catarinense**. Chapecó: Grifos, 2000.

RENK, Arlene. **Sociodicéia às avessas**. Chapecó: Grifos, 2000.

RIBAS JUNIOR, O. T. **Proposições Para A Melhoria No Desempenho De Agências De Desenvolvimento Regional Utilizando As Experiências Em Curso Na Região Sul Do Brasil**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Curso de Pós-Graduação em Engenharia da Produção, 2008.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed. 9 reimpr. São Paulo: Atlas. 2008.

ROESCH, S. M. A. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guias para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROUSSEAU, D; SITKIN, S; BURT, R; CAMERER, C. Not so different after all: A cross-discipline view of trust. **Academy of Management Review**, v. 23, p. 393–404, 1998.

ROWLEY, T; BEHRENS, D; KRACKHARDT, D. Redundant Governance structures: an analysis of structural and relational embeddedness in the steel and semiconductor industries. **Strategic Management Journal**. v. 21, p. 369-386, 2000.

SABATINI, F. Social Capital and the Quality of Economic Development. **Kyklos**. v. 61, n. 3, p. 466–499, 2008.

SAGUARO SEMINAR ON CIVIC ENGAGEMENT IN AMERICA. **The report of the saguaro seminar: Civic engagement in America**. Disponível em <http://www.bettertogether.org/bt_report.pdf>. Acesso em 30 de novembro de 2009.

SANTAGADA, S. Indicadores sociais: contexto social e breve histórico. **Indicadores econômicos**, [s.l.], n.20, v.4. p. 245-255, 1993.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SANTOS, R. F. **Planejamento ambiental: teoria e prática**. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.

SARATE, J. A. R; MACKE, J. Fatores explicativos do capital social em uma cidade da Serra Gaúcha: a percepção dos estudantes de Administração. **XXXI Encontro da ANPAD**, Rio de Janeiro, 22 a 26 de setembro de 2007.

SCHMIDT, João Pedro. Capital social e participação política em Santa Cruz do Sul. In: CORREA, Silvio S. S. (org.). **Capital Social e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

SCHMITT, Ricardo; LANG, Maria Gabriela; QUEVEDO, João; COLOMBO, Talita. Perfil epidemiológico do suicídio no extremo oeste do estado de Santa Catarina, Brasil. **Revista de psiquiatria do Rio Grande do Sul**, RS, n. 30, p 115 – 123, 2008.

SEBRAE. Disponível em < <http://mundosebrae.wordpress.com/>>. Acesso em 30 de dezembro de 2009b.

SEBRAE. Disponível em < <http://www.sebrae.com.br/uf/sergipe/areas-de-atuacao/apl/> >. Acesso em 30 de dezembro de 2009a.

SEBRAE. Disponível em <<http://www.sebrae-sc.com.br/default.asp>>. Acesso em 30 de dezembro de 2009.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA. Disponível em <<http://dcq.sdr.sc.gov.br/index.php>>. Acesso em 31 de março de 2010.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE ITAPIRANGA – 31ª SDR. Disponível em < http://ipx.sdr.sc.gov.br/index.php?option=com_wrapper&Itemid=46>. Acesso em 30 de novembro de 2009.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE. Disponível em <<http://www.sge.sdr.sc.gov.br/>>. Acesso em 31 de março de 2010.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE SANTA CATARINA. Disponível em <www.ssp.sc.gov.br>. Acesso em 27 de dezembro de 2010.

SEHNEM, A. **Oktoberfest de Itapiranga: 30 anos de História**. São Miguel do Oeste, SC: McLee, 2009.

SEHNEM, D. T. D. **Escola e Ensino Agrícola**. São Miguel do Oeste: McLee, 2001.

SEN, A. **Desenvolvimento com liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA – SEBRAE. **Santa Catarina em Números: Extremo Oeste**. Florianópolis, Sebrae/SC, 2010.

SIISIÄINEN, M. **Two Concepts of Social Capital: Bourdieu vs. Putnam**. Paper presented at ISTR Fourth International Conference "The Third Sector: For What and for Whom?", Trinity College, Dublin, Ireland, 2000.

SILVA, O. A. C. da. CÂNDIDO, G. A. A influência do capital social em projetos de desenvolvimento local: um estudo exploratório em duas comunidades rurais no município de Bananeiras – PB. **Qualit@s Revista Eletrônica** ISSN 1677 4280 Vol.8. No 1, 2009.

SINDICATO E ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA (OCESC). **Estatísticas do Cooperativismo de Santa Catarina**. Disponível em < <http://www.ocesc.org.br>>. Acesso em 22 de novembro de 2010.

SMITH, K. G; CARROLL, S. J; ASHFORD, S. J. Intra- and interorganizational cooperation: toward a research agenda. **Academy of Management Journal**. v. 38, n. 1, p. 7–23, 1995.

SOARES JUNIOR, J. S; QUINTELLA, R. H. Instrumentalização do desenvolvimento: teorias, conceitos e indicadores. **O&S**, v.15, n.45, abril/junho, 2008.

SPEROTTO, L. T. **Condições problemas e potencialidades do desenvolvimento sócio econômico da região noroeste do Rio Grande do Sul**. Ijuí: UNIJUI, 1997.

SPEROTTO, L. T; FERASSO, M. As desigualdades regionais e o crescimento econômico do estado de Santa Catarina a partir da análise das condições empregatícias catarinenses. In: **III Encontro Regional de Profissionais de História e Geografia (Anais...)**. São Miguel do Oeste, Ed da Unoesc, p. 85-92, 2006.

TENDLER, J. **Bom governo nos trópicos: uma visão crítica**. Rio de Janeiro: Revan, Brasília, DF: ENAP, 1998.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TSAI, W.; GHOSHAL, S. Social capital and value creation: The role of intrafirm networks. **Academy of Management Journal**. v. 41, p. 464–478, 1998.

UZZI, B. D. Embeddedness in the making of financial capital: How social relations and networks benefit firms seeking financing. **American Sociological Review**. v. 64, p. 481–505, 1999.

UZZI, B. D. The sources and consequences of embeddedness for economic performance of organizations. **American Sociological Review**. v. 61, p. 674–698, 1996.

VALE, G. M. V; AMÂNCIO, R; LAURIA, M. C. P. Capital Social e suas Implicações para o Estudo das Organizações. **O&S**, v. 13, n. 36, p. 45 – 63, jan.mar., 2006.

VALLEJOS, R. V. ; MACKE, J. ; OLEA, P. M. ; TOSS, E. D. **Collaborative Networks and Social Capital: A Theoretical and Practical Convergence**. In: IFIP TC 5 WG 5.5 Ninth Working Conference on VIRTUAL ENTERPRISES, September 8-10, 2008, Poznan, Poland. (Org.). Pervasive Collaborative Networks. Boston: Springer, 2008, v. 283, p. 43-52.

VERSCOORE FILHO, J. R. de S. **Metade Sul: uma análise das políticas públicas para o desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre:, 2000. Tese (Mestrado em Administração Pública) - UFRGS.

WALKER, G.; KOGUT, B.; SHAN, W. Social capital, structural holes and the formation of an industry network. **Organization Science**. v. 8, p. 109–126, 1997.

WEBB, C. Measuring social capital and knowledge networks. **Journal of knowledge management**. Vol. 12, nº 5, 2008, p. 65-78.

WERLANG, A. A. **A Disputa e Ocupação do Espaço no Oeste Catarinense**. Chapecó (SC): Editora Argos, 2006.

WERLE, A. C. Jesuítas alemães e o projeto de uma colônia étnica e religiosamente homogênea no Extremo Oeste Catarinense: Porto Novo (Itapiranga). **Cadernos do CEOM: migrações e organizações sociais**, Chapecó, v. 16, n.15, p.221-257, jun.2002.

WOOLCOCK, M. **La importancia del capital social para comprender los resultados económicos y sociales**. Development Research Group. The World Bank. 2001.

WOOLCOCK, M.; NARAYAN, D. **Capital social: Implicaciones para la teoría, La investigación y las políticas de desarrollo**. World Bank Research Observer, 2000. p. 225-249.

APÊNDICE – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

27. Na minha vizinhança, as pessoas chamam a atenção de quem joga o lixo no chão.	1	2	3	4	5
28. Na minha cidade, não é seguro sair à noite.	1	2	3	4	5
29. As pessoas da minha cidade não aceitam muito bem os costumes de quem vem de fora.	1	2	3	4	5
30. Na minha cidade, as gangues picham e destroem as praças e locais públicos.	1	2	3	4	5
31. Na minha cidade, as pessoas com mais condições financeiras costumam ajudar quem precisa.	1	2	3	4	5
32. Na minha cidade, as pessoas respeitam-se umas às outras.	1	2	3	4	5
33. Em minha vizinhança, as pessoas costumam se ajudar umas às outras.	1	2	3	4	5
34. Minhas atitudes fazem a diferença no lugar onde moro.	1	2	3	4	5
35. Em minha cidade, os motoristas não se preocupam em respeitar as regras de trânsito.	1	2	3	4	5
36. A maioria das pessoas que conheço faz parte de algum clube ou associação.	1	2	3	4	5
37. Na minha cidade, os bandidos andam à solta.	1	2	3	4	5
38. Na minha vizinhança, existem pessoas que trabalham como voluntárias em outras comunidades.	1	2	3	4	5
39. Na minha cidade, ricos e pobres não se misturam.	1	2	3	4	5
40. De uma forma geral, os moradores da minha cidade procuram fazer dela um lugar melhor para se viver.	1	2	3	4	5
41. De uma forma geral, na minha cidade as pessoas só pensam em si mesmas.	1	2	3	4	5
42. De uma forma geral, posso dizer que moro numa cidade onde as pessoas confiam umas nas outras.	1	2	3	4	5
43. É mais importante para um país que as empresas dêem lucro do que se preocupem com o meio-ambiente.	1	2	3	4	5
44. Um país que não sabe respeitar as diferenças corre o risco de viver em guerra.	1	2	3	4	5
45. O Brasil deve ajudar vítimas de tragédias em outros países.	1	2	3	4	5
46. Eu já me senti discriminado por causa da minha raça.	1	2	3	4	5
47. Atualmente, muitos países querem aprender com o Brasil.	1	2	3	4	5
48. A maioria das leis brasileiras não é respeitada.	1	2	3	4	5
49. Um país tem o direito de opinar nos assuntos dos outros países.	1	2	3	4	5
50. No Brasil, as pessoas se esforçam para ser honestas.	1	2	3	4	5
51. O Brasil não deveria se envolver em assuntos de outros países.	1	2	3	4	5
52. Eu não confio na justiça brasileira.	1	2	3	4	5
53. O governo brasileiro deve continuar ajudando as pessoas carentes por meio de programas como o Bolsa Família.	1	2	3	4	5
54. O Brasil não deve se preocupar em apaziguar conflitos e guerras em outros países.	1	2	3	4	5
55. O Brasil não é um lugar tão bom para se viver por causa da desigualdade social	1	2	3	4	5
56. Quem mora no Brasil aprende a respeitar todas as raças/etnias.	1	2	3	4	5
57. No Brasil, só os pobres vão para a cadeia.	1	2	3	4	5
58. Eu sinto orgulho de ser brasileiro.	1	2	3	4	5
59. O governo brasileiro deve privilegiar as empresas brasileiras nos negócios com outros países.	1	2	3	4	5
60. Eu costumo fazer doações para campanhas nacionais de arrecadação (como: Criança Esperança, Tele Ton, entre outros).	1	2	3	4	5
61. De uma forma geral, eu me sinto muito satisfeito em morar no meu país.	1	2	3	4	5
62. De uma forma geral, posso dizer que moro em um país onde a maioria das pessoas não faz nada para a vida melhorar.	1	2	3	4	5
63. De uma forma geral, posso dizer que moro em um país onde as pessoas pensam primeiro em si e depois nos outros.	1	2	3	4	5

Bloco B - Informações gerais

Marque com o "X" a melhor alternativa para cada questão.

1. Qual sua cidade?

- ₁ Iporã do Oeste
- ₂ Itapiranga
- ₃ Santa Helena
- ₄ São João do Oeste
- ₅ Tunápolis
- ₆ Bandeirante
- ₇ Barra Bonita
- ₈ Belmonte
- ₉ Descanso
- ₁₀ Guaraciaba
- ₁₁ Paraíso
- ₁₂ São Miguel do Oeste
- ₁₃ Anchieta
- ₁₄ Dionísio Cerqueira
- ₁₅ Guarujá do Sul
- ₁₆ Palma Sola
- ₁₇ Princesa
- ₁₈ São José do Cedro

2. Faz quanto tempo que você vive nesta cidade?

- ₁ Menos de 3 anos
- ₂ Entre 3 e 5 anos
- ₃ Entre 5 e 7 anos
- ₄ Entre 7 e 10 anos
- ₅ Mais de 10 anos

3. Local de moradia:

- ₁ Zona Rural
- ₂ Zona Urbana

4. Gênero:

- ₁ Masculino
- ₂ Feminino

5. Idade:anos

6. Estado Civil:

- ₁ Casado (a) / união estável
- ₂ Solteiro (a)
- ₃ Separado, divorciado
- ₄ Viúvo

7. Você tem filhos?

- ₁ Não
- ₂ Sim. Quantos? _____

8. Sua residência é:

- ₁ emprestada (de favor)
- ₂ alugada
- ₃ minha, financiada
- ₄ minha, já quitada (paga)

9. Qual a sua escolaridade?

- ₁ Ensino Fundamental (1º grau) Incompleto
- ₂ Ensino Fundamental (1º grau) Completo
- ₃ Ensino Médio (2º grau) Incompleto
- ₄ Ensino Médio (2º grau) Completo
- ₅ Nível Superior Incompleto
- ₆ Nível Superior Completo
- ₇ Pós Graduação

10. Atualmente você exerce atividade remunerada?

- ₁ Sim.
- ₂ Não, estou desempregado e procurando emprego.
- ₃ Não, estou desempregado, porém não estou procurando emprego no momento.
- ₄ Não, sou do lar.

11. Qual a renda da sua família?

- ₁ Até R\$ 500,00
- ₂ De R\$ 501,00 a R\$ 999,00
- ₃ De R\$ 1.000,00 a R\$ 1.499,00
- ₄ De R\$ 1.500,00 a R\$ 1.999,00
- ₅ De R\$ 2.000,00 a R\$ 2.999,00
- ₆ Acima de R\$ 3.000,00

12. Considerando a cidade que você mora:

- ₁ a sua família sempre viveu nesta cidade.
- ₂ os seus avós vieram para esta cidade.
- ₃ os seus pais vieram para esta cidade.
- ₄ eu decidi vir para esta cidade.

13. Você espera estar vivendo nesta mesma cidade daqui a 5 anos?

- ₁ Sim
- ₂ Não

14. Você se considera de qual origem? (marque somente 1 alternativa)

- ₁ Portuguesa
- ₂ Italiana
- ₃ Africana
- ₄ Alemã
- ₅ Indígena
- ₆ Polonesa
- ₇ Outra. Qual? _____
- ₈ Nenhuma em especial

ANEXOS – TABELAS EXTRAIDAS DO RELATÓRIO

Tabela 14: População total no período de 1980 a 2010 na região.

	1980	1991	1996	2000	2010	Δ% 2000 – 2010
SDR Itapiranga						
Iporã do Oeste		7718	7914	7877	8.413	
Itapiranga	26487	21355	14996	13998	15.430	
Santa Helena			2772	2588	2.382	
São João do Oeste			6561	5789	6.035	
Tunápolis		5546	5235	4777	4.633	
TOTAL	26487	34619	37478	35029	36893	5,05%
SDR de São Miguel do Oeste						
Bandeirante				3177	2.906	
Barra Bonita				2118	1.878	
Belmonte			3003	2588	2.635	
Descanso	17261	17028	10123	9129	8.638	
Guaraciaba	11893	12434	11632	11038	10.498	
Paraíso			5164	4796	4.080	
São Miguel do Oeste	35772	42242	36337	32324	36.295	
TOTAL	64926	71704	66259	65170	66930	2,63%
SDR de Dionísio Cerqueira						
Anchieta	10111	9599	8060	7133	6.378	
Dionísio Cerqueira	16036	13720	13853	14250	14.801	
Guarujá do Sul	4838	4776	4950	4696	4.908	
Palma Sola	7333	8857	8535	8206	7.765	
Princesa				2613	2.758	
São José do Cedro	17881	17673	16418	13678	13.672	
TOTAL	56199	54625	51816	50576	50282	-0,58%

Fonte: adaptado de IBGE, 2010 e Sebrae, 2010.

Tabela 15: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, segundo Brasil, Santa Catarina e municípios das SDRs - 1970/2000.

IDH-M	1970	1980	1991	2000	Colocação estadual 2000	Classificação do IDH Municipal (No Brasil)	
						1991	2000
Brasil	0,462	0,685	0,742	0,757			
Santa Catarina	0,477	0,734	0,748	0,822			
SDR de Itapiranga							
Iporã do Oeste			0,713	0,780	191°	468°	518°
Itapiranga	0,500	0,734	0,748	0,832	28°	336°	119°
Santa Helena			0,688	0,787	176°	1.364°	875°
São João do Oeste			0,726	0,811	84°	435°	362°
Tunápolis			0,738	0,821	52°	475°	216°
SDR de Itapiranga (*)	0,500	0,734	0,723	0,806	106 ^a	616 ^a	418 ^a
SDR de São Miguel do Oeste							
Bandeirante			0,664	0,765	229°	2.030°	1.446°
Barra Bonita			0,653	0,743	264°	2.024°	1.544°
Belmonte			0,672	0,759	236°	1.622°	1.121°
Descanso	0,449	0,659	0,726	0,796	138°	677°	636°
Guaraciaba	0,477	0,651	0,708	0,785	181°	920°	916°
Paraíso			0,679	0,773	205°	1.639°	1.247°
São Miguel do Oeste	0,479	0,716	0,759	0,838	22°	231°	84°
SDR de São Miguel do Oeste (*)	0,468	0,675	0,694	0,780	182 ^a	1.306 ^a	999 ^a
SDR de Dionísio Cerqueira							
Anchieta	0,417	0,624	0,686	0,769	217°	1.418°	1.341°
Dionísio Cerqueira	0,423	0,616	0,690	0,747	258°	1.485°	2.077°
Guarujá do Sul	0,487	0,694	0,724	0,803	115°	689°	486°
Palma Sola	0,435	0,643	0,664	0,757	242°	1.451°	1.111°
Princesa			0,658	0,751	252°	2.182°	1.981°
São José do Cedro	0,474	0,655	0,731	0,804	108°	579°	473°
SDR de Dionísio Cerqueira (*)	0,447	0,646	0,692	0,772	199 ^a	1.301 ^a	1.245 ^a

Fonte: Sebrae, 2010. Notas: (*) Para obter os indicadores da SDR foi calculada a média dos municípios que a integram.

Tabela 16: Índice de Desenvolvimento Humano de Educação 1970 a 2000.

Educação	1970	1980	1991	2000
SDR de Itapiranga				
Iporã do Oeste			0,808	0,922
Itapiranga	0,721	0,727	0,850	0,938
Santa Helena			0,783	0,871
São João do Oeste			0,860	0,949
Tunápolis			0,851	0,926
SDR de Itapiranga (*)	0,721	0,727	0,830	0,921
SDR de São Miguel do Oeste				
Bandeirante			0,737	0,845
Barra Bonita			0,733	0,845
Belmonte			0,758	0,869
Descanso	0,572	0,651	0,806	0,894
Guaraciaba	0,606	0,673	0,797	0,888
Paraíso			0,747	0,847
São Miguel do Oeste	0,630	0,673	0,829	0,908
SDR de São Miguel do Oeste (*)	0,603	0,666	0,772	0,871
SDR de Dionísio Cerqueira				
Anchieta	0,538	0,628	0,736	0,867
Dionísio Cerqueira	0,513	0,584	0,753	0,830
Guarujá do Sul	0,667	0,669	0,803	0,870
Palma Sola	0,537	0,635	0,734	0,855
Princesa			0,744	0,710
São José do Cedro	0,640	0,655	0,796	0,873
SDR de Dionísio Cerqueira (*)	0,579	0,634	0,761	0,834

Fonte: Sebrae, 2010. Notas: (*) Para obter os indicadores da SDR foi calculada a média dos municípios que a integram.

Tabela 17: Indicadores sociais ligados ao atendimento da educação dos municípios.

Municípios	Total de alunos matriculados – 2007	% população matriculada - 2007	Número de estabelecimentos de ensino no município – 2006	Número de docentes no município – 2006	Percentual de pessoas de 25 anos ou mais analfabetas – 2000	Taxa de Alfabetização de Adultos (%)		Taxa Bruta de Frequência Escolar (%)		Classificação Taxa de Alfabetização de Adultos (Em Santa Catarina)	
						1991	2000	1991	2000	1991	2000
SDR de Itapiranga											
Iporã do Oeste	2.204	27%	14	124	4,7%	93,36	95,61	55,67	85,27	26°	21°
Itapiranga	4.184	27%	38	310	4,6%	94,25	95,69	66,44	89,94	13°	19°
Santa Helena	662	27%	7	42	11,2%	85,82	90,14	63,18	81,13	176°	182°
São João do Oeste	1.370	23%	14	109	2,3%	96,64	99,09	64,78	86,37	2°	1°
Tunápolis	1.110	24%	11	83	4,4%	95,80	96,96	63,83	83,74	5°	7°
SDR de São Miguel do Oeste											
Bandeirante	849	29%	7	55	13,0%	81,79	87,40	57,64	78,72	251°	238°
Barra Bonita	541	26%	9	55	12,8%	83,42	87,42	53,17	78,68	223°	237°
Belmonte	688	26%	9	56	12,8%	85,32	89,04	56,68	82,59	188°	210°
Descanso	2.002	23%	18	192	10,0%	87,06	90,98	67,77	86,39	148°	156°
Guaraciaba	2.292	22%	22	138	7,8%	89,15	92,93	60,75	80,53	97°	101°
Paraíso	1.177	28%	9	75	14,5%	83,46	87,52	57,06	78,94	222°	235°
São Miguel do Oeste	8.964	27%	61	561	8,1%	89,88	92,81	68,90	86,69	80°	107°
SDR de Dionísio Cerqueira											
Anchieta	1.843	28%	30	120	12,9%	82,07	88,69	56,75	82,69	244°	218°
Dionísio Cerqueira	3.604	24%	27	232	14,2%	81,97	87,23	61,89	74,62	245°	242°
Guarujá do Sul	1.215	26%	17	145	11,2%	88,35	88,61	64,22	83,89	117°	222°
Palma Sola	2.370	30%	22	134	15,6%	81,94	87,23	56,45	82,10	246°	243°
Princesa	765	48%	6	54	11,5%	83,96	88,37	55,30	76,71	214°	227°
São José do Cedro	3.550	26%	30	222	11,9%	87,46	90,95	63,92	80,07	140°	157°

Fonte: Sebrae, 2010.

Ideb	Anos iniciais	Anos finais
SDR de Itapiranga		
Iporã do Oeste	21°	313°
São João do Oeste	64°	234°
Santa Helena	46°	158°
Itapiranga	260°	15°
Tunápolis	55°	158°
Média da SDR	89°	176°
SDR de São Miguel do Oeste		
Bandeirante	2402°	
Barra Bonita		
Belmonte	990°	1692°
Descanso	820°	727°
Guaraciaba	411°	313°
Paraíso	1753°	727°
São Miguel do Oeste	662°	727°
Média da SDR	1005°	598°
SDR de Dionísio Cerqueira		
Anchieta	820 °	313 °
Dionísio Cerqueira	2763 °	1167 °
Guarujá do Sul	411 °	727 °
Palma Sola	260 °	2790 °
Princesa	2402 °	109 °
São José do Cedro	520 °	431 °
Média da SDR	1196°	923°

Figura 19: Classificação dos municípios da SDR de Itapiranga no ranking nacional do Ideb, 2007.

Fonte: Portal ODM, 2010.

Tabela 18: Índice de Desenvolvimento Humano de Longevidade 1970 a 2000 e esperança de vida ao nascer.

Longevidade	1970	1980	1991	2000	Esperança de vida ao nascer	
					1991	2000
Brasil					64,7	68,6
Santa Catarina					70,2	73,7
SDR de Itapiranga						
Iporã do Oeste			0,808	0,922	67,6	70,7
Itapiranga	0,592	0,675	0,787	0,846	72,2	75,8
Santa Helena			0,765	0,829	70,9	74,8
São João do Oeste			0,742	0,823	69,5	74,4
Tunápolis			0,787	0,874	72,2	77,4
SDR de Itapiranga (*)			0,778	0,859	70,48	74,62
SDR de São Miguel do Oeste						
Bandeirante			0,763	0,829	70,8	74,8
Barra Bonita			0,721	0,775	68,2	71,5
Belmonte			0,745	0,775	69,7	71,5
Descanso	0,588	0,659	0,787	0,823	72,2	74,4
Guaraciaba	0,659	0,674	0,766	0,801	71,0	73,1
Paraíso			0,777	0,829	71,6	74,8
São Miguel do Oeste	0,538	0,684	0,791	0,878	72,5	77,7
SDR de São Miguel do Oeste (*)			0,764	0,816	70,86	73,97
SDR de Dionísio Cerqueira						
Anchieta	0,598	0,627	0,768	0,829	71,1	74,8
Dionísio Cerqueira	0,575	0,666	0,733	0,762	69,0	70,7
Guarujá do Sul	0,576	0,640	0,763	0,829	70,8	74,8
Palma Sola	0,589	0,667	0,710	0,769	67,6	71,2
Princesa			0,710	0,762	67,6	70,7
São José do Cedro	0,575	0,682	0,787	0,849	72,2	75,9
SDR de Dionísio Cerqueira (*)			0,745	0,800	69,72	73,02

Fonte: Sebrae, 2010. Notas: (*) Para obter os indicadores da SDR foi calculada a média dos municípios que a integram.

Tabela 19: Índice de Desenvolvimento Humano de Renda 1970 a 2000.

Renda	1970	1980	1991	2000	Renda per capita (em R\$)	
					1991	2000
SDR de Itapiranga						
Iporã do Oeste			0,621	0,655	160,97	197,47
Itapiranga	0,189	0,801	0,607	0,711	146,50	275,69
Santa Helena			0,515	0,661	84,99	204,00
São João do Oeste			0,577	0,661	122,34	204,14
Tunápolis			0,577	0,662	123,14	206,15
SDR de Itapiranga (*)			0,579	0,670	127,59	217,49
SDR de São Miguel do Oeste						
Bandeirante			0,493	0,621	74,55	160,86
Barra Bonita			0,504	0,609	79,94	149,95
Belmonte			0,514	0,633	83,77	172,69
Descanso	0,188	0,668	0,584	0,671	129,52	216,81
Guaraciaba	0,167	0,606	0,561	0,667	111,58	212,15
Paraíso			0,514	0,642	83,65	182,57
São Miguel do Oeste	0,269	0,789	0,656	0,727	197,25	303,37
SDR de São Miguel do Oeste (*)			0,547	0,653	108,61	199,77
SDR de Dionísio Cerqueira						
Anchieta	0,113	0,617	0,553	0,611	107,46	151,72
Dionísio Cerqueira	0,180	0,599	0,584	0,650	125,85	191,67
Guarujá do Sul	0,217	0,772	0,605	0,711	150,25	276,26
Palma Sola	0,180	0,628	0,549	0,648	105,17	189,45
Princesa			0,520	0,646	87,74	186,76
São José do Cedro	0,206	0,629	0,610	0,691	151,35	244,76
SDR de Dionísio Cerqueira (*)			0,570	0,660	121,30	206,77

Fonte: Sebrae, 2010. Notas: (*) Para obter os indicadores da SDR foi calculada a média dos municípios que a integram.

	2002	2003	2004	2005	2006
SDR de Itapiranga					
Iporã do Oeste	138°	136°	138°	138°	147°
Itapiranga	51°	47°	47°	47°	50°
Santa Helena	261°	264°	256°	259°	255°
São João do Oeste	177°	172°	164°	158°	159°
Tunápolis	202°	208°	209°	200°	202°
Média da SDR	166°	165°	163°	160°	163°
SDR de São Miguel do Oeste					
Bandeirante	280°	274°	263°	262°	270°
Barra Bonita	282°	279°	276°	281°	282°
Belmonte	279°	265°	259°	260°	263°
Descanso	120°	124°	128°	124°	136°
Guaraciaba	128°	123°	119°	116°	125°
Paraíso	227°	222°	223°	222°	235°
São Miguel do Oeste	38°	35°	34°	35°	36°
Média da SDR	193°	189°	186°	186°	192°
SDR de Dionísio Cerqueira					
Anchieta	176°	177°	174°	175°	171°
Dionísio Cerqueira	117°	118°	127°	114°	103°
Guarujá do Sul	207°	195°	200°	206°	184°
Palma Sola	135°	121°	125°	139°	140°
Princesa	275°	283°	275°	269°	274°
São José do Cedro	90°	85°	88°	88°	88°
Média da SDR	167°	163°	165°	165°	160°

Figura 20: Posição estadual do Produto Interno Bruto no período de 2002-2006 (média dos municípios das SDRs).

Fonte: Sebrae, 2010.

Municípios	Empresas				Empregos				Habitante por emprego
	ME	PE	MDE	GE	ME	PE	MDE	GE	
Brasil									4,8
Santa Catarina									3,4
SDR de Itapiranga									
Iporã do Oeste	534	11		1	608	297		157	7,9
Itapiranga	1009	43	4	3	1099	821	657	3601	2,6
Santa Helena	152	2		1	113	79		153	7,2
São João do Oeste	378	7		1	414	144		102	9,4
Tunápolis	235	6		2	175	99		236	9,4
Total	2308	69	4	8	2409	1440	657	4249	7,3
SDR de São Miguel do Oeste									
Bandeirante	100		1		53		78		23,7
Barra Bonita	97			1	26			104	16,3
Belmonte	117	1		1	57	13		108	15,6
Descanso	586	13	1	1	517	276	53	204	8,5
Guaraciaba	707	14	1	1	769	384	149	235	7,1
Paraíso	180	1		1	95	10		116	19,3
São Miguel do Oeste	2650	123	16	3	3445	2803	1574	1675	3,7
	4437	152	19	8	4962	3486	1854	2442	13,5
SDR de Dionísio Cerqueira									
Anchieta	359	6	-	1	312	245	-	171	9,2
Dionísio Cerqueira	734	14	-	1	615	264	-	381	12,1
Guarujá do Sul	443	7	2	1	379	195	218	148	5,2
Palma Sola	353	11	2	1	333	308	428	216	6,3
Princesa	124	1	-	1	93	85	-	102	9,6
São José do cedro	909	27	2	1	1140	777	323	282	5,6
	2922	66	6	6	2872	1874	969	1300	8,0

Figura 21: Número de empresas e empregos formais segundo porte das empresas e relação habitante por emprego no ano de 2008.

Fonte: Sebrae, 2010.

Tabela 20: Cooperativas no Brasil por Ramo de Atividade 2008 – 2009.

Ramo de atividade	2009	2008	%
Agropecuário	1615	1611	0,25%
Consumo	128	138	-7,25%
Crédito	1100	1113	-1,17%
Educacional	304	327	-7,03%
Especial	15	15	0%
Habitacional	253	340	-25,59%
Infra estrutura	154	148	4,05%
Mineral	58	53	9,43%
Produção	226	215	5,12%
Saúde	871	894	-2,57%
Trabalho	1408	1746	-19,36%
Transporte	1100	1060	3,77%
Turismo e lazer	29	22	31,82%
Total	7261	7682	-5,48%

Fonte: OCESC, 2010.